

rativas autônomas. Quando a economia mundial entrou em novo período de incertezas, na década de 1970, ninguém no Oriente ou Ocidente esperava mais que as economias socialistas “realmente existentes” alcançassem e ultrapassassem, ou mesmo acompanhassem, as não socialistas. Contudo, embora mais problemáticas que antes, o futuro delas não parecia causa de preocupação imediata. Isso logo iria mudar.

Parte três
O DESMORONAMENTO

AS DÉCADAS DE CRISE

Perguntaram-me outro dia sobre a competitividade dos Estados Unidos e eu respondi que nunca penso nisso. Nós do NCR pensamos em nós mesmos como uma empresa globalmente competitiva que por acaso tem sede nos Estados Unidos.

Jonathan Schell, *New York Newsday* (1993)

Num nível particularmente nevrálgico, um dos resultados (do desemprego em massa) pode ser um progressivo distanciamento entre o resto da sociedade e os jovens que, segundo pesquisas contemporâneas, ainda querem empregos, por mais difíceis que sejam de conseguir, e ainda esperam carreiras significativas. Em termos mais amplos, deve haver algum perigo de que a próxima década seja uma sociedade em que não apenas "nós" seremos cada vez mais separados "deles" (as duas partes representando, muito grosso modo, a força de trabalho e a administração), mas em que os grupos majoritários se cindirão cada vez mais, com os jovens e relativamente desprotegidos em oposição aos membros mais bem protegidos e mais experientes da força de trabalho.

Secretário-geral da OCDE (*Investing*, 1983, p. 15)

I

A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo — a URSS e a Europa Oriental do “socialismo real” — desabou inteiramente. Mesmo assim, durante muitos anos os problemas econômicos ainda eram “recessões”. O tabu de meio século sobre o uso do termo “depressão”, lembrança da Era da Catástrofe, não foi inteiramente

rompido. O simples uso da palavra poderia conjurar a coisa, embora as “recessões” da década de 1980 fossem “as mais sérias em cinquenta anos” — uma expressão que na verdade evitava especificar o período de fato, a década de 1930. A civilização que elevava a magia verbal dos publicitários à condição de um princípio básico de economia foi colhida em seu próprio mecanismo de ilusão. Só no início da década de 1990 encontramos o reconhecimento — como, por exemplo, na Finlândia — de que os problemas econômicos do presente eram de fato piores que os da década de 1930.

Em muitos aspectos, isso era intrigante. Por que deveria a economia mundial ter-se tornado menos estável? Como observaram economistas, os elementos que estabilizavam a economia eram de fato mais fortes agora que antes, embora governos de livre mercado, como os dos presidentes Reagan e Bush nos EUA, e da sra. Margaret Thatcher e seu sucessor na Grã-Bretanha, tentassem enfraquecer alguns deles (World Economic Survey, 1989, pp. 10-1). Controle de inventário computadorizado, melhores comunicações e transportes mais rápidos reduziram a importância do volátil “ciclo de estoques” da velha produção em massa, que resultava em enormes estoques “só para a eventualidade” de serem necessários em épocas de expansão, e depois parava de chofre quando os estoques eram liquidados em épocas de contração. O novo método, iniciado pelos japoneses, e tornado possível pelas tecnologias da década de 1970, iria ter estoques muito menores, produzir o suficiente para abastecer os vendedores *just in time* (na hora), e de qualquer modo com uma capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências de mudança. Não seria a era de Henry Ford, mas da Benetton. Ao mesmo tempo, o simples peso do consumo do governo e da parte da renda privada que vinha do governo (“pagamentos de transferência”, como a seguridade social e a previdência) também estabilizaram a economia. Juntos, equivaliam a um terço do PIB. Se tanto, ambos aumentaram na era de crise, quando mais não fosse porque aumentou o custo do desemprego, pensões e assistência médica. Como essa era ainda continuava no fim do Breve Século XX, talvez tenhamos de esperar alguns anos até que os economistas possam usar a arma última dos historiadores, a visão retrospectiva, para encontrar uma explicação convincente.

Evidentemente, a comparação dos problemas econômicos das décadas de 1970-90 com os do entreguerras é falha, embora o medo de outra Grande Depressão tenha perseguido essas décadas. “Pode voltar a acontecer?”, era a pergunta feita por muitos, sobretudo após um novo e dramático (e global) *crash* na Bolsa americana em 1987 e uma grande crise de câmbio internacional em 1992 (Temin, 1993, p. 99). As Décadas de Crise após 1973 não foram mais uma “Grande Depressão”, no sentido dos anos 30, do que as décadas após 1873, embora também elas recebessem esse nome na época. A economia global não desabou, mesmo momentaneamente, embora a Era de Ouro acabasse

em 1973-5 como alguma coisa bem semelhante a uma depressão cíclica bastante clássica, que reduziu a produção industrial nas “economias de mercado desenvolvidas” em 10% em um ano, e o comércio internacional em 13% (Armstrong, Glyn, & Harrison, 1991, p. 225). O crescimento econômico no mundo capitalista desenvolvido continuou, embora num ritmo visivelmente mais lento do que durante a Era de Ouro, com exceção de alguns dos “países em recente industrialização”, ou NICS (sobretudo asiáticos) (ver capítulo 12), cujas revoluções industriais só haviam começado na década de 1960. O crescimento do PIB das economias avançadas até 1991 mal foi interrompido por breves períodos de estagnação nos anos de recessão de 1973-5 e 1981-3 (OCDE, 1993, pp. 18-9). O comércio internacional nos produtos da indústria, motor do crescimento mundial, continuou, e nos anos de *boom* da década de 1980 até mesmo se acelerou num ritmo comparável ao da Era de Ouro. No fim do Breve Século XX, os países do mundo capitalista desenvolvido se achavam, tomados como um todo, mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970, e a economia global da qual ainda formavam o elemento central estava imensamente mais dinâmica.

Por outro lado, a situação em regiões particulares do globo era consideravelmente menos cor-de-rosa. Na África, na Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB per capita. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980, e a produção caiu durante a maior parte dos anos da década nas duas primeiras dessas regiões, e por alguns anos na última (UN World Economic Survey, 1989, pp. 8 e 26). Ninguém duvidou seriamente de que, para essas partes do mundo, a década de 1980 foi de severa depressão. Quanto às economias da área antes entendida como de “socialismo real” ocidental, que haviam continuado um modesto crescimento na década de 1980, desabaram completamente após 1989. Nessa região, a comparação das crises após 1989 com a Grande Depressão era perfeitamente adequada, embora subestimasse a devastação do início da década de 1990. O PIB da Rússia caiu 17% em 1990-1, 19% em 1991-2, e 11% em 1992-3. Embora tivesse se iniciado uma certa estabilização no início da década de 1990, a Polônia tinha perdido mais de 21% de seu PIB em 1988-92; a Tchecoslováquia, quase 20%; a Romênia e a Bulgária, 30% ou mais. Sua produção industrial, em meados de 1992, estava entre metade e dois terços da de 1989 (Financial Times, 24/2/94; EIB papers, 1992, p. 10).

O mesmo não se dava no Oriente. Nada era mais impressionante do que o contraste entre a desintegração das economias na região soviética e o espetacular crescimento da economia chinesa no mesmo período. Naquele país, e na verdade na maioria do sul e sudeste da Ásia, que saíram da década de 1970 como a região econômica mais dinâmica da economia mundial, o termo “Depressão” não tinha sentido — exceto, muito curiosamente, no Japão do início da década de 1990. Contudo, embora a economia mundial capitalista flores-

cesse, não estava tranqüila. Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração — “pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade” (ver p. 263) —, reapareceram depois de 1973. O crescimento foi, mais uma vez, interrompido por várias depressões sérias, distintas das “recessões menores”, em 1974-5, 1980-2 e no fim da década de 1980. O desemprego na Europa Ocidental subiu de uma média de 1,5% na década de 1960 para 4,2% na de 1970 (Van der Wee, 1987, p. 77). No auge do *boom* em fins da década de 1980, estava numa média de 9,2% na Comunidade Européia, em 1993, 11%. Metade dos desempregados (1986-7) se achava sem trabalho há mais de um ano, um terço há mais de dois (Human Development, 1991, p. 184). Como a população trabalhadora potencial não era mais inflada, como na Era de Ouro, pela crescente inundação de bebês do pós-guerra, e como os jovens, em bons e maus tempos, tendiam a ter taxas de desemprego muito mais altas que os velhos trabalhadores, seria de esperar que o desemprego permanente diminuísse, se tanto.*

Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinha tido, num ou noutro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça (*New York Times*, 16/11/93). No Reino Unido (1989), 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como “sem teto” (Human Development, 1992, p. 31). Quem, na década de 1950, ou mesmo no início da de 1970, teria esperado isso?

O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica na nova era. Pelos padrões mundiais, as ricas “economias de mercado desenvolvidas” não eram — ou ainda não eram — particularmente injustas na distribuição de sua renda. Nas mais desigualitárias entre elas — Austrália, Nova Zelândia, EUA, Suíça — os 20% de famílias do topo recebiam, em média, entre oito e dez vezes mais que o quinto de base, e os 10% de cima em geral levavam para casa entre 20% e 25% da renda total do país; somente os suíços, os neozelandeses do topo e os ricos

(*) Entre 1960 e 1975, a população de quinze a 24 anos aumentou em cerca de 29 milhões nas “economias de mercado desenvolvidas”, mas, entre 1970 e 1990, apenas em cerca de 6 milhões. A propósito, as taxas de desemprego dos jovens na Europa na década de 1980 foram surpreendentemente altas, a não ser na Suécia social-democrata e na Alemanha Ocidental. Iam (1982-8) de mais de 20% na Grã-Bretanha a mais de 40% na Espanha e 46% na Noruega (*UN World Economic Survey*, 1989, pp. 15-6).

de Cingapura e Hong Kong levavam muito mais para casa. Isso não era nada comparado com a desigualdade de países como Filipinas, Malásia, Peru, Jamaica ou Venezuela, onde eles ficavam com mais de um terço da renda total do país, e muito menos com Guatemala, México, Sri Lanka e Botsuana, onde levavam mais de 40%, para não falar do candidato a campeão mundial de desigualdade econômica, o Brasil.* Nesse monumento de injustiça social, os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda (*UN World Development*, 1992, pp. 276-7; *Human Development*, 1991, pp. 152-3, 186).**

Apesar disso, durante as Décadas de Crise, a desigualdade inquestionavelmente aumentou nas “economias de mercado desenvolvidas”, principalmente desde que o quase automático aumento nas rendas reais a que as classes trabalhadoras se haviam acostumado na Era de Ouro agora chegara ao fim. Tanto os extremos de pobreza e riqueza subiram, como subiu a gama de distribuição de renda entre eles. Entre 1967 e 1990, o número de negros americanos ganhando menos de 5 mil dólares (1990) e dos que ganhavam mais de 50 mil dólares cresceu à custa das rendas intermediárias (*New York Times*, 25/9/92). Como os países capitalistas ricos estavam muito mais ricos do que nunca e seu povo, em geral, estava agora protegido pelos generosos sistemas de previdência e seguridade social da Era de Ouro (ver p. 278), havia menos inquietação social do que se poderia esperar, embora as finanças do governo se vissem espremidas entre enormes pagamentos de benefícios sociais, que subiam mais depressa que as rendas do Estado em economias cujo crescimento era mais lento do que antes de 1973. Apesar de esforços substanciais, dificilmente algum governo nacional nos países ricos — e sobretudo democráticos — e certamente não nos mais hostis à previdência social pública conseguiu reduzir a vasta proporção de suas despesas para esses fins, ou mesmo mantê-las sob controle.***

Ninguém em 1970 esperara, e muito menos pretendia, que tudo isso acontecesse. No início da década de 1990, um clima de insegurança e ressen-

(*) Os campeões de fato, ou seja, aqueles com um coeficiente Gini de mais de 0,6, eram alguns países muito menores, também nas Américas. O coeficiente Gini, uma medida adequada de desigualdade, mede a desigualdade numa escala de 0,0 — igual distribuição de renda — a 1,0 — desigualdade máxima. O coeficiente para Honduras em 1967-85 era 0,62, para a Jamaica 0,66 (ONU Human Development, 1990, pp. 158-9).

(**) Não há dados comparáveis para alguns dos países mais desigualitários. A lista sem dúvida incluiria também outros Estados africanos e latino-americanos, e, na Ásia, a Turquia e o Nepal.

(***) Em 1972, treze desses Estados gastaram uma média de 48% das despesas de seu governo central com habitação, seguridade social, bem-estar social e saúde. Em 1990, gastaram uma média de 51%. Os Estados são: Austrália e Nova Zelândia, EUA e Canadá, Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, Dinamarca, Finlândia, Alemanha (Federal), Itália, Países Baixos, Noruega e Suécia (calculado a partir do *UN World Development*, 1992, tabela 11).

timento começara a espalhar-se até mesmo em muitos dos países ricos. Como veremos, isso contribuiu para que neles ocorresse o colapso de padrões políticos tradicionais. Entre 1990 e 1993, poucas tentativas se fizeram de negar que mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão. Ninguém afirmava a sério saber o que fazer a respeito, além de esperar que aquilo passasse. Apesar disso, o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Era de Ouro, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As Décadas de Crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos.

Isso não ficou imediatamente óbvio porque — como sempre — a maioria dos políticos, economistas e homens de negócios não reconheceu a permanência da mudança na conjuntura econômica. Os programas políticos da maioria dos governos na década de 1970, e as políticas da maioria dos Estados, baseavam-se na suposição de que os problemas da década de 1970 eram apenas temporários. Um ano ou dois trariam a volta da velha prosperidade e crescimento. Não havia necessidade de mudar os programas que haviam servido tão bem durante uma geração. Essencialmente, a história dessa década foi de governos comprando tempo — no caso de Estados do Terceiro Mundo e socialistas, muitas vezes pela entrada pesada no que esperavam fossem dívidas de curto prazo — e aplicando as velhas receitas keynesianas de administração econômica. Na verdade, na maioria dos países capitalistas avançados, governos social-democratas ocuparam o poder em grande parte da década de 70, ou a ele retornaram após mal-sucedidos interlúdios conservadores (como na Grã-Bretanha em 1974 e nos EUA em 1976). Não era provável que abandonassem as políticas da Era de Ouro.

A única alternativa oferecida era a propagada pela minoria de teólogos econômicos ultraliberais. Mesmo antes do *crash*, a minoria havia muito isolada de crentes no livre mercado irrestrito já começara seu ataque ao domínio dos keynesianos e outros defensores da economia mista administrada e do pleno emprego. O zelo ideológico dos velhos defensores do individualismo era agora reforçado pela visível impotência e o fracasso de políticas econômicas convencionais, sobretudo após 1973. O recém-criado (1969) Prêmio Nobel de economia deu apoio à tendência liberal após 1974 premiando Friedrich von Hayek (ver p. 266) em 1974 e, dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman.* Após 1974, os defensores

(*) O prêmio foi instituído em 1969, e antes de 1974 fora concedido a homens visivelmente não ligados à economia do *laissez-faire*.

do livre-mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde após a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política. (Para ser justo com o professor von Hayek, ao contrário dos propagandistas comuns da Guerra Fria, ele não dizia haver tal ligação.)

A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. (Quem, por exemplo, tinha sequer considerado a imprevista combinação de estagnação econômica e preços em rápido crescimento, para a qual se teve de inventar o termo “estagflação” na década de 1970?) Era uma guerra de ideologias incompatíveis. Os dois lados apresentavam argumentos econômicos. Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações” e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam. Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão *a priori* da sociedade humana. Os neoliberais desconfiavam e sentiam antipatia pela social-democrata Suécia, uma espetacular história de sucesso econômico do século xx, não porque ela ia ter problemas nas Décadas de Crise — como tiveram outros tipos de economia —, mas porque se baseava no “famoso modelo econômico sueco, com seus valores coletivistas de igualdade e solidariedade” (*Financial Times*, 11/11/90). Por outro lado, o governo da sra. Thatcher na Grã-Bretanha era impopular na esquerda, mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associar, na verdade anti-social.

Eram posições dificilmente abertas à argumentação. Suponhamos, por exemplo, que se pudesse demonstrar que a melhor maneira de obter sangue para uso médico fosse comprando-o de qualquer um que estivesse disposto a vender um quartilho do seu a preço de mercado. Teria isso enfraquecido o sistema britânico de doadores voluntários gratuitos, tão eloqüente e vigorosamente apresentado por R. M. Titmuss em “*The gift relationship*” [O relacionamento de doação] (Titmuss, 1970)? É claro que não, embora Titmuss também tenha mostrado que a maneira britânica de doar sangue era tão eficiente quanto

a maneira comercial, e mais segura.* Tudo mais sendo igual, para muitos de nós uma sociedade em que cidadãos estão dispostos a dar ajuda abnegada a companheiros humanos desconhecidos, por mais simbolicamente que seja, é melhor que uma em que não estão. No início da década de 1990, o sistema político italiano foi destruído por uma rebelião dos eleitores contra sua corrupção endêmica, não porque muitos italianos houvessem de fato sofrido com ela — um grande número, talvez a maioria, se beneficiara — mas por motivos morais. Os únicos partidos políticos não varridos pela avalanche moral foram os não envolvidos no sistema. Os defensores da liberdade individual absoluta não se abalavam com as evidentes injustiças sociais do capitalismo de mercado irrestrito, mesmo quando (como no Brasil durante a maior parte da década de 1980) não produzia crescimento econômico. Por outro lado, os que acreditavam na igualdade e justiça social (como este autor) acolhiam a oportunidade de argumentar que mesmo o sucesso econômico capitalista deve basear-se com a máxima firmeza numa relativa distribuição igualitária de renda, como no Japão (ver p. 348).** Era secundário que cada lado também traduzisse suas crenças fundamentais em argumentos pragmáticos, por exemplo, se a alocação de recursos através de preços de livre mercado era ideal ou não. Mas, claro, os dois lados tinham de produzir políticas para lidar com a diminuição do ritmo econômico.

A esse respeito, os defensores da economia da Era de Ouro não foram muito bem-sucedidos. Isso se deu em parte porque eles eram limitados por seu compromisso político e ideológico com o pleno emprego, com Estados de Bem-estar e com a política de consenso do pós-guerra. Ou melhor, estavam espremidos entre as demandas de capital e trabalho, quando o crescimento da Era de Ouro não mais permitia que lucros e rendas não comerciais igualmente aumentassem sem interferir uns com os outros. Nas décadas de 1970 e 1980, a Suécia, Estado social-democrata *par excellence*, manteve o pleno emprego com notável sucesso por meio de subsídios industriais, pela disseminação do trabalho e a impressionante expansão do emprego estatal e público, possibilitando assim uma admirável ampliação do sistema previdenciário. Mesmo assim, a política só pôde ser mantida com a contenção dos padrões de vida dos trabalhadores empregados, taxas de impostos punitivas sobre altas rendas e pesados déficits. Na impossibilidade de um retorno aos dias do Grande Salto

(*) Isso foi confirmado no início da década de 1990, quando os serviços de transfusão de sangue de alguns países, mas não da Grã-Bretanha, constataram que pacientes haviam sido infectados com sangue comercialmente adquirido contaminado com o vírus da AIDS (HIV).

(**) Os 20% mais ricos da população na década de 1980 tinham 4,3 vezes a renda total dos 20% mais pobres, o que era menos que a cifra em qualquer outro país industrial (capitalista), mesmo a Suécia. A média para os oito mais industrializados países da Comunidade Européia era 6; a cifra para os EUA, 8,9 (Kidron & Segal, 1991, pp. 36-7). Dizendo de outro modo: os EUA em 1990 tinham 93 bilionários, em dólares; a Comunidade Européia, 59, sem contar os 33 domiciliares na Suíça e Lichtenstein. O Japão tinha nove (ibid.).

Avante, estas não podiam ser medidas temporárias, e a partir de meados da década de 1980 elas foram revertidas. No fim do Breve Século xx, o “Modelo Sueco” batia em retirada mesmo em seu próprio país.

Contudo, o modelo foi também, e talvez ainda mais fundamentalmente, solapado pela globalização da economia após 1970, que pôs os governos de todos os Estados — com a possível exceção dos EUA, com sua enorme economia — à mercê de um incontrolável “mercado mundial”. (Além disso, era fato inegável que “o mercado” provavelmente desconfiaria muito mais de governos de esquerda do que de conservadores.) No início da década de 1980, mesmo um país grande e rico como a França, então sob um governo socialista, achava impossível bombear unilateralmente sua economia. Dois anos depois da triunfal eleição do presidente Mitterrand, a França enfrentava uma crise na balança de pagamentos, e foi obrigada a desvalorizar sua moeda e a substituir o estímulo keynesiano de demanda pela “austeridade de face humana”.

Por outro lado, os neoliberais também estavam desorientados, como ia tornar-se óbvio no fim da década de 1980. Para eles não era problema atacar a rigidez, a ineficiência e o desperdício econômico tantas vezes abrigados sob as políticas de governo da Era de Ouro, uma vez que estas não eram mais mantidas à tona pela sempre crescente maré de prosperidade, emprego e rendas do governo daquela era. Havia um espaço considerável para aplicar o detergente neoliberal ao incrustado casco do muito bom navio da “Economia Mista”, com resultados benéficos. Mesmo a esquerda britânica acabaria admitindo que alguns dos implacáveis choques aplicados à economia britânica pela sra. Thatcher provavelmente eram necessários. Havia bons motivos para parte da desilusão com as indústrias administradas pelo Estado e com a administração pública, que se tornou tão comum na década de 1980.

Apesar disso, a simples crença em que o capital era bom e o governo mau (nas palavras do presidente Reagan, “o governo não era a solução, mas o problema”) não constituía uma política econômica alternativa. Tampouco, na verdade, podia ser para um mundo em que, mesmo nos EUA reaganistas, os gastos do governo central equivaliam a cerca de um quarto do Produto Nacional Bruto, e de fato, nos países desenvolvidos da Comunidade Européia, chegavam em média a mais de 40% do PNB (*World Development*, 1992, p. 239). Nacos tão enormes da economia podiam ser administrados de uma maneira objetiva e com um devido senso de custo/benefício (o que nem sempre se dava), mas não operavam nem podiam operar como mercados, mesmo quando ideólogos assim faziam parecer. De qualquer modo, a maioria dos governos neoliberais era obrigada a administrar e orientar suas economias, enquanto afirmava que apenas estimulava as forças do mercado. Além disso, não havia como reduzir o peso do Estado. Após catorze anos no poder, o mais ideológico dos regimes de livre mercado, a Grã-Bretanha thatcherista, na verdade taxava seus cidadãos um tanto mais pesadamente do que eles o tinham sido sob os trabalhistas.

Na verdade, não havia política econômica neoliberal única ou específica, a não ser após 1989 nos ex-Estados socialistas da região soviética, onde se fizeram algumas tentativas previsivelmente desastrosas, a conselho de geniozinhos econômicos ocidentais, de transferir de um dia para o outro as operações da economia para o livre mercado. O maior dos regimes neoliberais, os EUA do presidente Reagan, embora oficialmente dedicado ao conservadorismo fiscal (isto é, orçamentos equilibrados) e ao “monetarismo” de Milton Friedman, na verdade usou métodos keynesianos para sair da depressão de 1979-82, entrando num déficit gigantesco e empenhando-se de modo igualmente gigantesco a aumentar seus armamentos. Assim, longe de deixar o valor do dólar inteiramente entregue à integridade monetária e ao mercado, Washington, após 1984, voltou à administração deliberada através da pressão diplomática (Kuttner, 1991, pp. 88-94). Na verdade, os regimes mais profundamente comprometidos com a economia de *laissez-faire* eram também às vezes, e notadamente no caso dos EUA de Reagan e da Grã-Bretanha de Thatcher, profunda e visceralmente nacionalistas e desconfiados do mundo externo. O historiador não pode deixar de notar que as duas atitudes são contraditórias. De qualquer modo, o triunfalismo neoliberal não sobreviveu aos reveses econômicos de inícios da década de 1990, nem talvez à inesperada descoberta de que a economia mais dinâmica e de crescimento mais rápido do globo, após a queda do comunismo soviético, era a da China comunista, o que levou professores de escolas de comércio ocidentais e autores de manuais de administração, um gênero florescente de literatura, a vasculhar as doutrinas de Confúcio em busca dos segredos do sucesso empresarial.

O que tornava os problemas econômicos das Décadas de Crise extraordinariamente perturbadores, e socialmente subversivos, era que as flutuações conjeturais coincidiam com convulsões estruturais. A economia mundial que enfrentava os problemas das décadas de 1970 e 1980 não era mais a da Era de Ouro, embora fosse, como vimos, o produto previsível daquela era. Seu sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou “transnacionalizado” em uma extensão extraordinária e com conseqüências impressionantes. Além disso, na década de 1970 tornou-se impossível ignorar as revolucionárias conseqüências sociais e culturais da Era de Ouro, discutidas em capítulos anteriores, assim como suas conseqüências ecológicas potenciais.

A melhor maneira de ilustrar tais conseqüências é através do trabalho e do desemprego. A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas, jogando com isso pessoas para fora dos empregos. Supunha-se, corretamente, que o vasto crescimento da economia tornado possível por essa constante revolução industrial criaria automaticamente mais do que suficientes novos empregos em substituição aos velhos perdidos, embora as opiniões

divergissem sobre o tamanho do corpo de desempregados necessário para a operação eficiente de uma tal economia. A Era de Ouro aparentemente confirmara esse otimismo. Como vimos (ver capítulo 10), o crescimento da indústria foi tão grande que o número e a proporção de trabalhadores industriais, mesmo nos países mais industrializados, não decresceram seriamente. Contudo, as Décadas de Crise começaram a dispensar mão-de-obra em ritmo espetacular, mesmo nas indústrias visivelmente em expansão. Entre 1950 e 1970, o número de telefonistas interurbanos nos EUA caiu 12%, enquanto o número de telefonemas aumentou cinco vezes; mas entre 1970 e 1980, caiu 40%, enquanto os telefonemas triplicaram (Technology, 1986, p. 328). O número de trabalhadores diminuiu relativamente, absolutamente e, em qualquer caso, rapidamente. O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais.

Isso não ocorria apenas porque a nova divisão internacional do trabalho transferia indústrias de velhos países regionais e continentes para novos, transformando os velhos centros de indústria em “cinturões de ferrugem”, ou, ainda mais espectralmente, em paisagens urbanas semelhantes a operações plásticas onde todos os traços da antiga indústria haviam sido removidos. O surgimento de novos países industriais é impressionante. Em meados da década de 1980, sete desses países no Terceiro Mundo já consumiam 24% do aço do mundo e produziam 15% dele — ainda um indicador de industrialização tão bom quanto qualquer outro.* Além disso, num mundo de fluxos econômicos livres que cruzam fronteiras de Estados — exceto, caracteristicamente, de migrantes em busca de trabalho —, as indústrias de trabalho intensivo naturalmente migraram de países de altos salários para os de baixos salários, ou seja, dos ricos países centrais do capitalismo, como os EUA, para países da periferia. Cada trabalhador empregado a tarifas texanas em El Paso era um luxo econômico quando havia um outro à mão, mesmo que inferior, por um décimo do salário do outro lado do rio, na Juárez mexicana.

Contudo, mesmo os países pré-industriais e os novos recém-industrializados eram governados pela lógica férrea da mecanização, que mais cedo ou mais tarde tornava até mesmo o mais barato ser humano mais caro que uma máquina capaz de fazer o seu trabalho, e pela lógica igualmente férrea da competição de livre comércio genuinamente mundial. Mesmo barato como é o trabalho no Brasil, em comparação com Detroit e Wolfsburg, a indústria automobilística em São Paulo enfrentava os mesmos problemas de crescente redundância de trabalho causada pela mecanização que em Michigan e na Baixa Saxônia, ou assim disseram ao autor líderes sindicais em 1992. O desem-

(*) China, Coréia do Sul, Índia, México, Venezuela, Brasil e Argentina (Piel, 1992, pp. 286-9).

penho e a produtividade da maquinaria podiam ser elevados constantemente, e para fins práticos interminavelmente, pelo progresso tecnológico, e seu custo, dramaticamente reduzido. O mesmo não se dava com o desempenho dos seres humanos, como demonstra uma comparação das melhoras na velocidade do transporte aéreo com o recorde dos cem metros. De qualquer modo, o custo do trabalho humano não pode, por nenhum período de tempo, ser reduzido abaixo do custo necessário para manter seres humanos vivos num nível mínimo aceitável como tal em sua sociedade, ou na verdade em qualquer nível. Os seres humanos não foram eficientemente projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico.

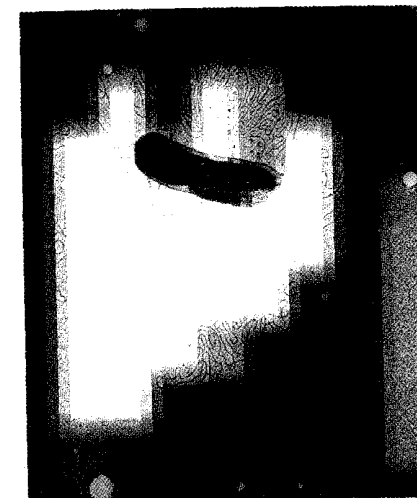
A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que — direta ou indiretamente — eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário. Isso significou, entre outras coisas, que governos e outras entidades públicas deixaram de ser o que se chamou de “empregadores de último recurso” (*World Labour*, 1989, p. 48). O declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela depressão econômica quanto pela hostilidade de governos neoliberais, acelerou esse processo, pois a produção de empregos era uma de suas funções mais estimadas. A economia mundial se expandia, mas o mecanismo automático pelo qual essa expansão gerava empregos para homens e mulheres que entravam no mercado de trabalho sem qualificações especiais estava visivelmente desabando.

Em outras palavras, o campesinato, que formara a maioria da raça humana em toda a história registrada, fora tornado supérfluo pela revolução agrícola, mas os milhões não mais necessários na terra eram, no passado, prontamente absorvidos por ocupações necessitadas de mão-de-obra em outros lugares, que exigiam apenas disposição para trabalhar, adaptação de habilidades rurais, como cavar e erguer paredes, ou capacidade de aprender no trabalho. Que aconteceria aos trabalhadores nessas ocupações quando por sua vez se tornassem desnecessários? Mesmo que alguns pudessem ser retreinados para os empregos de alta qualificação da era da informação, que continuavam a expandir-se (a maioria dos quais exigia cada vez mais educação superior), não havia suficientes empregos desse tipo para compensar (*Technology*, 1986, pp. 7-9 e 335). Que aconteceria, aliás, aos camponeses do Terceiro Mundo que ainda fugiam em massa de suas aldeias?

Nos países ricos do capitalismo, agora esse trabalhadores tinham sistemas previdenciários a que recorrer, embora os que se tornavam permanente-



34. As formas do antigo: terraceamento agrícola no vale de Liping, Guizhou, China.

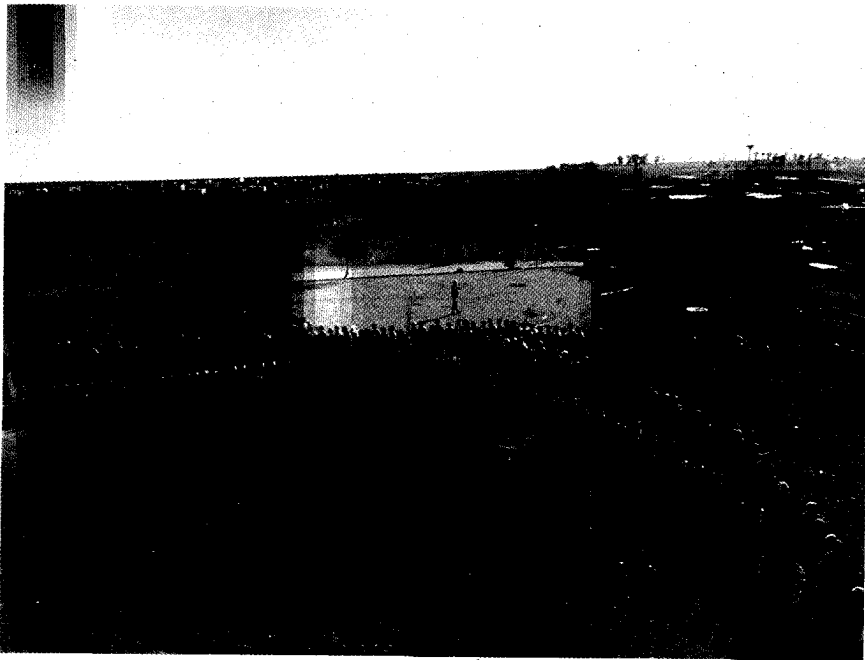


35. As formas do novo: micrografo eletrônico de uma bactéria intestinal liberando seus cromossomos (ampliada 55 mil vezes).

DO ANTIGO PARA O NOVO



36. O mundo que acabou após 8 mil anos: camponês chinês arando.



67. Antes da liberdade: esperando para votar na África do Sul, 1994.



68. Sarajevo oitenta anos após 1914.

mente dependentes da previdência social sofressem, ao mesmo tempo, ressentimento e desprezo dos que se viam como ganhando a vida com o trabalho. Nos países pobres, entravam na grande e obscura economia “informal” ou “paralela”, em que homens, mulheres e crianças viviam, ninguém sabe exatamente como, por meio de uma combinação de pequenos empregos, serviços, expedientes, compra, venda e roubo. Nos países ricos, começavam a constituir ou reconstituir uma “subclasse” cada vez mais separada e segregada, cujos problemas eram *de facto* encarados como insolúveis, mas secundários, pois eles formavam apenas uma minoria permanente. A sociedade de gueto da população negra natural dos EUA* tornara-se o exemplo didático desse sub-mundo social. Não que a “economia negra” estivesse ausente do Primeiro Mundo. Pesquisadores ficaram surpresos ao descobrir que no início da década de 1990 os 22 milhões de famílias da Grã-Bretanha tinham juntos mais de 10 bilhões de libras em dinheiro vivo, ou uma média de 420 libras por família, uma cifra tida como tão alta porque a “economia negra negocia em grande parte com dinheiro” (*Financial Times*, 18/10/93).

II

A combinação de depressão com uma economia maciçamente projetada para expulsar a mão-de-obra humana criou uma acerba tensão que penetrou nas políticas das Décadas de Crise. Uma geração se acostumara ao pleno emprego ou à confiança em que o tipo de trabalho que alguém fazia certamente logo iria aparecer em algum lugar. Embora a depressão do início da década de 1980 houvesse trazido a insegurança de volta à vida dos trabalhadores nas indústrias manufatureiras, só no início da de 1990 os grandes setores de empregados de escritórios e profissionais liberais em países como a Grã-Bretanha sentiram que nem seus empregos, nem seus futuros estavam seguros: quase metade de todas as pessoas nas partes mais prósperas do país achava que poderia perder os seus. Foram tempos em que era provável que as pessoas, com os antigos estilos de vida já solapados e mesmo desmoronando (ver capítulos 10 e 11), perdessem suas referências. Terá sido por acaso que “dos dez maiores assassinatos em massa da história americana [...] oito ocorreram desde 1980”, tipicamente atos de homens brancos de meia-idade, em meados da casa dos trinta e quarenta, “após um prolongado período de solidão, frustração e raiva total”, e muitas vezes precipitados por uma catástrofe em suas vidas, como perda de emprego ou divórcio? Será mesmo um acidente a “crescente cultura do ódio nos Estados Unidos”, que talvez os tenha encorajado (Butter-

(*) Os imigrantes negros nos EUA vindos do Caribe e da América hispânica se comportavam, em essência, como outras comunidades de imigrantes, e nem de longe deixavam que os expulsassem do mercado de trabalho na mesma medida.

field, 1991)? Esse ódio sem dúvida se tornou audível nas letras da música popular na década de 1980, e evidente na cada vez mais escancarada crueldade do cinema e dos programas de TV.

Essa sensação de desorientação e insegurança produziu significativas fendas e rearrumações tectônicas na política dos países desenvolvidos, mesmo antes que o fim da Guerra Fria destruísse o equilíbrio internacional no qual se apoiava a estabilidade de várias democracias parlamentares ocidentais. Em tempos de dificuldades econômicas, os eleitores se inclinam notoriamente a culpar qualquer partido ou regime que esteja no poder, mas a novidade das Décadas de Crise foi que a reação contra governos não beneficiou necessariamente as forças estabelecidas de oposição. Os maiores perdedores foram os partidos trabalhistas do Ocidente, cujo principal instrumento para satisfazer seus seguidores — ação econômica e social de governos nacionais — perdeu a força, enquanto o núcleo central desses seguidores, a classe trabalhadora, se desfazia em fragmentos (ver capítulo 10). Na nova economia transnacional, os salários internos estavam muito mais diretamente expostos à competição estrangeira que antes, e a capacidade dos governos de protegê-los era muito menor. Ao mesmo tempo, num período de depressão os interesses de várias partes do eleitorado social-democrata tradicional divergiam: aqueles cujos empregos eram (relativamente) seguros; os que estavam inseguros; os das regiões e indústrias velhas e sindicalizadas; os das novas indústrias nas áreas novas e não sindicalizadas; e as universalmente impopulares vítimas dos tempos ruins, que afundavam na “subclasse”. Além disso, desde a década de 1970 vários seguidores (sobretudo jovens e/ou classe média) abandonavam os principais partidos da esquerda por movimentos de mobilização mais especializados — notadamente os de defesa do “meio ambiente”, feministas e outros chamados “novos movimentos sociais” —, assim enfraquecendo-os. No início da década de 1990, governos trabalhistas e social-democratas tornaram-se tão incomuns quanto tinham sido na década de 1950, pois mesmo administrações nominalmente encabeçadas por socialistas abandonavam suas políticas tradicionais, querendo ou não.

As novas forças políticas que ocuparam esse vácuo eram um agrupamento misto, que ia dos xenófobos e racistas na direita, passando pelos grupos secessionistas (sobretudo mas não apenas étnicos/nacionalistas), até os vários partidos “Verdes” e outros “novos movimentos sociais” que reivindicavam um lugar na esquerda. Várias dessas forças políticas estabeleceram uma presença significativa na política de seus países, às vezes um domínio regional, embora no fim do Breve Século xx nenhuma houvesse de fato substituído os velhos

(*) “Isso se aplica especialmente [...] a alguns milhões de pessoas que melhoraram de situação na meia-idade e mudaram. Chegam lá, e se perdem o emprego na verdade não têm ninguém a quem recorrer.”

establishments políticos. O apoio às outras flutuava loucamente. A maioria mais influente delas rejeitava o universalismo da política democrática e cidadã em favor da política de alguma identidade grupal, e conseqüentemente partilhava de uma visceral hostilidade a estrangeiros e gente de fora, e ao Estado abrangente da tradição revolucionária americana e francesa. Examinaremos adiante o surgimento da nova “política de identidade”.

Contudo, a importância desses movimentos está não tanto em seu conteúdo positivo como em sua rejeição à “velha política”. Dos mais formidáveis deles, diversos se apoiavam essencialmente nessa reivindicação negativa, por exemplo a Liga Nortista na Itália, os 20% do eleitorado americano que apoiaram um rico dissidente texano para presidente em 1992 ou, aliás, os eleitores do Brasil e Peru, que em 1989 e 1990 elegeram homens para a Presidência com base em que deviam ser dignos de confiança, pois nunca tinham ouvido falar neles antes. Na Grã-Bretanha, só o sistema eleitoral sistematicamente não representativo impediu o surgimento de um terceiro partido em vários momentos desde o início da década de 1970, quando os liberais, sós ou em combinação, ou em fusão com uma moderada dissidência social-democrata do Partido Trabalhista, conquistaram quase tanto apoio quanto um ou outro dos dois grandes partidos — ou mesmo mais. Desde o início da década de 1930, outro período de depressão, não houvera nada semelhante ao dramático colapso do apoio eleitoral, em fins da década de 1980 e inícios da de 1990, aos partidos estabelecidos com longas folhas de serviço no governo — o Partido Socialista na França (1990), o Partido Conservador no Canadá (1993), os partidos do governo italiano (1993). Em suma, durante as Décadas de Crise as até então estáveis estruturas da política nos países capitalistas democráticos começaram a desabar. E o que é mais: as novas forças políticas que mostraram o maior potencial de crescimento foram as que combinavam demagogia populista, liderança pessoal altamente visível e hostilidade a estrangeiros. Os sobreviventes da era entreguerras tinham motivos para sentir-se desencorajados.

III

Não foi muito notado que, mais uma vez a partir de 1970, mais ou menos, uma crise semelhante havia começado a solapar o “Segundo Mundo” das “economias centralmente planejadas”. Primeiro essa crise foi ocultada, depois acentuada, pela inflexibilidade de seus sistemas políticos, de modo que a mudança, quando veio, foi repentina, como no fim da década de 1970, após a morte de Mao na China e em 1983-5, após a morte de Brejnev na URSS (ver capítulo 16). Economicamente, já estava claro em meados da década de 1960 que o socialismo centralmente planejado pelo Estado necessitava de reforma urgente. A partir da década de 1970, havia fortes sinais de regressão real. Foi

o momento mesmo em que essas economias se viram expostas, como todas as demais — embora talvez não na mesma medida — aos incontroláveis movimentos e imprevisíveis flutuações da economia mundial transnacional. A entrada maciça da URSS no mercado internacional de grãos e o impacto das crises de petróleo da década de 1970 dramatizaram o fim do “campo socialista” como uma economia regional praticamente auto-suficiente, protegida dos caprichos da economia mundial (ver p. 365).

Oriente e Ocidente estavam curiosamente amarrados não apenas pela economia transnacional, que nenhum dos dois podia controlar, mas pela estranha interdependência do sistema de poder da Guerra Fria. Isso, como vimos (ver capítulo 8), estabilizou as duas superpotências e o mundo entre elas, e por sua vez iria lançar as duas na desordem quando desabou. A desordem não era simplesmente política, mas econômica. Pois, com o súbito colapso do sistema político soviético, a divisão inter-regional de trabalho e a rede de dependência mútua que se haviam desenvolvido na esfera soviética também desabaram, obrigando países e regiões para ela programados a enfrentar individualmente o mercado mundial, para o qual não estavam equipados. Mas o Ocidente estava igualmente despreparado para integrar os restos do velho “sistema mundial paralelo” comunista em seu próprio mercado mundial, mesmo que quisesse, o que não queria a Comunidade Européia.* A Finlândia, uma das espetaculares histórias de sucesso econômico da Europa do pós-guerra, foi mergulhada numa grande depressão pelo colapso da economia soviética. A Alemanha, maior potência econômica da Europa, ia impor severas tensões à sua própria economia e à Europa como um todo, simplesmente porque seu governo (contra as advertências de seus banqueiros, deve-se dizer) subestimou completamente a dificuldade e os custos da absorção de uma parte relativamente minúscula da economia socialista, os 16 milhões de habitantes da República Democrática Alemã. Essas, contudo, foram conseqüências imprevisíveis do colapso soviético, que quase ninguém esperava até acontecerem.

Apesar disso, entretanto, e como no Ocidente, idéias inconcebíveis tornavam-se concebíveis no Oriente; problemas invisíveis tornavam-se visíveis. Assim, tanto no Oriente como no Ocidente a defesa do meio ambiente tornou-se um importante tema de campanha na década de 1970, fosse a questão a defesa das baleias ou a preservação do lago Baikal na Sibéria. Em vista das restrições ao debate público, não podemos acompanhar exatamente o desenvolvimento de idéias críticas nessas sociedades, mas em 1980 economistas comunistas de primeira classe e antes reformistas dentro do regime, como János Kornai

(*) Eu me lembro do grito de angústia de um búlgaro num colóquio internacional em 1993: “Que querem que façamos? Nós perdemos nossos mercados nos antigos países socialistas. A Comunidade Européia não quer receber nossas exportações. Como membros leais da ONU, não podemos nem mesmo vender à Sérvia agora, por causa do bloqueio bósnio. Aonde vamos?”.

na Hungria, estavam publicando análises notavelmente negativas dos sistemas econômicos socialistas, e as implacáveis sondagens das deficiências do sistema social soviético, que se tornaram conhecidas em meados da década de 1980, vinham claramente sendo gestadas entre os acadêmicos de Novosibirsk e outras partes. É difícil estabelecer quando importantes comunistas desistiram de fato de suas crenças no socialismo, pois após 1989-91 essas pessoas tinham certo interesse em antedatar retrospectivamente sua conversão. O que era verdade na economia o era ainda mais patente na política, como iria mostrar a *perestroika* de Gorbachev, pelo menos nos países socialistas ocidentais. Com toda a sua admiração histórica e ligação a Lenin, há pouca dúvida de que muitos comunistas reformistas teriam querido abandonar grande parte da herança política do leninismo, embora poucos (fora do Partido Comunista italiano, pelo qual os reformadores do Leste se sentiam atraídos) estivessem dispostos a dizê-lo.

O que a maioria dos reformadores no mundo socialista teria desejado era transformar o comunismo em algo semelhante à democracia ocidental. Seu modelo era mais Estocolmo que Los Angeles. Não há sinal de que Hayek e Friedman tivessem muitos admiradores secretos em Moscou ou Budapeste. Seu azar foi que a crise dos sistemas comunistas coincidiu com a crise do capitalismo da Era de Ouro, que também foi a crise dos sistemas social-democratas. Azar ainda maior foi o súbito colapso do comunismo fazer com que um programa de transformação gradual parecesse ao mesmo tempo indesejável e impraticável e ocorrer quando o radicalismo total dos ideólogos do livre mercado puro se achava em (breve) triunfo no Ocidente capitalista. Essa, portanto, se tornou a inspiração teórica dos regimes pós-comunistas, embora na prática se mostrasse tão irrealizável lá quanto em qualquer outro lugar.

Contudo, embora de muitas formas as crises no Leste e no Oeste corressem paralelas e estivessem ligadas numa única crise global pela política e economia, elas diferiam em dois grandes aspectos. Para o sistema comunista, que pelo menos na esfera soviética era inflexível e inferior, tratava-se de uma questão de vida e morte, a que não sobreviveu. A sobrevivência do sistema econômico jamais esteve em questão nos países desenvolvidos do capitalismo, e, apesar do desmoronamento de seus sistemas políticos, tampouco estava, em questão ainda, a viabilidade desses sistemas. Isso pode explicar, embora não justificar, a implausível afirmação de um escritor americano de que, com o fim do comunismo, a história futura da humanidade seria a da democracia liberal. Só num aspecto vital esses sistemas se achavam em risco: sua existência futura como Estados territoriais individuais não estava mais assegurada. Contudo, no início da década de 90, nem um único dos Estados-nações ocidentais ameaçados com movimentos secessionistas se havia de fato dividido.

Durante a Era da Catástrofe, o fim do capitalismo parecera próximo. A Grande Depressão podia ser descrita, como o título de um livro contemporâneo, como *The final crisis* [A crise final] (Hutt, 1935). Poucos se mostra-

vam seriamente apocalípticos em relação ao futuro imediato do capitalismo desenvolvido, embora um historiador e *marchand* francês predissesse firmemente o fim da civilização ocidental em 1976, com base no não insustentável argumento de que o impulso da economia americana, que carregara o resto do mundo capitalista para a frente antes, era agora uma força exaurida (Gimpel, 1992). Ele portanto esperava que a atual depressão fosse “continuar até bem adentrado o próximo milênio”. É simplesmente justo acrescentar que, até meados ou mesmo final da década de 1980, poucos também se mostravam apocalípticos em relação às perspectivas da URSS.

Contudo, precisamente por causa do maior e mais incontrolável dinamismo da economia capitalista, a textura social das sociedades ocidentais fora muito menos profundamente minada que a das socialistas, e conseqüentemente, neste aspecto, a crise no Ocidente era mais séria. O tecido social da URSS e da Europa Oriental se despedaçou como conseqüência do colapso do sistema, e não como uma condição dele. Onde eram possíveis comparações, como entre as Alemanhas Ocidental e Oriental, parecia que os valores e hábitos da Alemanha tradicional tinham sido mais bem conservados sob a tampa do comunismo do que na região ocidental de milagres econômicos. Os emigrantes judeus da URSS para Israel lá reviveram o cenário musical clássico, pois vinham de um país onde ir a concertos ao vivo ainda fazia parte do comportamento culto, pelo menos para judeus. O público de concertos ainda não fora reduzido, na verdade, a uma pequena minoria sobretudo de meia-idade ou idosa.* Os habitantes de Moscou e Varsóvia se preocupavam menos com o que perturbava os de Nova York ou Londres: taxa de crime em visível ascensão, insegurança pública e violência imprevisível de jovens anômicos. Havia, obviamente, pouca exibição pública do tipo de comportamento que revoltava os socialmente conservadores ou convencionais, mesmo no Ocidente, que viam isso como um indício do colapso da civilização, e murmuravam sombriamente “Weimar”.

Até onde essa diferença entre Oriente e Ocidente se devia à maior riqueza das sociedades ocidentais e ao controle muito mais rígido do Estado no Oriente, é difícil estabelecer. Em alguns aspectos, Oriente e Ocidente haviam evoluído na mesma direção. Em ambos, as famílias se tornaram menores, os casamentos se desfaziam mais livremente que em outras partes, as populações dos Estados — ou, pelo menos, de suas regiões mais urbanizadas e industrializadas — mal se reproduziam, quando o faziam. Em ambos, até onde podemos distinguir, o domínio das religiões ocidentais tradicionais foi drasticamente enfraquecido, embora pesquisadores religiosos afirmassem que havia uma revivescência do sentimento religioso na Rússia pós-soviética, mas não

(*) Em Nova York, um dos maiores centros musicais do mundo, dizia-se no início da década de 1990 que o público de concertos de música clássica era de 20 ou 30 mil pessoas, numa população de 10 milhões.

na frequência aos ofícios. Como mostraram os fatos depois de 1989, as mulheres polonesas se tornaram tão relutantes a deixar a Igreja Católica ditar seus hábitos sexuais quanto as italianas, embora na era comunista os poloneses houvessem mostrado uma ardente ligação com a Igreja, por motivos nacionalistas e anti-soviéticos. Os regimes comunistas visivelmente ofereciam menos espaço social para subculturas, contraculturas e submundos de todos os tipos, e reprimiam a dissidência. Além disso, era provável que pessoas que haviam passado pelos períodos de terror verdadeiramente implacável e indiscriminado, que rechearam a história da maioria desses Estados, mantivessem a cabeça baixa mesmo quando o exercício do poder se tornou mais brando. Apesar disso, a relativa tranqüilidade da vida socialista não se devia ao medo. O sistema isolava seus cidadãos do pleno impacto da transformação social ocidental porque os isolava do pleno impacto do capitalismo ocidental. Qualquer mudança que tenham sofrido veio por meio do Estado ou da sua reação ao Estado. O que o Estado não decidiu mudar continuou em grande parte como era antes. O paradoxo do comunismo no poder é que ele era conservador.

IV

Sobre a vasta área do Terceiro Mundo (incluindo as partes que agora se industrializavam), dificilmente será possível fazer generalizações. Na medida do possível, tentei examinar seus problemas como um todo nos capítulos 7 e 12. As Décadas de Crise, como vimos, afetaram as regiões de maneiras bastante diferentes. Como vamos comparar a Coréia do Sul, onde a propriedade de aparelhos de televisão passou de 6,4% da população para 99,1% nos quinze anos de 1970 a 1985 (Jon, 1993), com um país como o Peru, onde metade da população se achava abaixo da linha da pobreza — mais que em 1972 — e o consumo per capita estava caindo (Anuario, 1989), para não mencionar os devastados países da África subsaariana? As tensões num subcontinente como a Índia eram as de uma economia em crescimento e as de uma sociedade em transformação. As de áreas como Somália, Angola e Libéria eram de países em dissolução, num continente cujo futuro poucos viam com otimismo.

Só uma generalização era bastante segura: desde 1970, quase todos os países dessa região haviam mergulhado profundamente em dívida. Em 1990, iam dos três gigantes da dívida internacional (60 bilhões a 110 bilhões de dólares) — Brasil, México e Argentina —, passando pelos outros 28 que deviam mais de 10 bilhões cada, até as arraias-miúdas que deviam 1 ou 2 bilhões. O Banco Mundial (que tinha motivos para saber) contava apenas sete economias, entre as 96 de “baixa” e “média renda” que acompanhava, que tinham dívidas externas substancialmente abaixo de 1 bilhão de dólares — países como Lesoto e Chade —, e mesmo essas eram muitas vezes maiores

que vinte anos antes. Em termos mais realistas, em 1980 seis países tinham uma dívida praticamente tão grande quanto todo o seu PNB, ou maior; em 1990, 24 países deviam mais do que produziam, incluindo *toda* a África subsaariana, tomando-se a região como um todo. Os países mais pesadamente endividados, relativamente, não surpreendentemente se encontravam na África (Moçambique, Tanzânia, Somália, Zâmbia, Congo, Costa do Marfim), alguns perturbados pela guerra, outros pelo colapso do preço de suas exportações. Contudo, os países que tinham de suportar o custo mais pesado do serviço dessas imensas dívidas, quer dizer, onde elas equivaliam a um quarto ou mais das exportações do país, achavam-se ainda mais regularmente espalhados. Na verdade, entre as regiões do mundo, a África subsaariana estava um tanto abaixo dessa cifra, em melhores condições sob esse aspecto do que o sul da Ásia, a América Latina e o Caribe e o Oriente Médio.

Praticamente nada desse dinheiro tinha probabilidade de um dia ser pago, mas enquanto os bancos continuassem a ganhar juros sobre ele — uma média de 9,6% em 1982 (UNCTAD) —, não se incomodavam. Houve um momento de verdadeiro pânico no início da década de 1980, quando, começando com o México, os grandes devedores latino-americanos não mais puderam pagar, e o sistema bancário ocidental esteve à beira do colapso, pois vários dos maiores bancos tinham emprestado seu dinheiro com tal volúpia na década de 1970 (quando os petrodólares entravam a rodo, clamando por investimento) que agora ficariam tecnicamente na bancarrota. Por sorte para a economia dos países ricos, os três gigantes latinos da dívida não agiram em conjunto, fizeram-se acordos separados para programar as dívidas, e os bancos, apoiados por governos e agências internacionais, tiveram tempo de ir cancelando contabilmente, aos poucos, os bens perdidos e mantendo a solvência técnica. A crise da dívida continuou, mas não era mais potencialmente fatal. Esse foi provavelmente o momento mais perigoso para a economia mundial capitalista desde 1929. A história completa ainda está por ser escrita.

Enquanto suas dívidas cresciam, os bens reais ou potenciais dos Estados pobres não o faziam. A economia mundial capitalista, que julga exclusivamente por lucro ou lucro potencial, decidiu claramente cancelar uma grande parte do Terceiro Mundo nas Décadas de Crise. Das 42 “economias de baixa renda” em 1970, dezenove tinham zero investimento estrangeiro líquido. Em 1990, os investidores estrangeiros diretos tinham perdido todo o interesse em 26. Na verdade, havia substancial investimento (mais de 500 milhões de dólares) em apenas catorze de quase cem países de baixa e média renda fora da Europa, e investimento maciço (de cerca de 1 bilhão para cima) em apenas oito, dos quais quatro estavam no leste e sudeste da Ásia (China, Tailândia, Malásia, Indonésia) e três na América Latina (Argentina, México, Brasil).*

(*) O outro atraidor de investimento era, um tanto surpreendentemente, o Egito.

A economia mundial transnacional, cada vez mais integrada, não ignorou inteiramente as regiões proscritas. As menores e mais pitorescas tinham potencial como paraísos turísticos e refúgios *offshore* dos controles de governos, e a descoberta de algum recurso conveniente num território até então desinteressante podia muito bem mudar a situação. Contudo, no todo, grande parte do mundo caía fora da economia mundial. Após o colapso do bloco soviético, esse pareceu ser também o caso da área entre Trieste e Vladivostok. Em 1990, os únicos ex-Estados socialistas da Europa Oriental que atraíam algum investimento estrangeiro líquido eram a Polônia e a Tchecoslováquia (*World Development*, 1992, tabelas 21, 23 e 24). Dentro da vasta área da ex-URSS, havia visivelmente distritos ou repúblicas ricos em recursos que atraíam algum dinheiro sério, e zonas que eram abandonadas à própria sorte miserável. De uma maneira ou de outra, a maior parte do ex-Segundo Mundo estava sendo assimilada a um status de Terceiro Mundo.

O principal efeito das Décadas de Crise foi assim ampliar o fosso entre países ricos e pobres. O verdadeiro PIB per capita da África subsaariana caiu de 14% do dos países industriais para 8% entre 1960 e 1987; o dos países “menos desenvolvidos” (que incluíam africanos e não africanos), de 9% para 5%.* (Human Development, 1991, tabela 6).

V

Quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição, até 1945 praticamente universal: o Estado-nação territorial, pois um Estado assim já não poderia controlar mais que uma parte cada vez menor de seus assuntos. Organizações cujo campo de ação era efetivamente limitado pelas fronteiras de seu território, como sindicatos, parlamentos e sistemas públicos de rádio e televisão nacionais, saíram portanto perdendo, enquanto organizações não limitadas desse jeito, como empresas transnacionais, o mercado de moeda internacional e os meios de comunicação da era do satélite, saíram ganhando. O desaparecimento das superpotências, que podiam de qualquer modo controlar os Estados-satélites, iria reforçar essa tendência. Mesmo a mais insubstituível função que os Estados-nações haviam desenvolvido durante o século, a de redistribuir sua renda entre suas populações através das “transferências sociais” dos serviços de previdência, educa-

(*) Os “países menos desenvolvidos” são uma categoria estabelecida pela ONU. Em sua maioria, têm um PNB per capita por ano de menos de trezentos dólares. “PIB real per capita” é uma maneira de expressar essa cifra em termos do que poderia comprar localmente, em vez de simplesmente em termos de taxas oficiais de câmbio, segundo uma escala de “paridades internacionais de poder de compra”.

ção e saúde, e outras alocações de fundos, não mais podia ser territorialmente auto-suficiente em teoria, embora a maior parte tivesse de continuar sendo na prática, a não ser onde entidades supranacionais como a Comunidade ou União Européias a complementasse em alguns aspectos. Durante o auge dos teólogos do livre mercado, o Estado foi solapado mais ainda pela tendência de desmontar atividades até então exercidas, em princípio, por órgãos públicos deixando-as entregues ao “mercado”.

Paradoxalmente, mas talvez não surpreendentemente, esse enfraquecimento do Estado-nação foi acompanhado de uma nova moda de recortar os velhos Estados-nações territoriais em supostos Estados novos (menores), baseados sobretudo na exigência, por algum grupo, de um monopólio étnico-lingüístico. Para começar, o surgimento de tais movimentos autonomistas e separatistas, sobretudo após 1970, era basicamente um fenômeno ocidental, observável na Grã-Bretanha, Espanha, Canadá, Bélgica e até na Suíça e Dinamarca, mas também, a partir do início da década de 1970, no menos centralizado dos Estados socialistas, a Iugoslávia. A crise do comunismo espalhou-se para o Oriente, onde iriam se formar após 1991 mais Estados novos e nominalmente nacionais que em qualquer outra época do século xx. Até a década de 1990, o fenômeno praticamente não afetou o hemisfério ao sul da fronteira canadense. Nas áreas onde as décadas de 1980 e 1990 trouxeram o colapso e desintegração de Estados, como no Afeganistão e em partes da África, a alternativa para o velho Estado não era tanto uma divisão em novos Estados, mas a anarquia.

O fato foi paradoxal, pois era perfeitamente claro que os novos mini-Estados-nações sofriam precisamente das mesmas deficiências dos velhos, só que, sendo menores, mais ainda. Era menos surpreendente do que parecia, simplesmente porque o único modelo de Estado de fato existente no fim do século xx era o do território delimitado com suas próprias instituições autônomas — em suma, o modelo de Estado-nação da Era das Revoluções. Além disso, desde 1918 todos os regimes se achavam comprometidos com o princípio de “auto-determinação nacional”, que fora cada vez mais sendo definido em termos étnico-lingüísticos. Nesse aspecto, Lenin e o presidente Wilson concordavam. Tanto a Europa dos tratados de paz de Versalhes quanto o que se tornou a URSS foram concebidos como reuniões desses Estados-nações. No caso da URSS (e da Iugoslávia, que depois seguiu seu exemplo), foram reuniões de Estados-nações que, em teoria — embora não na prática —, mantinham seu direito de secessão.* Quando essas uniões se desfizessem, naturalmente seria ao longo de linhas de divisão predeterminadas.

Contudo, na verdade o novo nacionalismo separatista das Décadas de

(*) Nisso diferiam dos Estados dos EUA, que desde o fim da Guerra Civil americana em 1865 não têm tido direito de secessão, com exceção possivelmente do Texas.

Crise era um fenômeno bastante diferente da criação do Estado-nação do século XIX e princípios do XX. Era de fato uma combinação de três fenômenos. Um era a resistência dos Estados-nações existentes à sua demolição. Isso se tornou cada vez mais claro na década de 1980, com as tentativas de membros ou membros potenciais da Comunidade Européia, às vezes de colorações políticas largamente diferentes, como a Noruega e a Grã-Bretanha da sra. Thatcher, de reter sua autonomia regional, em assuntos que achavam importantes, dentro da estandardização européia. Contudo, era significativo que o principal esteio tradicional de autodefesa do Estado-nação, o protecionismo, estivesse incomparavelmente mais fraco nas Décadas de Crise do que na Era da Catástrofe. O livre comércio global continuou sendo o ideal e, em medida surpreendente, a realidade — mais ainda após a queda das economias comandadas por Estados —, embora vários Estados desenvolvessem métodos até então não conhecidos de proteger-se contra a competição estrangeira. Os japoneses e franceses eram tidos como especialistas nisso, mas provavelmente o sucesso dos italianos em manter a parte do leão de seu mercado interno de automóveis em mãos italianas (isto é, a Fiat) foi mais impressionante. Apesar disso, essas eram ações de retaguarda, mesmo tendendo a ser cada vez mais encarniçadas e às vezes bem-sucedidas. Eram provavelmente contestadas com mais ira onde a questão não era simplesmente econômica, mas de identidade cultural. Os franceses, e em menor medida os alemães, lutaram para manter os vastos subsídios a seus camponeses, não apenas porque os agricultores representavam votos vitais, mas também por sentirem sinceramente que a destruição da agricultura camponesa, por mais ineficiente e não competitiva que fosse, iria significar a destruição de uma paisagem, de uma tradição, de uma parte do caráter da nação. Os franceses, apoiados por outros europeus, resistiam à exigência americana de livre comércio em filmes e produtos audiovisuais, e não apenas porque isso teria inundado suas telas públicas e privadas de produtos americanos, dado que a indústria de diversões com base nos EUA (embora a essa altura de propriedade internacional e internacionalmente controlada) restabelecera um monopólio mundial potencial na escala do poder da velha Hollywood. Também achavam, intolerável e com razão, que puros cálculos de custo e lucratividade comparativos levassem ao fim da produção cinematográfica em língua francesa. Quaisquer que fossem os argumentos econômicos, havia coisas na vida que tinham de ser protegidas. Algum governo pensaria seriamente em destruir a Catedral de Chartres ou o Taj Mahal, se se pudesse demonstrar que a construção de um hotel de luxo, um *shopping center* e um centro de conferências no local (supondo-se que fosse vendido a compradores privados) traria um acréscimo líquido maior ao PIB do país do que o movimento turístico existente? A pergunta só precisava ser feita para ser respondida.

O segundo é mais bem descrito como o egoísmo coletivo da riqueza, e refletia as crescentes disparidades entre continentes, países e regiões. Gover-

nos de Estados-nações anacrônicos, centralizados ou federais, além de entidades supranacionais, como a Comunidade Européia, tinham aceitado a responsabilidade pelo desenvolvimento de todos os seus territórios e, portanto, em certa medida, pela equalização de fardos e benefícios por todos eles. Isso significava que as regiões mais pobres e atrasadas eram subsidiadas (através de algum sistema de distribuição central) pelas ricas e mais avançadas, ou mesmo recebiam preferência em investimentos a fim de reduzir seu atraso. A Comunidade Européia foi suficientemente realista para só admitir como membros Estados cujos atraso e pobreza não impusessem grande tensão sobre o resto, um realismo inteiramente ausente da NAFTA (Área de Livre Comércio Norte-Americana) de 1993, que atrelou os EUA e o Canadá (PNB per capita de 1990 de cerca de 20 mil dólares) ao México, que tinha um oitavo desse PNB per capita.* A relutância de áreas ricas a subsidiar as pobres há muito era conhecida do governo local, sobretudo nos EUA. O problema do “deteriorado centro das cidades”, habitado pelos pobres, e com uma base de impostos encolhendo por causa da fuga para as áreas residenciais, deveu-se em grande parte a isso. Quem queria pagar pelos pobres? Áreas residenciais ricas de Los Angeles, como Santa Mônica e Malibu, preferiram separar-se da cidade, e no início da década de 1990 Staten Island votou por sua separação de Nova York pelo mesmo motivo.

Parte do separatismo nacionalista das Décadas de Crise visivelmente se alimentava desse egoísmo coletivo. A pressão para a divisão na Iugoslávia vinha da Eslovênia e da Croácia “européias”; e a pressão pela divisão da Tchecoslováquia, da vociferantemente “ocidental” República Tcheca. A Catalunha e o país basco eram as partes mais ricas e mais “desenvolvidas” da Espanha, e os únicos sinais de separatismo significativo na América Latina vinham do estado mais rico do Brasil, Rio Grande do Sul. O mais puro exemplo do fenômeno foi o súbito surgimento em fins da década de 1980 da Liga Lombarda (depois: Liga Nortista), que visava à secessão da região cujo centro é Milão, a “capital econômica” da Itália, de Roma, a capital política. A retórica da Liga, com suas referências a um glorioso passado medieval e ao dialeto lombardo, era a de sempre em qualquer agitação nacionalista, mas a verdadeira questão era o desejo da região rica de manter seus recursos para si mesma.

Possivelmente o terceiro elemento era, principalmente, uma resposta à “revolução cultural” da segunda metade do século, à extraordinária dissolução de normas, texturas e valores sociais tradicionais que deixou tantos dos habitantes do mundo desenvolvido órfãos e sem herança. Jamais a palavra “comunidade” foi usada mais indiscriminada e vaziamente do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico se tornaram difíceis de encontrar na vida real — a “comunidade de informações”, a “comunidade de relações públi-

(*) Em 1990 o membro mais pobre da União Européia, Portugal, teve um PIB equivalente a um terço da média dos países da Comunidade Européia.

cas”, a “comunidade gay”. O surgimento de “grupos de identidade” — agrupamentos humanos aos quais a pessoa podia “pertencer”, inequivocamente e sem incertezas e dúvidas — foi observado a partir de fins da década de 1960 por escritores nos sempre autovigilantes EUA. A maioria deles, por motivos óbvios, apelava para uma “etnicidade” comum, embora outros grupos de pessoas que buscavam o separatismo coletivo usassem a mesma linguagem nacionalista (como quando ativistas homossexuais falavam em “nação homossexual”).

Como sugere o surgimento desse fenômeno no mais sistematicamente multiétnico dos Estados, a política de grupos de identidade não tinha ligação intrínseca com “autodeterminação nacional”, isto é, com o desejo de criar Estados territoriais identificados com um determinado “povo”, que era a essência do nacionalismo. A secessão não fazia sentido para negros ou italianos americanos, nem fazia parte de sua política étnica. Os políticos ucranianos no Canadá não eram ucranianos, mas canadenses.* Na verdade, a essência da política étnica ou assemelhada em sociedades urbanas, ou seja, sociedades quase por definição heterogêneas, era competir com outros grupos semelhantes por uma fatia dos recursos do Estado não étnico, usando a ferramenta política da lealdade grupal. Os políticos eleitos para os distritos eleitorais municipais de Nova York, divididos para dar representação específica a blocos de votação latinos, orientais e homossexuais, queriam mais da cidade de Nova York, não menos.

O que a política de identidade étnica teve em comum com o nacionalismo étnico *fin-de-siècle* foi a insistência em que a identidade de grupo da pessoa consistia numa característica existencial, supostamente primordial, imutável e portanto permanente, partilhada com outros membros do grupo e com mais ninguém. O exclusivismo era-lhe absolutamente essencial, pois as diferenças de fato que separavam as comunidades humanas umas das outras eram atenuadas. Jovens judeus americanos buscavam suas “raízes” quando as coisas que os marcavam indelevelmente como judeus não eram mais marcas de judaidade; não menos a segregação e discriminação dos anos de antes da Segunda Guerra Mundial. Embora o nacionalismo do Quebec insistisse em separação porque se dizia uma “sociedade distinta”, na verdade surgiu como força significativa precisamente quando o Quebec deixou de ser a “sociedade distinta” que tão patente e inequivocamente tinha sido até a década de 1960 (Ignatieff, 1993, pp. 115-7). A própria fluidez da etnicidade em sociedades urbanas tornava sua escolha arbitrária e artificial, se posta como único critério do grupo.

(*) No máximo, podiam-se formar comunidades imigrantes locais chamadas de “nacionalismo a distância” em favor de suas pátrias originais ou escolhidas, em geral representando os extremos da política nacionalista naqueles países. Os irlandeses e judeus americanos foram os pioneiros nesse campo, mas as diásporas globais criadas pela migração multiplicaram tais organizações, por exemplo entre os migrantes sikhs da Índia. O nacionalismo a distância atingiu a maioria com o colapso do mundo socialista.

Nos EUA, com exceção dos negros, hispânicos e os de origem inglesa e alemã, pelo menos 60% das americanas natas de *todas* as origens étnicas casavam-se fora de seu grupo (Liebersohn & Waters, 1988, p. 173). A identidade da pessoa tinha de ser cada vez mais construída insistindo-se na não-identidade de outros. De que outra maneira podiam os carecas neonazistas na Alemanha, usando os uniformes, penteados e gostos musicais da cultura juvenil cosmopolita, estabelecer sua germanidade essencial, a não ser espancando turcos e albaneses locais? Como, a não ser eliminando os que não “pertenciam”, se poderia estabelecer o caráter “essencialmente” croata e sérvio de uma região na qual, durante a maior parte da história, uma variedade de etnias e religiões vivera como vizinhos?

A tragédia dessa política de identidade exclusionária, quisesse ela ou não estabelecer Estados independentes, era que não podia dar certo de jeito nenhum. Só podia fazer de conta. Os ítalo-americanos do Brooklyn, que (talvez em número crescente) insistiam em sua italianidade e falavam italiano uns com os outros, desculpando-se pela falta de fluência no que supunham ser sua língua nativa,* trabalhavam numa economia americana na qual a italianidade como tal não era importante, a não ser como chave para um nicho relativamente modesto do mercado. A pretensão de que havia uma verdade negra, hindu, russa ou feminina incompreensível e portanto essencialmente incomunicável aos de fora do grupo, não poderia sobreviver fora de instituições cuja única função era estimular tais opiniões. Os fundamentalistas islâmicos que estudavam física não estudavam física islâmica; os engenheiros judeus não aprendiam engenharia hassídica; mesmo os franceses e alemães mais culturalmente nacionalistas aprendiam que a atuação na aldeia global dos cientistas e especialistas técnicos que faziam o mundo funcionar exigia comunicação numa única língua global análoga ao latim medieval, que por acaso se baseava no inglês. Mesmo um mundo dividido em territórios étnicos teoricamente homogêneos construído pelo genocídio, a expulsão em massa e a “limpeza étnica” era inevitavelmente heterogeneizado novamente por movimentos em massa de pessoas (trabalhadores, turistas, comerciantes, técnicos), por estilos, e pelos tentáculos da economia global. Isso, afinal, foi o que aconteceu nos países da Europa Central, “etnicamente limpos” durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Era o que inevitavelmente voltaria a acontecer num mundo cada vez mais urbanizado.

Assim, a política de identidade e o nacionalismo *fin-de-siècle* eram não tanto programas, menos ainda programas efetivos para lidar com os problemas de fins do século XX, mas antes reações emocionais a esses problemas. E no entanto, à medida que o século chegava ao fim, a ausência de instituições e mecanismos de fato capazes de lidar com esses problemas se tornava cada vez

(*) Escutei essas conversas numa loja de departamentos em Nova York. Os pais e avós deles, quase certamente, não falavam italiano, mas napolitano, siciliano ou calabrês.

mais evidente. O Estado-nação não era mais capaz de lidar com eles. Quem, ou o quê, seria?

Vários mecanismos tinham sido inventados com esse propósito desde que as Nações Unidas foram estabelecidas em 1945, na suposição, imediatamente desautorizada, de que os EUA e a URSS continuariam a concordar o suficiente para tomar decisões globais. O melhor que se pode dizer dessa organização é que, ao contrário de sua antecessora, a Liga das Nações, a ONU continuou existindo por toda a segunda metade do século XX e na verdade se tornou um clube cuja filiação, cada vez mais, mostrava que um Estado fora formalmente aceito como soberano internacionalmente. Não tinha, pela natureza de sua constituição, poderes nem recursos independentes dos que lhe eram destinados pelas nações membros e, portanto, não tinha poderes de ação independente.

A simples necessidade de coordenação global multiplicou as organizações internacionais mais rápido que nunca nas Décadas de Crise. Em meados da década de 1980, havia 365 organizações intergovernamentais e nada menos que 4615 não governamentais, ou seja, acima de duas vezes mais que no início da década de 1970 (Held, 1988, p. 15). Além disso, a ação global em problemas como conservação e meio ambiente era cada vez mais reconhecida como urgente. Contudo, infelizmente, os únicos procedimentos formais para segui-la, ou seja, por tratados internacionais separadamente assinados e ratificados por Estados-nações soberanos, eram lentos, desajeitados e inadequados, como ficou demonstrado pelos esforços para preservar o continente antártico e proibir permanentemente a caça às baleias. O fato mesmo de na década de 1980 o governo do Iraque ter matado milhares de seus cidadãos com gás venenoso, violando assim uma das poucas convenções internacionais verdadeiramente universais, o Protocolo de Genebra de 1925 contra o emprego de guerra química, acentuou a fraqueza dos instrumentos internacionais existentes.

Apesar disso, havia duas maneiras de assegurar-se a ação universal, e as Décadas de Crise viram as duas substancialmente aplicadas. Uma foi a voluntária abdicção de poder nacional para autoridades supranacionais por Estados médios que não mais se sentiam suficientemente fortes para garantir-se no mundo. A Comunidade Econômica Européia (rebatizada como Comunidade Européia na década de 1980, e União Européia na de 1990) duplicou de tamanho na década de 1970, e preparava-se para expandir-se ainda mais na de 1990, reforçando ao mesmo tempo sua autoridade sobre os assuntos dos Estados membros. O fato dessa dupla extensão era inquestionável, embora fosse provocar considerável resistência nacional, tanto de governos membros como da opinião pública em seus países. A força da Comunidade/União estava no fato de que sua autoridade central, não eleita, em Bruxelas, tomava iniciativas políticas independentes e era praticamente imune às pressões da política democrática, a não ser muito indiretamente, através das periódicas reuniões e negociações de representantes de seus governos membros (eleitos). Esse esta-

do de coisas possibilitava-lhe funcionar como uma autoridade supranacional efetiva, sujeita apenas a vetos específicos.

O outro instrumento de ação internacional era igualmente, senão mais, protegido contra Estados-nações e democracias. A autoridade dos organismos financeiros internacionais estabelecidos depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (ver pp. 269 e ss.). Apoiados pela oligarquia dos grandes países capitalistas, que, sob o vago rótulo de “Grupo dos Sete”, se tornaram cada vez mais institucionalizados a partir da década de 1970, eles adquiriram crescente autoridade durante as Décadas de Crise, à medida que as incontroláveis incertezas das trocas globais, a crise da dívida do Terceiro Mundo e, após 1989, o colapso das economias do bloco soviético tornaram um número cada vez maior de países dependentes da disposição dos países ricos de conceder-lhes empréstimos. Esses empréstimos eram cada vez mais condicionados à busca local de políticas agradáveis às autoridades bancárias globais. O triunfo da teologia neoliberal na década de 1980 na verdade traduziu-se em políticas de privatização sistemática e capitalismo de livre mercado impostas a governos demasiado falidos para resistir-lhes, fossem elas imediatamente relevantes para seus problemas econômicos ou não (como na Rússia pós-soviética). É interessante mas, infelizmente, sem sentido, especular sobre o que J. M. Keynes e Harry Dexter White teriam achado das instituições que eles construíram tendo em mente objetivos muito diferentes, entre os quais, não menos, o do pleno emprego em seus respectivos países.

Mesmo assim, essas ainda eram autoridades internacionais efetivas, de qualquer modo para a imposição pelos ricos de políticas aos países pobres. No fim do século, ainda se esperava para ver quais as conseqüências dessas políticas, e quais os seus efeitos sobre o desenvolvimento mundial.

Duas vastas regiões do mundo estavam para testá-las. Uma era a região da URSS e suas economias européias e asiáticas associadas, que, após a queda dos sistemas comunistas ocidentais, agora jaziam em ruínas. A outra era o depósito de explosivo social que ocupava tão grande parte do Terceiro Mundo. Como veremos no próximo capítulo, formava, desde a década de 1950, o maior elemento de instabilidade política do globo.

TERCEIRO MUNDO E REVOLUÇÃO

Em janeiro de 1974, o general Beleta Abebe parou no quartel de Gode, a caminho de uma inspeção [...] No dia seguinte, chegou ao palácio um comunicado incrível: o general fora preso pelos soldados, que estão obrigando-o a comer o que eles comem. Comida tão obviamente podre que alguns receiam que o general caia doente e morra. O imperador [da Etiópia] manda a unidade aerotransportada de sua guarda, que libera o general e o leva para o hospital.

Ryszard Kapucinski, *The emperor* (1983, p. 120)

A gente matou todo o gado [da fazenda experimental da universidade] que pôde. Mas, enquanto matávamos, as camponesas se puseram a chorar: pobres animais, por que estão matando eles assim, que foi que eles fizeram? Quando as senhoras começaram a chorar, ó coitadinhas, a gente parou, mas já tinha matado cerca de um quarto, coisa de oitenta cabeças. A gente queria matar todas, mas não pôde porque as camponesas começaram a chorar.

Depois que estávamos ali há algum tempo, um cavalheiro a cavalo, a caminho de Ayacucho, contou por lá o que se passava. Assim, no dia seguinte, saiu no noticiário da estação de rádio La Voz. Naquela hora a gente estava voltando, alguns camaradas tinham aqueles radinhos, e assim a gente ouviu, e, bem, isso fez a gente se sentir bem, não?

Um jovem membro do Sendero Luminoso, *Tiempos* (1990, p. 198)

I

Como quer que interpretemos as mudanças no Terceiro Mundo e sua gradual decomposição e fissão, em seu todo ele diferia do Primeiro Mundo em um aspecto fundamental. Formava uma zona mundial de revolução — recém-realizada, iminente ou possível. O Primeiro Mundo era, de longe, política e socialmente estável quando começara a Guerra Fria global. O que quer que

fumegasse sob a superfície do Segundo Mundo, era abafado pela tampa do poder do partido e da potencial intervenção militar soviética. Por outro lado, muito poucos Estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, atravessaram o período a partir de 1950 (ou da data de sua fundação) sem revolução; golpes militares para suprimir, impedir ou promover revolução; ou alguma outra forma de conflito armado interno. As principais exceções até a data em que escrevo são a Índia e umas poucas colônias governadas por paternalistas autoritários e longevos como o dr. Banda, de Malavi (ex-colônia de Niassalândia), e o (até 1994) indestrutível M. Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim. Essa persistente instabilidade social e política do Terceiro Mundo dava-lhe seu denominador comum.

Essa instabilidade era igualmente evidente para os EUA, protetores do *status quo* global, que a identificavam com o comunismo soviético, ou pelo menos a encaravam como uma vantagem permanente e potencial para o outro lado na grande luta global pela supremacia. Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local. Foi isso que manteve o Terceiro Mundo como uma zona de guerra, quando a Primeira e Segunda Guerras Mundiais se resolveram na maior era de paz desde o século XIX. Antes do colapso do sistema soviético, estimava-se que cerca de 19 — talvez mesmo 20 — milhões de pessoas haviam sido mortas em mais de cem “guerras maiores e ações e conflitos militares” entre 1945 e 1983, praticamente todas no Terceiro Mundo: mais de 9 milhões no leste da Ásia; 3,5 milhões na África; 2,5 milhões no sul da Ásia; cerca de meio milhão no Oriente Médio, sem contar a mais assassina de suas guerras, o conflito Irã-Iraque de 1980-8, que mal começara; e um pouco menos na América Latina (*UN World Social Situation*, 1985, p. 14). A Guerra da Coreia, de 1950-3, cujos mortos foram estimados entre 3 e 4 milhões (em um país de 30 milhões) (Halliday & Cumings, 1988, pp. 200-1), e os trinta anos de guerras do Vietnã (1945-75) foram de longe as maiores guerras, e as únicas em que as próprias forças americanas se envolveram diretamente em grande escala. Em cada uma delas, cerca de 50 mil americanos foram mortos. As perdas dos vietnamitas e outros povos indochineses são difíceis de estimar, mas a estimativa mais modesta chega a 2 milhões. Contudo, algumas das guerras anticomunistas travadas indiretamente foram de barbaridade comparável, sobretudo na África, onde se diz que cerca de 1,5 milhão de pessoas morreram entre 1980 e 1988 nas guerras contra os governos de Moçambique e Angola (população conjunta de cerca de 23 milhões), com 12 milhões deslocados de suas terras ou ameaçados de fome (*UN África*, 1989, p. 6).

O potencial revolucionário do Terceiro Mundo era igualmente evidente

nos países comunistas, quando nada porque, como vimos, os líderes da libertação colonial tendiam a encarar-se como socialistas, empenhados no mesmo tipo de projeto de emancipação, progresso e modernização que a União Soviética, e nas mesmas linhas. Quando educados no estilo ocidental, podiam até mesmo julgar-se inspirados por Lenin e Marx, embora fossem incomuns os partidos comunistas poderosos no Terceiro Mundo, e (fora Mongólia, China e Iêmen) nenhum se tornou a força principal de movimentos de libertação nacional. Contudo, vários novos regimes reconheciam a utilidade do tipo de partido leninista e construíam ou tomavam de empréstimo o seu, como Sun Yat-sen fizera na China depois de 1920. Alguns partidos comunistas que conquistaram força e influência particulares foram postos de lado (como no Irã e Iraque na década de 1950), ou eliminados por massacres, como na Indonésia em 1965, onde algo como meio milhão de comunistas ou supostos comunistas foram mortos após o que se disse ter sido um golpe militar pró-comunista — provavelmente a maior carnificina política na história.

Durante várias décadas, a URSS adotou uma visão essencialmente pragmática de sua relação com os movimentos revolucionários, radicais e de libertação do Terceiro Mundo, pois nem pretendia nem esperava aumentar a região sob governo comunista além da extensão da ocupação soviética no Ocidente, ou da intervenção chinesa (que não podia controlar inteiramente) no Oriente. Isso não mudou nem no período de Krushev (1956-64), quando várias revoluções autóctones, em que os comunistas não tomaram parte, chegaram ao poder com energia própria, notadamente em Cuba (1959) e Argélia (1962). A descolonização africana também levou ao poder líderes que não pediam nada melhor que o título de antiimperialistas, socialistas e amigos da União Soviética, sobretudo quando esta levava ajuda técnica e outras não maculadas pelo velho colonialismo: Kwame Nkrumah em Gana, Sekou Touré na Guiné, Modibo Keita em Mali, e o trágico Patrice Lumumba no Congo Belga, cujo assassinato fez dele um ícone e mártir do Terceiro Mundo. (A URSS rebatizou a Universidade da Amizade dos Povos que estabelecera para estudantes do Terceiro Mundo em 1960 como “Universidade Lumumba”.) Moscou simpatizava com os novos regimes e ajudou-os, embora logo abandonando o excesso de otimismo sobre os novos Estados africanos. No ex-Congo Belga, deu apoio armado ao lado lumumbista contra os clientes ou títeres dos EUA e dos belgas na guerra civil (com intervenções de forças das Nações Unidas, igualmente antipatizadas pelas duas superpotências) que se seguiu à precipitada concessão da independência à vasta colônia. Os resultados foram decepcionantes.* Quando um dos novos regimes, o de Fidel Castro em Cuba, se declarou de fato ofi-

(*) Um brilhante jornalista polonês, então escrevendo da província (teoricamente) lumumbista, deu a mais vívida versão da trágica anarquia congoleza (Kapuczinski, 1990).

cialmente comunista, para surpresa de todos, a URSS tomou-o sob sua proteção, mas não a ponto de pôr permanentemente em perigo suas relações com os EUA. Apesar disso, não há indício concreto de que ela pretendesse ampliar as fronteiras do comunismo até meados da década de 1970 e, mesmo então, os indícios sugerem que a URSS usou uma conjuntura favorável que não criara. As esperanças de Krushev, como lembrarão os leitores mais velhos, eram de que o capitalismo fosse sepultado pela superioridade econômica do socialismo.

Na verdade, quando a liderança soviética do movimento comunista internacional foi desafiada em 1960 pela China, em nome da revolução, para não falar das várias dissidências comunistas, os partidos moscovitas no Terceiro Mundo mantiveram sua política escolhida, de estudada moderação. O inimigo nesses países não era o capitalismo, até onde este existia, mas o pré-capitalismo, os interesses locais e o imperialismo (americano) que os apoiava. O caminho não era a luta armada, mas uma ampla frente popular ou nacional da qual era aliada a burguesia ou pequeno-burguesia "nacional". Em suma, a estratégia de Moscou para o Terceiro Mundo continuava a linha do Comintern da década de 1930, contra todas as denúncias de traição da causa da Revolução de Outubro (ver capítulo 5). Essa estratégia, que enfurecia os que preferiam o caminho das armas, às vezes pareceu dar certo, como no Brasil e na Indonésia no início da década de 1960, e no Chile em 1970. Talvez não surpreendentemente, quando chegou a esse ponto, foi detida de chofre por golpes militares seguidos de terror, como no Brasil após 1964, na Indonésia em 1965, e no Chile em 1973.

Apesar disso, o Terceiro Mundo agora se tornava o pilar central da esperança e fé dos que ainda acreditavam na revolução social. Representava a grande maioria dos seres humanos. Parecia um vulcão global prestes a entrar em erupção, um campo sísmico cujos tremores anunciavam os grandes terremotos futuros. Mesmo o analista do que ele mesmo chamou "o fim da ideologia" no Ocidente capitalista estabilizado e liberal da Era de Ouro (Bell, 1960) admitiu que a era de esperança revolucionária e milenarista ainda não morrera. Também pouco era o Terceiro Mundo importante apenas para os velhos revolucionários da tradição de Outubro, ou para os românticos, que fugiam da mediocridade vulgar, se bem que próspera, da década de 1950. Toda a esquerda, incluindo humanitários liberais e social-democratas moderados, precisava de algo mais que legislação de seguridade social e salários reais crescentes. O Terceiro Mundo podia preservar seus ideais; e os partidos pertencentes à grande tradição do Iluminismo precisam de ideais, além de políticas práticas. Não podem sobreviver sem eles. De que outro modo podemos explicar a verdadeira paixão por dar ajuda a países do Terceiro Mundo em bastiões de progresso não revolucionário como os países escandinavos, Países Baixos e o Conselho Mundial de Igrejas (protestantes), que era o equivalente, no final do século XX, ao apoio ao trabalho missionário no XIX? Em fins do século XX, esses ideais levaram liberais europeus a apoiar ou manter revolucionários e revoluções do Terceiro Mundo.

II

O que impressionava tanto os adversários da revolução quanto os revolucionários era que, após 1945, a forma básica de luta revolucionária no Terceiro Mundo, ou seja, em qualquer parte do mundo, parecia ser a guerra de guerrilha. Uma "cronologia de grandes guerras de guerrilha" compilada em meados da década de 1970 relacionava 32 delas depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Todas, com exceção de três (a guerra civil na Grécia de fins da década de 1940, a luta do Chipre contra a Grã-Bretanha na década de 1950, e a do Ulster, começada em 1969), aconteceram fora da Europa e da América do Norte (Laqueur, 1977, p. 442). Podia-se prolongar a lista facilmente. A imagem da revolução como surgindo exclusivamente das montanhas não era muito precisa. Subestimava o papel dos golpes militares esquerdistas, que reconhecidamente pareciam implausíveis na Europa até o dramático exemplo da espécie ocorrido em Portugal em 1974, mas eram bastante comuns no mundo islâmico e não inesperados na América Latina. A revolução boliviana de 1952 foi feita por uma combinação de mineiros e insurretos do exército; a mais radical reforma da sociedade peruana, por um regime militar em fins da década de 1960 e na de 1970. Também aquela imagem subestimava o potencial revolucionário de ações de massa urbanas fora de moda, que iria ser demonstrado pela revolução iraniana de 1979, e daí em diante na Europa Oriental. Contudo, no terceiro quartel do século todos os olhos estavam nas guerrilhas. Suas táticas, além disso, eram fortemente propagadas por ideólogos da esquerda radical, críticos da política soviética. Mao Tsé-tung (após sua cisão com a URSS) e, depois de 1959, Fidel Castro, ou antes seu camarada, o belo e peripatético Che Guevara (1928-67), inspiravam esses ativistas. Os comunistas vietnamitas, de longe os mais formidáveis e bem-sucedidos praticantes da estratégia da guerrilha, e internacionalmente muito admirados por derrotar os franceses e o poderio dos EUA, não encorajavam seus admiradores a tomar partido nas brigas ideológicas intestinas da esquerda.

A década de 1950 foi cheia de guerras de guerrilha no Terceiro Mundo, praticamente todas nos países coloniais em que, por um motivo ou outro, as antigas potências coloniais ou colonos locais resistiram à descolonização pacífica — Malásia, Quênia (o movimento Mau Mau) e Chipre no império britânico em dissolução; as guerras muito mais sérias na Argélia e no Vietnã no império francês em dissolução. Curiosamente, foi um movimento relativamente pequeno — sem dúvida menor que a insurgência malaia (Thomas, 1971, p. 1040) —, atípico mas bem-sucedido, que pôs a estratégia da guerrilha nas primeiras páginas do mundo: a revolução que tomou a ilha caribenha de Cuba em 1º de janeiro de 1959. Fidel Castro (1927-) era uma figura não característica na política latino-americana: um jovem forte e carismático de boa família proprietária de terras, de política indefinida, mas que estava deci-

dido a demonstrar bravura pessoal e ser um herói de qualquer causa da liberdade contra a tirania, que se apresentasse no momento certo. Mesmo seus *slogans* (“Pátria ou morte” — originalmente “Vitória ou morte” — e “Vencemos”) pertencem a uma era mais antiga de libertação: admiráveis mas sem muita precisão. Após um período obscuro entre os bandos de pistoleiros da política estudantil da Universidade de Havana, escolheu a rebelião contra o governo do general Fulgêncio Batista (figura conhecida e tortuosa da política cubana desde sua estréia num golpe do exército em 1933, como o então sargento Batista), que voltara a tomar o poder em 1952 e ab-rogara a Constituição. O método de Fidel era ativista: um ataque a um quartel do exército em 1953, cadeia, exílio e a invasão de Cuba por uma força guerrilheira que, na segunda tentativa, se estabeleceu nas montanhas da província mais remota. A jogada mal preparada deu certo. Em termos puramente militares, o desafio era modesto. Che Guevara, o médico argentino altamente talentoso como líder guerrilheiro, partiu para conquistar o resto de Cuba com 148 homens, que se elevaram a trezentos quando já praticamente o conseguira. As guerrilhas do próprio Fidel só capturaram sua primeira cidade de mil habitantes em dezembro de 1958 (Thomas, 1971, pp. 997, 1020 e 1024). O máximo que havia demonstrado em 1958 — embora fosse muito — era que uma força irregular podia controlar um grande “território liberado” e defendê-lo contra uma ofensiva de um exército reconhecidamente desmoralizado. Fidel venceu porque o regime de Batista era frágil, não tinha apoio real, a não ser o motivado pela conveniência e o interesse próprio, e era liderado por um homem tornado indolente por longa corrupção. Desmoronou assim que a oposição de todas as classes políticas, da burguesia democrática aos comunistas, se uniram contra ele, e os próprios agentes, soldados, policiais e torturadores do ditador concluíram que o tempo dele se esgotara. Fidel provou que se esgotara, e, muito naturalmente, suas forças herdaram o governo. Um mau regime que poucos apoiavam fora derrubado. A vitória do exército rebelde foi genuinamente sentida pela maioria dos cubanos como um momento de libertação e infinita promessa, encarnada em seu jovem comandante. Provavelmente nenhum líder no Breve Século XX, uma era cheia de figuras carismáticas em sacadas e diante de microfones, idolatradas pelas massas, teve menos ouvintes céticos ou hostis que esse homem grande, barbudo, impontual, de uniforme de combate amassado, que falava horas seguidas, partilhando seus pensamentos um tanto assistemáticos com as multidões atentas e crédulas (incluindo este escritor). Uma vez na vida, a revolução foi sentida como uma lua-de-mel coletiva. Aonde iria levar? Tinha de ser para algum lugar melhor.

Os rebeldes latino-americanos na década de 1950 inevitavelmente se viram não só recorrendo à retórica de seus libertadores históricos, de Bolívar ao José Martí da própria Cuba, mas à tradição antiimperialista e social-revolucio-

nária da esquerda pós-1917. Eram a favor da “reforma agrária”, o que quer que quisesse dizer isso (ver p. 346), e, pelo menos implicitamente, contra os norte-americanos, sobretudo na pobre América Central, tão longe de Deus, tão perto dos EUA, na expressão do velho homem forte mexicano Porfirio Díaz. Embora radicais, nem Fidel Castro, nem qualquer de seus camaradas eram comunistas, nem (com duas exceções) jamais disseram ter simpatias marxistas de qualquer tipo. Na verdade, o Partido Comunista cubano, o único partido comunista de massa além do chileno, era notadamente não simpático a Fidel, até que algumas de suas partes juntaram-se a ele, meio tardiamente, em sua campanha. As relações entre eles eram visivelmente geladas. Os diplomatas e conselheiros americanos debatiam constantemente se o movimento era ou não pró-comunista — se fosse, a CIA, que já derrubara um governo reformador na Guatemala em 1954, sabia o que fazer —, mas claramente concluiu que não era.

No entanto, tudo empurrava o movimento fidelista na direção do comunismo, desde a ideologia social-revolucionária daqueles que tinham probabilidade de fazer insurreições armadas de guerrilha até o anticomunismo apaixonado dos EUA na década de 1950 do senador McCarthy, que automaticamente inclinava os rebeldes latinos antiimperialistas a olhar Marx com mais bondade. A Guerra Fria global fez o resto. Se o novo regime antagonizasse os EUA, o que era quase certo que faria, quando nada ameaçando os investimentos americanos, podia contar com os quase certos garantia e apoio do maior antagonista dos EUA. Além disso, a forma de governo de Fidel, através de monólogos informais diante de milhões de pessoas, não era um meio de governar, nem mesmo um pequeno país ou uma revolução, por qualquer período de tempo. Mesmo o populismo precisa de organização. O Partido Comunista era o único organismo do lado da revolução que podia proporcionar-lhe isso. Os dois precisavam um do outro, e convergiram. Além disso, em março de 1960, muito antes de Fidel descobrir que Cuba ia ser socialista e que ele próprio era comunista, embora muitíssimo à sua maneira, os EUA já haviam decidido tratá-lo como tal, e a CIA foi autorizada a providenciar sua derrubada (Thomas, 1971, p. 271). Em 1961, tentaram uma invasão de exilados na baía dos Porcos, e fracassaram. Uma Cuba comunista sobreviveu a setenta milhas de Key West, isolada pelo bloqueio americano e cada vez mais dependente da URSS.

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude — os mais velhos mal tinham passado dos trinta —, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária.

Na verdade, era mais provável que fosse saudada pelos críticos de

Moscou, há muito insatisfeitos com a prioridade dos soviéticos para a coexistência pacífica entre ela e o capitalismo. O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina, um continente de gente ligeira no gatilho e com gosto pela bravura desprendida, sobretudo em posturas heróicas. Após algum tempo, Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de “dois, três, muitos Vietnãs”. Uma ideologia adequada foi fornecida por um brilhante jovem esquerdista francês (quem mais?), que sistematizou a idéia de que, num continente maduro para a revolução, só se precisavam importar pequenos grupos de militantes armados para as montanhas adequadas e formar “focos” para a luta de libertação em massa (Debray, 1965).

Por toda a América Latina, entusiasmados grupos de jovens lançaram-se em lutas de guerrilha uniformemente condenadas de antemão sob a bandeira de Fidel, ou Trotski, ou Mao Tsé-tung. Com exceção da América Central e da Colômbia, onde havia uma velha base de apoio camponês a tropas armadas irregulares, a maioria dessas iniciativas desmoronou quase imediatamente, deixando atrás de si os cadáveres dos famosos — o próprio Che Guevara na Bolívia; o igualmente bonito e carismático padre rebelde Camilo Torres na Colômbia — e dos desconhecidos. Foi uma estratégia espetacularmente malconcebida, tanto mais porque, nas condições corretas, movimentos de guerrilha efetivos e duradouros em muitos desses países *eram* possíveis, como provaram as FARCS (comunistas oficiais), Forças Armadas da Revolução Colombiana na Colômbia, de 1964 até o momento em que escrevo, e o movimento Sendero Luminoso (maoísta) no Peru, na década de 1980.

Contudo, mesmo quando os camponeses tomavam a estrada da guerrilha, esta raramente era um movimento camponês — as FARCS da Colômbia são uma rara exceção. Eram feitas esmagadoramente na área rural do Terceiro Mundo por jovens intelectuais, vindos inicialmente das classes médias estabelecidas de seus países, mais tarde reforçadas pela nova geração de filhos e (mais raramente) filhas estudantes da crescente pequena-burguesia rural. Isso também valeu quando a tática de guerrilha foi transferida do interior rural para as grandes cidades, como algumas partes da esquerda revolucionária do Terceiro Mundo (por exemplo, na Argentina, no Brasil e no Uruguai e na Europa) começaram a fazer a partir de fins da década de 1960.* Na verdade, as operações de guerrilha urbana são muito mais fáceis de montar do que as rurais, pois não precisam contar com solidariedade ou convivência de massa, mas podem

(*) A principal exceção são os ativistas do que se pode chamar de movimentos de guerrilha de “gueto”, como o IRA no Ulster, os “Panteras Negras”, de curta existência, nos EUA, e os guerrilheiros palestinos, filhos da diáspora dos campos de refugiados, que podem vir em grande parte ou inteiramente das crianças de rua, e não do seminário; sobretudo quando os guetos não contêm classes médias significativas.

explorar o anonimato da cidade grande, além do poder de compra do dinheiro e um mínimo de simpatizantes, na maioria da classe média. Esses grupos de “guerrilha urbana”, ou “terroristas”, acharam mais fácil produzir dramáticos golpes publicitários e assassinatos espetaculares (como o do almirante Carrero Blanco, sucessor indicado de Franco, pelo ETA basco em 1973; e o do premiê italiano Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas em 1978), para não falar de ataques para levantar fundos, do que revolucionar seus países.

Pois mesmo na América Latina as grandes forças da mudança política eram políticos civis — e exércitos. A onda de regimes militares direitistas que começou a inundar grandes partes da América do Sul na década de 1960 — o governo militar jamais saíra de moda na América Central, com exceção do México revolucionário e da pequena Costa Rica, que na verdade aboliu seu exército após uma revolução em 1948 — não respondia, basicamente, a rebeldes armados. Na Argentina, eles derrubaram o caudilho populista Juan Domingo Perón (1895-1974), cuja força estava na organização dos trabalhadores e na mobilização dos pobres (1955), após o que se viram retomando o poder a intervalos, pois o movimento de massa peronista se revelou indestrutível e não se pôde construir nenhuma alternativa civil estável. Quando Perón voltou do exílio em 1973, dessa vez com grande parte da esquerda local pendurada nas abas de sua casaca, demonstrando mais uma vez a predominância de seus seguidores, os militares mais uma vez assumiram o poder com sangue, tortura e retórica patriótica, até serem desalojados após a derrota de suas Forças Armadas na breve, inútil mas decisiva guerra anglo-argentina de 1982.

As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante: os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. As pequenas tentativas de guerrilha de fins da década, que proporcionaram uma desculpa para a implacável repressão do regime, jamais representaram um verdadeiro desafio a ele; mas deve-se dizer que após o início da década de 1970 o regime começou a relaxar e devolveu o país a um governo civil em 1985. No Chile, o inimigo foi a esquerda unida de socialistas, comunistas e outros progressistas — o que a tradição européia (e aliás a chilena também) conhecia como “frente popular” (ver capítulo 5). Uma frente dessas já ganhara uma eleição no Chile na década de 1930, quando Washington se mostrava menos nervosa e o Chile era um sinônimo de constitucionalismo civil. Seu líder, o socialista Salvador Allende, foi eleito presidente em 1970, teve seu governo desestabilizado e, em 1973, foi derrubado por um golpe militar fortemente apoiado, talvez mesmo organizado, pelos EUA, que introduziram o Chile nos traços característicos dos regimes militares da década de 1970 — execuções ou massacres, oficiais e para-oficiais, tortura sistemática de prisioneiros e o exílio em massa de adversários políticos. O chefe militar, general Pinochet,

permaneceu no poder dezessete anos, os quais ele usou para impor uma política de ultraliberalismo econômico no Chile, assim demonstrando, entre outras coisas, que liberalismo político e democracia não são parceiros naturais do liberalismo econômico.

É possível que a tomada do poder pelos militares na Bolívia revolucionária após 1964 tivesse alguma ligação com os temores americanos de influência cubana naquele país, onde o próprio Che Guevara morreu numa improvisada tentativa de insurreição guerrilheira, mas a Bolívia não é um país que algum soldado local, por mais brutal que seja, possa controlar prontamente por qualquer período de tempo. A era militar terminou após quinze anos, preenchidos por uma rápida sucessão de generais, cada vez mais de olho nos lucros do tráfico de drogas. Embora no Uruguai os militares tomassem um movimento de “guerrilha urbana” particularmente inteligente e eficaz como desculpa para os habituais assassinatos e torturas, é o surgimento de uma frente popular de “Ampla Esquerda”, competindo com o tradicional sistema bipartidário, que provavelmente explica a tomada militar de 1972 no único país sul-americano que podia ser descrito como uma verdadeira democracia duradoura. Os uruguaios retiveram o suficiente de sua tradição para acabar derrubando a alge-mada Constituição que lhes fora oferecida por seus governantes militares, e em 1985 voltaram ao poder civil.

Embora já houvesse conseguido e provavelmente fosse conseguir mais sucessos impressionantes na América Latina, Ásia e África, nos países desenvolvidos a estrada da guerrilha fazia pouco sentido. Contudo, não surpreende que, por meio de suas guerrilhas, rurais e urbanas, o Terceiro Mundo tenha inspirado o crescente número de jovens rebeldes e revolucionários, ou simplesmente dissidentes culturais do Primeiro Mundo. Repórteres de *rock* compararam as massas juvenis do festival de música de Woodstock (1969) a um “exército de guerrilheiros pacíficos” (Chapple & Garofalo, 1977, p. 144). Imagens de Che Guevara eram carregadas como ícones por manifestantes estudantis em Paris e Tóquio, e seu rosto barbudo, inquestionavelmente másculo e de boina fez bater corações mesmo não políticos na contracultura. Nenhum nome (excetuando-se o do filósofo Marcuse) é mais mencionado que o dele numa bem informada pesquisa da “Nova Esquerda” global de 1968 (Katsaficas, 1987), embora, na prática, o nome do líder vietnamita Ho-Chi-Minh (“Ho Ho Ho-Chi-Minh”) fosse entoado com mais frequência nas manifestações da esquerda do Primeiro Mundo. Pois foi o apoio aos guerrilheiros do Terceiro Mundo e, nos EUA após 1965, a resistência a ser mandado para combatê-los que mobilizaram a esquerda mais que qualquer outra coisa, com a possível exceção das armas nucleares. *Os desertados da Terra*, escrito por um psicólogo caribenho que tomou parte da guerra de libertação da Argélia, tornou-se um texto de enorme influência entre ativistas intelectuais, que fica-

ram emocionados com seu elogio da violência como uma forma de libertação espiritual para os oprimidos.

Em suma, a imagem de guerrilheiros de pele escura em meio a uma vegetação tropical era parte essencial, talvez a principal inspiração, da radicalização do Primeiro Mundo da década de 1960. O “terceiro-mundismo”, a crença em que o mundo seria emancipado pela libertação de sua “periferia” empobrecida e agrária, explorada e forçada à dependência pelos “países-núcleo” do que uma crescente literatura chamava de “sistema mundial”, tomou conta de grande parte dos teóricos da esquerda do Primeiro Mundo. Se, como sugeriam os teóricos do “sistema mundial”, as raízes dos problemas do mundo estavam não na ascensão do capitalismo industrial moderno, mas na conquista do Terceiro Mundo por colonialistas europeus no século XVI, então a inversão desse processo histórico no século XX oferecia aos impotentes revolucionários do Primeiro Mundo uma saída de sua impotência. Não admira que alguns dos mais poderosos argumentos nesse sentido viessem de marxistas americanos, que dificilmente poderiam contar com uma vitória do socialismo por forças internas dos EUA.

III

Nos florescentes países do capitalismo industrial, ninguém mais levava a sério a clássica perspectiva de revolução social por insurreição e ação de massa. E no entanto, no auge mesmo da prosperidade ocidental, no núcleo mesmo da sociedade capitalista, os governos de repente, inesperadamente e, à primeira vista, inexplicavelmente se viram diante de uma coisa que não apenas parecia a velha revolução, mas também revelava a fraqueza de regimes aparentemente firmes. Em 1968-9, uma onda varreu os três mundos, ou grande parte deles, levada essencialmente pela nova força social dos estudantes, cujos números se contavam agora às centenas de milhares mesmo em países ocidentais de tamanho médio, e logo se contariam aos milhões (ver capítulo 10). Além disso, seus números eram reforçados por três características políticas que multiplicavam sua eficácia política. Eram facilmente mobilizados nas enormes usinas de conhecimento que os continham, deixando-os ao mesmo tempo mais livres que os operários em fábricas gigantescas. Eram encontrados em geral nas capitais, sob os olhos dos políticos e das câmeras dos meios de comunicação. E, sendo membros das classes educadas, muitas vezes filhos da classe média estabelecida, e — quase em toda parte, mas sobretudo no Terceiro Mundo — base de recrutamento para a elite dominante de suas sociedades, não eram tão fáceis de metralhar quanto as classes mais baixas. Na Europa Oriental e Ocidental não houve baixas sérias, nem mesmo nos imensos motins e combates de rua em Paris, em maio de 1968. As autoridades cuidavam para

que não houvessem mártires. Onde houve um grande massacre, como na Cidade do México em 1968 — a contagem oficial foi de 28 mortos e duzentos feridos, quando o exército dispersou uma manifestação pública (González Casanova, 1975, vol. II, p. 564) —, o curso posterior da política mexicana mudou permanentemente.

As rebeliões de estudantes eram assim desproporcionalmente eficazes, sobretudo onde, como na França em 1968 e no “outono quente” da Itália em 1969, eles provocaram imensas ondas de greves operárias que paralisaram temporariamente a economia de países inteiros. E no entanto, claro, não foram verdadeiras revoluções, nem era provável que se transformassem em tais. Para os operários, nos lugares onde delas participaram, foram apenas a oportunidade de descobrir o poder de barganha industrial que haviam, sem notar, acumulado nos últimos vinte anos. Não eram revolucionários. Os estudantes do Primeiro Mundo raramente se interessavam por questões banais como derrubar governos e tomar o poder, embora na verdade os franceses chegassem bastante perto de derrubar o general De Gaulle em maio de 1968, e certamente encurtassem seu reinado (ele se aposentou um ano depois), e o protesto estudantil americano contra a guerra tirasse o presidente L. B. Johnson no mesmo ano. (Os estudantes do Terceiro Mundo estavam mais próximos das realidades do poder; os do Segundo Mundo sabiam que estavam necessariamente distantes delas.) A rebelião dos estudantes ocidentais foi mais uma revolução cultural, uma rejeição de tudo o que, na sociedade, representasse os valores paternos de “classe média”, e como tal foi discutida nos capítulos 10 e 11.

Apesar disso, essa rebelião ajudou a politizar um número substancial da geração estudantil rebelde, que naturalmente se voltou para os inspiradores aceitos da revolução radical e total transformação social — Marx, os ícones não stalinistas da Revolução de Outubro e Mao. Pela primeira vez desde a era antifascista, o marxismo, não mais restrito à ortodoxia de Moscou, atraía grande número de intelectuais ocidentais. (Jamais, claro, deixara de atraí-los no Terceiro Mundo.) Era um marxismo peculiar, voltado para o seminário, combinado com diversas outras modas diferentes das então correntes na academia, e às vezes com outras ideologias, nacionalistas ou religiosas, pois vinha da sala de aula e não da experiência de vidas de trabalho. Na verdade, esse marxismo pouca relação tinha com o comportamento político desses novos discípulos de Marx, que em geral pediam o tipo de militância radical que não precisa de análise. Depois que se evaporaram as expectativas utópicas da rebelião original, muitos retornaram, ou antes se voltaram, para os velhos partidos da esquerda, que (como o Partido Socialista francês, reconstruído nesse período, ou o Partido Comunista italiano) foram revividos em parte pela infusão de entusiasmo jovem. Como o movimento era em grande parte de intelectuais, muitos foram recrutados para a profissão acadêmica. Nos EUA, esta conseqüentemente adquiriu um contingente sem precedentes de radicais político-culturais.

Outros viam-se como revolucionários na tradição de Outubro e entraram ou recriaram as organizações de “vanguarda” de quadros nas linhas leninistas, pequenas, disciplinadas, de preferência clandestinas, para infiltrarem-se em organizações de massa ou para fins terroristas. Aqui o Ocidente convergiu com o Terceiro Mundo, também cheio de organizações de combatentes ilegais esperando compensar a derrota da massa pela violência de grupo pequeno. As várias “Brigadas Vermelhas” italianas da década de 1970 foram provavelmente as mais importantes entre os grupos europeus de origem bolchevista. Surgiu um curioso mundo clandestino de conspiração mundial, em que os grupos de ação direta, de ideologia nacionalista e social-revolucionária, às vezes as duas coisas juntas, se relacionavam numa rede internacional que consistia de vários — em geral minúsculos — “Exércitos Vermelhos”. Palestinos, insurretos bascos, o IRA e outros, sobrepondo-se a outras redes ilegais, infiltradas por serviços de espionagem, protegidas e onde necessário auxiliadas por Estados árabes ou orientais.

Era um ambiente idealmente adequado para escritores de histórias de espionagem e terror, para os quais a década de 1970 foi uma era de ouro. Foi também a era mais sombria de tortura e contraterror na história do Ocidente. Foi o período mais negro até então registrado na história moderna da tortura, com “esquadrões da morte” não identificados nominalmente, bandos de seqüestro e assassinato em carros sem identificação que “desapareciam” pessoas, mas que todos sabiam que faziam parte do exército e da polícia; de Forças Armadas, dos serviços de informação, de segurança e da polícia de espionagem que se tornavam praticamente independentes de governos, quanto mais de controle democrático; de “guerras sujas” indizíveis.* Isso se viu mesmo num país de velhas e poderosas tradições de lei e procedimento constitucional como a Grã-Bretanha, quando os primeiros anos do conflito na Irlanda do Norte levaram a alguns sérios abusos, que chamaram a atenção do relatório da Anistia Internacional sobre tortura (1975). Foi provavelmente pior na América Latina. Embora isso não fosse muito notado, os países socialistas mal foram afetados por essa onda sinistra. Já haviam deixado para trás suas eras de terror, e não tinham movimentos terroristas em suas fronteiras, só grupelhos de dissidentes públicos que sabiam que, nas circunstâncias, a caneta era mais poderosa do que a espada, ou melhor, a máquina de escrever (além do protesto público ocidental) do que a bomba.

A revolta estudantil de fins da década de 1960 foi a última arremetida da velha revolução mundial. Foi revolucionária tanto no antigo sentido utópico de buscar uma inversão permanente de valores, uma sociedade nova e perfeita, quanto no sentido operacional de procurar realizá-la pela ação nas ruas e barricadas.

(*) A melhor estimativa do número de pessoas “desaparecidas” ou assassinadas na “guerra suja” argentina de 1976-82 é de cerca de 10 mil (Las Cifras, 1988, p. 33).

das, pela bomba e pela emboscada na montanha. Foi global, não só porque a ideologia da tradição revolucionária, de 1789 a 1917, era universal e internacionalista — mesmo um movimento tão exclusivamente nacionalista quanto o ETA separatista basco, produto típico da década de 1960, dizia ser em certo sentido marxista — mas porque, pela primeira vez, o mundo, ou pelo menos o mundo em que viviam os ideólogos dos estudantes, era verdadeiramente global. Os mesmos livros eram publicados, quase simultaneamente, nas livrarias de estudantes em Buenos Aires, Roma e Hamburgo (em 1968 quase certamente incluindo Herbert Marcuse). Os mesmos turistas da revolução cruzavam oceanos e continentes de Paris a Havana, a São Paulo, à Bolívia. A primeira geração da humanidade a tomar a viagem aérea e as telecomunicações rápidas e baratas como coisas do cotidiano, os estudantes de final da década de 1960, não tinha dificuldade para reconhecer o que acontecia na Sorbonne, em Berkeley, em Praga como parte do mesmo acontecimento, na mesma aldeia global em que, segundo o guru canadense Marshall McLuhan (outro nome da moda na década de 1960), vivíamos todos.

E no entanto não era a revolução mundial como a geração de 1917 a compreendia, mas o sonho de uma coisa que não mais existia: freqüentemente não muito mais que fazer de conta que agir como se houvesse barricadas erguidas as fizesse de algum modo aparecer, por magia complacente. O inteligente conservador Raymond Aron chegou a descrever os “acontecimentos de maio de 1968” em Paris, não de todo imprecisamente, como teatro de rua ou psicodrama.

Ninguém mais esperava revolução social no mundo ocidental. A maioria dos revolucionários não mais sequer encarava a classe operária industrial, a “coveira do capitalismo” de Marx, como fundamentalmente revolucionária, a não ser por lealdade à doutrina ortodoxa. No hemisfério ocidental, entre a ultra-esquerda comprometida com a teoria da América Latina ou entre os rebeldes estudantis sem teoria da América do Norte, o velho “proletariado” chegou a ser descartado como um inimigo do radicalismo, fosse uma aristocracia operária favorecida, fossem patrióticos defensores da Guerra do Vietnã. O futuro da revolução estava no interior camponês (em rápido esvaziamento) do Terceiro Mundo, mas o fato mesmo de que seus habitantes tinham de ser sacudidos de sua passividade por apóstolos armados da revolta vindos de longe, comandados por Castros e Guevaras, sugeria um certo afrouxamento na crença em que a inevitabilidade histórica asseguraria que os “condenados da terra”, cantados pela Internacional, romperiam sozinhos as suas cadeias.

Além disso, mesmo onde a revolução era uma realidade, ou uma probabilidade, seria ainda genuinamente mundial? Os movimentos em que os revolucionários da década de 1960 punham suas esperanças eram o oposto de ecumênicos. Os vietnamitas, os palestinos, os vários movimentos de guerrilha pela libertação colonial só se interessavam por seus assuntos nacionais. Só se relacionavam com o mundo mais vasto na medida em que eram comandados por comunistas que tinham tais compromissos mais vastos, ou na medida em

que a estrutura bipolar do sistema mundial da Guerra Fria automaticamente os fazia amigos dos inimigos de seu inimigo. O quanto o velho ecumenismo deixara de ser essencial foi demonstrado pela China comunista, que, apesar da retórica de revolução global, seguiu uma política implacavelmente centrada em si mesma, que iria levá-la, nas décadas de 1970 e 1980, a uma política de alinhamento com os EUA contra a URSS comunista, e a um virtual conflito armado tanto com a URSS quanto com o Vietnã comunista. A revolução com vistas além das fronteiras nacionais sobreviveu apenas sob a forma atenuada de movimentos regionais: pan-africano, pan-árabe, e especialmente pan-latino-americano. Esses movimentos tinham uma certa realidade, pelo menos para militantes intelectuais que falavam a mesma língua (espanhol, árabe) e passavam livremente de país em país, como exilados ou planejadores de revoltas. Podia-se até mesmo dizer que alguns deles — notadamente a versão fidelista — continham elementos globalistas genuínos. Afinal, o próprio Che Guevara lutou por algum tempo no Congo, e Cuba iria mandar suas tropas para ajudar os regimes revolucionários do Chifre da África e de Angola na década de 1970. E, no entanto, fora da esquerda latino-americana, quantos esperavam de fato um triunfo pan-africano ou pan-árabe de emancipação socialista? Não se demonstrou a fragilidade, e mesmo a irrealidade política, das revoluções supranacionais no desmonte da breve República Árabe Unida, de Egito e Síria, com um Iêmen meio frouxo no meio (1958-61), assim como os constantes atritos entre os regimes igualmente pan-árabes e socialistas do Partido Ba'hat na Síria e Iraque?

Na verdade, a mais sensacional prova do desaparecimento da revolução mundial foi a desintegração do movimento internacional a ela dedicado. Depois de 1956, a URSS e o movimento internacional sob sua liderança perderam o monopólio do apelo revolucionário, e da teoria e ideologia que o unificavam. Havia agora muitas espécies diferentes de marxistas, várias de marxistas-leninistas, e até dois ou três diferentes tipos entre os poucos partidos comunistas que, após 1956, mantinham o retrato de Yosif Stalin em sua bandeira (os chineses, os albaneses, o bastante diferente P.C. [marxista] que se cindiu do Partido Comunista indiano ortodoxo).

O que restava do movimento internacional comunista centrado em Moscou desintegrou-se entre 1956 e 1968, quando a China rompeu com a URSS em 1958-60 e pediu, com pouco sucesso, a secessão dos Estados do bloco soviético e a formação de partidos comunistas rivais, enquanto partidos comunistas (sobretudo ocidentais), encabeçados pelos italianos, começavam a distanciar-se abertamente de Moscou, e quando o próprio “campo socialista” original de 1947 se dividia agora em Estados com variados graus de lealdade à URSS, indo dos inteiramente comprometidos búlgaros* à totalmente independente Iugos-

(*) Parece que a Bulgária na verdade pediu para ser incorporada à URSS como república soviética, mas foi recusada por motivos de diplomacia internacional.

lândia. A invasão soviética da Tchecoslováquia em 1968, com o propósito de substituir uma forma de política comunista por outra, finalmente bateu o último prego no caixão do “internacionalismo proletário”. Daí em diante, tornou-se normal mesmo partidos comunistas alinhados com Moscou criticarem a URSS em público e adotarem políticas distintas das moscovitas (“eurocomunismo”). O fim do movimento comunista internacional foi também o fim de qualquer tipo de internacionalismo socialista ou social-revolucionário, pois as forças dissidentes e antimoscovitas não criaram organizações internacionais além de sínodos sectários rivais. O único organismo que ainda lembrava levemente a tradição de liberação ecumênica era a velha, ou antes revivida, Internacional Socialista (1951), que agora representava governos e outros partidos, sobretudo ocidentais, que haviam abandonado formalmente a revolução, mundial ou não, e na maioria dos casos até mesmo a crença nas idéias de Marx.

IV

Contudo, se a tradição de revolução social no estilo de Outubro de 1917 — ou mesmo, como alguns diziam, a tradição original de revolução no estilo dos jacobinos franceses de 1793 — se exaurira, continuava existindo a instabilidade social e política que gerava revoluções. O vulcão não deixara de estar ativo. À medida que a Era de Ouro do capitalismo mundial chegava ao fim, no início da década de 1970, uma nova onda de revolução varria grandes partes do mundo, seguida na década de 1980 pela crise dos sistemas comunistas ocidentais, que levou ao seu colapso em 1989.

Embora ocorressem esmagadoramente no Terceiro Mundo, as revoluções da década de 1970 formaram um conjunto geográfica e politicamente mal distribuído. Começaram, muito surpreendentemente, na Europa, com a derrubada, em abril de 1974, do regime português do mais longo sistema direitista do continente e, pouco depois, com o colapso de uma muito mais breve ditadura militar ultradireitista na Grécia (ver pp. 341-2). Após a morte há muito esperada do general Franco, em 1975, a transição pacífica do autoritarismo para o governo parlamentar completou esse retorno à democracia constitucional no sul da Europa. Essas transformações ainda podiam ser consideradas como a liquidação de um serviço deixado inacabado desde a era do fascismo europeu e da Segunda Guerra Mundial.

O golpe de oficiais radicais que revolucionou Portugal foi engendrado nas longas e frustrantes guerras contra guerrilhas de libertação colonial na África, que o exército português vinha travando desde inícios da década de 1960, sem maiores problemas, a não ser na pequena colônia de Guiné-Bissau, onde o talvez mais hábil de todos os líderes libertadores africanos, Amílcar Cabral, os levara a um impasse no fim daquela década. Os movimentos de guerrilha afri-

canos haviam se multiplicado na década de 60, após o conflito do Congo e o endurecimento da política de *apartheid* sul-africana (a criação dos “lares nacionais”; o massacre de Sharpeville), mas sem sucesso significativo, além de enfraquecidos por rivalidades intertribais e sino-soviéticas. Com crescente ajuda soviética — a China se achava ocupada com o bizarro cataclismo da “Grande Revolução Cultural” de Mao — esses movimentos renasceram no início da década de 1970, mas foi a revolução portuguesa que possibilitou às colônias conquistar finalmente sua independência em 1975. (Moçambique e Angola logo foram mergulhados numa guerra civil muito mais assassina, de novo pela intervenção conjunta da África do Sul e dos EUA.)

Contudo, enquanto o império português desabava, uma grande revolução explodia no mais velho país independente da África, a Etiópia devastada pela fome, onde o imperador foi derrubado (1974) e acabou substituído por uma junta militar esquerdista fortemente alinhada com a URSS, que assim mudou seu apoio na região, até aí dado à ditadura militar de Siad Barre na Somália (1969-91), que também então professava entusiasmo por Marx e Lenin. Dentro da Etiópia, o novo regime foi contestado, e acabou sendo derrubado em 1991 por movimentos regionais de libertação ou secessão igualmente inclinados para o marxismo.

Essas mudanças criaram uma moda de regimes dedicados, pelo menos no papel, à causa do socialismo. O Daomé se declarou uma República Popular sob o habitual líder militar, e mudou seu nome para Benin; a ilha de Madagascar (Malagasy) declarou seu compromisso com o socialismo, também em 1975, após o habitual golpe militar; o Congo (que não deve ser confundido com seu gigantesco vizinho, o ex-Congo Belga, agora rebatizado de Zaire, sob o sensacionalmente rapace pró-americano Mobutu) enfatizou seu caráter de República Popular, também sob os militares; e na Rodésia do Sul (Zimbábue), a tentativa de estabelecer um Estado branco independente, que já durava onze anos, chegou ao fim em 1976, sob a crescente pressão de dois movimentos de guerrilha, divididos por identidade tribal e orientação política (russa e chinesa respectivamente). Em 1980, o Zimbábue se tornou independente sob um dos líderes guerrilheiros.

Embora no papel esses movimentos pertencessem à velha família revolucionária de 1917, na realidade pertenciam claramente a uma espécie diferente, o que era inevitável, em vista das diferenças entre as sociedades para as quais se destinavam as análises de Marx e Lenin e as da África subsaariana pós-colonial. O único país africano a que se aplicavam algumas das condições dessas análises era o capitalismo dos colonos da África do Sul, economicamente desenvolvido e industrializado, onde surgiu um verdadeiro movimento de libertação de massa, cruzando fronteiras tribais e raciais — o Congresso Nacional Africano —, com a ajuda de um verdadeiro movimento sindical de massa e um eficiente Partido Comunista. Após o fim da Guerra Fria, até mesmo o re-

gime do *apartheid* foi obrigado por ele a recuar. Contudo, também aí o movimento era desproporcionalmente forte entre certas tribos africanas e relativamente muito mais fraco entre outras (por exemplo, os zulus), uma situação explorada com algum proveito pelo regime do *apartheid*. Em todas as outras partes, com exceção do pequeno e às vezes minúsculo quadro dos intelectuais urbanos educados e ocidentalizados, as mobilizações “nacionais” e outras baseavam-se essencialmente em lealdades ou alianças tribais, uma situação que ia possibilitar aos imperialistas mobilizar outras tribos contra os novos regimes — como notadamente em Angola. A única importância do marxismo-leninismo para esses países foi uma receita para formar partidos de quadros disciplinados e governos autoritários.

A retirada dos EUA da Indochina reforçou o avanço do comunismo. Todo o Vietnã se achava agora sob governo comunista incontestado, e governos semelhantes assumiram no Laos e no Camboja, no último caso sob a liderança do Khmer Vermelho, uma combinação particularmente assassina do maoísmo de café parisiense do seu líder Pol Pot (1925-) com o campesinato armado da mata, decidido a destruir a civilização das cidades. O novo regime matou seus cidadãos em números enormes mesmo para os padrões de nosso tempo — não pode ter eliminado muito menos que 20% da população — até ser expulso do poder por uma invasão vietnamita que restaurou um governo humano em 1978. Depois disso — num dos mais deprimentes episódios da diplomacia —, a China e o bloco americano continuaram a apoiar os restos do regime de Pol Pot, por motivos anti-soviéticos e antivietnamitas.

O fim da década de 1970 viu a onda de revolução lançar seus salpicos sobre os EUA, quando a América Latina e o Caribe, inquestionável área de dominação de Washington, pareceram inclinar-se para a esquerda. Nem a Revolução Nicaragüense de 1979, que derrubou a família Somoza, peões do controle americano nas pequenas repúblicas da região, nem o crescente movimento de guerrilha em El Salvador, nem mesmo o criador de casos general Omar Torrijos, postado no canal do Panamá, enfraqueceram seriamente o domínio dos EUA, não mais que a Revolução Cubana; menos ainda a revolução na minúscula ilha de Granada em 1983, contra a qual o presidente Reagan mobilizou todo o seu poderio armado. E, no entanto, o sucesso desses movimentos contrastou de maneira impressionante com o seu anterior fracasso na década de 1960, e causou uma atmosfera que beirou a histeria em Washington no período do presidente Reagan (1980-8). Apesar disso, foram sem dúvida fenômenos revolucionários, embora de um tipo latino-americano conhecido; a grande novidade, ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para os da velha tradição esquerdista, basicamente seculares e anticlericais, foi o surgimento de padres católico-marxistas, que apoiavam, e mesmo participavam e lideravam, insurreições. A tendência, legitimizada por uma “teologia da libertação”, apoiada por uma conferência episcopal na Colômbia (1968), surgira após a Revolução

Cubana,* e encontrara poderoso apoio intelectual no setor mais inesperado, os jesuítas, e na menos inesperada oposição do Vaticano.

Enquanto o historiador vê quão longe estavam da Revolução de Outubro mesmo essas revoluções da década de 1970, que proclamavam afinidade com ela, os governos dos EUA inevitavelmente as encaravam em essência como parte de uma ofensiva global da superpotência comunista. Isso se devia em parte ao suposto papel do jogo de soma zero da Guerra Fria. A perda de um jogador devia ser o ganho do outro, e, como os EUA se haviam alinhado com as forças conservadoras na maior parte do Terceiro Mundo, e mais que nunca na década de 1970, viram-se do lado perdedor das revoluções. Além disso, Washington julgava ter algum motivo para nervosismo com o progresso do armamento soviético. De qualquer modo, a Era de Ouro do capitalismo, e a centralidade do dólar nele, chegava ao fim. A posição dos EUA como superpotência estava inevitavelmente enfraquecida pela universalmente prevista derrota no Vietnã, do qual a maior potência militar da terra foi obrigada finalmente a retirar-se em 1975. Desde que Golias fora derrubado pela funda de Davi, não havia uma *débâcle* assim. Será demasiado supor, sobretudo em vista da Guerra do Golfo contra o Iraque em 1991, que uns EUA mais confiantes não teriam aceitado tão passivamente o golpe da OPEP em 1973? O que era a OPEP, além de um grupo de Estados na maioria árabes, sem significado político além de seus poços de petróleo, e ainda não armados até os dentes graças aos altos preços do petróleo que agora podiam arrancar?

Os EUA inevitavelmente viam qualquer enfraquecimento em sua supremacia global como um desafio a ela, e como um sinal da sede soviética de dominação mundial. As revoluções da década de 1970 levaram portanto ao que se chamou de “Segunda Guerra Fria” (Halliday, 1983), travada, como de hábito, por procuração entre os dois lados, sobretudo na África e depois no Afeganistão, onde o próprio exército soviético se envolveu fora de suas fronteiras pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, não podemos discutir a afirmação de que a própria URSS achou que as novas revoluções lhe permitiam mudar o equilíbrio global ligeiramente a seu favor — ou, mais exatamente, contrabalançar, ao menos em parte, a grande perda diplomática sofrida na década de 1970 com os reveses na China e no Egito, cujos alinhamentos Washington conseguiu mudar. A URSS manteve-se fora das Américas, mas interveio em outras partes, sobretudo na África, em medida bem maior que antes e com algum sucesso. O simples fato de que a URSS permitiu ou encorajou a Cuba de Fidel Castro a mandar tropas para ajudar a Etiópia contra a nova cliente americana, a Somália (1977), e Angola contra o movimento rebelde

(*) Este escritor lembra-se de que ouviu o próprio Fidel Castro, num de seus grandes monólogos públicos em Havana, manifestar seu espanto com esse fato, ao exortar seus seguidores a acolher os surpreendentes novos aliados.

UNITA, apoiado pelos americanos e o exército sul-africano, fala por si. As declarações soviéticas agora falavam em “Estados de orientação socialista”, além dos plenamente comunistas. Angola, Moçambique, Etiópia, Nicarágua, Iêmen do Sul e Afeganistão compareceram ao funeral de Brejnev em 1982 com esse título. A URSS nem fizera, nem controlava essas revoluções, mas visivelmente as acolhia, com certa alacridade, como aliadas.

Apesar disso, a próxima sucessão de regimes a desabar ou a ser derrubados demonstrou que nem a ambição soviética, nem a “conspiração comunista mundial” podiam ser responsabilizadas por essas revoltas, quando nada porque, de 1980 em diante, foi o próprio sistema soviético que começou a ser desestabilizado e, no fim da década, se desintegrou. A queda do “socialismo realmente existente” e a questão de até onde essas revoltas podem ser tratadas como revoluções serão discutidas em outro capítulo. Contudo, mesmo a grande revolução que antecedeu as crises orientais, embora fosse um golpe maior para os EUA do que outras mudanças de regime na década de 1970, nada teve a ver com a Guerra Fria.

Foi a derrubada do xá do Irã em 1979, de longe a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará na história como uma das grandes revoluções sociais do século XX. Era a resposta ao programa relâmpago de modernização e industrialização (para não falar de armamentos) empreendido pelo xá, com base em sólido apoio dos EUA e na riqueza petrolífera do país, de valor multiplicado após 1973 pela revolução de preços da OPEP. Sem dúvida, além de outros sinais da megalomania habitual entre governantes absolutos com uma formidável e temida polícia secreta, ele esperava tornar-se o poder dominante na Ásia ocidental. Modernização significava a reforma agrária na visão do xá, que transformou grande número de meeiros e arrendatários em grande número de subeconomias de pequenos proprietários e trabalhadores desempregados, que migraram para as cidades. Teerã passou de 1,8 milhão de habitantes (1960) para 6 milhões. O agricomércio de capital intensivo e alta tecnologia favorecido pelo governo criou mais excedente de mão-de-obra, mas não ajudou a produção per capita da agricultura, que decaiu nas décadas de 1960 e 1970. Em fins da década de 1970, o Irã importava a maior parte de seus alimentos.

O xá dependia cada vez mais, portanto, de uma industrialização financiada pelo petróleo a qual, incapaz de competir no mundo, era promovida e protegida internamente. A combinação de agricultura em declínio, indústria ineficiente, maciças importações estrangeiras — não menos de armas — e o boom do petróleo produziu inflação. É possível que o padrão de vida da maioria dos iranianos não diretamente envolvidos no moderno setor da economia, e/ou nas crescentes e florescentes classes comerciais urbanas, tenha caído nos anos que antecederam a revolução.

A vigorosa modernização cultural do xá também se voltou contra ele. Não era provável que o genuíno apoio dele (e da imperatriz) à melhoria na condi-

ção das mulheres fosse popular num país muçulmano, como os comunistas afe-gãos logo iriam descobrir. E seu entusiasmo igualmente genuíno pela educação aumentou a alfabetização em massa (mas cerca de metade da população continuou analfabeta) e produziu um grande corpo de estudantes e intelectuais revolucionários. A industrialização fortaleceu a posição estratégica da classe operária, sobretudo na indústria de petróleo.

Como o xá fora reposto no trono em 1953 por um golpe organizado pela CIA, contra um grande movimento popular, não acumulara um capital de lealdade e legitimidade a que pudesse recorrer. Sua própria dinastia, os Pahlavi, só remontava até um golpe dado pelo fundador, Reza Shah, um soldado da brigada de cossacos que assumiu o título imperial em 1925. Ainda, nas décadas de 1960 e 1970, a velha oposição comunista e nacional fora sufocada pela polícia secreta e os movimentos regionais e étnicos haviam sido reprimidos, como o foram os habituais grupos de guerrilheiros, marxistas ortodoxos ou islâmico-marxistas. Não podiam oferecer a centelha para a explosão, que — um retorno à antiga tradição de revolução, de Paris em 1789 a Petrogrado em 1917 — foi essencialmente um movimento das massas urbanas. O campo permaneceu quieto.

Seu líder, o aiatolá Ruholá Khomeini, velho, eminente e vingativo, estava no exílio desde meados da década de 1960, quando liderara manifestações contra um proposto referendo sobre reforma agrária e a repressão policial a atividades clericais na cidade santa de Qum. De lá, denunciou a monarquia como não islâmica. A partir do início da década de 1970, passou a pregar uma forma de governo islâmico total, o dever do clero de rebelar-se contra autoridades despóticas e, na verdade, tomar o poder: em suma, uma revolução islâmica. Foi uma inovação radical, mesmo para o clero xiita politicamente ativista. Esses sentimentos eram comunicados às massas através da engenhoca pós-corânica da fita cassete, e as massas ouviam. Os jovens estudantes religiosos na cidade santa agiram em 1978, fazendo uma manifestação contra um suposto assassinato pela polícia secreta, e foram metralhados. Organizaram-se outras manifestações de luto pelos mártires, repetidas a cada quarenta dias. E esses foram aumentando, até que no fim do ano milhões de pessoas iam para as ruas manifestar-se contra o regime. Os guerrilheiros voltaram a entrar em ação. Os trabalhadores do petróleo fecharam os campos petrolíferos numa greve crucialmente eficaz, os dos bazares fecharam suas lojas. O país ficou num impasse, e o exército não conseguiu ou se recusou a suprimir o levante. Em 16 de janeiro de 1979, o xá ia para o exílio, e a Revolução Iraniana tinha vencido.

A novidade dessa revolução era ideológica. Quase todos os fenômenos reconhecidos como revolucionários até aquela data tinham seguido a tradição, a ideologia e, em geral, o vocabulário da revolução ocidental desde 1789; mais precisamente: de algum tipo de esquerda secular, sobretudo socialista ou comunista. A esquerda tradicional esteve de fato presente e ativa no Irã, e sua parte na derrubada do xá, por exemplo, com as greves operárias, longe esteve

de ser insignificante. Contudo, foi quase imediatamente eliminada pelo novo regime. A Revolução Iraniana foi a primeira feita e ganha sob uma bandeira de fundamentalismo religioso, e a substituir o velho regime por uma teocracia populista, cujo programa professo era um retorno ao século VII d.C., ou antes, já que estamos num ambiente islâmico, à situação após a Hégira, quando se escreveu o Corão. Para revolucionários do velho tipo, tratava-se de um acontecimento tão bizarro quanto se o papa Pio IX houvesse assumido a liderança da revolução romana de 1848.

Isso não quer dizer que daí em diante os movimentos religiosos fossem alimentar revoluções, embora a partir da década de 1970 no mundo islâmico eles sem dúvida se tornassem uma força política de massa entre as classes médias e intelectuais das crescentes populações de seus países, e adotassem um tom insurrecional, sob a influência da Revolução Iraniana. Fundamentalistas islâmicos revoltaram-se e foram barbaramente reprimidos na Síria baathista, atacaram o mais sagrado dos santuários na Arábia Saudita e assassinaram o presidente do Egito (sob a liderança de um engenheiro eletricitista), tudo em 1979-82.* Nenhuma doutrina individual de revolução nem qualquer projeto dominante individual para mudar o mundo substituiu a velha tradição revolucionária de 1789-1917, somente para derrubá-lo.

Não significa sequer que a velha tradição tenha desaparecido do cenário político, ou perdido toda a força para derrubar regimes, embora a queda do comunismo soviético praticamente a eliminasse em grande parte do mundo. As velhas ideologias mantiveram substancial influência na América Latina, onde o mais assustador movimento insurgente da década de 1980, o Sendero Luminoso, peruano, apregoava seu maoísmo. Estavam vivas na África e na Índia. Além disso, para surpresa dos que foram criados com base nos lugares-comuns da Guerra Fria, os partidos governantes de “vanguarda” do tipo soviético sobreviveram à queda da URSS, sobretudo em países atrasados do Terceiro Mundo. Venceram eleições autênticas nos Balcãs e demonstraram em Cuba e na Nicarágua, em Angola e mesmo em Cabul, após a retirada do exército soviético, que eram mais que simples clientes de Moscou. Contudo, mesmo aí a velha tradição foi erodida, e muitas vezes destruída por dentro, como na Sérvia, onde o Partido Comunista se transformou num partido de chauvinismo da Grande Sérvia, ou no movimento palestino, onde a liderança da esquerda secular era cada vez mais minada pela ascensão do fundamentalismo islâmico.

(*) Outros movimentos de política violenta aparentemente religiosos que ganharam terreno nessa época não têm, e na verdade excluem deliberadamente, o apelo universalista, e são mais bem-vistos como subvariedades de mobilização étnica, por exemplo o budismo militante dos cingaleses no Sri Lanka, e os extremismos hinduista e sikh na Índia.

As revoluções de fins do século XX, assim, tiveram duas características: uma foi a atrofiação da tradição de revolução estabelecida; outra, a revivescência das massas. Como vimos (ver capítulo 2), poucas revoluções desde 1917-8 foram feitas a partir das bases. A maioria foi pelas minorias ativistas dos engajados e organizados, ou impostas de cima, como por golpes de exército ou conquista militar, o que não significa que não tenham sido, nas circunstâncias adequadas, autenticamente populares. Raramente poderiam estabelecer-se de outro modo, exceto quando vinham com conquistadores estrangeiros. Contudo, em fins do século XX as “massas” retornaram à cena mais em papéis principais que coadjuvantes. O ativismo de minoria, em forma de guerrilhas e terrorismo rurais ou urbanos, continuou, e na verdade se tornou endêmico no mundo desenvolvido e em partes significativas do sul da Ásia e da zona islâmica. Os incidentes de terrorismo internacional, na contagem do Departamento de Estado americano, aumentaram quase continuamente de 125 em 1968 para 831 em 1987, e o número de suas vítimas de 241 para 2905 (UN World Social Situation, 1989, p. 165).

A lista de assassinatos políticos encompridou — o presidente Anwar Sadat do Egito (1981); Indira Gandhi (1984) e Rajiv Gandhi (1991) da Índia, para citar só alguns. As atividades do Exército Republicano Provisório Irlandês no Reino Unido e do ETA basco na Espanha são características desse tipo de violência de pequeno grupo, que tinha a vantagem de poder ser realizada por algumas centenas, ou mesmo dezenas, de ativistas, com a ajuda de explosivos e armamentos extremamente potentes, baratos e portáteis que um florescente tráfico internacional de armas agora espalhava em atacado pelo globo. Eram um sintoma da crescente barbarização de todos os três mundos, e acrescentavam-se à poluição devida à violência e insegurança generalizadas da atmosfera que a humanidade urbana aprendeu a respirar no fim do milênio. Contudo, sua contribuição à revolução política era pequena.

O mesmo não se aplica, como mostrou a Revolução Iraniana, à disposição das pessoas a sair às ruas aos milhões. Ou, como na Alemanha Oriental dez anos depois, à decisão de cidadãos da República Democrática Alemã — desorganizada, espontânea, embora decisivamente facilitada pela decisão da Hungria de abrir suas fronteiras — de votar com seus pés e seus carros contra o regime, migrando para a Alemanha Ocidental. Em dois meses, 130 mil alemães orientais tinham feito isso (Umbruch, 1990, pp. 7-10), antes da queda do Muro de Berlim. Ou, como na Romênia, onde a televisão pela primeira vez captou o momento da revolução, no rosto desabado do ditador, quando a multidão, convocada pelo regime na praça pública, se pôs a vaiar em vez de aplaudir. Ou nas partes ocupadas da Palestina, quando o movimento de não-cooperação em massa da *intifada*, iniciado em 1987, demonstrou que da-

li em diante só a repressão ativa, e não a passividade ou mesmo aceitação táctica, mantinha a ocupação israelense. O que quer que tenha estimulado as populações até então inertes a entrar em ação — comunicações modernas como TV e gravadores de fita tornavam difícil isolar mesmo as mais isoladas das questões mundiais —, era a disposição das massas de manifestar-se que decidia as questões.

Essas ações de massa, por si mesmas não derrubaram, nem poderiam derrubar, regimes. Podiam até mesmo ser detidas por coerção e armas, como o foi a mobilização em massa pela democracia na China, em 1989, com o massacre da praça Tiananmen em Pequim. (Contudo, apesar de enorme, esse movimento estudantil e urbano representava apenas uma modesta minoria na China, e mesmo assim foi suficientemente grande para causar séria hesitação no regime.) O que essa mobilização das massas conseguia era demonstrar a perda de legitimidade de um regime. No Irã, como na Petrogrado de 1917, a perda de legitimidade foi demonstrada da maneira mais clássica, pela recusa do exército e da polícia a obedecer ordens. Na Europa Oriental, convenceu velhos regimes, já desmoralizados pela recusa de ajuda soviética, de que seu tempo se esgotara. Foi uma demonstração didática da máxima de Lenin de que a votação com os pés dos cidadãos podia ser mais eficaz do que a votação em eleições. Claro que só o simples ruído dos pés dos cidadãos em massa não podia fazer revoluções. Não eram exércitos, mas multidões, ou agregados estatísticos de indivíduos. Precisavam de líderes, estruturas ou estratégias políticas para ser eficazes. O que os mobilizou no Irã foi uma campanha de protesto político de adversários do regime; mas o que transformou essa campanha em revolução foi a disposição de milhões de pessoas de juntar-se a ela. Do mesmo modo, há exemplos anteriores maciços dessa intervenção direta das massas respondendo a um apelo político vindo de cima — do Partido do Congresso na Índia para abster-se de cooperação com os britânicos nas décadas de 1920 e 1930 (ver capítulo 7), ou dos seguidores do presidente Perón para exigir a libertação de seu herói preso, no famoso “Dia da Lealdade”, na plaza de Mayo, em Buenos Aires (1945). Além disso, o que contava não eram números absolutos, mas números agindo numa situação que os tornava operacionalmente eficazes.

Ainda não entendemos por que a votação com os pés, em massa, se tornou parte tão mais significativa da política nas últimas décadas do século. Uma das razões deve ser que, nesse período, o fosso entre governantes e governados se alargou em quase toda parte, embora nos Estados que ofereciam mecanismos para saber o que pensavam seus cidadãos, e meios para que eles expressassem suas preferências políticas de tempos em tempos, fosse improvável produzir-se uma revolução ou completa perda de contato. Era mais provável ocorrerem demonstrações de quase unânime falta de confiança em regimes que, ou tinham perdido, ou (como Israel nos territórios ocupados) nunca ti-

nham tido legitimidade, sobretudo quando ocultavam isso de si mesmos.* Mesmo assim, as manifestações em massa de rejeição a sistemas políticos ou partidários existentes tornaram-se bastante comuns mesmo em sistemas parlamentares estabelecidos e estáveis, como testemunham a crise italiana de 1992-3 e o surgimento de novas e grandes forças eleitorais em vários países, cujo denominador comum era simplesmente *não* serem identificadas com nenhum dos velhos partidos.

Contudo, há outro motivo para a revivescência das massas: a urbanização do globo, sobretudo no Terceiro Mundo. Na era clássica da revolução, de 1789 a 1917, os velhos regimes eram derrubados nas grandes cidades, mas os novos se tornavam permanentes pelos inarticulados plebiscitos da área rural. A novidade da fase de revoluções pós-década de 1930 era que eram feitas no campo e, uma vez vitoriosas, importadas para as cidades. No fim do século XX, tirando umas poucas regiões retrógradas, a revolução mais uma vez vinha da cidade, mesmo no Terceiro Mundo. Tinha de vir, tanto porque a maioria dos habitantes de qualquer grande Estado agora vivia na cidade, ou parecia provável que vivesse, quanto porque a grande cidade, sede de poder, podia sobreviver e defender-se contra o desafio rural, não menos graças à tecnologia moderna, contanto que as autoridades não perdessem a lealdade de sua população. A guerra no Afeganistão (1979-88) demonstrou que um regime com base na cidade podia manter-se num país de guerrilha clássica, erigido de insurretos rurais apoiados, financiados e equipados com armamentos de alta tecnologia moderna, mesmo após a retirada do exército estrangeiro no qual se apoiava. O governo do presidente Najibullah, para surpresa de todos, sobreviveu alguns anos depois da partida do exército soviético; e quando caiu, não foi porque Cabul não pôde mais resistir aos exércitos rurais, mas porque uma parte de seus próprios guerreiros profissionais decidiu mudar de lado. Após a Guerra do Golfo de 1991, Saddam Hussein manteve-se no Iraque contra grandes insurreições no norte e sul de seu país e num Estado militarmente fraco, essencialmente porque não perdeu Bagdá. As revoluções no fim do século XX têm de ser urbanas, se querem vencer.

Revoluções continuarão ocorrendo? As quatro grandes ondas do século XX, de 1917-20, 1944-62, 1974-8 e 1989- , poderão ser seguidas de outras rodadas de colapso e derrubada? Ninguém que olhe em retrospecto um século em que não mais que um punhado de Estados hoje existentes passou a existir, ou sobreviveu, sem passar por revolução, contra-revolução armada, golpes militares ou conflito civil armado** apostaria seu dinheiro no triunfo universal

(*) Quatro meses antes do colapso da República Democrática Alemã, eleições locais naquele Estado tinham dado ao partido governante uma votação de 98,85%.

(**) Omitindo-se os mini-Estados de menos de meio milhão de habitantes, os únicos Estados consistentemente “constitucionais” são os EUA, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Irlanda,

da mudança pacífica e constitucional, como previsto em 1989 por alguns eufóricos crentes na democracia liberal. O mundo que entra no terceiro milênio não é um mundo de Estados ou sociedades estáveis.

Contudo, se é praticamente certo que o mundo, ou pelo menos grande parte dele, estará repleto de mudanças violentas, a natureza dessas mudanças é obscura. O mundo do fim do Breve Século XX se acha mais em estado de colapso que de crise revolucionária, embora naturalmente contenha países nos quais, como o Irã na década de 1970, existem as condições para a derrubada de regimes odiados que perderam a legitimidade, por levante popular sob liderança de forças capazes de substituí-los: por exemplo, no momento em que escrevo, a Argélia e, antes da abdicação do regime do *apartheid*, a África do Sul. (Não se segue que condições revolucionárias potenciais ou reais produzam revoluções bem-sucedidas.) Apesar disso, esse tipo de descontentamento concentrado com o *status quo* é hoje menos comum que uma rejeição desconcentrada do presente, uma ausência ou desconfiança da organização política, ou simplesmente um processo de desintegração a que as políticas interna e internacional dos Estados se adaptam o melhor que podem.

Está também repleto de violência — mais violência que no passado — e, o que talvez seja igualmente importante, de armas. Nos anos antes da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e na Áustria, por mais agudas que fossem as tensões e ódios raciais, é difícil imaginar que assumissem a forma de adolescentes carecas nazistas incendiando uma casa habitada por imigrantes, matando seis membros de uma família turca. Contudo, em 1993, um incidente desse choca, mas não mais surpreende, quando ocorre no coração da tranqüila Alemanha, casualmente em uma cidade (Solingen) com uma das mais antigas tradições de socialismo operário no país.

Além disso, a acessibilidade de armas e explosivos altamente destrutivos hoje é tal que o habitual monopólio de armamentos do Estado em sociedades desenvolvidas não pode mais ser tomado como certo. Na anarquia de pobreza e ganância que substituiu o ex-bloco soviético, não era mais inconcebível nem mesmo que armas nucleares, ou os meios para fabricá-las, pudessem chegar às mãos de grupos outros que não os governos.

O mundo do terceiro milênio portanto quase certamente continuará a ser de política violenta e mudanças políticas violentas. A única coisa incerta nelas é aonde irão levar.

Suécia, Suíça e Grã Bretanha (excluindo a Irlanda do Norte). Os Estados ocupados durante e depois da Segunda Guerra Mundial não foram classificados como desfrutando ininterrupta constitucionalidade, mas, se necessário, umas poucas ex-colônias ou países atrasados que jamais tiveram golpes militares nem desafio armado interno podiam ser também encarados como “não revolucionários” — por exemplo, Guiana, Butão e Emirados Árabes Unidos.

FIM DO SOCIALISMO

[A] saúde [da Rússia revolucionária], porém, está sujeita a uma condição indispensável: que jamais (como um dia aconteceu mesmo à Igreja) se abra um mercado negro de poder. Se a correlação européia de poder e dinheiro penetrasse também na Rússia, talvez não o país, nem mesmo o Partido, mas o comunismo na Rússia estaria perdido.

Walter Benjamin (1979, pp. 195-6)

Não é mais verdade que um credo oficial único seja o único guia operativo para a ação. Coexistem mais que uma ideologia, uma mistura de modos de pensar e esquemas de referência, e não apenas na sociedade em geral, mas também dentro do Partido e dentro da liderança [...] Um “marxismo-leninismo” rígido e codificado não poderia, a não ser na retórica oficial, responder às verdadeiras necessidades do regime.

M. Lewin, in Kerblay (1983, p. xxvi)

A chave para atingir a modernização é o desenvolvimento de ciência e tecnologia [...] Conversa mole não vai levar nosso programa de modernização a parte alguma; precisamos ter conhecimento e pessoal treinado [...] Agora parece que a China está uns bons vinte anos atrás dos países desenvolvidos em ciência, tecnologia e educação [...] Já na Restauração Meiji, os japoneses começaram a fazer um grande esforço em ciência, tecnologia e educação. A Restauração Meiji foi uma espécie de campanha de modernização empreendida pela emergente burguesia japonesa. Como proletários devemos, e podemos, fazer mais.

Deng Xiaoping, “Respeitem o conhecimento, respeitem o pessoal treinado”, 1977

I

Um país socialista na década de 1970 preocupava-se particularmente com seu relativo atraso econômico, quando nada porque o vizinho, o Japão, era o

mais espetacularmente bem-sucedido dos Estados capitalistas. O comunismo chinês não pode ser encarado simplesmente como uma subvariedade do comunismo soviético, e menos ainda como parte do sistema de satélites soviético. Antes de mais nada, triunfou num país com uma população muito maior que a da URSS, ou, aliás, de qualquer outro Estado. Mesmo descontando-se as incertezas da demografia chinesa, alguma coisa em torno de um em cada cinco seres humanos era um chinês vivendo na China continental. (Havia também uma substancial diáspora chinesa no leste e sudeste da Ásia.) Além disso, a China era não só muito mais nacionalmente homogênea que a maioria dos outros países — cerca de 94% da população era de chineses han —, mas formara uma unidade política única, embora intermitentemente perturbada, provavelmente por um período de no mínimo 2 mil anos. Mais objetivamente ainda, durante a maior parte desses dois milênios o império chinês, e presumivelmente a maioria de seus habitantes que tinham opinião sobre essas questões, havia considerado a China o centro e modelo da civilização mundial. Com raras exceções, *todos* os demais países onde triunfaram regimes comunistas, da URSS em diante, eram e viam-se como culturalmente atrasados e marginais, em relação a algum centro avançado e paradigmático de civilização. A própria estridência com que a URSS insistia, nos anos de Stalin, em sua não-dependência intelectual e tecnológica do Ocidente e na origem interna de todas as grandes invenções, do telefone aos aviões, era um sintoma denunciador desse senso de inferioridade.*

O mesmo não se dava com a China, que, muito corretamente, via sua civilização, arte, escrita e sistema de valores sociais clássicos como a reconhecida inspiração e modelo para outros — não menos o próprio Japão. Certamente não tinha nenhum senso de qualquer inferioridade cultural e intelectual, coletivo ou individual, em comparação com qualquer outro povo. O fato mesmo de a China não ter Estados vizinhos que pudessem mesmo levemente ameaçá-la, e, graças à adoção de armas de fogo, não ter qualquer dificuldade de repelir os bárbaros em sua fronteira, confirmava o senso de superioridade, embora deixasse o Império despreparado para a expansão imperial do Ocidente. A inferioridade cultural da China, que se tornou demasiado evidente no século XIX, não se deveu a alguma incapacidade técnica ou educacional, mas ao próprio senso de auto-suficiência e autoconfiança da civilização chinesa tradicional. Isso a fez relutar em fazer o que fizeram os japoneses após a Restauração Meiji, em 1868: mergulhar na “modernização”, adotando no atacado modelos europeus.

(*) As conquistas intelectuais e científicas da Rússia entre 1830 e 1930 foram de fato extraordinárias, e incluíram algumas impressionantes inovações tecnológicas, que o atraso raramente permitiu que fossem economicamente desenvolvidas. Contudo, o brilho e significação mundial de uns poucos russos só tornam mais óbvia para o Ocidente a inferioridade geral da Rússia.

Isso só poderia ser feito e só o seria sobre as ruínas do antigo império chinês, guardião da antiga civilização, e pela revolução social, que foi ao mesmo tempo uma revolução cultural contra o sistema confuciano.

O comunismo chinês, portanto, era ao mesmo tempo social e, se assim se pode dizer, nacional. O explosivo social que alimentou a revolução comunista foi a extraordinária pobreza e opressão do povo chinês, inicialmente das massas trabalhadoras nas grandes cidades costeiras do centro e do sul da China, que formavam enclaves sob controle imperialista estrangeiro e, às vezes, da própria indústria moderna — Xangai, Cantão, Hong Kong —, e, depois, do campesinato, que formava 90% da vasta população do país. Sua condição era muito pior até mesmo que a da população urbana chinesa, cujo consumo, per capita, era qualquer coisa tipo duas vezes e meia maior. A simples pobreza da China já é difícil de imaginar para leitores ocidentais. Assim, na época da tomada comunista (dados de 1952), o chinês médio vivia essencialmente com meio quilo de arroz ou grãos por dia, e consumia pouco menos de 0,08 quilo de chá *por ano*. Adquiria um novo par de calçados a cada cinco anos, mais ou menos (China Statistics, 1989, tabelas 3.1, 15.2 e 15.5).

O elemento nacional no comunismo chinês operava tanto através dos intelectuais de origem nas classes alta e média, que proporcionaram a maior parte da liderança de todos os movimentos políticos chineses do século XX, quanto através do sentimento, sem dúvida generalizado entre as massas chinesas, de que os bárbaros estrangeiros não representavam nada de bom nem para os indivíduos chineses com quem tinham negócios, nem para a China como um todo. Como a China fora atacada, derrotada, dividida e explorada por todo Estado estrangeiro ao alcance desde meados do século XX, essa suposição não era implausível. Movimentos antiimperialistas de massa com uma ideologia tradicional já eram conhecidos antes do fim do império chinês, por exemplo a chamada Rebelião dos Boxers, de 1900. Há pouca dúvida de que a resistência à conquista japonesa da China foi o que transformou os comunistas chineses de uma derrotada força de agitadores sociais, o que eram em meados da década de 1930, nos líderes e representantes de todo o povo chinês. O fato de que também exigiam a libertação social dos pobres chineses fazia seu apelo de libertação e regeneração nacionais soar mais convincente para as massas (sobretudo rurais).

Nisso, os comunistas tinham uma vantagem sobre seus rivais, o (mais velho) Partido do Kuomintang, que tentara reconstruir uma república chinesa única, poderosa, a partir dos fragmentos dispersos do império chinês, comandado por líderes militarizados locais, após sua queda, em 1911. Os objetivos a curto prazo dos dois partidos não pareciam incompatíveis, a base política dos dois se achava nas cidades mais avançadas do sul da China (onde a república estabelecera sua capital), e sua liderança consistia em grande parte no mesmo tipo de elite educada, descontando-se uma certa tendência para comerciantes

em um, e para camponeses e operários em outro. Os dois, por exemplo, continham praticamente a mesma porcentagem de homens vindos dos latifúndios tradicionais e da fidalguia culta, as elites da China imperial, embora os comunistas tendessem a ter mais líderes com educação superior do tipo ocidental (North & Pool, 1966, pp. 378-82). Os dois vinham do movimento antiimperial da década de 1900, reforçado pelo “Movimento de Maio”, o levante nacional de estudantes e professores em Pequim após 1919. Sun Yat-sen, o líder do Kuomintang, era um patriota, democrata e socialista, que contava para aconselhamento e apoio com a Rússia soviética — única potência revolucionária e antiimperialista — e achava o modelo bolchevique de Estado de partido único mais adequado que os modelos ocidentais para a sua tarefa. Na verdade, os comunistas se tornaram uma força poderosa em grande parte graças a essa ligação soviética, que lhes permitiu integrar-se no movimento nacional oficial, e, após a morte de Sun Yat-sen, em 1925, partilhar do grande avanço pelo qual a República estendeu sua influência à metade da China que não controlava. O sucessor de Sun, Chiang Kai-shek (1897-1975), jamais conseguiu estabelecer completo controle sobre o país, embora em 1927 rompesse com os russos e eliminasse os comunistas, cujo principal corpo de apoio de massa nessa época se achava entre a pequena classe operária urbana.

Os comunistas, obrigados a voltar sua atenção principal para o campo, travaram então uma guerra de guerrilha contra o Kuomintang — graças, não menos, a suas próprias divisões e confusões e à distância de Moscou das realidades chinesas —, em geral com pouco sucesso. Em 1934 seus exércitos foram forçados a recuar para um canto remoto do extremo noroeste, na heróica “Longa Marcha”. Esses fatos fizeram de Mao Tsé-tung, que há muito defendia a estratégia rural, o indisputado líder do Partido Comunista em seu exílio em Yenan, mas não ofereceram nenhuma perspectiva imediata de progresso comunista. Ao contrário, o Kuomintang foi estendendo constantemente seu controle sobre a maior parte do país até a invasão japonesa de 1937.

Contudo, a falta de genuíno apelo de massa do Kuomintang para os chineses, além do abandono do projeto revolucionário, que era ao mesmo tempo um projeto de modernização e regeneração, não o tornava um páreo para seus rivais comunistas. Chiang Kai-shek jamais se tornou um Atatürk — outro chefe de uma revolução modernizante, antiimperialista e nacional que se viu fazendo amizade com a jovem república soviética, usando os comunistas locais para seus próprios fins e dando-lhes as costas, embora de modo menos estridente que Chiang. Como Atatürk, ele tinha o exército: mas não era um exército com lealdade nacional, isso para não falar no moral revolucionário dos exércitos comunistas, e sim uma força recrutada entre homens para os quais, em momentos de problemas e colapso social, um uniforme e uma arma são a melhor maneira de ir levando, e tendo como oficiais homens que sabiam — como o próprio Mao Tsé-tung — que nessas horas o “poder surgia do cano

de uma arma”, e também o lucro e a riqueza. Chiang Kai-shek tinha bastante apoio da classe média urbana, e talvez mais ainda de ricos chineses do além-mar: mas 90% dos chineses, e quase todo o território do país, estavam fora das cidades. Estas eram controladas, se eram, por notáveis locais e homens de força, desde os chefes locais com seus homens armados até famílias fidalgas e relíquias da estrutura de poder imperial, com os quais Chiang Kai-shek chegou a um acordo. Quando os japoneses partiram para conquistar a China a sério, os exércitos do Kuomintang não puderam impedi-los de quase imediatamente tomar as cidades costeiras, onde estava a sua verdadeira força. No resto da China, eles se tornaram o que sempre tinham sido potencialmente: mais um regime corrupto de chefes e senhores locais, resistindo ineficazmente aos japoneses, quando resistiam. Enquanto isso, os comunistas mobilizavam efetivamente a resistência de massa aos japoneses nas áreas ocupadas. Quando tomaram a China, em 1949, tendo varrido quase com desprezo as forças do Kuomintang numa breve guerra civil, os comunistas eram para todos, com exceção dos restos de poder do Kuomintang em fuga, o governo legítimo da China, verdadeiros sucessores das dinastias imperiais após um interregno de quarenta anos. E foram tanto mais aceitos como tais porque, com sua experiência de partido marxista-leninista, puderam forjar uma organização disciplinada nacional capaz de levar a política do governo do centro até as mais remotas aldeias do gigantesco país — como devia fazer, na mente da maioria dos chineses, um império de verdade. *Organização*, mais que doutrina, foi a principal contribuição do bolchevismo de Lenin para mudar o mundo.

Contudo, claro, os comunistas eram mais que o Império revivido, embora sem dúvida se beneficiassem das enormes continuidades da história chinesa, que estabelecia tanto o modo como o chinês comum esperava relacionar-se com qualquer governo que desfrutasse o “mandato do céu” quanto o modo como os que administravam a China esperavam pensar sobre suas tarefas. Em nenhum outro país os debates políticos dentro de um sistema comunista se realizariam com referência ao que um mandarim leal dissera ao imperador Chia-ching, da dinastia Ming, no século XVI.* A isso se referia um inflexível observador da China — o correspondente do *Times* de Londres — na década de 1950, ao afirmar, chocando os que o ouviram na época, como este autor, que não restaria comunismo algum no século XXI a não ser na China, onde sobreviveria como a ideologia nacional. Para a maioria dos chineses, tratava-se de uma revolução que era basicamente uma restauração: de ordem e paz; de bem-estar; de um sistema de governo cujos funcionários públicos se viam apelan-

(*) Cf. o artigo “Hai Tui repreende o imperador”, no *Diário do Povo* em 1959. O mesmo autor (Wu Han) compôs um libreto para uma ópera clássica de Pequim, *A demissão de Hai Tui*, em 1960, que alguns anos depois ofereceu a ocasião que disparou a Revolução Cultural (Leys, 1977, pp. 30 e 34).

do para precedentes da dinastia T'ang; da grandeza de um excelso império e civilização.

E, nos primeiros anos, era isso que a maioria dos chineses parecia estar obtendo. Os camponeses elevaram sua produção de grãos em mais de 70% entre 1949 e 1956 (China Statistics, 1989, p. 165), supostamente porque ainda não se interferia muito com eles, e embora a intervenção da China na Guerra da Coreia de 1950-2 criasse um sério pânico, a capacidade do exército chinês de primeiro derrotar e depois manter a distância os poderosos EUA dificilmente deixaria de impressionar. O planejamento do desenvolvimento industrial e educacional começou no início da década de 1950. Contudo, muito em breve a nova República Popular, sob o agora incontestado e incontestável Mao, começou a entrar em duas décadas de catástrofes em grande parte arbitrárias provocadas pelo grande timoneiro. A partir de 1956, as relações em rápida deterioração com a URSS, que terminaram no clamoroso racha entre as duas potências comunistas em 1960, levaram à retirada da importante ajuda material e de outras, vindas de Moscou. Contudo, isso mais complicou que causou o calvário do povo chinês, assinalado por três estações principais da cruz: a ultra-rápida coletivização da agricultura camponesa em 1955-7; o “Grande Salto Avante” da indústria em 1958, seguido pela grande fome de 1959-61, provavelmente a maior do século XX;* e os dez anos de Revolução Cultural, que acabaram com a morte de Mao, em 1976.

Concorda-se em geral que esses mergulhos cataclísmicos se deveram, em grande parte, ao próprio Mao, cujas políticas eram muitas vezes recebidas com relutância na liderança do partido, e às vezes — mais notadamente no caso do “grande salto avante” — com franca oposição, que ele só superou lançando a Revolução Cultural. Contudo, não podem ser entendidas sem um senso das peculiaridades do comunismo chinês, do qual Mao se fez o porta-voz. Ao contrário do comunismo russo, o chinês praticamente não tinha relação direta com Marx e o marxismo. Foi um movimento pós-Outubro, que chegou a Marx via Lenin, ou, mais precisamente, via o “marxismo-leninismo” de Stalin. O conhecimento de teoria marxista do próprio Mao parece ter derivado quase inteiramente da *História do PCUS [b]: breve curso*, de 1939. E no entanto, por baixo da cobertura marxista-leninista havia — e isso é bastante evidente no caso de Mao, que nunca viajou para fora da China até tornar-se chefe de Estado, e cuja formação intelectual era inteiramente nacional — um utopismo muito chinês. Este, naturalmente, tinha pontos de contato com o marxismo:

(*) Segundo estatísticas oficiais chinesas, a população do país em 1959 era 672,07 milhões. Na taxa de crescimento natural dos sete anos anteriores, que era de pelo menos 20 por mil ao ano (na verdade uma média de 21,7 por mil), seria de esperar que a população chinesa em 1961 fosse 699 milhões. Na verdade, era 658,59 milhões, ou 40 milhões menos do que seria de esperar (China Statistics, 1989, tabelas T3.1 e T3.2).

todas as utopias social-revolucionárias têm alguma coisa em comum, e Mao, sem dúvida com toda a sinceridade, pegou os aspectos de Marx e Lenin que se encaixavam em sua visão e usou-os para justificá-la. Contudo, essa visão de sociedade ideal unida por um consenso total, e na qual, já se disse, “a total abnegação do indivíduo e a total imersão na coletividade (são) bens últimos [...] uma espécie de misticismo coletivista”, é o oposto do marxismo clássico, que, pelo menos em teoria e como objetivo último, previa a completa liberação e auto-realização do indivíduo (Schwartz, 1966). A ênfase característica no poder de transformação espiritual para se conseguir isso, remodelando o homem, embora recorra à crença de Lenin e depois de Stalin, na consciência e no voluntarismo, foi muito além dela. Com toda a sua crença no papel da ação e decisão políticas, Lenin jamais perdeu de vista o fato — como poderia tê-lo feito? — de que circunstâncias práticas impunham severas limitações à efetividade da ação, e mesmo Stalin reconhecia que seu poder tinha limites. Contudo, sem a crença em que “forças subjetivas” eram todo-poderosas, e que os homens *podiam* mover montanhas e tomar o céu de assalto se quisessem, são inconcebíveis as loucuras do “grande salto avante”. Especialistas diziam o que se podia fazer e não fazer, mas só o fervor revolucionário poderia superar todos os obstáculos materiais, e a mente transformar a matéria. Daí, ser “vermelho” era não só muito mais importante que ser especialista, mas sua alternativa. Uma enorme onda de entusiasmo em 1958 iria industrializar a China *imediatamente*, saltando para o futuro por cima de eras, quando o comunismo entrasse *imediatamente* em plena operação. Os incontáveis altos-fornozinhos de fundo de quintal, de baixa qualidade, com os quais a China iria duplicar sua produção de aço dentro de um ano — e na verdade mais que triplicou em 1960, antes de recair em 1962 para menos que antes do “grande salto” — representaram um lado da transformação. As 24 mil “comunas populares” de agricultores, estabelecidas nuns meros dois meses de 1958, representaram o outro lado. Eram completamente comunistas, porque não apenas todos os aspectos da vida camponesa haviam sido coletivizados, inclusive a familiar — as creches e refeitórios comunais libertando as mulheres das tarefas domésticas e do cuidado das crianças e mandando-as, arregimentadas, para os campos —, mas também o fornecimento gratuito de seis serviços básicos iria substituir salários e a renda em dinheiro. Esses seis serviços eram alimentação, assistência médica, educação, funerais, corte de cabelo e cinema. Visivelmente, não deu certo. Em poucos meses, diante da resistência passiva, abandonaram-se os aspectos mais extremos do sistema, embora não antes de ele ter se (como a coletivização de Stalin) combinado com a natureza para produzir a fome de 1960-1.

Num aspecto, essa crença na capacidade de transformar pela vontade se apoiava numa crença maoísta mais específica no “povo”, disposto a ser transformado e portanto a participar, criativamente e com toda a inteligência e

engenhosidade tradicionais chinesas, na grande marcha avante. Era a visão essencialmente romântica de um artista, embora, segundo depreendemos por aqueles que podem julgar a poesia e caligrafia que ele gostava de praticar, não um artista muito bom. (“Não tão ruim quanto a pintura de Hitler, mas não tão boa quanto a de Churchill”, na opinião do orientalista britânico Arthur Waley, usando a pintura como uma analogia para a poesia.) Isso o levou, contra os céticos e a opinião realista de outros líderes chineses, a convocar intelectuais da velha elite a contribuir com seus talentos para a campanha das “Cem Flores” de 1956-7, na suposição de que a revolução, e talvez ele próprio, já os tivesse transformado. (“Que desabrochem cem flores, que disputem cem escolas de pensamento.”) Quando, como camaradas menos inspirados haviam previsto, essa explosão de livre-pensamento se mostrou deficiente em entusiasmo unânime pela nova ordem, confirmou-se a desconfiança inata de Mao dos intelectuais como tais, que iria encontrar expressão espetacular nos dez anos da Grande Revolução Cultural, quando a educação superior praticamente parou e os intelectuais que já existiam foram regenerados em massa pelo trabalho braçal compulsório no campo.* Apesar disso, a crença de Mao nos camponeses, exortados a resolver todos os problemas de produção durante o “grande salto”, segundo o princípio de “que todas as escolas [isto é, de experiência local] disputem”, permaneceu inalterada. Pois — e esse era mais um aspecto do pensamento de Mao que encontrava apoio no que ele lia na dialética marxista — ele estava fundamentalmente convencido da importância da luta, do conflito e da alta tensão como algo não apenas essencial à vida, mas que também impedia a recaída da antiga sociedade chinesa em insistir na permanência e harmonia imutáveis, o que fora sua fraqueza. A revolução e o próprio comunismo só poderiam ser salvos de degenerar em estagnação por uma luta constantemente renovada. A revolução não podia acabar nunca.

A peculiaridade da política maoísta era ser “ao mesmo tempo uma forma extrema de ocidentalização e uma reversão parcial aos padrões tradicionais”, sobre os quais, na verdade, se apoiava em grande parte, pois o velho império chinês se caracterizava, pelo menos nos períodos em que o poder do imperador era forte e assegurado, e portanto legítimo, pela autocracia do governante e a aquiescência e obediência dos súditos (Hu, 1966, p. 241). O simples fato de que 84% das famílias camponesas chinesas se deixaram tranqüilamente ser coletivizadas num único ano (1956), ao que parece sem nenhuma das conseqüências

(*) Em 1970, o número total de estudantes em todas as Instituições de Ensino Superior da China era 48 mil; nas escolas técnicas do país (1969), 23 mil; e nas Escolas de Formação de Professores (1969), 15 mil. A ausência de quaisquer dados sobre pós-graduados sugere que não havia provisão alguma para eles. Em 1970, um total de 4260 jovens começou a estudar ciências naturais nas Instituições de Ensino Superior, e um total de noventa começou a estudar ciências sociais. Isto num país de, na época, 830 milhões de pessoas (China Statistics, 1989, tabelas T17.4, T17.8 e T17.10).

da coletivização soviética, já fala por si. A industrialização, no modelo soviético voltado para a indústria pesada, era a prioridade incondicional. Os absurdos mortais do “grande salto” se deveram basicamente à convicção, que o regime chinês partilhava com o soviético, de que a agricultura devia ao mesmo tempo alimentar a industrialização e manter-se sem o desvio de recursos de investimento industrial para ela. Em essência, isso queria dizer substituir incentivos “materiais” por “morais”, o que significava, na prática, pôr o volume quase ilimitado de braços humanos disponíveis na China no lugar da tecnologia que não havia. Ao mesmo tempo, o campo continuou sendo a base do sistema de Mao, como sempre fora desde a época da guerrilha, e, ao contrário da URSS, o modelo do “grande salto” fez dele também o *locus* preferido de industrialização. Ao contrário da URSS, a China não passou por industrialização em massa sob Mao. Só na década de 1980 a população rural foi cair abaixo de 80%.

Por mais que nos possamos chocar com o registro dos vinte anos maoístas, um registro que combina desumanidade e obscurantismo em massa com os absurdos surrealistas das afirmações feitas em nome dos pensamentos do divino líder, não devemos esquecer que, pelos padrões do Terceiro Mundo, assolado pela pobreza, o povo chinês ia indo bem. No fim do período de Mao, o consumo médio de alimento chinês (em calorias) estava pouco acima da média de todos os países, acima do de catorze países nas Américas, 38 na África e mais ou menos metade dos asiáticos — bem acima do sul e sudeste da Ásia, com exceção da Malásia e Cingapura (Taylor & Jodice, 1983, tabela 4.4). A expectativa de vida média no nascimento subiu de 35 anos em 1949 para 68 em 1982, sobretudo devido à impressionante e — exceto nos anos da fome — contínua queda da mortalidade (Liu, 1986, pp. 323-4). Como a população chinesa, mesmo descontando-se a grande fome, aumentou de cerca de 540 milhões para cerca de 950 milhões entre 1949 e a morte de Mao, é evidente que a economia conseguiu alimentá-los — um pouco acima do nível de começos da década de 50 — e melhorou ligeiramente seu nível de roupas (China Statistics, 1989, tabela T15.1). A educação, mesmo no nível elementar, sofreu tanto com a fome, que reduziu a freqüência em 25 milhões, quanto com a Revolução Cultural, que a reduziu em 15 milhões. Apesar disso, não há como negar que no ano da morte de Mao seis vezes mais crianças iam à escola primária do que quando ele chegou ao poder — isto é, uma taxa de matrícula de 96%, comparada com menos de 50% mesmo em 1952. Claro, ainda em 1987 mais de um quarto da população acima dos doze anos continuava analfabeta e “semi-analfabeta” — entre as mulheres essa cifra chegava a 38% —, mas não devemos esquecer que a alfabetização na China é excessivamente difícil, e só se podia esperar que uma proporção bastante pequena dos 34% nascidos antes de 1949 a tivesse adquirido inteiramente (China Statistics, 1989, pp. 69-72 e 695). Em suma, embora as realizações do período maoísta possam não impressionar observadores ocidentais céticos — havia muitos sem

ceticismo — certamente teriam parecido impressionante para, digamos, observadores indianos e indonésios, e talvez não parecessem particularmente decepcionantes para os 80% de chineses rurais, isolados do mundo, cujas expectativas eram as de seus pais.

Apesar disso, era inegável que, internacionalmente, a China perdera terreno desde a revolução, e notadamente em relação a vizinhos não comunistas. Sua taxa de crescimento econômico per capita, embora impressionante nos anos de Mao (1960-75), foi menor que a do Japão, Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan — para citar os países leste-asiáticos nos quais os observadores chineses certamente teriam ficado de olho. Embora imenso, seu PNB era quase igual ao do Canadá, menor que o da Itália, e um simples quarto do Japão (Taylor & Jodice, 1983, tabelas 3.5 e 3.6). O desastroso curso em ziguezague seguido pelo Grande Timoneiro desde meados da década de 1950 só continuara porque Mao, em 1965, com apoio militar, lançou um movimento anárquico, inicialmente estudantil, de jovens “Guardas Vermelhos” contra a liderança do partido que o pusera discretamente de lado, e contra os intelectuais de todo tipo. Foi a Grande Revolução Cultural que devastou a China por algum tempo, até que Mao chamou o exército para restaurar a ordem, e de qualquer modo se viu obrigado a restaurar algum tipo de controle do partido. Como ele se achava visivelmente nas últimas, e o maoísmo sem ele teria pouco apoio de fato, não sobreviveu à sua morte, em 1976, e à quase imediata prisão dos ultramaoístas do “Bando dos Quatro”, encabeçados pela viúva do líder, Jiang Qing. O novo curso, sob o pragmático Deng Xiaoping, começou imediatamente.

II

O novo curso de Deng na China foi o mais franco reconhecimento público de que eram necessárias mudanças dramáticas na estrutura do “socialismo realmente existente”, mas à medida que a década de 1970 passava para a de 1980, foi ficando cada vez mais claro que havia alguma coisa de seriamente errado em todos os sistemas socialistas que assim se consideravam. A diminuição no ritmo da economia soviética era palpável: a taxa de crescimento de quase tudo que nela contava, e podia ser contado, caiu constantemente de um período de cinco anos para outro após 1970: produto interno bruto, produção industrial, produção agrícola, investimento de capital, produtividade de trabalho, renda real per capita. Se não estava de fato em regressão, a economia avançava no passo de um boi cada vez mais cansado. Além disso, muito longe de se tornar um gigante do comércio mundial, a URSS parecia estar regredindo internacionalmente. Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de energia

(isto é, petróleo e gás). Por outro lado, quase 60% de suas importações consistiam em máquinas, metais etc. e artigos de consumo industriais (SSSR, 1987, pp. 15-7, 32-3). Tornara-se algo assim como uma colônia produtora de energia para economias industriais mais avançadas — na prática, em grande parte, para seus próprios satélites ocidentais, notadamente a Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã, cujas indústrias podiam contar com o mercado ilimitado e não exigente da URSS, sem ter de mudar muita coisa para corrigir suas próprias deficiências.*

Na verdade, na década de 1970 era claro que não só o crescimento econômico estava ficando para trás, mas mesmo os indicadores sociais básicos, como o da mortalidade, estavam deixando de melhorar. Isso minou a confiança no socialismo talvez mais que qualquer outra coisa, pois sua capacidade de melhorar a vida da gente comum através de maior justiça social não dependia basicamente de sua capacidade de gerar maior riqueza. O fato de a expectativa de vida na URSS, Polônia e Hungria permanecer quase imutada durante os últimos vinte anos antes do colapso do comunismo — na verdade, de vez em quando chegava a cair — era causa de séria preocupação, pois na maioria dos outros países ela continuava a subir (incluindo, deve-se dizer, Cuba e os países comunistas asiáticos sobre os quais dispomos de dados). Em 1969, austríacos, finlandeses e poloneses podiam esperar morrer na mesma média de idade (70,1 anos), mas em 1989 os poloneses tinham uma expectativa de vida cerca de quatro anos mais curta que os austríacos e finlandeses. Isso pode ter tornado as pessoas mais saudáveis, como sugeriam os demógrafos, mas só porque nos países socialistas morriam pessoas que podiam ter sido mantidas vivas em países capitalistas (Riley, 1991). Os reformadores na URSS e em outras partes não deixavam de observar essas tendências com crescente ansiedade (*World Bank Atlas*, 1990, pp. 6-9; e *World Tables*, 1991, passim).

Por essa época, outro sintoma de reconhecido declínio na URSS se reflete no surgimento do termo *nomenklatura* (que parece ter chegado ao Ocidente através de textos de dissidentes). Até então o corpo de oficiais dos *cadres* do partido, que constituía o sistema de comando dos Estados leninistas, era encarado no exterior com respeito e relutante admiração, embora opositoristas derrotados de dentro, como os trotskistas e — na Iugoslávia — Milovan Djilas (Djilas, 1957), houvessem apontado seu potencial de degeneração burocrática e corrupção pessoal. Na verdade, na década de 1950, e mesmo na de 1960, o tom geral do comentário ocidental, e sobretudo americano, era que ali — no sistema organizacional dos partidos comunistas e seu monolítico corpo de quadros, desprendidos de si mesmo, que cumpriam lealmente (se

(*) “Parecia aos formuladores de política soviéticos que o mercado soviético era inexaurível, e que a União Soviética podia assegurar a quantidade de energia necessária para um contínuo e extenso crescimento econômico” (Rozsati & Mizsei, 1989, p. 10).

bem que brutalmente) “a linha” — estava o segredo do avanço global comunista (Fainsod, 1956; Brzezinski, 1962; Duverger, 1972).

Por outro lado, o termo *nomenklatura*, praticamente desconhecido antes de 1980, a não ser como parte do jargão administrativo do PCUS, passou a sugerir precisamente a fraqueza da interesseira burocracia do partido da era Brejnev: uma combinação de incompetência e corrupção. E, na verdade, tornou-se cada vez mais evidente que a própria URSS operava basicamente por um sistema de patronato, nepotismo e suborno.

Com exceção da Hungria, as tentativas sérias de reformar as economias socialistas na Europa tinham sido, na verdade, abandonadas em desespero após a Primavera de Praga. No tocante às tentativas ocasionais de reverter as velhas economias de comando, na forma stalinista (como na Romênia de Ceausescu) ou na forma maoísta, que substituíam a economia por voluntarismo e suposto zelo moral (como Fidel Castro), quanto menos se falasse delas, melhor. Os anos Brejnev iriam ser chamados pelos reformadores de “era da estagnação”, essencialmente porque o regime parara de tentar fazer qualquer coisa séria em relação a uma economia em visível declínio. Comprar trigo no mercado mundial era mais fácil que tentar resolver a aparentemente crescente incapacidade da agricultura soviética de alimentar o povo da URSS. Lubrificar o enferrujado motor da economia com um sistema universal e onipresente de suborno e corrupção era mais fácil que limpá-lo e resintonizá-lo, quanto mais substituí-lo. Quem sabia o que aconteceria a longo prazo? A curto, parecia mais importante manter os consumidores satisfeitos, ou, de qualquer forma, manter o descontentamento dentro de limites. Daí, provavelmente, na primeira metade da década de 1970, a maioria dos habitantes da URSS estar e sentir-se em melhores condições que em qualquer outra época na memória viva.

O problema do “socialismo realmente existente” na Europa era que, ao contrário da URSS do entreguerras, praticamente fora da economia mundial e portanto imune à Grande Depressão, agora o socialismo estava cada vez mais envolvido nela, e portanto não imune aos choques da década de 1970. É uma ironia da história o fato de que as economias “socialistas reais” da Europa e da URSS, além de partes do Terceiro Mundo, se tenham tornado as verdadeiras vítimas da crise pós-Era de Ouro da economia capitalista global, enquanto as “economias de mercado desenvolvidas”, embora abaladas, conseguiam atravessar os anos difíceis sem grandes problemas, pelo menos até o início da década de 1990. Até então algumas delas, na verdade, como a Alemanha e o Japão, mal tinham tropeçado em sua marcha à frente. O “socialismo real”, porém, agora enfrentava não apenas seus próprios problemas sistêmicos insólitos, mas também os de uma economia mundial mutante e problemática, na qual se achava cada vez mais integrado. Isso pode ser ilustrado pelo ambíguo exemplo da crise internacional do petróleo que transformou o mercado de energia mundial após 1973: ambíguo porque seus efeitos foram potencialmente

negativos e positivos. Sob pressão do cartel de produtores de petróleo, a OPEP, o preço do produto, então baixo e, em termos reais, caindo desde a guerra, mais ou menos quadruplicou em 1973, e mais ou menos triplicou de novo no fim da década de 1970, após a Revolução Iraniana. Na verdade, a gama real de flutuações foi ainda mais sensacional: em 1970 o petróleo era vendido a um preço médio de 2,53 dólares o barril, mas em fins da década de 1980 o barril valia 41 dólares.

A crise do petróleo teve duas conseqüências aparentemente felizes. Para os produtores de petróleo, dos quais a URSS por acaso era um dos mais importantes, transformou o líquido negro em ouro. Era como um bilhete premiado garantido de loteria toda semana. Os milhões simplesmente rolavam para dentro sem esforço, adiando a necessidade de reforma econômica e, de quebra, possibilitando à URSS pagar suas importações rapidamente crescentes do Ocidente capitalista com a energia exportada. Entre 1970 e 1980, as exportações soviéticas para as “economias de mercado desenvolvidas” subiram de pouco menos de 19% das exportações totais para 32% (SSSR, 1987, p. 32). Sugeriu-se que foi essa bonança imprevista que tentou o regime de Brejnev a entrar numa política internacional mais ativa de competição com os EUA em meados da década de 1970 enquanto a agitação revolucionária mais uma vez varria o Terceiro Mundo (ver capítulo 15), e em um curso suicida de tentar igualar a superioridade de armamentos americana (Maksimenko, 1991).

A outra conseqüência aparentemente feliz da crise do petróleo foi a inundação de dólares que agora esguichavam dos multibilionários Estados da OPEP, muitas vezes com populações minúsculas, e que eram distribuídos pelo sistema bancário internacional sob a forma de empréstimos a quem quisesse. Poucos países em desenvolvimento resistiram à tentação de aceitar os milhões assim carregados para seus bolsos, e que iriam provocar a crise da dívida mundial de inícios da década de 1980. Para os países socialistas que sucumbiram a ela — notadamente Polônia e Hungria —, os empréstimos pareceram uma forma providencial de ao mesmo tempo pagar o investimento da aceleração do crescimento e elevar o padrão de vida de seus povos.

Isso só tornou mais aguda a crise da década de 1980, pois as economias socialistas — e notadamente a gastadora economia polonesa — eram demasiado inflexíveis para utilizar produtivamente o influxo de recursos. O simples fato de que o consumo de petróleo na Europa Ocidental (1973-85) caiu 40% em resposta à alta dos preços, mas na URSS e Europa Oriental apenas pouco mais de 20% no mesmo período, fala por si (Köllö, 1990, p. 39). O fato de que os custos da produção soviética subiram acentuadamente, enquanto os campos de petróleo romenos secavam, torna ainda mais impressionante a não-economia de energia. Em princípios da década de 1980, a Europa Oriental se achava numa aguda crise de energia. Isso por sua vez produziu escassez de alimentos e bens manufaturados (a não ser onde, como na Hungria, o país mergulhou

ainda mais maciçamente em dívidas, acelerando a inflação e baixando os salários reais). Essa foi a situação em que o “socialismo realmente existente” na Europa entrou no que revelou ser sua década final. A única maneira efetiva imediata de lidar com essa crise era o tradicional recurso stalinista a estritas ordens e restrições centrais, pelo menos onde o planejamento central ainda atuava (o que não mais acontecia na Hungria e Polônia). Deu certo, entre 1981 e 1984. A dívida caiu 35% a 70% (exceto naqueles dois países). Isso chegou a encorajar ilusórias esperanças de retorno a um crescimento econômico dinâmico sem reformas básicas, que “trouxesse um Grande Salto Atrás em relação à crise da dívida e à deterioração das perspectivas econômicas” (Köllö, 1990, p. 41). Foi o momento em que Mikhail Sergueievitch Gorbachev se tornou o líder da URSS.

III

Neste ponto, devemos retornar da economia para a política do “socialismo realmente existente”, pois a política, tanto a alta quanto a baixa, é que iria provocar o colapso euro-soviético de 1989-91.

Politicamente, a Europa Oriental era o calcanhar de Aquiles do sistema soviético, e a Polônia (e também, em menor medida, a Hungria) seu ponto mais vulnerável. Após a Primavera de Praga, ficou claro, como vimos, que os regimes satélites comunistas haviam perdido legitimidade como tal na maior parte da região.* Tinham sua existência mantida por coerção do Estado, apoiado pela ameaça de intervenção soviética, ou, na melhor das hipóteses — como na Hungria —, dando aos cidadãos condições materiais e relativa liberdade muito superiores à média leste-européia, mas que a crise econômica tornava impossíveis de manter. Contudo, com uma exceção, nenhuma forma séria de oposição política organizada ou qualquer outra era possível. Na Polônia, a conjunção de três fatores produziu essa possibilidade. A opinião pública do país estava esmagadoramente unida não apenas pela antipatia ao regime, mas por um nacionalismo anti-russo (e antijudeu) e conscientemente católico romano; a Igreja retinha uma organização independente nacional; e a classe operária demonstrara seu poder político com greves maciças, em intervalos, desde meados da década de 1950. O regime há muito se resignara a uma tolerância tácita, ou mesmo à retirada — como quando as greves da década de 1970 forçaram a abdicação do então líder comunista —, enquanto a oposição estivesse desorganizada, embora seu espaço de manobra encolhesse progressivamente.

(*) As partes menos desenvolvidas da península Balcânica — Albânia, sul da Iugoslávia, Bulgária — podem ser uma exceção, pois os comunistas ainda ganharam as primeiras eleições multipartidárias após 1989. Contudo, mesmo ali a fraqueza do sistema logo se tornou patente.

Mas a partir de meados da década de 1970, teve de enfrentar tanto um movimento trabalhista politicamente organizado, apoiado por uma assessoria de dissidentes intelectuais politicamente sofisticados, sobretudo ex-marxistas, quanto também uma Igreja cada vez mais agressiva, encorajada em 1978 pela eleição do primeiro papa polonês da história, Karol Wojtyła (João Paulo II).

Em 1980, o triunfo do movimento sindical Solidariedade como, na verdade, um movimento de oposição pública nacional, brandindo a arma da greve geral, demonstrou duas coisas: que o regime do Partido Comunista na Polônia chegara ao fim da corda; mas também que não podia ser derrubado por agitação de massa. Em 1981, Igreja e Estado concordaram discretamente em adiantar-se ao perigo de intervenção militar soviética (que foi seriamente considerada) com alguns anos de lei marcial sob o comandante das Forças Armadas, que podia, de maneira plausível, alegar legitimidade comunista e nacionalista. A ordem foi restabelecida com pouca dificuldade mais pela polícia que pelo exército, mas na verdade o governo, tão desamparado como sempre para enfrentar os problemas econômicos, nada tinha para usar contra a oposição, que continuou existindo como manifestação organizada da opinião pública do país. Ou os russos decidiam intervir, ou, mais cedo que mais tarde, o regime teria de abandonar a posição-chave dos regimes comunistas, o sistema unipartidário sob o “papel dirigente” do partido de Estado, ou seja, abdicar. Mas, com o resto dos governos-satélites observando nervosos o desenrolar desse roteiro, a maioria tentando impedir seu próprio povo de também fazer o mesmo, tornou-se cada vez mais evidente que os soviéticos não mais estavam dispostos a intervir.

Em 1985, um reformador apaixonado, Mikhail Gorbachev, chegou ao poder como secretário-geral do Partido Comunista soviético. Não foi por acaso. Na verdade, não fosse a morte do desesperadamente doente secretário-geral e ex-chefe do aparato de segurança soviético, Iuri Andropov (1914-84), que fizera de fato o rompimento decisivo com a era Brejnev em 1983, a era de mudança teria começado um ano ou dois antes. Era inteiramente evidente para todos os demais governos comunistas, dentro e fora da órbita soviética, a iminência de grandes transformações, embora não fosse nada claro, mesmo para o novo secretário-geral, o que elas trariam.

A “era de estagnação” (*zastoi*) que Gorbachev denunciou fora na verdade uma era de aguda fermentação política e cultural entre a elite soviética. Esta incluía não só o grupo relativamente minúsculo de autocooptados chefes do Partido Comunista no topo da hierarquia da União, único lugar onde verdadeiras decisões eram, ou podiam ser, tomadas, mas o relativamente vasto grupo de classe média educada e tecnicamente formada, além de administradores econômicos que de fato mantinham o país andando: acadêmicos, *intelligentsia* técnica, especialistas e executivos de vários tipos. Em certos aspectos, o próprio Gorbachev representava essa nova geração de quadros educados — estu-

dou direito, enquanto a clássica escada para o velho quadro stalinista antes era (e ainda, surpreendentemente, continuava sendo muitas vezes) a da oficina da fábrica, via um diploma de engenharia ou agronomia, para o aparato. A profundidade dessa fermentação não se mede pelo tamanho do grupo de fato de dissidentes públicos que agora aparecia — umas poucas centenas, no máximo. Proibidas ou semilegalizadas (pela influência de bravos editores como o do famoso “jornal denso” *Novy Mir*), críticas e autocríticas impregnavam o ambiente cultural da URSS metropolitana sob Brejnev, incluindo importantes setores do partido e do Estado, notadamente nos serviços de segurança e relações exteriores. Dificilmente se pode explicar de outro modo a enorme e súbita resposta ao apelo de Gorbachev por *glasnost* (“abertura” ou “transparência”).

Contudo, a resposta das camadas política e intelectual não deve ser tomada como uma resposta do grosso dos povos soviéticos. Para estes, ao contrário dos povos da maioria dos Estados comunistas europeus, o regime soviético era legítima e inteiramente aceito, quando nada porque não conheciam e não podiam conhecer nenhum outro (a não ser sob ocupação alemã em 1941-4, dificilmente atraente). Todo húngaro acima dos sessenta anos em 1990 tinha alguma lembrança adolescente ou adulta da era pré-comunista, mas nenhum habitante da URSS original abaixo dos 88 poderia ter tido tal experiência de primeira mão. E se o programa do Estado soviético tinha uma ininterrupta continuidade que se estendia para trás até o fim da Guerra Civil, o próprio país tinha uma continuidade ininterrupta, ou praticamente ininterrupta, que se estendia ainda mais longe, a não ser por territórios ao longo da fronteira ocidental adquiridos ou readquiridos em 1939-40. Era o velho império czarista sob nova administração. Esse, a propósito, é o motivo pelo qual antes da década de 1980 não houve sinal algum de separatismo político sério em parte alguma, a não ser nos países bálticos (que tinham sido Estados independentes de 1918 a 1940), na Ucrânia ocidental (que era parte do império habsburgo, e não do russo, antes de 1918), e talvez na Bessarábia (Moldávia), que fora parte da Romênia de 1918 a 1940. Mesmo nos Estados bálticos havia um pouco mais de dissidência declarada que na Rússia (Lieven, 1993).

Além disso, o regime soviético não era apenas autóctone e com raízes internas — com a passagem do tempo, mesmo o partido, originalmente muito mais forte entre os grandes russos que entre outras nacionalidades, recrutava em grande parte a mesma porcentagem de habitantes nas repúblicas europeias e transcaucasianas — mas as próprias pessoas, de formas difíceis de especificar, se encaixavam nele, à medida que o regime a elas se adaptava. Como observou o satirista dissidente Zinoviev, realmente havia um “novo homem soviético” (ou mulher, na medida em que era levada em conta, o que dificilmente acontecia), embora não correspondesse mais à sua imagem pública oficial do que qualquer outra coisa na URSS. Ele/ela estava à vontade no sistema (Zinoviev, 1979), que lhe assegurava um meio de vida e uma abrangente seguridade social,

em nível modesto mas real, uma sociedade social e economicamente igualitária e pelo menos uma das aspirações tradicionais do socialismo, o “Direito ao ócio”, de Paul Lafargue (Lafargue, 1883). Além disso, para a maioria dos cidadãos soviéticos, a era Brejnev significou não “estagnação”, mas os melhores dias que eles e seus pais, ou mesmo seus avós, já haviam conhecido.

Não admira que reformadores radicais se vissem enfrentando, além da burocracia soviética, a humanidade soviética. No tom característico de irritado elitismo antiplebeu, um reformador escreveu:

Nosso sistema gerou uma categoria de indivíduos sustentados pela sociedade, e mais interessados em receber do que dar. Isso é a consequência de uma política de chamado igualitarismo que [...] invadiu totalmente a sociedade soviética [...] O fato de a sociedade se dividir em duas partes, os que decidem e distribuem e os que são comandados e recebem, constitui um dos maiores freios ao desenvolvimento de nossa sociedade. O Homo sovieticus [...] é ao mesmo tempo lastro e freio. De um lado, se opõe à reforma, por outro, constitui a base de apoio para o sistema existente (Afanassiev, 1991, pp. 13-4).

Social e politicamente, a maior parte da URSS era uma sociedade estável, sem dúvida, em parte graças à ignorância em relação a outros países mantida pela autoridade e a censura, mas de modo algum só por esse motivo. Será por acaso que não houve um equivalente da rebelião estudantil de 1968 na URSS, Polônia, Tchecoslováquia e Hungria? Que mesmo sob Gorbachev o movimento de reforma não mobilizou os jovens em nenhuma medida importante (exceto alguns grupos nacionalistas ocidentais)? Que tenha sido, como se dizia, “uma rebelião dos de trinta e quarenta anos”, ou seja, da geração nascida após o fim da guerra mas antes do confortável torpor dos anos Brejnev? De onde quer que tenha vindo a pressão pela mudança na URSS, das bases não foi.

Na verdade veio, como tinha de vir, do topo. Ainda não está claro de que maneira, exatamente, um reformista comunista obviamente apaixonado e sincero veio a ser sucessor de Stalin à frente do PC soviético em 15 de março de 1985, e continuará pouco claro até que a história soviética das últimas décadas se torne tema mais da história do que de acusação e auto-exculpação. De qualquer modo, o que conta não são os que entram e saem na política do Kremlin, mas as duas condições que permitiram a alguém como Gorbachev chegar ao poder. Primeiro, a crescente e cada vez mais escancarada corrupção da liderança do Partido Comunista na era Brejnev não podia deixar de indignar o setor do partido que ainda acreditava em sua ideologia, mesmo do modo mais oblíquo. E um Partido Comunista, por mais degenerado que estivesse, já não seria possível sem alguns líderes socialistas, tanto quanto uma Igreja Católica sem alguns bispos e cardeais cristãos, pois ambos se baseiam em genuínos sistemas de crença. Segundo, as camadas educadas e tecnicamente competentes que mantinham de fato a economia soviética funcionando tinham aguda consciên-

cia de que sem uma mudança drástica, na verdade fundamental, ela iria inevitavelmente afundar mais cedo ou mais tarde, não apenas por causa da inata ineficiência e inflexibilidade do sistema, mas porque a fraqueza era agravada pelas demandas de status de superpotência militar, que não podia ser sustentada em uma economia em declínio. A tensão militar sobre a economia na verdade aumentara perigosamente desde 1980, quando, pela primeira vez em muitos anos, as Forças Armadas soviéticas se viram diretamente envolvidas numa guerra. Enviaram uma força para o Afeganistão para estabelecer algum tipo de estabilidade naquele país, que desde 1978 era governado por um Partido Democrático Popular comunista dividido em facções conflitantes, ambas antagonizadas por latifundiários locais, o clero muçulmano e outros crentes no *status quo*, devido a atividades atípicas como reforma agrária e direitos para as mulheres. O país estivera discretamente na esfera soviética desde o início da década de 1950, sem elevar notadamente a pressão sangüínea ocidental. Contudo, os EUA preferiram ou escolheram ver a jogada soviética como uma grande ofensiva militar dirigida contra o “mundo livre”. Portanto (via Paquistão), despejou dinheiro e armamentos avançados sem limites nas mãos de guerreiros fundamentalistas muçulmanos das montanhas. Como era de esperar, o governo afegão, com maciço apoio soviético, teve pouca dificuldade para manter as grandes cidades do país, mas o custo para a URSS foi desordenadamente alto. O Afeganistão se tornou — como algumas pessoas em Washington sem dúvida pretendiam que se tornasse — o Vietnã da União Soviética.

Mas que podia fazer o novo líder soviético para mudar a situação na URSS, além de pôr fim, o mais cedo possível, ao confronto da Segunda Guerra Fria com os EUA, que estava dessanguando a economia? Esse, claro, era o objetivo imediato de Gorbachev, e foi o seu maior êxito, pois, num período surpreendentemente curto, ele convenceu mesmo governos ocidentais céticos de que essa era de fato a intenção soviética. Isso conquistou-lhe uma imensa e duradoura popularidade no Ocidente, que contrastava de maneira impressionante com a falta de entusiasmo por ele na URSS, pela qual acabou sendo vitimado em 1991. Se algum homem sozinho pôs fim a uns quarenta anos de guerra fria global, foi ele.

Os objetivos dos reformadores econômicos comunistas desde a década de 1950 eram tornar as economias de comando centralmente planejadas mais racionais e flexíveis, com a introdução do sistema de preços de mercado e cálculos de lucro e perda nas empresas. Os reformadores húngaros haviam se adiantado um pouco nessa direção e, não fosse a ocupação soviética de 1968,

(*) Ele se identificara em público com a posição extremamente “ampla” e praticamente social-democrata do Partido Comunista italiano mesmo antes de sua eleição oficial (Montagni, 1989, p. 85).

os reformadores tchecos teriam ido ainda mais longe: ambos esperavam, com isso, também que fosse mais fácil liberalizar e democratizar o sistema político. Essa foi também a posição de Gorbachev,* que ele naturalmente via como uma maneira de restaurar e restabelecer um socialismo melhor do que o “realmente existente”. É possível, mas bastante improvável, que algum reformador influente na URSS pensasse no abandono do socialismo, quando nada porque isso parecia inteiramente impraticável em termos políticos, embora em outros lugares economistas formados, que se haviam associado a reformas, comessem a concluir que o sistema, cujos defeitos foram analisados sistematicamente em público pela primeira vez na década de 80, não podia ser reformado de dentro.*

IV

Gorbachev lançou sua campanha para transformar o socialismo soviético com os *slogans perestroika*, ou reestruturação (da estrutura econômica e política), e *glasnost*, ou liberdade de informação.**

Entre eles havia o que se revelou um conflito insolúvel. A única coisa que fazia o sistema soviético funcionar, e podia talvez transformá-lo, era a estrutura de comando do partido/Estado herdada dos dias stalinistas. Era uma situação conhecida na história russa, mesmo nos dias dos czares. A reforma vinha de cima. Mas a estrutura de partido/Estado era, ao mesmo tempo, o principal obstáculo para a transformação de um sistema que ele criara, ao qual se adaptara, no qual tinha um grande interesse investido, e para o qual achava difícil conceber uma alternativa.*** Esse sistema estava longe de ser o único obstáculo, e os reformadores, não apenas na Rússia, sempre foram tentados a culpar a “burocracia” pelo fato de seu país e povo não responderem às suas iniciativas, mas é inegável que grande parte do aparato do partido/Estado recebia qualquer grande reforma com uma inércia que ocultava a hostilidade. A *glasnost* destinava-se a mobilizar apoio dentro e fora do aparato contra essa resistência. Mas sua consequência lógica foi solapar a única força que podia agir.

(*) Os textos fundamentais aqui são do húngaro Janos Kornai, notadamente *A economia da escassez* (Amsterdã, 1980).

(**) Constitui um interessante sinal da interpenetração do pensamento dos reformadores oficiais e dos dissidentes da era Brejnev o fato de que *glasnost* era o que o escritor Alexander Soljenitsin pedira em sua carta aberta ao Congresso da União de Escritores Soviéticos em 1967, antes de ser expulso da URSS.

(***) Como disse a este autor um burocrata comunista chinês em 1984, no meio de uma “reestruturação” semelhante: “Estamos reintroduzindo elementos de capitalismo em nosso sistema, mas como podemos saber no que estamos nos metendo? Desde 1949, ninguém na China, exceto talvez alguns velhos em Xangai, teve qualquer experiência do que é o capitalismo”.

Como se sugeriu acima, a estrutura do sistema soviético e seu *modus operandi* eram essencialmente militares. Democratizar exércitos não melhora a sua eficiência. Por outro lado, se não se quer um sistema militar, deve-se cuidar para que haja uma alternativa civil antes de destruí-lo, pois senão a reforma produz não reconstrução, mas colapso. A URSS sob Gorbachev caiu nesse fosso em expansão entre *glasnost* e *perestroika*.

O que tornava a situação pior era que, na mente dos reformadores, *glasnost* era um programa muito mais específico que *perestroika*. Significava a introdução, ou reintrodução, de um Estado constitucional e democrático baseado no império da lei e no gozo de liberdades civis como comumente entendidos. Isso implicava a separação de partido e Estado, e (ao contrário de todo acontecimento desde a ascensão de Stalin) a mudança do *locus* de governo efetivo de partido para Estado. Isso, por sua vez, implicaria o fim do sistema unipartidário e do “papel condutor” do partido. Também, obviamente, significaria revivescência dos soviets em todos os níveis, em forma de assembleias eleitas genuinamente representativas, que culminariam num Soviete Supremo, uma assembleia legislativa genuinamente soberana, que concederia poder a um Executivo forte mas seria capaz de controlá-lo. Essa, pelo menos, era a teoria.

Na verdade, o novo sistema constitucional acabou sendo instalado. O novo sistema econômico da *perestroika* mal foi esboçado em 1987-8 com a tímida legalização de pequenas empresas privadas (“cooperativas”) — ou seja, de grande parte da “segunda economia” — e com a decisão de, em princípio, deixar que empresas estatais em permanente déficit fossem à bancarrota. Na verdade, o fosso entre a retórica da reforma econômica e a realidade de uma economia visivelmente emperrada se alargava dia a dia.

Essa situação era desesperadamente perigosa, pois a reforma constitucional apenas desmontava um conjunto de mecanismos políticos e substituía-o por outro. Deixava aberta a questão do que iriam fazer as novas instituições, embora os processos de decisão fossem presumivelmente mais incômodos numa democracia do que num sistema de comando militar. Para a maioria das pessoas, a diferença seria simplesmente que, em um caso, elas tinham uma verdadeira opção eleitoral de quando em quando, e também a opção, no meio tempo, de ouvir políticos da oposição criticarem o governo. Por outro lado, o critério de *perestroika* era, e tinha de ser orientado não pelos princípios que dirigiam a economia, mas como de fato ela atuava todo dia, em formas que pudessem ser facilmente especificadas e medidas. Só podia ser julgada pelos resultados. Para a maioria dos cidadãos soviéticos, estes se mediam pelo que acontecia a suas rendas reais, ao esforço para ganhá-las, à quantidade e gama dos bens e serviços a seu alcance e à facilidade com que podiam adquiri-los. Mas embora fosse muito claro o que os reformadores econômicos combatiam e desejavam abolir, sua alternativa positiva, uma “economia de mercado socia-

lista”, com empresas autônomas e economicamente viáveis, cooperativas públicas e privadas, macroeconomicamente orientadas pelo “centro de tomada de decisões econômicas”, pouco mais era que uma expressão. Significava simplesmente que os reformadores desejavam ter as vantagens do capitalismo sem perder as do socialismo. Ninguém tinha a menor idéia de como, na prática, a transição de uma economia de comando de Estado centralizada para um novo sistema seria feita e — igualmente importante — como funcionaria de fato no futuro previsível o que inevitavelmente iria continuar sendo uma economia dupla, estatal e não estatal. O apelo da ideologia de livre mercado ultra-radical, thatcherista ou reaganista, para os jovens reformadores intelectuais, estava em sua promessa de proporcionar uma solução drástica mas também *automática* para esses problemas. (Como se poderia prever, não proporcionou.)

Provavelmente a coisa mais próxima de um modelo de transição para os reformadores de Gorbachev foi a vaga lembrança histórica da Nova Política Econômica de 1921-8. Essa, afinal, dera “resultados espetaculares na revitalização da agricultura, comércio, indústria, finanças, durante várias décadas depois de 1921”, e devolvera a saúde a uma economia em colapso, porque “se baseava nas forças de mercado” (Vernikov, 1989, p. 13). Além disso, uma política de liberalização e descentralização de mercado bastante semelhante produzira, desde o fim do maoísmo, resultados sensacionais na China, cujo crescimento do PNB na década de 1980, superado apenas pelo da Coreia do Sul, atingia uma média de quase 10% ao ano (*World Bank Atlas*, 1990). Contudo, não havia comparação entre a Rússia desesperadamente pobre, tecnologicamente atrasada e esmagadoramente rural da década de 1920 e a URSS altamente industrializada e urbanizada da de 1980, cujo mais avançado setor industrial, o complexo científico-industrial-militar (incluindo o programa espacial), de qualquer modo dependia de um mercado que consistia em um único cliente. É seguro dizer que a *perestroika* teria funcionado um tanto melhor se a Rússia em 1980 ainda fosse (como a China naquela data) um país de 80% de aldeões, cuja idéia de riqueza, além dos sonhos de avarizia, seria um aparelho de televisão. (Mesmo no início da década de 1970, cerca de 70% da população soviética via televisão durante uma média de uma hora e meia por dia) (Kerblay, 1983, pp. 140-1).

Apesar disso, o contraste entre a *perestroika* soviética e a chinesa não é inteiramente explicado por tais descompassos de tempo, nem mesmo pelo fato óbvio de que os chineses tiveram o cuidado de manter intacto o seu sistema de comando central. O quanto se beneficiaram das tradições culturais do Extremo Oriente, que revelaram favorecer o crescimento independentemente de sistemas sociais, é algo que deve ser deixado para historiadores do século XXI investigarem.

Teria sido possível supor seriamente, em 1985, que seis anos depois a URSS e seu Partido Comunista teriam deixado de existir, e na verdade que todos

os outros regimes comunistas na Europa teriam desaparecido? A julgar pela completa falta de preparo dos governos ocidentais para o súbito colapso de 1989-91, as previsões do iminente falecimento do inimigo ideológico do Ocidente não passavam de rebotalhos de retórica pública. O que levou a União Soviética com rapidez crescente para o precipício foi a combinação de *glasnost*, que equivalia à desintegração de autoridade, com uma *perestroika* que equivalia à destruição dos velhos mecanismos que faziam a economia mundial funcionar, sem oferecer qualquer alternativa; e conseqüentemente o colapso cada vez mais dramático do padrão de vida dos cidadãos. O país avançava para uma política eleitoral pluralista no momento mesmo em que desabou em anarquia econômica: pela primeira vez desde o início do planejamento, a Rússia em 1989 não mais tinha um Plano Quinquenal (Di Leo, 1992, p. 100n). Foi uma combinação explosiva, porque solapou as rasas fundações da unidade econômica e política da URSS.

Pois a URSS evoluíra cada vez mais para uma descentralização estrutural, seus elementos mantidos juntos basicamente pelas instituições nacionais do partido, exército, forças de segurança e o plano central, e essa evolução aconteceu mais rapidamente que nunca nos longos anos Brejnev. *De facto*, grande parte da União Soviética era um sistema de domínios feudais autônomos. Seus chefes locais — os secretários do partido das repúblicas da União com seus comandantes territoriais subordinados, e os administradores das grandes e pequenas unidades de produção, que mantinham a economia em operação — eram unidos por pouco mais que a dependência do aparato central do partido em Moscou, que nomeava, transferia, depunha e cooptava, e pela necessidade de “cumprir o plano” elaborado em Moscou. Dentro desses limites bastante amplos, os chefes territoriais tinham considerável independência. Na verdade, a economia não teria funcionado de modo algum sem o desenvolvimento, feito pelos que realmente tinham de dirigir instituições com funções reais, de uma rede de relações laterais independente do centro. Esse sistema de acordos, arranjos de permutas e trocas de favores com outros quadros em posições semelhantes era outra “segunda economia” dentro do todo nominalmente planejado. Pode-se acrescentar que, à medida que a URSS se tornava uma sociedade industrial e urbana mais complexa, os quadros encarregados de fato da produção, distribuição e cuidado geral dos cidadãos sentiam decrescente simpatia pelos ministérios e pelas figuras puramente partidárias que eram seus superiores, mas cujas funções concretas não mais eram claras além das de se arrumar seus ninhos, como muitos deles fizeram espetacularmente no período Brejnev. A repulsa à cada vez mais monumental e generalizada corrupção da *nomenklatura* foi o combustível inicial para o processo de reforma, e Gorbachev teve apoio bastante sólido dos quadros econômicos à *perestroika*, sobretudo dos pertencentes ao complexo industrial-militar, que queriam verdadeiramente melhorar a administração de uma economia estagnante e, em termos científi-

cos e técnicos, parálitica. Ninguém sabia melhor que eles como tudo ficara realmente ruim. Além disso, não precisavam do partido para prosseguir com suas atividades. Se a burocracia do partido desaparecesse, eles ainda estariam ali. Eram indispensáveis, ela não. Na verdade, eles ainda *estavam* lá depois do colapso da URSS, agora organizados como grupo de pressão na nova (1990) “União Científico-Industrial” (NPS) e seus sucessores; após o fim do comunismo, tornaram-se os donos (potencialmente) legais das empresas que haviam comandado antes sem direitos legais de propriedade.

Apesar disso, por mais corrupto, ineficiente e em grande parte parasita que tivesse sido o partido, este continuava sendo essencial numa economia baseada no comando. A alternativa para a autoridade do partido não era a autoridade constitucional e democrática, mas, a curto prazo, autoridade nenhuma. Foi de fato o que aconteceu. Gorbachev, como seu sucessor, Yeltsin, mudou sua base de poder do partido para o Estado, e, como presidente constitucional, acumulava legalmente poderes para governar por decreto, em alguns casos poderes maiores em teoria do que qualquer líder soviético anterior desfrutara formalmente, mesmo Stalin (Di Leo, 1992, p. 111). Ninguém deu a menor atenção a isso, fora das recém-estabelecidas assembleias democráticas, ou antes constitucionais e públicas, o Congresso do Povo e o Soviete Supremo (1989). Ninguém governava, ou melhor, ninguém mais obedecia na União Soviética.

Como um gigantesco navio-tanque avariado aproximando-se dos recifes, uma União Soviética sem leme vagava assim para a destruição. As linhas segundo as quais ia rachar-se já estavam traçadas: de um lado, o sistema de autonomia de poder territorial em grande parte corporificado na estrutura federal do Estado, de outro os complexos econômicos autônomos. Como a teoria oficial sobre a qual a URSS se erguera era de autonomia territorial para os grupos nacionais, tanto para as quinze repúblicas da União quanto para as regiões e áreas autônomas dentro de cada uma delas,* a fratura nacionalista estava potencialmente embutida no sistema, embora, com exceção dos três pequenos Estados bálticos, o separatismo não fosse sequer pensado antes de 1988, quando se fundaram as primeiras “frentes” nacionalistas ou organizações de campanha em resposta à *glasnost* (na Estônia, Letônia, Lituânia e Armênia). Contudo, nessa etapa, mesmo nos Estados bálticos, elas eram dirigidas não tanto contra o centro quanto contra os partidos comunistas locais insuficientemente gorbachevistas, ou, como na Armênia, contra o vizinho Azerbaijão. O objetivo não era ainda a independência, embora o nacionalismo se radicalizasse rapidamente em 1989-90, sob o impacto do mergulho na política eleitoral e da luta entre reformadores radicais e a resistência organizada do velho *esta-*

(*) Além da RSFSR (Federação Russa), de longe a maior, territorial e demograficamente, havia também Armênia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Estônia, Geórgia, Casaquistão, Quirguízia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

blishment do partido nas novas assembléias, além dos atritos entre Gorbachev e sua ressentida vítima, rival e eventual sucessor, Boris Yeltsin.

Em essência, os reformadores radicais buscaram apoio, contra as entrincheiradas hierarquias do partido, entre os nacionalistas nas repúblicas e, ao fazerem isso, ali se fortaleceram. Na própria Rússia, o apelo aos interesses russos contra as repúblicas da periferia, subsidiadas pela Rússia e vistas como cada vez em melhor situação que ela própria, era uma arma poderosa na luta dos radicais para expulsar a burocracia do partido, entrincheirada no aparato central do Estado. Para Boris Yeltsin, um velho chefe da parte que comandara, no partido, que combinava os talentos para se dar bem na velha política (dureza e esperteza) com os talentos para se dar bem na nova (demagogia, jovialidade e senso de mídia), o caminho para o topo agora passava pela tomada da Federação Russa, o que lhe permitiria contornar as instituições da União de Gorbachev. Até então, com efeito, a União e sua principal componente, a RSFSR, não eram claramente distintas. Ao transformar a Rússia numa república como as outras, Yeltsin *de facto* favoreceu a desintegração da URSS, que uma Rússia sob o seu controle na verdade suplantaria. Foi o que de fato aconteceu em 1991.

A desintegração econômica ajudou a adiantar a desintegração política, e foi por ela alimentada. Com o fim do Plano e das ordens do partido vindas do centro, não havia economia *nacional* efetiva, mas uma corrida, empreendida por qualquer comunidade, território ou outra unidade que pudesse conseguir, para a autoproteção e auto-suficiência, ou trocas bilaterais. Os comandantes das grandes cidades-empresas provinciais, sempre acostumados a tais arranjos, trocavam produtos industriais por alimentos com os chefes das fazendas coletivas regionais, como fez o chefe do partido de Leningrado, Gidaspov, — um exemplo impressionante — quando resolveu uma aguda crise de grãos em sua cidade com um telefonema a Nazarbaiev, o chefe do partido no Casaquistão, que acertou uma troca de cereais por calçados e aço (Yu Boldyrev, 1990). Mas mesmo esse tipo de transação entre duas das altas figuras da velha hierarquia do partido, na verdade, tomava o sistema de distribuição nacional como irrelevante. “Particularismos, autarquias, retornos a práticas primitivas pareciam ser os verdadeiros resultados das leis que haviam liberalizado as forças econômicas locais” (Di Leo, 1992, p. 101).

O ponto decisivo foi alcançado na segunda metade de 1989, bicentenário da eclosão da Revolução Francesa, cuja inexistência ou irrelevância para a política do século xx historiadores “revisonistas” franceses se agitavam para demonstrar na época. O colapso político seguiu-se (como na França do século xviii) à convocação das novas assembléias democráticas, ou em grande parte democráticas, no verão daquele ano. O colapso econômico tornou-se irreversível dentro de uns poucos meses cruciais entre outubro de 1989 e maio de 1990. Contudo, os olhos do mundo na época estavam fixos num fenômeno

relacionado mas secundário: a súbita dissolução dos regimes comunistas satélites na Europa, mais uma vez imprevista. Entre agosto de 1989 e o fim daquele ano, o poder comunista abdicou ou deixou de existir na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e República Democrática Alemã — sem que sequer um tiro fosse disparado, a não ser na Romênia. Pouco depois, os dois Estados balcânicos que não eram satélites soviéticos, Jugoslávia e Albânia, também deixaram de ser regimes comunistas. A República Democrática Alemã logo seria anexada à Alemanha Ocidental e a Jugoslávia logo se desfaria em guerra civil. O processo foi visto não só nas telas de televisão do mundo ocidental como também, com muita atenção, pelos regimes comunistas em outros continentes. Embora eles fossem desde o radicalmente reformistas (pelo menos em questões econômicas), como na China, aos implacavelmente centralistas da velha escola, como em Cuba (capítulo 15), provalmente todos tinham dúvidas sobre o mergulho soviético numa irrestrita *glasnost* e sobre o enfraquecimento da autoridade. Quando o movimento por liberalização e democracia se espalhou da URSS para a China, o governo de Beijing decidiu, em meados de 1989, após uma óbvia hesitação e dilacerantes desacordos internos, restabelecer sua autoridade da maneira menos ambígua possível, com o que Napoleão, que também usara o exército para eliminar a agitação pública durante a Revolução Francesa, chamara de “uma rajada de metralha”. As tropas varreram uma manifestação estudantil de massa da praça principal da capital, com um pesado custo em vidas, provavelmente — embora não haja dados confiáveis quando escrevo — várias centenas. O massacre da praça Tienanmen, que horrorizou a opinião pública mundial, sem dúvida fez o Partido Comunista chinês perder muito da legitimidade que ainda pudesse ter entre as jovens gerações de intelectuais chineses, incluindo membros do partido, e deixou o regime chinês em liberdade para continuar com a bem-sucedida política de liberalização econômica sem problemas políticos imediatos. O colapso do comunismo após 1989 se limitou à URSS e aos Estados em sua órbita (incluindo a Mongólia Exterior, que escolhera a proteção soviética ao domínio chinês entre as guerras mundiais). Os três regimes comunistas asiáticos sobreviventes (China, Coreia do Norte e Vietnã), assim como a distante e isolada Cuba, não foram imediatamente afetados.

V

Parecia natural, sobretudo no ano do bicentenário de 1789, descrever as mudanças de 1989-90 como as revoluções do Leste Europeu e, na medida em que os fatos que levam à completa derrubada de regimes são revolucionários, a palavra é apropriada, mas enganadora. Pois nenhum dos regimes da Europa Oriental foi *derrubado*. Nenhum, com exceção da Polônia, continha qualquer

força interna, organizada ou não, que constituísse uma séria ameaça a ele, e o fato de que a Polônia continha uma poderosa oposição política na verdade assegurou que o sistema não fosse destruído de um dia para o outro, mas substituído por um processo negociado de acordo e reforma, não diferente da maneira como a Espanha fez a transição para a democracia após a morte do general Franco, em 1975. A mais imediata ameaça aos da órbita soviética vinha de Moscou, que deixou claro que não mais iria socorrê-los com a intervenção militar, como em 1956 e 1968, quando nada porque o fim da Guerra Fria os tornava menos estrategicamente necessários à URSS. Se quisessem sobreviver, na opinião de Moscou, seria de bom alvitre seguir a linha da liberalização, reforma e flexibilidade dos comunistas poloneses e húngaros, mas, por esse mesmo motivo, Moscou não forçaria os linhas-duras em Berlim e Praga. Estes estavam sozinhos.

A própria retirada da URSS acentuou sua bancarrota. Continuaram no poder apenas graças ao vazio que haviam criado a sua volta, que não deixara alternativa para o *status quo*, a não ser (onde isso era possível) a emigração, ou (para uns poucos) a formação de grupos marginais dissidentes de intelectuais. O grosso dos cidadãos aceitara as coisas como eram porque não tinha alternativa. Pessoas de energia, talento e ambição trabalhavam dentro do sistema, pois qualquer posição que exige essas coisas, e de fato qualquer expressão pública de talento, estava dentro do sistema ou existia por sua permissão, mesmo em campos inteiramente não políticos como salto com vara e xadrez. Isso se aplicava até mesmo à oposição permitida, sobretudo nas artes, que pôde desenvolver-se no declínio dos sistemas, como descobriram por si próprios os escritores dissidentes que preferiram não emigrar após a queda do comunismo, quando foram tratados como colaboradores.* Não admira que a maioria das pessoas optasse por uma vida tranqüila, que incluía os gestos formais de apoio a um sistema em que ninguém acreditava, com exceção das crianças de escola primária, como votar ou fazer manifestação, mesmo quando os castigos pela dissidência não eram mais aterrorizantes. Um dos motivos pelos quais o velho regime foi denunciado com tanta fúria após a sua queda, sobretudo em países linha-dura como a Tchecoslováquia e a ex-RDA, era que

a grande maioria votava nas falsas eleições para evitar conseqüências desagradáveis, embora não muito sérias; eles participavam das marchas obrigatórias [...] Os informantes da polícia eram facilmente recrutados, conquistados por privilégios miseráveis, muitas vezes concordando em servir como resultado de uma pressão muito branda. (Kolakowski, 1992, pp. 55-6)

(*) Mesmo um adversário apaixonado do comunismo como o escritor russo Alexander Soljenitsin teve sua carreira como autor estabelecida através do sistema, que permitiu/estimulou a publicação de seus primeiros romances para fins reformistas.

Contudo, dificilmente alguém acreditava no sistema ou sentia qualquer lealdade a ele, nem mesmo os que o governavam. Ficaram sem dúvida surpresos quando as massas, por fim, abandonaram sua passividade e manifestaram sua dissidência — o momento de espanto foi captado para sempre no videotape do presidente Ceausescu, em dezembro de 1989, diante de uma multidão que vaiava, em vez de aplaudir lealmente —, mas foram surpreendidos não pela dissidência, mas pela ação. No momento da verdade, nenhum governo do Leste Europeu ordenou às suas forças que atrassem. Todos abdicaram tranqüilamente, exceto na Romênia, e mesmo ali a resistência foi breve. Talvez não pudessem ter readquirido o controle, mas ninguém nem sequer tentou. Nenhum grupo de ultracomunistas em parte alguma se dispôs a morrer no *bunker* por sua fé, nem mesmo pelo registro muito pouco impressionante de quarenta anos de governo comunista em vários desses Estados. O que eles poderiam ter defendido? Sistemas econômicos cuja inferioridade em relação aos vizinhos ocidentais saltava aos olhos, que estavam parando e se haviam mostrado irreformáveis, mesmo onde se haviam feito tentativas de reforma sérias e inteligentes? Sistemas que tinham visivelmente perdido a justificativa que mantivera seus quadros comunistas no passado, ou seja, de que o socialismo era superior ao capitalismo e destinado a substituí-lo? Quem podia mais acreditar nisso, embora não tivesse parecido implausível na década de 1940 ou mesmo na de 1950? Como os Estados comunistas não se achavam mais sequer unidos, e às vezes, na verdade, combatessem uns aos outros com armas (por exemplo, China e Vietnã no início da década de 1980), não se podia mais nem mesmo falar de um “campo socialista” único. Restava apenas das velhas esperanças o fato de que a URSS, país da Revolução de Outubro, era uma das duas superpotências globais. Com exceção talvez da China, todos os governos comunistas, e muitos partidos, Estados e movimentos comunistas no Terceiro Mundo, sabiam muito bem o quanto deviam a existência desse contrapeso à predominância econômica e estratégica do outro lado. Mas a URSS, visivelmente, arriava um fardo político-militar que não mais agüentava, e mesmo Estados comunistas que não eram em sentido algum dependentes de Moscou (Iugoslávia, Albânia) não podiam deixar de compreender que o seu desaparecimento iria enfraquecê-los.

De qualquer modo, na Europa como na URSS, os comunistas, outrora sustentados pelas antigas convicções, eram agora uma geração do passado. Em 1989, poucos deles, com menos de sessenta anos, podiam ter partilhado da experiência que ligava comunismo e patriotismo em vários países, ou seja, à Segunda Guerra Mundial e à Resistência, e poucos abaixo dos cinquenta podiam sequer ter lembranças de primeira mão dessa época. O princípio que legitimizava Estados era, para a maioria das pessoas, a retórica oficial ou o anedotário dos velhos cidadãos.* Era provável que mesmo membros do parti-

(*) Obviamente, isso não se aplicava a Estados comunistas terceiro-mundistas como o Vietnã,

do, entre os não idosos, não fossem comunistas no sentido antigo, mas homens e mulheres (infelizmente, demasiado poucas mulheres) que faziam carreira em países que por acaso se achavam sob governo comunista. Quando os tempos mudassem, e se pudessem mudar, eles estavam dispostos a virar a casaca de uma hora para outra. Em suma, os que dirigiam os satélites soviéticos haviam perdido a fé em seus próprios sistemas, ou jamais a haviam tido. Enquanto os sistemas eram operacionais, eles o operavam. Quando ficou claro que a própria URSS estava cortando as amarras com eles, os reformadores (como na Polônia e Hungria) tentaram negociar uma transição pacífica; e os linhas-duras (como na Tchecoslováquia e RDA) tentaram resistir até tornar-se evidente que os cidadãos não mais obedeciam, embora o exército e a polícia ainda o fizessem. Nos dois casos, eles se foram tranqüilamente quando compreenderam que seu tempo se esgotara, vingando-se assim, inconscientemente, dos propagandistas do Ocidente que diziam que isso era precisamente o que regimes “totalitários” jamais poderiam fazer.

Foram substituídos, brevemente, por homens e (mais uma vez, demasiado raramente) mulheres que haviam representado a dissidência e a oposição, e que tinham organizado, ou talvez melhor, convocado, com sucesso manifestações de massa que deram o sinal para a abdicação pacífica dos velhos regimes. Com exceção da Polônia, onde a Igreja e os sindicatos formaram a coluna dorsal da oposição, consistiam em uns poucos e muitas vezes bastante corajosos intelectuais, um exército de opereta de líderes que se viam por um breve instante à testa de povos: freqüentemente eles eram — como nas revoluções de 1848 que vêm à mente do historiador — acadêmicos ou pertencentes ao mundo das artes. Por um momento, filósofos dissidentes (Hungria) ou historiadores medievais (Polônia) foram considerados como presidentes ou primeiros-ministros, e um dramaturgo, Vaclav Havel, realmente se tornou presidente da Tchecoslováquia, cercado por um excêntrico corpo de assessores que ia desde um músico de *rock* americano, chegado a um escândalo, a um membro da alta aristocracia dos habsburgos (o príncipe Schwarzenberg). Houve uma onda de conversas sobre a “sociedade civil”, isto é, sobre a possibilidade de o conjunto de organizações de cidadãos voluntários ou atividades privadas assumir o lugar dos Estados autoritários, e sobre o retorno aos princípios das revoluções antes de o bolchevismo distorcê-los.* Infelizmente, como em 1848, o momen-

onde as lutas de libertação haviam continuado até meados da década de 1970, mas ali as divisões civis das guerras de libertação provavelmente também estavam mais vívidas na mente das pessoas.

(*) O autor lembra uma dessas discussões numa conferência em Washington, em 1991, trazida de volta à realidade pelo embaixador espanhol nos EUA, que lembrou aos jovens estudantes e ex-estudantes (na época sobretudo comunistas liberais) que sentira fortemente a mesma coisa após a morte do general Franco, em 1975. “Sociedade civil”, ele achava, significava apenas que jovens ideólogos que realmente se viram, por um momento, falando em nome de todo o povo, estavam tentados a encarar tal fato como uma situação permanente.

to de liberdade e verdade não durou. A política e os que dirigiam os assuntos do Estado reverteram aos que em geral cuidam de tais funções. As “Frentes” e “movimentos cívicos” *ad hoc* se desfizeram tão rapidamente quanto haviam surgido.

Esse também se mostrou ser o caso na URSS, onde o colapso do partido e do Estado prosseguiu mais devagar até agosto de 1991. O fracasso da *perestroika* e a conseqüente rejeição de Gorbachev pelos cidadãos eram cada vez mais óbvios, embora não reconhecidos no Ocidente, onde a popularidade dele permaneceu justificadamente alta. Isso reduziu o líder da URSS a uma série de manobras de bastidores e mudanças de alianças com grupos políticos e de poder que haviam surgido da parlamentarização da política soviética, o que o tornou igualmente suspeito para os reformistas que inicialmente se haviam reunido à sua volta — os quais ele de fato convertera numa força para a mudança do Estado — e para o fragmentado bloco do partido cujo poder ele quebrara. Ele foi uma figura trágica, e assim vai entrar na história, um “czar-libertador” comunista, como Alexandre II (1855-81), que destruiu o que queria reformar e foi destruído ao fazer isso.*

Charmoso, sincero, inteligente e verdadeiramente movido pelos ideais de um comunismo que via corrompido desde a ascensão de Stalin, Gorbachev era, paradoxalmente, demasiado um homem de organização para o burburinho da política democrática que criara; demasiado um homem de comitê para uma ação decisiva; ele estava demasiado distante das experiências da Rússia urbana e rural, que jamais administrou, para ter o senso das realidades nas bases que dispunha um velho chefe do partido. Seu problema era não tanto o de não ter estratégia efetiva para reformar a economia — ninguém tinha, mesmo depois de sua queda — quanto estar distante da experiência do cotidiano de seu país.

O contraste com outro membro da geração pós-guerra de destacados comunistas soviéticos na casa dos cinquenta anos é instrutivo. Nursultan Nazarbaiev, que assumiu na república asiática do Cazaquistão em 1984 como parte do esforço de reforma, chegara à vida pública em tempo integral vindo da oficina da fábrica (como muitos outros políticos soviéticos, e ao contrário de Gorbachev e de praticamente qualquer estadista nos países não comunistas). Passou do partido para o Estado, tornando-se presidente da República, levou à frente as reformas exigidas, incluindo descentralização e mercado, e sobreviveu à queda de Gorbachev e do partido da União, nenhuma das quais recebera bem. Após a queda, continuou sendo um dos homens mais poderosos na vaga “Comunidade de Estados Independentes”. Mas Nazarbaiev, sempre

(*) Alexandre II libertou os servos e empreendeu várias outras reformas, mas foi assassinado por membros do movimento revolucionário, que se tornara pela primeira vez uma força em seu reino.

pragmático, tinha seguido sistematicamente uma política de otimização da posição de seu feudo (e sua população), e tivera o máximo cuidado para que as reformas de mercado não fossem socialmente perturbadoras. Mercado sim, aumentos descontrolados de preços não. Sua própria estratégia preferida eram acordos comerciais bilaterais com outras repúblicas soviéticas (ou ex-soviéticas) — defendia um mercado comum centro-asiático soviético — e empreendimentos conjuntos com o capital estrangeiro. Não fazia objeção a economistas radicais e contratou alguns da Rússia, até mesmo não comunistas, pois importou um dos cérebros do milagre econômico sul-coreano, que mostrou um senso realista de como as economias capitalistas pós-Segunda Guerra Mundial realmente bem-sucedidas funcionavam de fato. A estrada para a sobrevivência, e talvez para o sucesso, era pavimentada menos com boas intenções do que com as duras pedras do realismo.

Os últimos anos da União Soviética foram uma catástrofe em câmara lenta. A queda dos satélites europeus em 1989 e a relutante aceitação por Moscou da reunificação alemã demonstraram o colapso da União Soviética como potência internacional, mais ainda como superpotência. Sua absoluta incapacidade para desempenhar qualquer papel na crise do golfo Pérsico de 1990-1 simplesmente acentuou isso. Em termos internacionais, a URSS era como um país abrangentemente derrotado, como após uma grande guerra — só que sem guerra. Apesar disso, manteve as Forças Armadas e o complexo industrial-militar da ex-superpotência, uma situação que impunha severos limites à sua política. Contudo, embora a *débâcle* internacional estimulasse o secessionismo nas repúblicas onde o sentimento nacionalista era forte, notadamente nos Estados bálticos e na Geórgia — a Lituânia testou as águas com uma provocativa declaração de independência total em março de 1990* —, a desintegração da União não se deveu a forças nacionalistas.

Deveu-se essencialmente à desintegração da autoridade central, que obrigou toda região ou subunidade do país a cuidar de si mesma e, não menos, a salvar o que pudesse das ruínas de uma economia que escorregava para o caos. A fome e a escassez estão por trás de tudo o que aconteceu nos últimos dois anos da URSS. Reformistas em desespero, sobretudo entre os acadêmicos que tinham sido os tão óbvios beneficiários da *glasnost*, foram empurrados para um extremismo apocalíptico: nada se podia fazer enquanto o velho sistema, e tudo nele, não fossem absolutamente destruídos. Em termos econômicos, o sistema devia ser completamente pulverizado pela total privatização e pela introdução de um mercado 100% livre, imediatamente e a qualquer custo. Propuseram-se planos dramáticos para fazer isso em questão de semanas ou meses (havia um “progra-

(*) O nacionalismo armênio, embora provocasse o colapso da União reclamando a região da montanha Karabakh do Azerbaijão, não era louco o bastante para *desejar* o desaparecimento da URSS, sem cuja existência não haveria Armênia.

ma de quinhentos dias”). Essas políticas não se baseavam em algum conhecimento de livres mercados ou economias capitalistas, embora fossem vigorosamente recomendadas por economistas e especialistas financeiros americanos e britânicos visitantes, cujas opiniões, por sua vez, não se baseavam em algum conhecimento do que de fato se passava na economia soviética. Ambos estavam corretos ao supor que o sistema existente, ou melhor, enquanto existia, a economia de comando, era muito inferior a economias baseadas primariamente na propriedade e na empresa privadas, e que o velho sistema, mesmo numa forma modificada, estava condenado. Contudo, deixavam de enfrentar o verdadeiro problema de como uma economia centralmente planejada seria, na prática, transformada numa ou noutra versão de economia dinamizada pelo mercado. Em vez disso, repetiam demonstrações de primeiro ano de curso de economia sobre as virtudes do mercado no abstrato. Diziam que ele iria encher automaticamente as prateleiras das lojas com produtos retidos por produtores, a preços acessíveis, assim que se deixasse em liberdade a oferta e a procura. A maioria dos resignados cidadãos da URSS sabia que isso não ia acontecer, e depois que ela deixou de existir, quando se aplicou por um breve momento o tratamento de choque da libertação, de fato não aconteceu. Além disso, nenhum observador sério do país acreditava que no ano 2000 o Estado e o setor público da economia soviética não seriam ainda substanciais. Os discípulos de Friedrich Hayek e Milton Friedman condenavam a própria idéia de uma tal economia mista. Não tinham conselho a oferecer sobre como ela devia ser operada, ou transformada.

Contudo, quando veio, a crise final não foi econômica, mas política. Para praticamente todo o *establishment* da URSS, do partido, dos planejadores e cientistas, do Estado, às Forças Armadas, ao aparato de segurança e às autoridades coadjuvantes, a idéia de um colapso total da URSS era inaceitável. Não podemos dizer se esse colapso era desejado, ou mesmo concebido por qualquer grande corpo de cidadãos soviéticos fora dos Estados bálticos, mas não é provável: quaisquer que sejam as reservas que tenhamos em relação às cifras. 76% de eleitores num referendo de março de 1991 votaram pela manutenção da URSS, “como uma renovada federação de repúblicas soberanas e iguais, em que os direitos de liberdade de toda pessoa de qualquer nacionalidade sejam plenamente salvaguardados” (*Pravda*, 25/1/91). Sem dúvida o colapso não fazia oficialmente parte da política de nenhum político importante da União. Contudo, a dissolução do centro parecia inevitavelmente revigorar as forças centrífugas e tornar o desmoronamento inevitável, não menos por causa da política de Boris Yeltsin, cuja estrela subia enquanto a de Gorbachev se apagava. A essa altura, a União era uma sombra; as repúblicas, a única realidade. No fim de abril, Gorbachev, apoiado pelas nove maiores repúblicas,* negociou um

(*) Isto é, todas, com exceção dos Estados bálticos, Moldávia e Geórgia, além de, por motivos obscuros, a Quirguízia.

“Tratado de União” que, um tanto à maneira do Compromisso Austro-Húngaro de 1867, pretendia preservar a existência de um poder federal central (com um presidente federal eleito diretamente) no comando das Forças Armadas, da política externa, da coordenação da política financeira e das relações econômicas com o resto do mundo. O tratado entraria em vigor em 20 de agosto.

Para a maior parte do velho partido e do *establishment* soviético, esse tratado era mais uma das fórmulas de papel de Gorbachev, condenada como todas as outras. Daí o verem como a lápide mortuária da União. Dois dias antes daquele em que o tratado deveria entrar em vigor, praticamente todos os pesos pesados da União, ministros de defesa e do interior, chefes da KGB, vice-presidente e primeiro-ministro da URSS e pilares do partido, proclamaram que um Comitê de Emergência assumiria o poder na ausência do presidente e secretário-geral (sob prisão domiciliar nas férias). Não era tanto um golpe — ninguém foi preso em Moscou, nem mesmo as estações de rádio e TV foram tomadas — quanto uma proclamação de que a maquinaria do verdadeiro poder se achava mais uma vez em operação, na confiante esperança de que os cidadãos acolhessem, ou pelo menos aceitassem tranqüilamente, um retorno à ordem e ao governo. Tampouco foi derrotado por uma revolução ou levante do povo, pois a população de Moscou permaneceu quieta, e uma convocação à greve geral não foi atendida. Como na maior parte da história soviética, foi um drama interpretado por um pequeno corpo de atores acima das cabeças do povo resignado.

Mas não tão resignado assim. Trinta anos antes, ou mesmo dez, a mera proclamação de onde se achava de fato o poder teria sido o bastante. Mesmo do jeito que foi, a maioria dos cidadãos da URSS manteve a cabeça abaixada: 48% das pessoas (segundo uma pesquisa) e — menos surpreendentemente — 70% dos comitês do partido apoiaram o “golpe” (Di Leo, 1992, pp. 141 e 143n). Igualmente importante, governos no exterior tinham esperança de que o golpe desse certo* mais do que gostariam de admitir. Contudo, a reafirmação ao velho estilo de poder do partido/Estado dependia mais do consentimento universal e automático do que da contagem de cabeças. Em 1991, não havia nem poder central, nem obediência universal. Um golpe de verdade poderia muito bem ter tido êxito na maior parte do território e população da URSS e, quaisquer que fossem as divisões e incertezas dentro das Forças Armadas e do aparato de segurança, provavelmente se poderiam encontrar tropas de confiança suficientes para um *putsch* bem-sucedido na capital. Mas a reafirmação simbólica de autoridade não era mais suficiente. Gorbachev tinha razão: a *perestroika* derrotara os conspiradores mudando a sociedade. Também o derrotara.

Um golpe simbólico podia ser derrotado por uma resistência simbólica, pois

(*) No primeiro dia do “golpe”, o resumo oficial de notícias do governo finlandês comunicou a prisão do presidente Gorbachev em poucas palavras, sem comentário, na metade da página 3 de um boletim de quatro páginas. Só passou a exprimir opiniões quando a tentativa já havia evidentemente falhado.

a última coisa para que os conspiradores estavam preparados ou queriam era uma guerra civil. Na verdade, seu gesto destinava-se a deter o que a maioria das pessoas temia: uma escorregada para um conflito assim. Portanto, enquanto as vagas instituições da URSS cerravam fileiras com os conspiradores, as dificilmente menos vagas instituições da Federação Russa sob Boris Yeltsin, recém-eleito como seu presidente por uma substancial maioria de votos, não o faziam. Os conspiradores nada tinham a fazer senão mostrar sua mão de jogo, depois que Yeltsin, cercado por alguns milhares de seguidores vindos para defender seu quartel-general, desafiou os constrangidos tanques à frente do prédio, representando para as telas de televisão. Corajosamente, mas também em segurança, Yeltsin, cujos talentos políticos e capacidade de decisão contrastavam sensacionalmente com o estilo de Gorbachev, aproveitou logo a oportunidade para dissolver e desapropriar o Partido Comunista, e tomar para a Federação Russa o que restava dos bens da URSS, formalmente liquidada poucos meses depois. O próprio Gorbachev foi empurrado para o esquecimento. O mundo, que estivera disposto a aceitar o golpe, agora aceitava o muito mais eficaz contragolpe de Yeltsin, e tratou a Rússia como sucessora natural da morta URSS nas Nações Unidas e em outras partes. A tentativa de salvar a velha estrutura da União Soviética acabara por destruí-la mais súbita e irrevogavelmente do que se poderia esperar.

Contudo, não resolvera nenhum dos problemas da economia, do Estado e da sociedade. Num aspecto, piorara-os, pois as outras repúblicas agora temiam a grande irmã Rússia como não tinham feito em relação a uma URSS não nacional, sobretudo desde que o nacionalismo russo era a melhor carta que Yeltsin podia jogar para conciliar as Forças Armadas, cujo núcleo sempre ficara entre os grandes russos. Como a maioria das repúblicas continha grandes minorias de russos étnicos, a insinuação de Yeltsin de que as fronteiras entre as repúblicas poderiam ter de ser renegociadas acelerou a corrida para a separação total: a Ucrânia imediatamente declarou sua independência. Pela primeira vez, populações acostumadas à imparcial opressão de todos (incluindo grandes russos) pela autoridade central tinham motivos para temer a opressão de Moscou nos interesses de um país. Na verdade, isso liquidou a esperança de manter mesmo uma aparência de união, pois a vaga “Comunidade de Estados Independentes” que sucedeu à URSS logo perdeu toda a realidade, e mesmo a última sobrevivente da União, a (extremamente bem-sucedida) Equipe Unida que competiu nos Jogos Olímpicos de 1992, derrotando os EUA, não parecia destinada a ter longa vida. Assim, a destruição da URSS conseguiu a reversão de quase quatrocentos anos de história russa, e a volta do país à era de antes de Pedro, o Grande (1672-1725). Como Rússia, sob um czar, ou como URSS, fora uma grande potência desde meados do século XVIII, sua desintegração deixou um vazio entre Trieste e Vladivostok que não existira antes na história moderna, exceto por pouco tempo durante a Guerra Civil de 1918-20: uma vasta zona de desordem, conflito e catástrofe potencial. Essa era a agenda para os diplomatas e militares do mundo no fim do milênio.

Duas observações podem concluir este estudo. A primeira é para notar como se mostrou superficial o domínio do comunismo sobre a enorme área que conquistou mais rapidamente que qualquer outra ideologia desde o islamismo em seu primeiro século. Embora uma versão simplista do marxismo-leninismo se tornasse a ortodoxia dogmática (secular) para todos os cidadãos entre o Elba e os mares da China, desapareceu de um dia para outro com os regimes políticos que impôs. Podem-se sugerir dois motivos para esse fenômeno historicamente muito surpreendente. O comunismo não se baseava na conversão em massa, mas era uma fé de quadros ou (nos termos de Lenin) “vanguardas”. Mesmo a famosa frase de Mao sobre guerrilheiros movendo-se em meio à vida camponesa como peixes na água implica a distinção entre o elemento ativo (o peixe) e o passivo (a água). Movimentos trabalhistas e socialistas não oficiais (incluindo alguns partidos comunistas de massa) podiam ser coextensivos com sua comunidade e eleitorado, como nas aldeias de mineração. Por outro lado, todos os partidos comunistas governantes eram, por opção e definição, elites de minorias. A aceitação do comunismo pelas “massas” dependia não das convicções ideológicas ou outras semelhantes, mas de como julgavam o que a vida sob regimes comunistas fazia por elas, e como comparavam sua situação com a de outros. Assim que não foi mais possível isolar essas populações do contato e conhecimento com outros países, seus julgamentos foram céticos. Também aqui o comunismo era essencialmente uma fé instrumental: o presente só tinha valor como um meio de alcançar um futuro indefinido. Exceto em raros casos — por exemplo, guerras patrióticas, em que a vitória justifica tais sacrifícios —, um tal conjunto de crenças serve melhor a seitas ou elites do que a igrejas universais, cujo campo de operação, sejam quais forem suas promessas de salvação última, é e tem de ser o alcance diário da vida humana. Os próprios quadros de partidos comunistas começaram a concentrar-se nas satisfações comuns da vida assim que o objetivo milenar de salvação terrestre, ao qual dedicaram suas vidas, passou para um futuro indefinido. E — muito caracteristicamente —, quando isso aconteceu, o partido não deu orientação para o seu comportamento. Em suma, pela natureza de sua ideologia, o comunismo pedia para ser julgado pelo sucesso, e não tinha proteção contra o fracasso.

Mas por que fracassou, ou melhor, desabou? O paradoxo da URSS é que, em sua morte, ofereceu um dos mais fortes argumentos para a análise de Karl Marx, que dizia exemplificar. Marx escreveu em 1859:

Na produção social de seus meios de existência, os seres humanos entram em relações definidas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio definido no desenvolvimento de suas forças produtivas materiais [...] Em determinado estágio de seu desenvolvimento, as

forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é apenas uma expressão legal destas, com as relações de propriedade dentro das quais antes se movimentavam. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Entramos então numa era de revolução social.

Raramente houve um exemplo mais claro das forças de produção de Marx entrando em conflito com a superestrutura social, institucional e ideológica que transformara economias agrárias atrasadas em economias industriais avançadas — a ponto de se transformarem, de forças produtivas, em grilhões da produção. O primeiro resultado da “era de revolução social” assim iniciada foi a destruição do velho sistema.

Mas o que iria substituí-lo? Aqui não mais podemos seguir o otimismo do século XIX de Marx, que dizia que a derrubada do velho sistema devia conduzir a um sistema melhor, porque “a humanidade sempre se propõe apenas problemas que pode resolver”. Os problemas que “a humanidade”, ou antes os bolcheviques, se propuseram em 1917 não eram solúveis nas circunstâncias de seu tempo e lugar, ou apenas muito incompletamente. E hoje seria preciso um alto grau de confiança para afirmar que no futuro previsível se delineie uma solução para os problemas surgidos do colapso do comunismo soviético, ou que alguma solução surgida dentro da próxima geração pareça aos habitantes da ex-URSS e dos Bálcãs comunistas uma melhora óbvia.

Com o colapso da URSS, a experiência do “socialismo realmente existente” chegou ao fim. Pois, mesmo onde os regimes comunistas sobreviveram e tiveram êxito, como na China, abandonaram a idéia original de uma economia única, centralmente controlada e estatalmente planejada, baseada num Estado completamente coletivizado — ou uma economia de propriedade coletiva praticamente operando sem mercado. Será essa experiência, algum dia, renovada? Claramente não o será na forma desenvolvida na URSS, nem provavelmente em qualquer outra, a não ser em condições de uma guerra econômica total ou algo semelhante, ou em alguma outra emergência análoga.

Porque a experiência soviética foi tentada não como uma alternativa global ao capitalismo, mas como um conjunto específico de respostas à situação particular de um país imenso e espetacularmente atrasado, numa conjuntura histórica particular e irrepetível. O fracasso da revolução em outros lugares deixou a URSS comprometida em construir sozinha o socialismo, num país onde, pelo consenso universal dos marxistas em 1917, incluindo os russos, as condições para fazê-lo simplesmente não estavam presentes. A tentativa de construir o socialismo produziu conquistas notáveis — não menos a capacidade de derrotar a Alemanha na Segunda Guerra Mundial —, mas a um custo humano enorme e inteiramente intolerável, e daquilo que acabou se revelando uma economia sem saída e um sistema político em favor do qual nada havia a dizer. (Não previra Gheorghii Plekhanov, o “pai do marxismo russo”, que a Revolução de Outubro só poderia levar, na melhor das hipóteses, a um

“império chinês pintado de vermelho”?) O outro “socialismo realmente existente”, surgindo sob as asas da União Soviética, operou sob as mesmas vantagens, embora em menor medida, e com muito menos sofrimento humano — em comparação com a URSS. Uma revivescência ou renascimento desse padrão de socialismo não é nem possível, nem desejável, nem mesmo — supondo-se que as condições o favorecessem — necessário.

Até onde o fracasso da experiência soviética lança dúvida sobre todo o projeto de socialismo tradicional, uma economia baseada essencialmente na propriedade social e administração planejada dos meios de produção, distribuição e troca, já é outra questão. Que um tal projeto é economicamente racional em teoria é algo aceito por economistas desde antes da Primeira Guerra Mundial, embora, muito curiosamente, a teoria fosse elaborada não por economistas socialistas, mas pelos não socialistas. Que teria deficiências práticas, quando nada pela burocratização, era óbvio. Que tinha de funcionar, pelo menos em parte, através de *preços*, tanto de mercado quanto de “preços contábeis” realistas, também estava claro, se o socialismo supunha levar em conta mais os desejos dos consumidores do que dizer-lhes o que era bom para eles. Na verdade, os economistas socialistas no Ocidente que pensavam nessas questões na década de 1930, quando naturalmente elas eram muito discutidas, adotaram uma combinação de planejamento, de preferência descentralizado, com preços. Demonstrar a exequibilidade de uma tal economia socialista não é, claro, demonstrar sua superioridade necessária sobre, digamos, uma versão socialmente mais justa da economia mista da Era de Ouro, e menos ainda afirmar que as pessoas a prefeririam. É simplesmente separar a questão do socialismo de forma geral da experiência específica de “socialismo realmente existente”. O fracasso do socialismo soviético não se reflete sobre a possibilidade de outros tipos de socialismo. Na verdade, a própria incapacidade de a economia sem saída de planejamento central do tipo soviético reformar-se em “socialismo de mercado”, como se queria, demonstra o fosso entre os dois tipos de desenvolvimento.

A tragédia da Revolução de Outubro foi precisamente a de que ela só pôde produzir seu tipo de socialismo de comando implacável e brutal. Um dos mais sofisticados economistas socialistas da década de 1930, Oskar Lange, voltou dos EUA para a sua Polônia natal para construir o socialismo, até ir para um hospital de Londres, para morrer. Em seu leito de morte, conversava com amigos e admiradores que iam visitá-lo, inclusive eu. Eis, como me lembro, o que ele disse:

Se eu estivesse na Rússia na década de 1920, teria sido um gradualista bukhari-nista. Se houvesse opinado sobre a industrialização soviética, teria recomendado um conjunto mais flexível e limitado de metas, como na verdade fizeram os planejadores russos capazes. E no entanto, quando repenso, pergunto-me repetidas vezes: havia uma alternativa para a corrida indiscriminada, brutal, basicamente não planejada do primeiro Plano Quinquenal? Gostaria de dizer que havia, mas não posso. Não encontro uma resposta.

MORRE A VANGUARDA As artes após 1950

Arte como investimento é um conceito dificilmente anterior ao início da década de 1950.

G. Reitlinger, *The economics of taste*, vol. 2 (1982, p.14)

Os grandes deuses brancos, as coisas que mantêm nossa economia em andamento — geladeiras, fogões, tudo que antes era de porcelana e branco —, agora são pintados. Isso é novo. Vem com arte pop. Muito bacana. O mágico Mandrake saindo da parede para a gente quando se abre a geladeira para pegar o suco de laranja.

Studs Terkel, *Division street: America* (1967, p. 217)

I

É prática dos historiadores — incluindo este — tratar os fatos das artes, por mais óbvias e profundas que sejam suas raízes na sociedade, como de algum modo separáveis de seu contexto contemporâneo, como um ramo ou tipo de atividade humana sujeito às suas próprias regras, e capaz de ser julgado como tal. Contudo, na era das mais extraordinárias transformações da vida humana até hoje registradas, mesmo esse antigo e conveniente princípio de estruturar um estudo histórico se torna cada vez mais irreal. Não apenas porque as fronteiras entre o que é e o que não é classificável como “arte”, “criação” ou artifício se tornaram cada vez mais difusas, ou mesmo desapareceram completamente, ou porque uma escola influente de críticos literários no *fin-de-siècle* julgou impossível, irrelevante e não democrático decidir se *Macbeth*, de Shakespeare, é melhor ou pior que *Batman*, mas também porque as forças que determinavam o que acontecia com as artes, ou o que observadores anacrônicos teriam chamado por esse nome, eram esmagadoramente exógenas. Como seria de esperar numa era de extraordinária revolução tecnocientífica, eram predominantemente tecnológicas.

A tecnologia revolucionou as artes de modo mais óbvio, tornando-as onipresentes. O rádio já levava os sons — palavras e música — à maioria das casas no mundo desenvolvido, e continuava sua penetração no mundo atrasado. Mas o que o tornou universal foi o transistor, que o fez pequeno e portátil, e a bateria elétrica de longa duração, que o fez independente das redes oficiais (ou seja, basicamente urbanas) de energia elétrica. O gramofone ou toca-discos já era antigo e, embora tecnicamente aperfeiçoado, continuou sendo relativamente estorvante. O LP (1948), que se estabeleceu rapidamente na década de 1950 (Guinness, 1984, p. 193), beneficiou os amantes de música clássica, cujas composições, ao contrário da música popular, raramente tentavam manter-se dentro do limite de três a cinco minutos do disco de 78 rotações, mas o que fez a música de nossa predileção verdadeiramente transportável foi a fita cassete, possível de ser ouvida nos cada vez menores e portáteis toca-fitas alimentados a bateria, que varreram o mundo na década de 1970, e que tinha a vantagem extra de ser prontamente copiada. Na década de 1980, a música podia estar em toda parte: acompanhando privadamente toda atividade possível por meio dos fones de ouvido ligados a aparelhos de bolso lançados (como tão freqüentemente) pelos japoneses, ou projetada demasiado publicamente dos grandes *ghetto-blasters* portáteis (pois ainda não se conseguira miniaturizar os alto-falantes). Essa revolução tecnológica teve conseqüências tanto políticas quanto culturais. Em 1961, o presidente De Gaulle apelou com êxito aos recrutas franceses contra o golpe militar dos seus comandantes, porque os soldados podiam ouvi-lo em rádios portáteis. Na década de 1970, os discursos do aiatolá Khomeini, líder exilado da futura Revolução Iraniana, eram prontamente levados para o Irã, copiados e difundidos.

A televisão jamais se tornou tão prontamente portátil quanto o rádio — ou pelo menos perdeu muito mais, comparativamente, com a redução que o som —, mas domesticou a imagem em movimento. Além disso, embora um aparelho de TV continuasse sendo muito mais caro e fisicamente desajeitado que um de rádio, logo se tornou quase universal e constantemente acessível mesmo para os pobres de alguns países atrasados, sempre que existia uma infra-estrutura urbana. Na década de 1980, cerca de 80% de um país como o Brasil tinha acesso à televisão. Isso é mais surpreendente que o fato de nos EUA o novo veículo ter substituído tanto o rádio quanto o cinema como a forma padrão de diversão popular na década de 1950, e na próspera Grã-Bretanha na década de 1960. Sua demanda de massa era esmagadora. Nos países avançados, começou (através do videocassete, que ainda continuava sendo um aparelho meio caro) a levar toda a gama de imagem filmada à telinha doméstica. Embora o repertório produzido para a tela grande em geral sofresse ao ser miniaturizado, o videocassete tinha a vantagem de oferecer ao espectador uma opção teoricamente quase ilimitada do que ver e quando ver. Com a disseminação dos computadores domésticos, a telinha parecia na iminência de tornar-se o maior elo visual do indivíduo com o mundo externo.

Contudo, a tecnologia não apenas tornou as artes onipresentes, mas transformou a maneira como eram percebidas. Dificilmente será possível recapturar a simples linearidade ou seqüencialidade de percepção anteriores aos dias em que a alta tecnologia tornou possível percorrer em alguns segundos toda a gama de canais de televisão existentes, para alguém criado na era em que a música eletrônica e mecanicamente gerada é o som padrão ouvido na música popular ao vivo e gravada, em que qualquer criança pode congelar fotogramas e repetir um som ou trecho visual como antes só se podiam reler trechos textuais, quando a ilusão teatral não é nada em comparação com o que a tecnologia pode fazer em comerciais de televisão, inclusive contando uma história dramática em trinta segundos. A tecnologia transformou o mundo das artes, embora mais cedo e mais completamente o das artes e diversões populares que o das “grandes artes”, sobretudo as mais tradicionais.

II

Mas o que aconteceu com elas?

À primeira vista, a coisa mais impressionante no desenvolvimento das grandes artes no mundo após a Era das Catástrofes foi uma acentuada mudança geográfica para longe dos centros tradicionais (europeus) de cultura de elite, e — em vista da era de prosperidade global sem precedentes — um enorme aumento dos recursos financeiros disponíveis para apoiá-las. Um exame mais de perto, como veremos, se mostrará menos encorajador.

Que a “Europa” (com o que a maioria das pessoas no Ocidente, entre 1947 e 1989, queria dizer “Europa Ocidental”) não era mais a magna casa das grandes artes, tornara-se uma observação corriqueira. Nova York orgulhava-se de ter substituído Paris como o centro das artes visuais, com o que pretendia dizer o mercado de arte ou o lugar onde artistas vivos se tornavam os produtos de mais alto preço. Mais significativamente, o júri do Prêmio Nobel de literatura, um corpo cujo senso político em geral é mais interessante que seus julgamentos literários, começou a levar a sério a literatura não européia a partir da década de 1960, depois de ignorá-la quase inteiramente, a não ser pela América do Norte (que ganhou prêmios regularmente a partir de 1930, quando Sinclair Lewis se tornou seu primeiro laureado). Nenhum leitor sério de romances podia, na década de 1970, ter deixado de entrar em contato com a brilhante escola de escritores latino-americanos. Nenhum fã de cinema sério podia deixar de admirar, ou pelo menos falar como se admirasse, os grandes diretores japoneses que, começando com Akira Kurosawa (1910-) na década de 1950, conquistaram os festivais internacionais de cinema, ou o bengalês Satyajit Ray (1921-92). Ninguém se surpreendeu quando em 1986 o primeiro africano subsaariano, o nigeriano Wole Soyinka (1934-), ganhou um Prêmio Nobel.

O afastamento da Europa foi mais óbvio ainda na arte mais visualmente insistente, a arquitetura. Como já vimos, o movimento moderno na arquitetura na verdade construiu pouca coisa entre as guerras. Após a guerra, quando atingiu a maioridade, o “estilo internacional” realizou seus maiores e mais numerosos monumentos nos EUA, que o desenvolveu ainda mais e acabou, através de redes de hotéis americanas que se instalaram como teias de aranha no mundo na década de 1970, exportando uma forma peculiar de palácio de sonho para executivos em viagem e turistas prósperos. Em suas mais características versões, eram facilmente reconhecíveis por uma espécie de nave central ou conservatório gigante, em geral com árvores, plantas e fontes internas; elevadores transparentes deslizando visíveis por dentro ou por fora das paredes; vidros e iluminação teatral por toda parte. Iriam ser para a burguesia de fins do século XX o que o teatro de ópera padrão fora para sua antecessora do século XIX. Mas o movimento moderno criou igualmente destacados monumentos em outras partes: Le Corbusier (1887-1965) construiu toda uma capital na Índia (Chandigarh); Oscar Niemeyer (1907-), grande parte de outra no Brasil (Brasília); enquanto talvez o mais belo dos grandes produtos do movimento moderno — também construído mais por encomenda pública do que por patronato privado ou lucro — se encontra na Cidade do México, o Museu Nacional de Antropologia (1964).

Parecia igualmente evidente que os velhos centros europeus das artes mostravam sinais de fadiga de combate, com a possível exceção da Itália, onde o clima de libertação antifascista, em grande parte sob liderança comunista, inspirou mais ou menos uma década de renascimento cultural, que causou seu primeiro impacto internacional com os filmes “neo-realistas” italianos. As artes visuais francesas não mantiveram a reputação da escola de Paris do entre-guerras, que foi em si pouco mais que um ocaso da era anterior a 1914. A grande reputação dos escritores de ficção franceses era mais intelectual que literária: mais como inventores de macetes (tipo o *nouveau roman* das décadas de 1950 e 1960) ou como escritores de não-ficção (tipo J.-P. Sartre) do que por sua obra de criação. Algum romancista francês “sério” pós-1945 havia estabelecido alguma reputação internacional como tal na década de 1970? Provavelmente não. O panorama artístico britânico fora consideravelmente mais animado, tanto mais porque Londres depois de 1950 se transformou num dos maiores centros mundiais de apresentação musical e teatral, e também produziu um punhado de arquitetos de vanguarda cujos projetos ousados lhes vale-ram mais fama no exterior — em Paris ou Stuttgart — do que em seu país. Apesar disso, se a Grã-Bretanha pós-Segunda Guerra Mundial ocupou um lugar menos marginal nas artes europeias ocidentais do que entre as guerras, seu registro no campo onde fora forte, a literatura, não foi particularmente impressionante. Na poesia, os escritores do pós-guerra da pequena Irlanda mais que se impuseram contra o Reino Unido. Quanto à Alemanha Federal, o

contraste entre os recursos e realizações desse país, e entre seu glorioso passado de Weimar e seu presente de Bonn, foi impressionante. Não era inteiramente explicável pelos desastrosos efeitos contemporâneos e posteriores aos dos doze anos de Hitler. É significativo que nos cinquenta anos do pós-guerra vários dos melhores talentos ativos na literatura alemã ocidental não fossem locais, mas imigrantes de mais a leste (Celan, Grass e vários vindos da RDA).

A Alemanha, claro, esteve dividida entre 1945 e 1990. O contraste entre as duas partes — uma militantemente liberal-democrática, voltada para o mercado e ocidental, a outra uma versão didática de centralização comunista — ilustra um aspecto curioso da migração da alta cultura: seu relativo florescimento sob o comunismo, pelo menos em certos períodos. Isso, claramente, não se aplica a todas as artes, nem, é claro, a Estados sob o tacão de ferro de uma ditadura verdadeiramente assassina, como as de Stalin e Mao, ou de tiranos megalômanos menores, como Ceausescu na Romênia (1961-89) ou Kim Il Sung na Coreia do Norte (1945-94).

Além disso, na medida em que as artes dependiam de patronagem pública, isto é, do governo central, a preferência ditatorial padrão pelo gigantismo pomposo reduziu a opção do artista, como o fez a insistência oficial numa espécie de mitologia sentimental edificante conhecida como “realismo socialista”. É possível que os amplos espaços abertos enquadrados por torres neovitorianas tão característicos da década de 1950 algum dia encontrem admiradores — pense-se na praça Smolensk em Moscou —, mas a descoberta de seus méritos arquitetônicos deve ser deixada para o futuro. Por outro lado, deve-se admitir que, onde os governos comunistas não insistiram em dizer aos artistas exatamente o que fazer, sua generosidade subsidiando atividades culturais (ou, como outros poderiam dizer, seu senso defeituoso de contabilidade) foi útil. Supõe-se que não foi por acaso que o Ocidente importou de Berlim Oriental o típico produtor de ópera de vanguarda da década de 1980.

A URSS continuou culturalmente estéril, pelo menos em comparação com suas glórias pré-1917 e mesmo com a fermentação da década de 1920, com exceção talvez da poesia, a arte mais capaz de ser praticada em privado e aquela em que a grande tradição russa do século XX melhor manteve sua continuidade depois de 1917 — Akhmatova (1889-1966), Tsvetaieva (1892-1960), Pasternak (1890-1960), Blok (1890-1921), Maiakovski (1893-1930), Brodski (1940-), Voznesenski (1933-), Akhmadulina (1937-). Suas artes visuais sofreram sobretudo da combinação de rígida ortodoxia, ideológica, estética e institucional, e total isolamento do resto do mundo. O apaixonado nacionalismo cultural que começou a surgir em partes da URSS no período Brejnev — ortodoxo e eslavófilo na Rússia (Soljenitsin — 1918-), mítico-medievalista na Armênia (por exemplo, nos filmes de Sergei Paradjanov — 1924-) — derivou em grande parte do fato de que os que rejeitavam qualquer coisa recomendada pelo sistema e o partido, como faziam tantos intelectuais, não tinham

outras tradições a que recorrer, a não ser as conservadoras locais. Além disso, os intelectuais na URSS estavam espetacularmente isolados não apenas do sistema de governo, mas também do grosso dos cidadãos soviéticos comuns, que, de algum modo obscuro, aceitavam a legitimidade e se adaptavam à única vida que conheciam, e que, nas décadas de 1960 e 1970, na verdade melhorava visivelmente. Eles odiavam os governantes e desprezavam os governados, mesmo quando (como os neo-eslavófilos) idealizavam a alma russa na forma do camponês russo que não mais existia. Não era uma boa atmosfera para o artista criador, e a dissolução do aparato de coerção intelectual, paradoxalmente, desviou os talentos da criação para a agitação. O Soljenitsin que provavelmente sobreviverá como grande escritor do século XX é o que ainda precisava pregar escrevendo romances (*Um dia na vida de Ivã Denisovich*, *Pavilhão dos cancelos*), porque ainda não tinha liberdade para escrever sermões e denúncias históricas.

A situação na China comunista até fins da década de 1970 foi dominada por uma implacável repressão, pontilhada por raros afrouxamentos momentâneos (“que desabrochem cem flores”) que serviam para identificar as vítimas dos próximos expurgos. O regime de Mao Tsé-tung atingiu seu clímax na Revolução Cultural de 1966-76, uma campanha contra a cultura, a educação e a inteligência sem paralelos na história do século XX. Praticamente fechou a educação secundária e universitária durante dez anos, suspendeu a prática da música clássica e outras (ocidentais), quando necessário através da destruição de seus instrumentos, e reduziu o repertório nacional de teatro e cinema a meia dúzia de obras politicamente corretas (segundo o julgamento da mulher do Grande Timoneiro, ex-atriz de cinema de segunda categoria em Xangai), interminavelmente repetidas. Em vista dessa experiência e da tradição chinesa de impor ortodoxia, modificada mas não abandonada na era pós-Mao, a luz que brilhava da China comunista nas artes continuou bruxuleante.

Por outro lado, a criatividade floresceu sob os regimes comunistas da Europa Oriental, pelo menos assim que se relaxava mesmo que levemente a ortodoxia, como aconteceu durante a desestalinização. A indústria de cinema na Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, até então pouco conhecida mesmo localmente, explodiu em inesperado desabrochar a partir de fins da década de 1950, e por algum tempo se tornou uma das fontes mais reconhecidas de filmes interessantes do mundo. Até o colapso do comunismo, que também implicou o colapso dos mecanismos de produção cultural desses países, mesmo a revivência da repressão (após 1968 na Tchecoslováquia, após 1980 na Polónia) não deteve essa produção, embora o começo bastante promissor da indústria de cinema alemã-oriental, no início da década de 1950, fosse interrompido pela autoridade política. O fato de uma arte tão dependente de maciço investimento do Estado ter florescido artisticamente sob regimes comunistas é mais surpreendente do que teria sido com a literatura, pois afinal mesmo sob gover-

nos intolerantes podem-se escrever livros “para o fundo da gaveta”, ou para círculos de amigos.* Por mais estreito que fosse o público para o qual escreviam originalmente, vários dos escritores conquistaram admiração internacional — os alemães-orientais, que produziram talentos substancialmente mais interessantes que a próspera Alemanha Federal, e os tchecos da década de 1960, cujos textos só chegaram ao Ocidente via emigração interna e externa após 1968.

O que todos esses talentos tinham em comum era uma coisa que poucos escritores e cineastas nas economias de mercado desenvolvidas tinham, e com que o pessoal de teatro ocidental (um grupo chegado a um radicalismo político atípico, que remontava, nos EUA e Grã-Bretanha, à década de 1930) sonhava: a sensação de ser necessário ao seu público. Na verdade, na ausência de verdadeira política e imprensa livre, os praticantes das artes eram os *únicos* que falavam do que o povo, ou pelo menos os educados em seu meio, pensava e sentia. Esses sentimentos não se limitavam a artistas em regimes comunistas, mas em outros regimes onde os intelectuais estavam em choque com o sistema político predominante e, embora não inteiramente sem restrição, tinham liberdade suficiente para se expressar em público. O *apartheid* na África do Sul inspirou seus adversários a fazer mais literatura boa do que a que vinha antes daquele subcontinente. O fato de a maioria dos intelectuais latino-americanos ao sul do México, entre as décadas de 1950 e 1990, provavelmente ter sido refugiada política em alguma altura de sua vida não é irrelevante para as realizações culturais daquela parte do hemisfério ocidental. O mesmo se aplica aos intelectuais turcos.

Apesar disso, havia mais coisas no ambíguo florescer de algumas artes na Europa Oriental do que sua função como oposição tolerada. A maioria dos jovens praticantes fora inspirada pela esperança de que seus países, mesmo sob regimes insatisfatórios, entrariam de algum modo numa nova era após os horrores da guerra; alguns, mais do gostariam de ser lembrados disso, na verdade haviam sentido o vento da utopia nas velas da juventude, pelo menos nos primeiros anos do pós-guerra. Alguns continuaram a ser inspirados por suas épocas: Ismail Kadaré (1930-), talvez o primeiro romancista albanês a deixar uma marca no mundo externo, tornou-se o porta-voz não tanto do regime linha-dura de Enver Hoxha quanto de um pequeno país montanhês que, sob o comunismo, conquistou pela primeira vez um lugar no mundo (ele emigrou em 1990). A maioria dos outros mais cedo ou mais tarde passou para variados graus de oposição — contudo, com bastante frequência, rejeitando a única alternativa que lhes era oferecida (ou do outro lado da fronteira alemã-ocidental ou pela Rádio Europa Livre), num mundo de opostos binários e mutuamente

(*) Contudo, os processos de cópia continuaram incrivelmente laboriosos, pois não havia nenhuma tecnologia posterior a máquina de escrever e papel carbono. Por motivos políticos, o mundo comunista pré-*perestroika* não usava xerox.

excludentes. E mesmo onde, como na Polônia, a rejeição do regime existente se tornou total, todos, com exceção dos mais jovens, conheciam o suficiente da história de seu país depois de 1945 para captar os tons de cinza além do preto-e-branco da propaganda. É isso que dá uma dimensão trágica aos filmes de Andrzej Wajda (1926-), e a ambigüidade aos cineastas tchecos da década de 1960, então na casa dos trinta anos, e aos escritores da RDA — Christa Wolf (1929-), Heiner Müller (1929-) —, desiludidos mas não esquecidos de seus sonhos.

Paradoxalmente, artistas e intelectuais tanto no Segundo Mundo (socialista) quanto nas várias partes do Terceiro Mundo desfrutavam prestígio e relativa prosperidade, pelo menos entre surtos de perseguições. No mundo socialista, podiam estar entre os cidadãos mais ricos e desfrutar aquela raríssima entre todas as liberdades em tais casas-prisões coletivas, o direito de viajar ao exterior, ou mesmo ter acesso à literatura estrangeira. Sob o socialismo, a influência política deles era zero, mas nos vários países do Terceiro Mundo (e, após a queda do comunismo, por breve tempo no ex-mundo do “socialismo realmente existente”) ser um intelectual ou mesmo um artista era uma vantagem pública. Na América Latina, os escritores renomados, quase independentemente de suas opiniões políticas, podiam esperar postos diplomáticos, de preferência em Paris, onde a localização da UNESCO dava a cada país que assim o desejasse várias oportunidades de colocar cidadãos nas vizinhanças dos cafés da Rive Gauche. Os professores sempre esperavam temporadas como ministros de gabinete, de preferência o de Economia, mas a moda em fins da década de 1980 de pessoas ligadas às artes concorrerem como candidatos presidenciais (como fez um bom romancista no Peru), ou tornar-se de fato presidentes (como na Tchecoslováquia e na Lituânia pós-comunistas) parecia nova, embora tivesse precedentes em tempos anteriores entre novos Estados, europeus e africanos, que tinham probabilidade de dar proeminência aos poucos de seus cidadãos conhecidos no exterior, isto é, mais provavelmente pianistas, como na Polônia de 1918, poetas franceses, como no Senegal, ou dançarinos, como na Guiné. Ainda assim, romancistas, dramaturgos, poetas e músicos não entravam no páreo político na maioria dos países desenvolvidos em nenhuma circunstância, mesmo nos de mentalidade intelectual, a não ser talvez como potenciais ministros da Cultura (André Malraux na França, Jorge Semprún na Espanha).

Os recursos públicos e privados dedicados às artes foram inevitavelmente bem maiores que antes, numa era de prosperidade sem precedentes. Assim, mesmo o governo britânico, jamais no primeiro plano do patronato público, gastou muito acima de 1 bilhão de libras esterlinas com as artes em fins da década de 1980, enquanto em 1939 tinha gasto 900 mil libras (*Britain: an official handbook*, 1961, p. 222; 1990, p. 426). O patronato privado foi menos importante, a não ser nos EUA, onde bilionários, estimulados por convenientes concessões fiscais, apoiavam educação, ensino e cultura em escala mais gene-

rosa que em outros lugares, em parte por verdadeiro reconhecimento das coisas superiores da vida, sobretudo entre magnatas de primeira geração; em parte porque, na ausência de uma hierarquia social formal, o que poderia se chamar de status de Médici era a segunda coisa melhor. Os grandes gastadores cada vez mais não apenas doavam suas coleções a galerias nacionais ou cívicas (como no passado), mas insistiam em financiar seus próprios museus, batizados com seus próprios nomes, ou pelo menos suas próprias alas ou setores de museus, onde coleções eram apresentadas na forma estabelecida pelos donos e doadores.

Quanto ao mercado de arte, a partir da década de 1950 ele descobriu que quase meio século de depressão estava indo embora. Os preços, sobretudo de impressionistas e pós-impressionistas franceses, e dos mais eminentes entre os primeiros modernistas parisienses, subiram às alturas até, na década de 1970, o mercado de arte internacional, cuja locação mudou primeiro para Londres e depois para Nova York, igualar os recordes históricos (em termos reais) da Era dos Impérios, e no desvairado mercado da década de 1980 subir além deles. O preço de impressionistas e pós-impressionistas multiplicou-se por 23 entre 1975 e 1989 (Sotheby, 1992). Contudo, a comparação com períodos anteriores foi daí em diante impossível. Claro, os ricos ainda colecionavam — o dinheiro velho, em geral, preferindo os velhos mestres, o novo indo atrás da novidade —, mas cada vez mais os compradores de arte compravam como investimento, como antes os homens compravam ações especulativas de minas de ouro. Não se pode pensar no Fundo de Pensões Ferroviárias britânico como um amante das artes, já que (com o melhor assessoramento) ganhou muito dinheiro com arte, e o tipo de transação de arte ideal de fins da década de 1980 foi aquele em que um magnata australiano enriquecido da noite para o dia comprou um Van Gogh por 31 milhões de libras, grande parte das quais emprestada pelos leiloeiros, os dois lados supostamente esperando aumentos de preço que fariam do quadro uma garantia extra mais valiosa para empréstimos bancários e elevariam os lucros futuros do negociante. Na verdade, ambos se decepcionaram: o sr. Bond, de Perth, foi à bancarrota, e o *boom* especulativo de arte desabou no início da década de 1990.

A relação entre o dinheiro e as artes é sempre ambígua. Não está claro que as grandes realizações das artes na segunda metade do século devam muito a ele; a não ser na arquitetura, onde, em geral, grande significa belo, ou, de qualquer modo, tem mais probabilidade de entrar nos guias. Por outro lado, não há dúvida de que outro tipo de acontecimento econômico afetou de modo profundo a maioria das artes: a integração delas na vida acadêmica, nas instituições de ensino superior, cuja extraordinária expansão observamos em outra parte (capítulo 10). Esse fato foi ao mesmo tempo geral e específico. Em termos gerais, o fato decisivo da cultura do século XX, o surgimento de uma revolucionária indústria de diversão popular voltada para o mercado de massa,

reduziu as formas tradicionais de grande arte a guetos de elite, e de meados do século em diante seus habitantes eram essencialmente pessoas com educação superior. O público de teatro e ópera, os leitores dos clássicos literários de seus países e do tipo de poesia e prosa levado a sério pelos críticos, os visitantes de museus e galerias de arte pertenciam esmagadoramente aos que tinham pelo menos educação secundária — a não ser no mundo socialista, onde a indústria de diversão maximizadora de lucros foi mantida a distância, até que, após sua queda, não o foi mais. A cultura comum de qualquer país urbanizado de fins do século xx se baseava na indústria da diversão de massa — cinema, rádio, televisão, música popular —, da qual participava a elite, certamente desde o triunfo do *rock*, e à qual os intelectuais sem dúvida deram um toque cerebral para torná-la adequada ao gosto da elite. Além disso, a segregação era cada vez mais completa, pois só por um acidente ocasional o grosso do público que a indústria de diversão atraía encontrava os gêneros de alta cultura que enlouqueciam os iniciados, como quando uma ária de Puccini cantada por Pavarotti se viu associada à Copa do Mundo de futebol em 1990, ou quando breves temas de Handel ou Bach apareciam incógnitos em comerciais de televisão. Se alguém não queria juntar-se às classes médias, não se dava o trabalho de ver peças de Shakespeare. Por outro lado, se quisesse, e para tanto adotasse a solução mais óbvia, de passar nos exames exigidos pela escola secundária, não poderia deixar de vê-las: eram tema de prova. Em casos extremos, dos quais a Grã-Bretanha, dividida em classes, era um exemplo notável, os jornais dirigidos respectivamente aos cultos e aos não cultos praticamente se inseriam em universos diferentes.

Mais especificamente, a extraordinária expansão da educação superior proporcionava cada vez mais emprego, e constituía o mercado para homens e mulheres de inadequado apelo comercial. O exemplo mais dramático se deu na literatura. Os poetas ensinavam, ou pelo menos eram residentes em faculdades. Em alguns países, as ocupações de romancista e professor se sobrepujam em tal medida que na década de 1960, como grande número de leitores potenciais era familiarizado com o ambiente, surgiu e floresceu um gênero inteiramente novo: o romance do campus, que, além do tema habitual da ficção, a relação entre os sexos, tratava de questões de interesse mais esotérico, como intercâmbios acadêmicos, colóquios internacionais, fofoca universitária e as peculiaridades dos estudantes. Mais perigosamente, a demanda acadêmica estimulou a produção de uma literatura de criação que se prestava à dissecação em seminários, e portanto se beneficiava da complexidade, se não incompreensibilidade, seguindo o exemplo do grande James Joyce, cujas últimas obras tinham tantos comentaristas quanto leitores. Os poetas escreviam para outros poetas, ou para estudantes que se esperava discutissem suas obras. Protegidas por salários acadêmicos, bolsas e listas de leitura obrigatória, as artes criativas não comerciais podiam esperar, se não necessariamente florescer,

pelo menos sobreviver com conforto. Infelizmente, outro subproduto do crescimento da academia minava sua posição, pois os glosadores e comentadores se tornaram independentes de seu tema, alegando que o texto era apenas o que o leitor fazia dele. O crítico que interpretava Flaubert, diziam, era tão criador de Madame Bovary quanto o autor, talvez — uma vez que o romance só sobrevivia pela leitura de outros, sobretudo para fins acadêmicos — ainda mais que o autor. Essa teoria era saudada havia muito pelos produtores teatrais de vanguarda (antecipados pelos antigos realizadores e atores-produtores do cinema), para os quais Shakespeare ou Verdi eram basicamente matéria-prima para suas interpretações ousadas e de preferência provocativas. Por mais triunfantes que estas fossem algumas vezes, na verdade sublinhavam o crescente esoterismo das artes cerebralistas, pois eram em si comentários e críticas de interpretações anteriores, e não inteiramente compreensíveis, a não ser para iniciados. A moda espalhou-se até o gênero de filmes populares, nos quais diretores sofisticados anunciavam sua erudição cinematográfica à elite que entendia suas alusões, mantendo ao mesmo tempo as massas (e, esperava-se, a bilheteria) felizes com sangue e esperma.*

É possível imaginar como as histórias culturais do século XXI vão avaliar as realizações artísticas das grandes artes da segunda metade do século XX? É óbvio que não, mas dificilmente deixarão de notar o declínio, pelo menos regional, de gêneros característicos que floresceram em grande estilo no século XIX, e sobreviveram na primeira metade do XX. A escultura é um exemplo que vem logo à mente, quando nada porque a principal expressão dessa arte, o monumento público, praticamente morreu após o fim da Primeira Guerra Mundial, a não ser em países ditatoriais, onde, por consenso geral, a qualidade não igualou a quantidade. É impossível evitar a impressão de que a pintura não foi o que tinha sido mesmo entre as guerras. De qualquer modo, seria difícil fazer uma lista de pintores de 1950 a 1990 aceitos como grandes figuras (por exemplo, dignos de inclusão em outros museus que não os do país do artista) comparável a uma lista idêntica do período do entreguerras. Esta, devemos lembrar-nos, teria incluído no mínimo dos mínimos Picasso (1888-1973), Matisse (1869-1954), Soutine (1894-1943), Chagall (1889-1985) e Rouault (1871-1955) da escola de Paris; Klee (1879-1940), talvez dois ou três russos e alemães, e um ou dois espanhóis e mexicanos. Como se compararia com esta uma lista de fins do século XX, mesmo incluindo vários líderes do “expressionismo abstrato” da Escola de Nova York, Francis Bacon e uns dois alemães?

Na música clássica, mais uma vez, o declínio dos velhos gêneros foi ocul-

(*) Assim, *Os intocáveis* (1987), de Brian de Palma, ostensivamente um emocionante filme de polícia e ladrão sobre a Chicago de Al Capone (embora na verdade um pastiche do gênero original), contém uma citação literal de *Encouraçado Potemkin*, de Eisenstein, incompreensível para todos que não viram o famoso trecho do carrinho de bebê despencando pela escadaria de Odessa.

tado pelo enorme aumento em suas apresentações, mas sobretudo em forma de repertório de clássicos mortos. Quantas novas óperas, compostas após 1950, se estabeleceram nos repertórios internacionais, ou mesmo em algum nacional, que reciclavam interminavelmente as produções de compositores dos quais os mais jovens haviam nascido em 1860? Com exceção de Alemanha e Grã-Bretanha (Henze, Britten e na melhor das hipóteses dois ou três outros), muito poucos compositores chegaram a criar grandes óperas. Os americanos (por exemplo, Leonard Bernstein, 1918-90) preferiram o gênero menos formal do musical. Quantos compositores, além dos russos, compuseram sinfonias, tidas como o coroamento da realização instrumental no século XIX?* O talento musical, que continuava em plena e abundante existência, simplesmente tendeu a abandonar as formas tradicionais de expressão, embora estas dominassem esmagadoramente o mercado da grande arte.

Uma retirada semelhante do gênero do século XIX é óbvia no romance. Naturalmente, continuou sendo escrito, comprado e lido em grande quantidade. Contudo, se olhamos os grandes romances e grandes romancistas da segunda metade do século, os que tomaram como tema toda uma sociedade ou toda uma era histórica, vamos encontrá-los fora das regiões centrais da cultura ocidental — com exceção, mais uma vez, da Rússia, onde o romance ressurgiu, com o Soljenitsin inicial, como o maior modo de chegar a termos com a experiência do stalinismo. Podemos encontrar romances da grande tradição na Sicília (*O leopardo*, de Lampedusa), na Iugoslávia (Ivo Andrić, Miroslav Krleža) e na Turquia. Certamente os encontraremos na América Latina, cuja ficção, até então desconhecida fora dos países interessados, tomou o mundo literário a partir da década de 1950. O romance mais sem hesitação e instantaneamente reconhecido como obra-prima em todo o globo veio da Colômbia, um país que a maioria das pessoas educadas no mundo desenvolvido tinha problemas até para identificar no mapa, antes de ele vir a ser identificado com a cocaína: *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez. Talvez o notável surgimento do romance judeu em vários países, sobretudo EUA e Israel, reflita o trauma excepcional da experiência de seu povo sob Hitler, com o qual, direta ou indiretamente, os escritores judeus achavam que tinham de chegar a termos.

O declínio dos gêneros clássicos da grande arte e literatura não se deveu, claro, a nenhuma escassez de talento. Pois mesmo que pouco saibamos sobre a distribuição de dons excepcionais entre seres humanos e sua variação, é mais seguro supor que há rápidas mudanças mais nos incentivos para expressá-los, ou nos canais para expressá-los, ou no estímulo a fazê-lo de uma determinada forma, do que na quantidade de talento existente. Não há nenhum bom motivo para supor que os toscanos hoje são menos talentosos, ou mesmo que

(*) Prokofiev compôs sete, e Shostakovich, quinze, e mesmo Stravinsky compôs três: mas todas estas pertenciam ou tinham sido formadas na primeira parte do século.

tenham um senso estético menos desenvolvido, que no século da Renascença florentina. O talento nas artes abandonou os velhos meios de buscar expressão porque os novos meios existentes eram mais atraentes, ou recompensadores, como quando, mesmo entre as guerras, jovens compositores de vanguarda podiam ser tentados, como Auric e Britten, a compor trilhas sonoras para filmes, em vez de quartetos de cordas. Grande parte da rotina de pintar e desenhar foi substituída pelo triunfo da câmera, que, para dar um exemplo, tomou quase completamente a representação da moda. O folhetim, já uma raça em extinção entre as guerras, deu lugar na era da televisão ao seriado de TV. O filme, que deu muito mais espaço para o talento criador após o colapso do sistema de estúdio ou produção fabril de Hollywood, quando sua platéia de massa se refugiou em seus lares para ver televisão e depois vídeo, tomou o lugar ocupado tanto pelo romance quanto pelo teatro. Para cada amante da cultura que podia citar duas peças de cinco dramaturgos, mesmo vivos, cinqüenta podiam relacionar todos os principais filmes de dez ou mais diretores de cinema. Nada era mais natural que isso. Só o status social ligado à “alta cultura” clássica impedia um declínio ainda mais rápido de seus gêneros tradicionais.*

Contudo, dois fatores ainda mais importantes solapavam agora a alta cultura clássica. O primeiro era o triunfo universal da sociedade de consumo de massa. Da década de 1960 em diante, as imagens que acompanhavam do nascimento até a morte os seres humanos no mundo ocidental — e cada vez mais no urbanizado Terceiro Mundo — eram as que anunciavam ou encarnavam o consumo ou as dedicadas ao entretenimento comercial de massa. Os sons que acompanhavam a vida urbana, dentro e fora de casa, eram os da música *pop* comercial. Comparado com isso, o impacto das “grandes artes” mesmo sobre os “cultos” era na melhor das hipóteses ocasional, sobretudo desde que o triunfo do som e da imagem com base na tecnologia impunha forte pressão sobre o que fora o grande veículo para a continuação da experiência da alta cultura, a palavra escrita. A não ser por divertimento leve — sobretudo histórias de amor para mulheres, *thrillers* de vários tipos para homens e, talvez, na era da libertação, um pouco de erotismo e pornografia —, as pessoas que liam livros seriamente para outros fins que não profissionais, educacionais e instrutivos eram uma minoria reduzida. Embora a revolução educacional expandisse seu número em termos absolutos, a distração da leitura declinou em países de alfabetização teoricamente universal, quando a letra impressa deixou de ser o principal portão para o mundo além da comunicação boca a boca. Após a década de 1950, mesmo os filhos das classes educadas no mundo ocidental rico não adotavam espontaneamente a leitura como tinham feito seus pais.

As palavras que dominavam as sociedades de consumo ocidentais não

(*) Um brilhante sociólogo francês analisou o uso da cultura como sinal de classe num livro intitulado *La distinction* (Bourdieu, 1979).

eram mais as dos livros santos, quanto mais de escritores seculares, mas as marcas comerciais de produtos ou do que se podia comprar. Eram estampadas em camisetas, pregadas em outras roupas como amuletos por meio dos quais o usuário adquiria o mérito espiritual do estilo de vida (geralmente juvenil) que esses nomes simbolizavam e prometiam. As imagens que se tornaram ícones de tais sociedades eram as das diversões e consumo de massa: astros e latas. Não surpreende que na década de 1950, no coração da democracia de consumo, a principal escola de pintores abdicasse diante de fabricantes de imagens tão mais poderosas que a arte anacrônica. A *pop art* (Warhol, Lichtenstein, Rauschenberg, Oldenburg) passava o tempo reproduzindo, com tanta exatidão e insensibilidade quanto possível, os badulaques visuais do comercialismo americano: latas de sopa, bandeiras, garrafas de coca-cola, Marilyn Monroe.

Insignificante como arte (no sentido que o século XIX deu à palavra), essa moda apesar disso reconhecia que o triunfo do mercado de massa se baseava, de algum modo bastante profundo, na satisfação das necessidades tanto espirituais quanto materiais dos consumidores, um fato do qual as agências de publicidade há muito tinham vaga consciência quando destinavam suas campanhas a vender “não o bife, mas o chiado”, não o sabonete, mas o sonho de beleza, não as latas de sopa, mas a felicidade familiar. O que se tornou cada vez mais claro na década de 1950 foi que isso tinha o que se podia chamar de uma dimensão estética, uma criatividade de base, ocasionalmente ativa mas sobretudo passiva, que os produtores tinham de competir para oferecer. Os excessos barrocos do desenho de automóveis de Detroit na década de 1950 tinham exatamente isso em vista; e na década de 1960 uns poucos críticos inteligentes começaram a investigar o que antes era esmagadoramente ignorado e rejeitado como “comercial” ou apenas esteticamente nulo, ou seja, o que na verdade atraía homens e mulheres comuns (Banham, 1971). Os intelectuais mais velhos, agora cada vez mais descritos como “elitistas” (palavra adotada com entusiasmo pelo novo radicalismo da década de 1960), olhavam de cima as massas, que viam como recipientes passivos do que o grande capital queria que comprassem. Contudo, a década de 1950 demonstrou da maneira mais sensacional, através do triunfo do *rock'n'roll*, um idioma de adolescentes derivado do *blues* urbano autóctone dos guetos negros da América do Norte, que as massas sabiam ou pelo menos reconheciam aquilo de que gostavam. A indústria de discos, que fez fortunas com o *rock*, não o criou, e muito menos planejou, mas tomou-o de amadores e pequenos executantes de esquina que o descobriram. Não há dúvida de que o *rock* se corrompeu nesse processo. Via-se a “arte” (se esta era a palavra certa) vindo do solo, e não das flores excepcionais que dele brotavam. Além disso, como dizia o populismo partilhado pelo mercado e o radicalismo antielitista, o importante não era distinguir entre bom e ruim, elaborado e simples, mas no máximo entre o que atraía mais ou menos pessoas. Isso não deixava muito espaço para o clássico conceito das artes.

Contudo, uma força ainda mais poderosa solapava as grandes artes: a morte do “modernismo”, que desde fins do século XIX legitimava a prática da criação artística não utilitária, e que sem dúvida proporcionara a justificação para a reivindicação do artista à liberdade de toda limitação. Seu âmago era a inovação. Com base na analogia entre ciência e tecnologia, o “modernismo” tacitamente supunha que a arte era progressista, e portanto o estilo de hoje era superior ao de ontem. Era, por definição, a arte da *avant-garde*, termo que entrou no vocabulário crítico na década de 1880, isto é, de minorias que em teoria esperavam um dia conquistar a maioria, mas na prática estavam satisfeitas por não o terem feito ainda. Qualquer que fosse sua forma específica, o “modernismo” se baseava na rejeição das convenções liberal-burguesas do século XIX, tanto na sociedade quanto na arte, e na necessidade sentida de criar uma arte de algum modo adequada ao tecnológica e socialmente revolucionário século XIX, para o qual as artes e estilos de vida da rainha Vitória, do imperador Guilherme e do presidente Theodore Roosevelt eram tão visivelmente inadequados (ver *A era dos impérios*, capítulo 9). Idealmente, os dois objetivos andavam juntos: o cubismo era tanto rejeição e crítica da pintura representativa vitoriana quanto uma alternativa a ela, e também uma coleção de “obras de arte” de “artistas” com direito próprio. Na prática, não tinham de coincidir, como o niilismo artístico (deliberado) do urinol de Marcel Duchamp e o dadaísmo haviam demonstrado muito tempo atrás. Estes não pretendiam ser qualquer espécie de arte, mas antiarte. Também neste caso, idealmente os valores sociais que os artistas “modernistas” buscavam no século XX e as maneiras de expressá-los em palavra, som, imagem e forma deviam fundir-se uns nos outros, como fizeram em grande parte na arquitetura modernista, essencialmente um estilo para construir utopias sociais em formas supostamente a eles adequadas. Mais uma vez, na prática, forma e substância não tinham ligação lógica. Por que, por exemplo, deveria a “cidade radiante” (*cité radieuse*) de Le Corbusier consistir em altos edifícios com topos planos e não em ponta?

Apesar disso, como vimos, na primeira metade do século o “modernismo” funcionou, passando despercebida a fraqueza de suas bases teóricas, ainda não inteiramente cruzada a curta distância até os limites de desenvolvimento permitidos por suas fórmulas (por exemplo, a música dodecafônica ou a arte abstrata), ainda não rachado o seu tecido por contradições internas ou fissuras potenciais. Inovação formal de vanguarda e esperança social ainda eram fundidas pela experiência de guerra mundial, crise mundial e revolução mundial potencial. A era de antifascismo adiou a reflexão. O modernismo ainda pertencia à vanguarda e à oposição, a não ser entre desenhistas industriais e agências de publicidade. Tinha vencido.

Exceto nos regimes socialistas, partilhou da vitória sobre Hitler. O modernismo em arte e arquitetura conquistou os EUA, enchendo de “expressionistas abstratos” as galerias e escritórios de empresas de prestígio, e os bairros co-

merciais das cidades americanas de símbolos do “estilo internacional” — alongadas caixas retangulares verticais, não tanto arranhando o céu quanto achatando seus topos contra ele: com grande elegância, como no prédio da Seagram’s de Mies van der Rohe, ou simplesmente muito altos, como o World Trade Center (ambos em Nova York). No velho Continente, em certa medida seguindo a tendência americana, que agora se inclinava a associar modernismo com “valores ocidentais”, a abstração (arte não figurativa) nas artes visuais e o modernismo na arquitetura se tornaram parte, às vezes dominante, do panorama cultural estabelecido, e até mesmo reviveram em países como a Grã-Bretanha, onde pareciam ter estagnado.

Contudo, a partir de fins da década de 1960, uma acentuada reação a ele foi se tornando cada vez mais manifesta, e na década de 1980 virou moda, sob rótulos como “pós-modernismo”. Não era tanto um “movimento” quanto uma negação de qualquer critério preestabelecido de julgamento e valor nas artes, ou na verdade da possibilidade de tais julgamentos. Na arquitetura, onde essa reação se fez sentir primeiro e mais visivelmente, ela cobriu os arranha-céus com fronteiras Chippendale, tanto mais provocativos por terem sido construídos pelo próprio co-inventor do termo “estilo internacional”, Philip Johnson (1906-). Críticos para os quais a linha do horizonte espontaneamente formada de Manhattan era outrora o modelo da paisagem urbana moderna descobriram as virtudes da totalmente desestruturada Los Angeles, um informe deserto de detalhes, o paraíso (ou inferno) dos que “estavam na sua”. Por mais irracionais que fossem, as regras estético-morais haviam governado a arquitetura moderna, mas de agora em diante valia tudo.

As realizações do movimento moderno na arquitetura tinham sido impressionantes. Desde 1945, construíra os aeroportos que ligavam o mundo, as fábricas, edifícios de escritórios e prédios públicos que ainda precisavam ser erguidos — capitais no Terceiro Mundo, museus, universidades e teatros no Primeiro. Presidira a maciça e global reconstrução de cidades na década de 1960, pois mesmo no mundo socialista suas inovações técnicas, que se prestavam à rápida e barata construção habitacional em massa, haviam deixado sua marca. Produzira, sem sérias dúvidas, um número substancial de prédios muito bonitos, ou mesmo obras-primas, embora também várias coisas feias e um número muito maior de formigueiros sem identidade e inumanos. As realizações da pintura e escultura modernistas do pós-guerra foram incomparavelmente menores, e em geral muito inferiores a suas antecessoras do entreguerras, como demonstra imediatamente uma comparação da arte parisiense da década de 1950 com a da década de 1920. Consistiram em grande parte de uma série de macetes cada vez mais desesperados, com os quais os artistas procuravam dar à obra uma marca registrada de imediato reconhecimento, uma sucessão de manifestos de desespero ou abdicação diante das inundações de não-arte que submergiam o artista do velho estilo (*pop art*, a *art brut* de Dubuffet

e coisas que tais), a assimilação de rabiscos e outras bugigangas, ou de gestos que reduziam *ad absurdum* o tipo de arte basicamente comprada para investimento e seus colecionadores, como apor o nome do indivíduo a pilhas de tijolos ou terra (“arte minimalista”), ou impedir que se tornasse um desses produtos fazendo-o demasiado breve para ser permanente (“arte performance”).

O cheiro de morte iminente subia dessas vanguardas. O futuro não era mais delas, embora ninguém soubesse de quem era. Mais que nunca, elas próprias se sabiam à margem. Comparadas com a verdadeira revolução na percepção e representação conseguidas através da tecnologia pelos fazedores de dinheiro, as inovações formais de boêmios de estúdio sempre tinham sido brincadeira de criança. Que eram as imitações de velocidade dos futuristas na tela de pintura comparadas com a verdadeira velocidade, ou mesmo a montagem de uma câmera de cinema numa locomotiva, o que qualquer um podia fazer? Que eram as experiências de concerto com som eletrônico em composições modernistas, que todo empresário sabia serem um veneno de bilheteria, comparadas com o *rock* que transformava o som eletrônico na música dos milhões? Se todas as “grande artes” se achavam segregadas em guetos, poderiam as vanguardas deixar de ver que suas próprias partes do gueto eram minúsculas e cada vez menores, como confirmava qualquer comparação com as vendas de Chopin e Schönberg? Com o surgimento da *pop art*, mesmo o grande baluarte do modernismo nas artes visuais, a abstração, perdeu sua hegemonia. A representação se tornou mais uma vez legítima.

O “pós-modernismo”, assim, atacou estilos autoconfiantes e exaustos, ou antes os meios de realizar tanto atividades que tinham de prosseguir num estilo ou noutro, como prédios e obras públicas, quanto as que não eram em si indispensáveis, como a produção artesanal de pinturas de cavalete para serem vendidas individualmente. Daí o engano de analisá-lo basicamente como uma tendência dentro das artes, semelhante ao desenvolvimento das vanguardas. Na verdade, sabemos que o termo pós-modernismo se espalhou para todo tipo de campos que nada têm a ver com as artes. Na década de 1990, havia filósofos, cientistas sociais, antropólogos e historiadores “pós-modernos”, além de outros praticantes de disciplinas que antes não tendiam a tomar sua terminologia emprestada às artes de vanguarda, mesmo quando por acaso se associavam com elas. A crítica literária, claro, adotou-o com entusiasmo. Na verdade, modas “pós-modernas”, iniciadas sob vários nomes (“desconstrução”, “pós-estruturalismo” etc.) entre a *intelligentsia* de fala francesa, chegaram aos departamentos de literatura americanos, e daí ao resto das humanidades e ciências sociais.

Todos os pós-modernismos tinham em comum um ceticismo essencial sobre a existência de uma realidade objetiva, e/ou a possibilidade de chegar a uma compreensão aceita dessa realidade por meios racionais. Todos tendiam a um radical relativismo. Todos, portanto, contestavam a essência de um mundo que se apoiava em crenças opostas, ou seja, o mundo transformado pela ciên-

cia e a tecnologia nela baseada, e a ideologia de progresso que o refletia. Examinaremos o desenvolvimento dessa estranha mas não inesperada contradição no próximo capítulo. No campo mais restrito das grandes artes, a contradição não era tão extrema, pois, como vimos (*A era dos impérios*, capítulo 9), as vanguardas modernistas já haviam estendido até quase o infinito os limites do que podia reivindicar a condição de “arte” (ou, de qualquer modo, resultar em produtos que podiam ser vendidos ou de outro modo lucrativamente separados de seus criadores como “arte”). O que o pós-modernismo produziu foi antes um fosso (em grande parte geracional) entre os que se sentiam repelidos pelo que viam como uma frivolidade niilista de novo tipo e os que achavam que levar as artes “a sério” era apenas mais uma relíquia do passado obsoleto. Que havia de errado, diziam, com “os montes de refugos da civilização [...] camuflados de plástico” que tanto haviam indignado o filósofo social Jürgen Habermas, último bastião da famosa Escola de Frankfurt? (Hughes, 1988, p. 146).

O pós-modernismo, portanto, não se limitou às artes. Apesar disso, provavelmente houve bons motivos para o termo surgir primeiro no cenário artístico. Pois a essência mesma das artes de vanguarda era uma busca de meios de expressar o que não podia ser expresso nos termos do passado, ou seja, a realidade do século xx. Esse foi um dos dois ramos do grande sonho desse século, sendo o outro a busca da transformação radical da realidade. Os dois foram revolucionários em diferentes sentidos da palavra, mas os dois tratavam do mesmo mundo. Os dois coincidiram em certa medida nas décadas de 1880 e 1890, e de novo entre 1914 e a derrota do fascismo, quando os talentos criadores foram tantas vezes revolucionários, ou pelo menos radicais, nos dois sentidos — em geral mas não sempre na esquerda. Os dois iam fracassar, embora na verdade tenham modificado tão profundamente o mundo de 2000 que não se concebe que suas marcas possam ser apagadas.

Em retrospecto, é claro que o projeto de revolução de vanguarda estava destinado ao fracasso desde o início, tanto por sua arbitrariedade intelectual quanto pela natureza do modo de produção que as artes criativas representavam numa sociedade burguesa liberal. Praticamente qualquer um dos inúmeros manifestos com os quais artistas de vanguarda anunciaram suas intenções nos últimos cem anos demonstra a falta de coerência entre fins e meios, a meta e os métodos para alcançá-la. Uma versão particular de novidade não é a consequência necessária da opção pela rejeição do velho. A música que evita deliberadamente a tonalidade não é necessariamente música serial de Schönberg, baseada nas trocas das doze notas da escala cromática; nem é esta a única base para a música serial; nem é a música serial necessariamente atonal. O cubismo, por mais atraente que fosse, não tinha qualquer justificação teórica. Na verdade, a própria decisão de abandonar os procedimentos e regras tradicionais por outros novos pode ser tão arbitrária quanto a escolha de novidades particulares. O equivalente do “modernismo” no xadrez, a chamada escola

“hipermoderna” de jogadores da década de 1920 (Réti, Grünfeld, Nimzowitsch et al.), não propunha mudar as regras do jogo, como fizeram alguns. Simplesmente reagia contra a convenção (a escola “clássica” de Tarrasch) explorando o paradoxo — preferindo aberturas inconventionais (“Após 1, o jogo P4R dos brancos está nos últimos suspiros”) e mais observando que ocupando o centro. A maioria dos escritores, e certamente dos poetas, na prática fez o mesmo. Eles continuaram aceitando os procedimentos tradicionais, por exemplo o verso rimado e metrificado onde parecia adequado, e romperam com a convenção de outras formas. Kafka não foi menos “moderno” que Joyce porque sua prosa era menos ousada. Além disso, onde o estilo modernista dizia ter uma justificação intelectual, por exemplo, como expressão da era da máquina ou (depois) do computador, a relação era puramente metafórica. De qualquer modo, a tentativa de comparar “a obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (Benjamin, 1961) com o velho modelo do artista criativo individual reconhecendo apenas sua inspiração pessoal tinha de fracassar. A criação era agora essencialmente mais cooperativa que individual, mais tecnológica que manual. Os jovens críticos franceses que na década de 1950 desenvolveram uma teoria do cinema como obra de um *auteur* criador individual, o diretor, com base — logo no quê — numa paixão pelos filmes B de Hollywood das décadas de 1930 e 1940, eram absurdos porque a cooperação e a divisão do trabalho eram e são a essência daqueles cujo ofício é encher as noites nas telas públicas e privadas, ou produzir alguma outra sucessão regular de obras para consumo mental, como jornais e revistas. Os talentos que entravam nas formas características de criação do século xx, sobretudo produtos para o mercado de massa, ou subprodutos do mercado de massa, não eram inferiores aos do clássico modelo burguês do século xix, mas não podiam mais se dar ao luxo do clássico papel do artista solitário. Sua única ligação direta com os antecessores clássicos era através de um limitado setor das “grandes artes” que sempre operara através de coletivos: o palco. Se Akira Kurosawa, Lucchino Visconti (1906-76) ou Sergei Eisenstein — para citar apenas três artistas inquestionavelmente muito grandes do século, todos com origens no palco — houvessem desejado criar à maneira de Flaubert, Courbet ou mesmo Dickens, nenhum deles teria ido muito longe.

Contudo, como observou Walter Benjamin, a era de “reprodutibilidade técnica” transformou não apenas a maneira como se dava a criação — assim tornando o cinema e tudo que dele derivava (televisão, vídeo) a arte central do século — mas também a maneira como os seres humanos percebiam a realidade e sentiam as obras de criação. Isso não mais se dava pelos atos de adoração e prece seculares em nome dos quais os museus, galerias, salas de concerto e teatros públicos, tão típicos da civilização burguesa do século xix, supriam as igrejas. O turismo, que agora enchia tais estabelecimentos mais de estrangeiros que de locais, e a educação foram os últimos bastiões desse tipo de con-

sumo de arte. O número dos que passavam por essas experiências era, claro, muito maior do que antes, mas mesmo a maioria dos que, após abrirem caminho no cotovelo até poderem ver de perto a *Primavera* na Uffizi de Florença, ficavam em pasmo silêncio, ou dos que se comoviam quando liam Shakespeare como parte do currículo de prova, geralmente vivia num universo de percepção diferente, multiforme e variado. As impressões dos sentidos, e mesmo as idéias, podiam alcançá-los simultaneamente de todos os lados — através da combinação de manchetes e fotos, texto e publicidade na página de jornal, o som no fone de ouvido enquanto o olho vasculhava a página, através da justaposição de imagem, voz, impressão e som —, tudo, com quase toda a certeza, absorvido periféricamente, a menos que, por um momento, alguma coisa concentrasse a atenção. Era assim que as pessoas da cidade há muito sentiam a rua, era assim que funcionava o lazer no parque de diversões e no circo, uma maneira conhecida de artistas e críticos desde os dias dos românticos. A novidade era que a tecnologia encharcara de arte a vida diária privada e pública. Jamais fora tão difícil evitar a experiência estética. A “obra de arte” se perdera na enxurrada de palavras, sons, imagens, no ambiente universal do que um dia se teria chamado arte.

Ainda podia chamar-se? Para os que ligavam para essas coisas, as grandes obras duradouras ainda podiam ser identificadas, embora nas partes desenvolvidas do mundo as obras exclusivamente criadas por um único indivíduo e identificáveis apenas com ele ou ela se tornassem cada vez mais marginais. E o mesmo, com a exceção dos prédios, se dava com as obras individuais de criação ou construção não destinadas a reprodução. Podia-se ainda julgar e classificar pelos padrões que haviam governado a avaliação dessas questões nos grandes dias de civilização burguesa? Sim e não. A medição do mérito pela cronologia jamais servira às artes: as artes criativas jamais haviam sido melhores apenas por serem velhas, como diziam as vanguardas. O último critério tornou-se absurdo no final do século xx, quando se fundiu com os interesses econômicos de indústrias de consumo, que extraíam seus lucros de um curto ciclo de moda e de vendas em massa instantâneas para uso intensivo mas breve.

Por outro lado, ainda era tão possível quanto necessário aplicar nas artes a distinção entre o sério e o trivial, entre bom e ruim, profissional e amador, e tanto mais porque várias partes interessadas negavam tais distinções, com base em que a única medida do mérito eram as cifras de venda, ou que eram elitistas, ou que, como dizia o pós-modernismo, não se podia fazer qualquer distinção objetiva. Na verdade, só os ideólogos e vendedores sustentavam opiniões tão absurdas em público, e em privado mesmo a maioria destes sabia que distinguia entre bom e ruim. Em 1991, um joalheiro britânico que produzia para o mercado de massa criou um escândalo ao dizer numa conferência de homens de negócios que seus lucros vinham da venda de merda a pessoas que não

tinham gosto para nada melhor. Ele, ao contrário dos teóricos pós-modernos, sabia que os julgamentos de qualidade fazem parte da vida.

Mas se tais julgamentos ainda eram possíveis, seriam ainda relevantes num mundo em que, para a maioria dos cidadãos urbanos, as esferas de vida e arte, de emoção gerada de dentro e emoção gerada de fora, ou trabalho e lazer eram cada vez mais indistinguíveis? Ou antes, seriam ainda relevantes fora dos cercadinhos especializados da escola e academia em que tão grande parte das artes tradicionais buscava refúgio? É difícil dizer, porque a própria tentativa de responder ou formular uma tal questão pode exigir isso. É muito fácil escrever a história do *jazz*, ou discutir suas realizações em termos muito semelhantes aos aplicados à música clássica, descontando-se a considerável diferença no ambiente social, e o público e economia dessa forma de arte. Não é de modo algum claro que esse procedimento faça qualquer sentido para o *rock*, embora também ele derive da música negra americana. Pode-se esclarecer quais são as realizações de Louis Armstrong e Charlie Parker, e qual a superioridade deles sobre outros contemporâneos. Por outro lado, parece muito mais difícil alguém que não tenha fundido um determinado som com sua vida escolher este ou aquele grupo de *rock* entre a imensa enxurrada de som que varreu o vale dessa música nos últimos quarenta anos. Billie Holiday podia (pelo menos até a época em que escrevo) comunicar-se com ouvintes nascidos muitos anos depois que ela morreu. Pode alguém que não foi contemporâneo dos Rolling Stones desenvolver alguma coisa parecida ao apaixonado entusiasmo que esse grupo provocava em meados da década de 1960? Quanto da paixão por um som ou imagem hoje se baseia em associação: não porque a música seja admirável, mas porque “esta é a nossa música”? Não podemos dizer. O papel ou mesmo a sobrevivência das artes vivas no século XXI são ainda obscuros.

O mesmo não se dá com as ciências.

FEITICEIROS E APRENDIZES

As ciências naturais

Você acha que há lugar para a filosofia no mundo de hoje?

Claro, mas só se for baseada no atual estado de conhecimento e realização científicos [...] Os filósofos não podem isolar-se contra a ciência. Ela não apenas ampliou e transformou enormemente nossa visão da vida e do universo: também revolucionou as regras segundo as quais opera o intelecto.

Claude Lévi-Strauss (1988)

O texto padrão sobre a dinâmica do gás escrito pelo autor quando desfrutava de uma bolsa da Fundação Guggenheim foi por ele descrito como tendo tido sua forma ditada pelas necessidades da indústria. Dentro desse esquema, a confirmação da teoria da relatividade geral de Einstein passou a ser vista como um passo crítico para melhorar “a precisão da balística militar levando-se em conta minúsculos efeitos gravitacionais”. A física do pós-guerra estreitou cada vez mais sua concentração nas áreas julgadas como de aplicações militares.

Margaret Jacob (1993, pp. 66-7)

I

Nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem mais dependente delas do que o século XX. Contudo, nenhum período, desde a retratação de Galileu, se sentiu menos à vontade com elas. Este é o paradoxo que tem de enfrentar o historiador do século. Mas, antes que eu tente fazê-lo, devem-se reconhecer as dimensões do fenômeno.

Em 1910, todos os físicos e químicos alemães e britânicos juntos chegavam talvez a 8 mil pessoas. Em fins da década de 1980, o número de cientistas e engenheiros de fato empenhados em pesquisa e desenvolvimento experimental no mundo era estimado em cerca de 5 milhões, dos quais quase 1 milhão se achava nos EUA, principal potência científica, e um número ligeiramente maior

nos Estados da Europa.* Embora os cientistas continuassem a formar uma minúscula fração da população, mesmo nos países desenvolvidos, o número deles continuou a crescer de maneira impressionante, mais ou menos dobrando nos vinte anos após 1970, mesmo nas economias avançadas. Contudo, em fins da década de 1980 eles formavam a ponta de um *iceberg* muito maior do que se poderia chamar de mão-de-obra científica e tecnológica potencial, que refletia essencialmente a revolução educacional da segunda metade do século (ver capítulo 10). Ela representava talvez 2% da população global, e talvez 5% da população norte-americana (UNESCO, 1991, tabela 5.1). Os cientistas de fato eram cada vez mais selecionados por meio de uma “tese doutoral”, que se tornou o bilhete de entrada para a profissão. No fim da década de 1980, o país ocidental avançado típico gerava alguma coisa do tipo 130, 140 desses doutorados por ano para cada milhão de seus habitantes (Observatoire, 1991). Esses países também gastavam, sobretudo dos fundos públicos — mesmo nos países mais capitalistas —, somas bastante astronômicas em tais atividades. Na verdade, as formas mais caras de “grande ciência” estavam fora do alcance de qualquer país individualmente a não ser (até a década de 1990) os EUA.

Mas havia uma grande novidade. Apesar de 90% dos trabalhos científicos (cujo número duplicava a cada dez anos) serem publicados em quatro idiomas (inglês, russo, francês e alemão), a ciência eurocêntrica se encerrou no século XX. A Era das Catástrofes, e sobretudo o triunfo temporário do fascismo, transferiu seu centro de gravidade para os EUA, onde permaneceu. Entre 1900 e 1933, só sete Prêmios Nobel de ciência foram dados aos EUA; mas, entre 1933 e 1970, foram 77. Os outros países de colonização européia também se estabeleceram como centros de pesquisa independentes — Canadá, Austrália, a muitas vezes subestimada Argentina** —, embora alguns, por questões de tamanho e política, exportassem a maioria de seus cientistas (Nova Zelândia, África do Sul). Ao mesmo tempo, foi impressionante o surgimento de cientistas não europeus, sobretudo do Leste Asiático e do subcontinente indiano. Antes do fim da Segunda Guerra Mundial, só um asiático conquistara um Prêmio Nobel de ciência (C. Raman, em física, 1930); depois de 1946, tais prêmios foram concedidos a mais de dez pesquisadores com nomes obviamente japoneses, indianos e paquistaneses, e isso ainda subestima tão claramente a ascensão das ciências asiáticas quanto o registro pré-1933 subestimava a ascensão da ciência americana. Contudo, no fim do século, ainda havia partes do mundo que geravam visivelmente poucos cientistas em termos absolutos, e ainda mais acentuadamente em termos relativos, como por exemplo a África e a América Latina.

Contudo, um fato impressionante é que (pelo menos) um terço dos lau-

(*) O número ainda maior na então URSS (cerca de 1,5 milhão) provavelmente não era de todo comparável (UNESCO, 1991, tabelas 5.2, 5.4 e 5.16).

(**) Três Prêmios Nobel, todos desde 1947.

reados asiáticos não aparece representando seu país de origem, mas como cientistas americanos. (Na verdade, dos laureados americanos, 27 são imigrantes de primeira geração.) Pois, num mundo cada vez mais globalizado, o fato mesmo de as ciências naturais falarem uma única língua universal e operarem sob uma única metodologia ajudou paradoxalmente a concentrá-las nos relativamente poucos centros com recursos adequados para seu desenvolvimento, isto é, nuns poucos Estados ricos altamente desenvolvidos, e acima de tudo nos EUA. Os cérebros do mundo, que na Era das Catástrofes fugiram da Europa por motivos políticos, desde 1945 foram drenados dos países pobres para os ricos por motivos sobretudo econômicos.* Isso é natural, pois nas décadas de 1970 e 1980 os países capitalistas desenvolvidos gastaram quase três quartos de todos os orçamentos do mundo em pesquisa e desenvolvimento, enquanto os pobres (“em desenvolvimento”) não gastaram mais de 2% a 3% (UN World Social Situation 1989, p. 103).

Contudo, mesmo no mundo desenvolvido, a ciência foi aos poucos perdendo dispersão, em parte por causa da concentração de pessoas e recursos — por razões de eficiência — em parte porque o enorme aumento na educação superior inevitavelmente criou uma hierarquia, ou antes uma oligarquia entre seus institutos. Nas décadas de 1950 e 1960, metade dos doutorados nos Estados Unidos vinha das quinze universidades mais prestigiosas, para as quais, em conseqüência, acorriam os jovens cientistas mais capazes. Num mundo democrático e populista, os cientistas eram uma elite, concentrada nuns relativamente poucos centros subsidiados. Como espécie, ocorriam em grupos, pois a comunicação (“alguém com quem conversar”) era fundamental para suas atividades. Com o passar do tempo, essas atividades foram se tornando cada vez mais incompreensíveis para os não-cientistas, embora os leigos tentassem desesperadamente entendê-las, com a ajuda de uma vasta literatura de popularização, às vezes escrita pessoalmente pelos melhores cientistas. Na verdade, à medida que aumentava a especialização, mesmo os cientistas precisavam de cada vez mais publicações para explicar uns aos outros o que se passava fora de seus respectivos campos.

O fato de que o século xx dependeu da ciência dificilmente precisa de prova. A ciência “avançada”, quer dizer, aquele conhecimento que não pode nem ser adquirido pela experiência diária, nem praticado ou mesmo compreendido sem muitos anos de escola, culminando numa formação de pós-graduação esotérica, tinha apenas uma gama relativamente estreita de aplicações práticas até o fim do século XIX. A física e a matemática do século XVII gover-

navam os engenheiros, enquanto em meados do reinado de Vitória as descobertas elétricas e químicas de fins do século XVIII e inícios do XIX já eram essenciais à indústria e às comunicações, e as explorações de pesquisadores científicos profissionais eram reconhecidas como a ponta-de-lança necessária do próprio avanço tecnológico. Em suma, a tecnologia com base na ciência já se achava no âmago do mundo burguês do século XIX, embora as pessoas práticas não soubessem exatamente o que fazer com os triunfos da teoria científica, a não ser, nos casos adequados, transformá-las em ideologias: como o século XVIII fizera com Newton e o final do século XIX com Darwin. Apesar disso, vastas áreas da vida humana continuaram sendo governadas, em sua maioria, pela experiência, experimentação, habilidade, bom senso treinado e, na melhor das hipóteses, difusão sistemática de conhecimento sobre as melhores práticas e técnicas existentes. Foi visivelmente o que aconteceu com a agricultura, construção civil e medicina, e na verdade com uma vasta gama de atividades que proporcionavam aos seres humanos suas necessidades e luxos.

Num determinado momento, no último terço do século, isso começou a mudar. Na Era dos Impérios, começaram a tornar-se visíveis não apenas os contornos da moderna tecnologia — só é preciso pensar nos automóveis, aviação, rádio e cinema — mas também os da moderna teoria científica: relatividade, o quantum, a genética. Além disso, via-se agora que as mais esotéricas e revolucionárias descobertas da ciência tinham potencial tecnológico imediato, da telegrafia sem fio ao uso médico dos raios X, ambos baseados em descobertas da década de 1890. Apesar disso, embora a grande ciência do Breve Século xx já fosse visível em 1914, e embora a alta tecnologia posterior já estivesse implícita nela, a grande ciência ainda não era uma coisa sem a qual a vida diária *em toda parte* do globo seria inconcebível.

É o que ocorre quando o milênio chega ao seu final. Como vimos (capítulo 9), a tecnologia com base em avançadas teoria e pesquisa científicas dominou o *boom* econômico da segunda metade do século xx, e não mais apenas no mundo desenvolvido. Sem a última palavra em genética, a Índia e a Indonésia não poderiam ter produzido alimentos suficientes para suas populações em explosão, e no fim do século a biotecnologia se tornara um elemento importante tanto na agricultura quanto na medicina. O problema dessas tecnologias é que se baseavam em descobertas e teorias tão distantes do mundo do cidadão comum, mesmo dos países desenvolvidos mais sofisticados, que só algumas dezenas ou, no máximo, algumas centenas de pessoas no mundo podiam captar inicialmente que elas tinham implicações práticas. Quando o físico alemão Otto Hahn descobriu a fissão nuclear, no início de 1939, mesmo alguns dos cientistas mais ativos no campo, como o grande Niels Bohr (1885-1962), duvidavam de que tivesse alguma aplicação prática na paz ou na guerra, pelo menos no futuro previsível. E se os físicos que entendiam seu potencial não tivessem falado a seus generais e políticos, estes sem dúvida teriam continuado na

(*) Pode-se notar um pequeno dreno temporário para fora dos EUA durante os anos macarthistas, e fugas políticas ocasionais maiores da região soviética (Hungria, 1956; Polônia e Tchecoslováquia, 1968; China e URSS, no fim da década de 1980), além de um dreno constante da República Democrática Alemã para a Alemanha Ocidental.

ignorância, a menos que fossem eles próprios físicos com pós-graduação, o que era muito improvável. Também o famoso trabalho de Alan Turing em 1935, que iria fornecer a base da moderna teoria do computador, foi escrito originalmente como uma exploração especulativa para lógicos matemáticos. A guerra lhe deu, e a outros, a oportunidade de traduzir a teoria nos primórdios de uma prática para decifração de códigos, mas quando foi publicado ninguém, com exceção de uns poucos matemáticos, sequer leu, quanto mais tomou conhecimento do seu trabalho. Mesmo em sua própria faculdade, o gênio de ar desajeitado e rosto pálido, então um professor assistente com queda pelo *jogging*, que se tornou postumamente uma espécie de ícone entre os homossexuais, não era uma figura de qualquer destaque; pelo menos não o lembro como tal.* Mesmo quando os cientistas se achavam visivelmente empenhados em tentar resolver problemas de reconhecida importância capital, só um pequeno punhado de cérebros num isolado canto intelectual sabia o que eles estavam preparando. Assim, este autor foi bolsista de uma faculdade em Cambridge na mesma época em que Crick e Watson preparavam sua triunfante descoberta da estrutura do DNA (a "Dupla Hélice"), imediatamente reconhecida como uma das conquistas fundamentais do século. Contudo, embora eu até me lembre de ter conhecido socialmente Crick na época, a maioria de nós simplesmente não sabia que esses fatos extraordinários estavam sendo maquinados a umas poucas dezenas de metros dos portões de minha faculdade, em laboratórios pelos quais passávamos regularmente e *pubs* onde bebíamos. Não é que não nos interessássemos por essas questões. Os que as pesquisavam simplesmente não viam sentido em falar-nos delas, uma vez que não podíamos contribuir para o seu trabalho, nem sequer, provavelmente, entender quais eram os seus problemas.

Apesar disso, por mais esotéricas e incompreensíveis que fossem as inovações da ciência, assim que eram feitas se traduziam quase imediatamente em tecnologias práticas. Assim, os transistores surgiram como um subproduto de pesquisas na física do estado sólido, isto é, as propriedades eletromagnéticas de cristais ligeiramente imperfeitos, em 1948 (seus inventores receberam o

(*) Turing suicidou-se em 1954, após ser condenado por conduta homossexual, então oficialmente crime e tida como uma doença médica ou psicologicamente curável. Ele não suportou a "cura" compulsória que lhe foi imposta. Foi vítima não tanto da criminalização do homossexualismo (masculino) na Grã-Bretanha antes da década de 1960 quanto de sua própria recusa a reconhecê-la. Suas tendências sexuais não haviam criado qualquer problema no ambiente de internato escolar no King's College, em Cambridge, nem entre a notória coleção de anômalos e excêntricos do *establishment* de decifração de códigos da época da guerra em Bletchley, onde ele passara a vida antes de ir para Manchester depois da guerra. Só um homem que não reconhecia exatamente o mundo em que a maioria das pessoas vivia iria à polícia dar queixa de um namorado (temporário) que roubara seu apartamento, com isso dando à lei a oportunidade de pegar ao mesmo tempo dois delinquentes legais.

Prêmio Nobel oito anos depois), como aconteceu com os *lasers* (1960), que vieram não de estudos ópticos, mas de trabalhos para fazer moléculas vibrarem em ressonância com um campo magnético (Bernal, 1967, p. 563). Seus inventores também foram logo reconhecidos com Prêmios Nobel, como o foi — tardiamente — o físico de Cambridge soviético Peter Kapitsa (1978), pelo trabalho em física de baixa temperatura que produziu os supercondutores. A experiência de pesquisa do tempo da guerra, em 1939-46, que demonstrou — pelo menos aos anglo-americanos — que uma esmagadora concentração de recursos podia resolver os mais difíceis problemas tecnológicos num tempo improvavelmente curto,* estimulou o pioneirismo científico, independentemente de custos, para fins bélicos ou de prestígio nacional (por exemplo, a exploração do espaço cósmico). Isso, por sua vez, acelerou a transformação da ciência de laboratório em tecnologia, parte da qual revelou ter um amplo potencial para o uso diário. Os *lasers* são um exemplo dessa rapidez. Vistos pela primeira vez em laboratório em 1960, tinham em inícios da década de 1980 chegado ao consumidor em forma de *compact disc*. A biotecnologia foi ainda mais rápida. As técnicas de DNA recombinante, ou seja, técnicas para combinar genes de uma espécie com os de outra, foram reconhecidas pela primeira vez como adequadamente praticáveis em 1973. Menos de vinte anos depois, a biotecnologia era uma coisa comum no investimento médico e agrícola.

Além disso, graças em grande parte à espantosa explosão de teoria e prática da informação, novos avanços científicos foram se traduzindo, em espaços de tempo cada vez menores, numa tecnologia que não exigia qualquer compreensão dos usuários finais. O resultado ideal era um conjunto de botões ou teclado inteiramente à prova de erro, que requeria apenas apertar-se no lugar certo para ativar um procedimento que se movimentava, se corrigia e, até onde possível, tomava decisões, sem exigir maiores contribuições das qualificações e inteligência limitadas e inconfiáveis do ser humano médio. Na verdade, idealmente, podia-se programar o procedimento para dispensar de toda a intervenção humana, a não ser quando alguma coisa dava errado. A cobrança nos caixas dos supermercados na década de 1990 tipificava essa eliminação do elemento humano. Não exigia do operador humano mais que reconhecer as cédulas e moedas do dinheiro local e registrar a quantidade entregue pelo cliente. Um *scanner* automático traduzia o código de barras do artigo num preço, somava todos os preços, deduzia o total da quantia entregue pelo cliente, e dizia ao operador quanto dar de troco. O procedimento para assegurar o desempenho de todas

(*) Em essência, hoje está claro que a Alemanha nazista não conseguiu fazer uma bomba nuclear não porque os cientistas alemães não soubessem fazê-la, ou não tentassem, com diferentes graus de relutância, mas porque a máquina de guerra alemã não quis ou não pôde dedicar-lhe os recursos necessários. Eles abandonaram a tentativa e passaram para o que parecia uma concentração mais efetiva em termos de custos, os foguetes, que prometiam retornos mais rápidos.

essas atividades é extraordinariamente complexo, pois se baseia numa combinação de maquinaria enormemente sofisticada e programação bastante elaborada. Contudo, a menos ou até que alguma coisa desse errado, esses milagres de tecnologia científica de fins do século XX não exigiam mais dos operadores que o reconhecimento dos números cardinais, um mínimo de atenção e uma capacidade um tanto maior de concentrada tolerância de tédio. Não exigia sequer alfabetização. Para a maioria dos operadores, as forças que o mandavam informar ao cliente que ele ou ela devia pagar 2,15 libras, e o instruíam a devolver 7,85 de troco para uma nota de dez, eram tão irrelevantes quanto incompreensíveis. Não precisavam entender nada delas para operá-las. O aprendiz de feiticeiro não precisava mais preocupar-se com sua falta de conhecimento.

Para fins práticos, a situação do operador de *check-out* do supermercado representava a norma humana de fins do século XX; os milagres da tecnologia científica de vanguarda, que não precisamos entender nem modificar, mesmo que saibamos, ou julguemos saber, o que está acontecendo. Outra pessoa o fará ou já fez por nós. Pois, mesmo que nos suponhamos especialistas num ou outro campo determinado — ou seja, o tipo de pessoa que pode consertar o aparelho se der problema, ou projetá-lo, ou construí-lo —, diante da maioria dos outros produtos diários da ciência e tecnologia somos leigos ignorantes sem compreender nada. E mesmo que não fôssemos, nossa compreensão do que é que faz a coisa que usamos funcionar, e dos princípios por trás dela, é em grande parte conhecimento irrelevante, como é o processo de fabricar cartas de baralho para o (honesto) jogador de pôquer. As máquinas de fax são projetadas para uso por pessoas que não têm idéia de como a máquina em Londres reproduz um texto que foi posto nela em Los Angeles. Não funcionam melhor quando operadas por professores de eletrônica.

Assim a ciência, através do tecido saturado de tecnologia da vida humana, demonstra diariamente seus milagres ao mundo de fins do século XX. É tão indispensável e onipresente — pois mesmo os mais remotos confins da humanidade conhecem o rádio transistorizado e a calculadora eletrônica — quanto Alá para o muçulmano crente. É discutível quando essa capacidade de certas atividades humanas produzirem resultados sobre-humanos se tornou parte da consciência comum, pelo menos nas partes urbanas das sociedades industriais “desenvolvidas”. Certamente foi após a explosão da primeira bomba nuclear, em 1945. Contudo, não pode haver dúvida de que o século XX foi aquele em que a ciência transformou tanto o mundo quanto o nosso conhecimento dele.

Devíamos esperar que as ideologias do século XX se regozijassem com os triunfos da ciência, que são os triunfos da mente humana, como fizeram as ideologias seculares do século XIX. Na verdade, devíamos ter esperado até mesmo que enfraquecesse a oposição das ideologias religiosas tradicionais, grandes redutos de resistência à ciência do século XIX. Pois ela não apenas afrouxou o domínio das religiões tradicionais na maior parte do século, como

veremos, mas a própria religião se tornou tão dependente da ciência da tecnologia baseada na alta ciência quanto qualquer outra atividade humana no mundo desenvolvido. Se necessário, um bispo, imã ou homem santo na década de 1900 podia realizar suas atividades como se Galileu, Newton, Faraday ou Lavoisier jamais houvessem existido, ou seja, com base em tecnologia do século XV, e a tecnologia do século XIX não criou problemas de compatibilidade com a teologia ou textos sacros. Tornou-se muito mais difícil ignorar o conflito entre ciência e escritura sagrada numa era em que o Vaticano se viu obrigado a comunicar-se por satélite e testar a autenticidade do sudário de Turim por datação de rádio-carbono; em que o aiatolá Khomeini difundiu suas palavras do exterior para o Irã por meio de fitas cassete; e em que Estados dedicados às leis do Corão também se empenhavam em equipar-se com armas nucleares. A aceitação *de facto* da ciência contemporânea mais sofisticada, via a tecnologia que dela dependia, era tal que na Nova York de *fin-de-siècle* as vendas de produtos eletrônicos *super-high-tech* se tornaram em grande parte especialidade dos hassidim, um ramo de judaísmo messiânico oriental conhecido, além de seu extremo ritualismo e insistência em usar uma versão século XVIII de trajes poloneses, por preferir a emoção extática à investigação intelectual. Sob certos aspectos, a superioridade da “ciência” era até mesmo oficialmente aceita. Os protestantes fundamentalistas nos EUA, que rejeitavam a teoria da evolução como não evangélica (tendo o mundo sido criado em sua atual versão em seis dias), exigiram que a doutrina de Darwin fosse substituída, ou pelo menos contrabalançada, pela doutrina que eles chamavam de “ciência da criação”.

E no entanto, o século XX não se sentia à vontade com a ciência que fora a sua mais extraordinária realização, e da qual dependia. O progresso das ciências naturais se deu contra um fulgor, ao fundo, de desconfiança e medo, de vez em quando explodindo em chamas de ódio e rejeição da razão e de todos os seus produtos. E no espaço indefinido entre ciência e anti-ciência, entre os que buscavam a verdade última pelo absurdo e os profetas de um mundo composto exclusivamente de ficções, encontramos cada vez mais esse produto típico e em grande parte americano do século, sobretudo de sua segunda metade, a ficção científica. O gênero, antecipado por Júlio Verne (1828-1905), foi iniciado por H. G. Wells (1866-1946) no finzinho mesmo do século XIX. Embora suas formas mais juvenis, como os conhecidos *westerns* espaciais da TV e da tela grande, com cápsulas cósmicas em lugar de cavalos e raios da morte em lugar dos trabucos de seis balas, continuassem a velha tradição de aventuras fantásticas com engenhocas *high-tech*, na segunda metade do século as contribuições mais sérias ao gênero se inclinaram para uma visão mais sombria ou pelo menos ambígua da condição humana e suas perspectivas.

A desconfiança e o medo da ciência eram alimentados por quatro sentimentos: o de que a ciência era incompreensível; o de que suas conseqüências

tanto práticas quanto morais eram imprevisíveis e provavelmente catastróficas; o de que ela acentuava o desamparo do indivíduo, e solapava a autoridade. Tampouco devemos ignorar o sentimento de que, na medida em que a ciência interferia na ordem natural das coisas, era inerentemente perigosa. Os primeiros dois sentimentos eram partilhados tanto por cientistas quanto leigos, os dois últimos pertenciam basicamente aos de fora. Os leigos só podiam reagir contra seu senso de impotência buscando coisas que “a ciência não pode explicar”, na linha do hamletiano “Há mais coisas entre o céu e a terra... do que sonha a tua vã filosofia”, recusando-se a acreditar que elas pudessem algum dia ser explicadas pela “ciência oficial”, e ansiando por acreditar no inexplicável *porque* parecia absurdo. Pelo menos num mundo desconhecido e incognoscível todos estariam igualmente impotentes. Quanto maiores os triunfos palpáveis da ciência, maior a fome de buscar o inexplicável. Pouco depois da Segunda Guerra Mundial, que culminou na bomba atômica, os americanos (1947), acompanhados depois por seus seguidores culturais, os britânicos, passaram a ver a chegada em massa de “objetos voadores não identificados”, claramente inspirados pela ficção científica. Acreditavam com toda a firmeza que eles vinham de civilizações extraterrestres diferentes e superiores à nossa. Os observadores mais entusiásticos chegaram a ver de fato seus cidadãos, de formas estranhas, saindo desses “discos voadores”, e um ou dois até mesmo disseram ter pegado carona com eles. O fenômeno tornou-se mundial, embora um mapa da distribuição das aterrissagens desses extraterrestres mostrasse uma séria preferência pelo pouso ou sobrevôo em territórios anglo-saxônicos. Qualquer ceticismo em relação aos OVNIS era atribuído ao ciúme de cientistas de mentalidade tacanha, incapazes de explicar fenômenos além de seus estreitos horizontes, talvez até mesmo a uma conspiração dos que mantinham o homem comum em servidão intelectual para ocultar-lhe um saber superior.

Não se tratava das crenças em magia e milagres das sociedades tradicionais, para as quais essas intervenções na realidade faziam parte de vidas muito incompletamente controláveis, e muito menos espantosas do que, digamos, a visão de um avião ou a experiência de falar a um telefone. Tampouco eram parte do fascínio permanente e universal dos seres humanos com o monstruoso, o aberrante e o maravilhoso, de que a literatura popular dá testemunho desde a invenção da imprensa. Eram uma rejeição das afirmações e do domínio da ciência, às vezes de maneira consciente, como na extraordinária rebelião (mais uma vez centrada nos EUA) de grupos periféricos contra a prática de pôr flúor no abastecimento de água, depois de descobrir-se que a absorção desse elemento reduziria de forma impressionante a deterioração dental em populações urbanas modernas. Isso enfrentou uma resistência apaixonada não apenas em nome da liberdade de preferir cáries, mas (em seus oponentes mais extremados) como uma trama vil para enfraquecer os seres humanos pelo envenenamento compulsório. E nessa reação, vividamente retratada no filme

Doutor Fantástico (1963), de Stanley Kubrik, a desconfiança da ciência como tal se fundiu com o medo de suas conseqüências práticas.

Esse medo também foi espalhado pela inata hipocondria da cultura americana, à medida que a vida era cada vez mais submersa pela tecnologia moderna, incluindo a tecnologia médica, com seus riscos. O extraordinário gosto dos EUA por deixar que o litígio responda a todas as questões na disputa humana permite-nos acompanhar esses medos (Huber, 1990, pp. 97-118). Os espermicidas causavam efeitos colaterais? As linhas de transmissão de energia elétrica faziam mal a pessoas que moravam perto delas? O fosso entre os especialistas, que tinham algum critério para julgar, e os leigos, que só tinham esperança ou medo, foi alargado pela diferença entre a avaliação desapaixonada, que bem poderia achar um pequeno grau de risco um preço a pagar por um grande grau de benefício, e indivíduos que, compreensivelmente, desejavam risco zero (pelo menos em teoria).*

Na verdade, esses eram os temores da desconhecida ameaça da ciência de homens e mulheres que só sabiam que viviam sob o domínio dela; temores cuja intensidade e foco diferiam segundo a natureza das suas opiniões, e temores sobre a sociedade contemporânea (Fischhof et al., 1978, pp. 127-52).**

Contudo, na primeira metade do século, os grandes riscos da ciência vinham não dos que se sentiam humilhados pelos ilimitados e incontroláveis poderes dela, mas dos que achavam que podiam controlá-los. Os únicos dois tipos de regime político (além das então raras reversões ao fundamentalismo religioso) que interferiam na pesquisa científica *em princípio* estavam ambos profundamente comprometidos com o progresso técnico sem limite e, em um caso, com uma ideologia que o identificava com a “ciência” e saudava a conquista do mundo pela razão e a experimentação. Contudo, de maneiras diferentes, tanto o stalinismo quanto o nacional-socialismo alemão rejeitavam a ciência mesmo quando a usavam para fins tecnológicos. O que contestavam era seu desafio a visões de mundo e valores expressos em verdades *a priori*.

Assim, nenhum dos dois regimes se sentiu à vontade com a física pós-Einstein. Os nazistas rejeitaram-na como “judia”, e os ideólogos soviéticos,

(*) A diferença entre teoria e prática nessa área é enorme, pois pessoas que estão dispostas a correr riscos bastante significativos na prática (por exemplo, num carro, em uma estrada, ou no metrô de Nova York) podem insistir em evitar a aspirina com base em que ela tem efeitos colaterais em casos um tanto raros.

(**) Os participantes classificaram os riscos e vantagens de tecnologias do século XX: geladeiras, fotocopiadoras, anticoncepcionais, pontes suspensas, energia nuclear, jogos eletrônicos, diagnósticos por raios X, armas nucleares, computadores, vacinas, fluorização da água, coletor solar no telhado, *lasers*, tranqüilizantes, fotos Polaroid, energia elétrica fóssil, veículos motorizados, efeitos especiais no cinema, pesticidas, opiatos, conservantes de alimentos, cirurgia de peito aberto, aviação comercial, engenharia genética e moinhos de vento (também Wildavsky, 1990, pp. 41-60).

como insuficientemente “materialista” no sentido leninista da palavra, embora ambos a tolerassem na prática, pois os Estados modernos não podiam passar sem os físicos, que eram pós-einsteinianos até o fim. Os nacional-socialistas, porém, se privaram da flor do talento europeu continental na física, expulsando judeus e adversários ideológicos para o exílio, e incidentalmente destruindo a supremacia científica alemã de princípios do século ao fazer isso. Entre 1900 e 1933, 25 dos 66 Prêmios Nobel de física e química tinham ido para a Alemanha, mas depois de 1933 só cerca de um em dez. Nenhum dos dois regimes se achava tampouco afinado com as ciências biológicas. As políticas raciais da Alemanha nazista horrorizavam os geneticistas sérios, que — em grande parte devido ao entusiasmo dos racistas pela eugenia — haviam começado no princípio do século a pôr uma certa distância entre si e as políticas de seleção e reprodução genéticas humanas (que incluíam matar os “incapazes”), embora se deva admitir, com tristeza, que houve bastante apoio ao racismo nacional-socialista entre biólogos e médicos alemães (Proctor, 1988). O regime soviético, sob Stalin, viu-se em choque com a genética tanto por motivos ideológicos quanto porque a política do Estado estava comprometida com o princípio de que, com suficiente esforço, *qualquer* mudança era realizável, enquanto a ciência indicava que, no campo da evolução em geral e da agricultura em particular, não era assim. Em outras circunstâncias, a controvérsia dos biólogos evolucionistas entre os seguidores de Darwin (para os quais a herança era genética) e os de Lamarck (que acreditavam na herança de características adquiridas e praticadas durante a vida do indivíduo) teria sido deixada para ser acertada em seminários e laboratórios. Na verdade, era encarada pela maioria dos cientistas como já acertada em favor de Darwin, quando nada por jamais ter-se descoberto qualquer indício satisfatório de herança de características adquiridas. Sob Stalin, um biólogo de periferia, Trofim Denisovich Lisenko (1898-1976), conquistou o apoio de autoridades políticas com o argumento de que se podia multiplicar a produção agrícola com processos lamarckianos que abreviavam os lentos processos ortodoxos de reprodução de plantas e animais. Naquele tempo não era sensato discordar da autoridade. O acadêmico Nicolai Ivanovich Vavilov (1885-1943), o mais famoso dos geneticistas soviéticos, morreu num campo de trabalho por discordar de Lisenko (uma opinião partilhada pelo resto dos geneticistas soviéticos sérios), embora só depois da Segunda Guerra Mundial a biologia soviética se comprometesse oficialmente com a rejeição obrigatória da genética como entendida no resto do mundo, pelo menos até depois da morte do ditador. O efeito dessas políticas na ciência soviética foi, como seria de prever, desastroso.

Regimes do tipo nacional-socialista e soviético, apesar de absolutamente diferentes em muitos aspectos, partilhavam a crença em que seus cidadãos deviam aceitar uma “doutrina verdadeira”, mas formulada e imposta pelas autoridades político-ideológicas seculares. Daí a ambigüidade e o mal-estar em

relação à ciência, sentidos em tantas sociedades, encontrar expressão *oficial* em tais Estados, ao contrário de regimes políticos agnósticos em relação às crenças individuais de seus cidadãos, como os governos seculares haviam aprendido a ser durante o longo século XIX. Na verdade, o surgimento de regimes de ortodoxia secular foi, como vimos (ver capítulos 4 e 13), um subproduto da Era das Catástrofes, e não duraram. De qualquer modo, a tentativa de forçar a ciência a entrar em camisas-de-força ideológicas foi visivelmente contraprodutiva, onde se fez a sério (como na biologia soviética), ou ridícula, onde se deixou a ciência seguir seu próprio caminho enquanto a superioridade da ideologia era simplesmente afirmada (como na física alemã e soviética).* A imposição oficial de critérios para a validade da teoria científica no fim do século XX foi mais uma vez deixada a regimes baseados no fundamentalismo religioso. Apesar disso, persistiu o desconforto, inclusive porque a própria ciência se tornou cada vez mais inacreditável e incerta. Mas até a segunda metade do século esse desconforto não se devia ao temor dos resultados práticos da ciência.

É verdade que os próprios cientistas sabiam melhor que ninguém quais poderiam ser as conseqüências potenciais de suas descobertas. Desde a época em que a primeira bomba atômica se tornou operacional (1945), alguns deles advertiram seus senhores no governo sobre as forças destrutivas de que o mundo agora dispunha. Mas a idéia de que ciência é igual a catástrofe potencial pertenceu essencialmente à segunda metade do século: em sua primeira fase — o pesadelo da guerra nuclear —, até a era de superconfronto depois de 1945; em sua fase posterior e mais universal, até a era de crise que começou na década de 1970. Contudo, a Era das Catástrofes, talvez por ter diminuído, de modo impressionante, o ritmo do crescimento econômico mundial, ainda foi de complacência científica sobre a capacidade humana de controlar os poderes da natureza, ou, na pior das hipóteses, sobre a capacidade da natureza de adaptar-se ao pior que o homem pudesse fazer.** Por outro lado, o que deixava os próprios cientistas inquietos então era sua nova incerteza sobre o que fazer com suas teorias e descobertas.

II

Em determinado período na Era dos Impérios partiram-se os laços entre as descobertas dos cientistas e a realidade baseada na experiência dos sentidos ou por eles imaginável; e o mesmo se deu com os laços entre a ciência e o tipo

(*) Assim, na Alemanha nazista permitiu-se que Werner Heisenberg ensinasse a relatividade, mas com a condição de que o nome de Einstein não fosse citado (Peierls, 1992, p. 44).

(**) “Pode-se dormir em paz com a consciência de que o Criador pôs alguns elementos à prova de erro na obra de suas mãos, e de que o homem é impotente para causar qualquer dano titânico”, escreveu Robert Millikan, de Caltech (Prêmio Nobel, 1923), em 1930.

de lógica baseado no senso comum ou por ele imaginado. Os dois rompimentos reforçaram-se um ao outro, pois o progresso das ciências naturais passou a depender cada vez mais de pessoas escrevendo equações (ou seja, sentenças matemáticas) em pranchetas de papel do que fazendo experiências em laboratório. O século XX seria o século dos teóricos dizendo aos práticos o que deviam buscar e encontrar à luz de suas teorias; em outras palavras, o século dos matemáticos. A biologia molecular, na qual, me informa uma boa autoridade, ainda há muito pouca teoria, é uma exceção. Não que a observação e a experimentação fossem secundárias. Ao contrário, sua tecnologia foi mais profundamente revolucionada que em qualquer época desde o século XVII pelos novos aparelhos e as novas técnicas, vários dos quais iriam receber a consagração científica última dos Prêmios Nobel.* Para citar apenas um exemplo, as limitações da ampliação simplesmente óptica foram superadas pelo microscópio eletrônico (1937) e pelo radiotelescópio (1957), com o resultado de que se tornou possível uma penetração muito mais profunda no reino molecular e mesmo atômico e nas distâncias do universo. Nas décadas recentes, a automação da rotina, e formas cada vez mais complexas de atividade e cálculo de laboratório, como as por computadores, elevaram mais e enormemente os poderes dos experimentadores, observadores, e cada vez mais dos teóricos construtores de modelos. Em alguns campos, notadamente na astronomia, isso levou a fazerem-se descobertas, às vezes por acaso, que posteriormente levaram à inovação teórica. A moderna cosmologia é no fundo o resultado de duas dessas descobertas: a observação, por Hubble, de que o universo deve estar em expansão, com base nas análises dos espectros das galáxias (1929); e a descoberta por Penzias e Wilson da radiação de origem cósmica (ruído de rádio) em 1965. Apesar disso, embora a ciência seja e deva ser uma colaboração entre cientistas e práticos, no Breve Século XX eram os teóricos que estavam na direção.

Para os próprios cientistas, o rompimento com a experiência dos sentidos e o senso comum significou um rompimento com as certezas tradicionais de seu campo e a metodologia deste. As conseqüências disso podem ser mais bem vividamente ilustradas seguindo-se a rainha das ciências na primeira metade do século, a física. De fato, na medida em que essa disciplina ainda é a que trata dos menores elementos da matéria, viva ou morta, e com a constituição e estrutura do maior conjunto de matéria, o universo, a física continuava sendo o pilar central das ciências naturais mesmo no fim do século, embora na segunda metade sofresse crescente competição das ciências vitais, transformadas após a década de 1950 pela revolução na biologia molecular.

Nenhum campo das ciências parecia mais firme, coerente e metodologicamente certo que a física newtoniana, cujas bases foram solapadas pelas teorias

de Planck e Einstein e pela transformação da teoria atômica que se seguiu à descoberta da radiatividade na década de 1890. Era objetiva, ou seja, podia se submeter a observação adequada, sujeita a limitações técnicas na aparelhagem de observação (por exemplo, o microscópio ou telescópio ópticos). Não era ambígua: um objeto ou fenômeno era uma coisa ou outra, e a distinção entre elas era clara. Suas leis eram universais, igualmente válidas no nível cósmico e microcósmico. Os mecanismos que ligavam os fenômenos eram compreensíveis (isto é, capazes de ser expressos como “causa e efeito”). Por conseguinte, todo o sistema era em princípio determinista, e o objetivo da experiência em laboratório era demonstrar essa determinação eliminando, na medida do possível, a complexa confusão de vida comum que a ocultava. Só um tolo ou uma criança iria dizer que o voo dos pássaros e borboletas negava as leis da gravidade. Os cientistas sabiam muito bem que havia declarações de princípios “não científicas”, mas estas não eram de seu interesse como cientistas.

Todas essas características foram questionadas entre 1895 e 1914. Era a luz um contínuo movimento de onda ou uma emissão de discretas partículas (fótons), como queria Einstein, seguindo Planck? Às vezes era melhor tratá-la como uma coisa, outras vezes, como outra; mas como elas se relacionavam, no caso de se relacionarem? Que era “de fato” a luz? Como declarou o próprio grande Einstein, vinte anos depois de criado o enigma: “Hoje temos duas teorias da luz, ambas indispensáveis, mas, deve-se admitir, sem qualquer relação lógica entre si, apesar de vinte anos de colossal esforço dos físicos teóricos” (Holton, 1970, p. 1017). Que se passava dentro do átomo, que era agora visto não como (segundo indicava seu nome grego) a menor unidade possível, e portanto indivisível, da matéria, mas como um complexo sistema que consistia de uma variedade de partículas ainda mais elementares? A primeira suposição, após a grande descoberta do núcleo atômico por Rutherford em 1911, em Manchester — um triunfo da imaginação experimental e a base da moderna física nuclear e do que acabou sendo chamado de “grande ciência” —, foi que os elétrons circulavam em órbitas em torno de seu núcleo, à maneira de um sistema solar miniaturizado. Contudo, quando se investigou a estrutura de átomos individuais, notadamente o de hidrogênio em 1912-3 por Niels Bohr, que sabia dos “quanta” de Max Planck, os resultados mostraram, mais uma vez, um profundo conflito entre o que os seus elétrons faziam e — palavras suas — “o grupo admiravelmente coerente de concepções que foi corretamente chamado de teoria clássica da eletrodinâmica” (Holton, 1970, p. 1028). O modelo de Bohr funcionou, isto é, tinha força explanatória brilhante e força previsiva, mas era “inteiramente absurdo e irracional” do ponto de vista da mecânica newtoniana clássica, e de qualquer forma desautorizava qualquer idéia do que de fato acontecia dentro do átomo quando o elétron “saltava” ou de outro modo passava de uma órbita para outra, ou do que acontecia entre o momento em que era descoberto em uma e quando aparecia em outra.

(*) Bem mais de vinte Prêmios Nobel de física e química desde a Primeira Guerra Mundial foram concedidos em todo ou em parte a novos métodos de pesquisa, aparelhos e técnicas.

Que acontecia, de fato, às certezas da própria ciência, quando se tornava claro que o próprio processo de observar fenômenos no nível subatômico na verdade os modificava. Por esse motivo, quanto mais precisamente queremos conhecer a posição de uma partícula subatômica, mais incerta deve ser a velocidade dela. Já se disse de qualquer meio de observação detalhada para descobrir onde está “realmente” um elétron: “Olhá-lo é derrubá-lo” (Weisskopf, 1980, p. 37). Esse foi o paradoxo que um brilhante jovem físico alemão, Werner Heisenberg, generalizou em 1927 no famoso “princípio da incerteza” que traz o seu nome. O fato mesmo de que o nome se concentra em *incerteza* é significativo, pois indica o que preocupava os exploradores do novo universo científico quando deixavam para trás as certezas do velho. Não que eles próprios estivessem incertos ou produzissem resultados duvidosos. Ao contrário, suas previsões teóricas, por mais implausíveis e bizarras que fossem, eram constata- das pela monótona observação e experiência, desde a época em que a teoria da relatividade geral de Einstein apareceu (1915) e foi constatada em 1919 por uma expedição britânica de observação de um eclipse, que descobriu que a luz de algumas estrelas distantes era desviada em direção ao sol, como previa a teoria. Para fins práticos, a física das partículas era tão sujeita à regularidade e tão previsível quanto a física newtoniana, embora de uma maneira diferente; e de qualquer modo, no nível supra-atômico, Newton e Galileu continuavam completamente válidos. O que deixava os cientistas nervosos era que não sabiam como juntar o velho e o novo.

Entre 1924 e 1927, as dualidades que tanto perturbavam os físicos no primeiro quartel do século foram eliminadas, ou antes postas de lado, por um brilhante golpe da física matemática, a construção da “mecânica quântica”, imaginada quase simultaneamente em vários países. A verdadeira “realidade” dentro do átomo não era onda nem partícula, mas indivisíveis “estados quânticos” que se manifestavam potencialmente como qualquer uma das duas, ou como ambas. Era inútil encará-la como um movimento contínuo ou descontínuo, porque não podemos, nem agora nem nunca, seguir passo a passo o caminho do elétron. Conceitos da física clássica como posição, velocidade ou impulso não se aplicam além de determinados pontos, assinalados pelo “princípio da incerteza” de Heisenberg. Mas, claro, para além desses pontos aplicam-se outros conceitos, que produzem resultados que estão longe de ser incertos. Estes surgem dos padrões específicos produzidos pelas “ondas” ou “vibrações” de elétrons (de carga negativa), mantidos, dentro do espaço confinado do átomo, perto do núcleo (positivo). Sucessivos “estados quânticos” dentro desse espaço confinado produzem padrões bem definidos de frequências diferentes, que, como mostrou Schrödinger em 1926, podem ser calculados, como também a energia correspondente a cada um deles (“mecânica de onda”). Esses padrões de elétrons tinham um poder preditivo e explanatório bastante notável. Assim, muitos anos depois, quando se produziu plutônio pela primeira vez em reações

nucleares, em Los Alamos, a caminho da preparação da primeira bomba atômica, as quantidades eram tão pequenas que suas propriedades não puderam ser observadas. Contudo, pelo número de elétrons no átomo desse elemento, e pelos padrões desses 94 elétrons vibrando em torno do núcleo, e *por nada mais*, os cientistas previram (corretamente) que o plutônio se revelaria um metal marrom, com uma massa específica de cerca de vinte gramas por centímetro cúbico, e possuiria certa condutividade e elasticidade elétricas e térmicas. A mecânica quântica também explicava por que os átomos (e as moléculas e combinações mais elevadas neles baseadas) permaneciam estáveis, ou antes, que seria necessária uma introdução de energia extra para mudá-los. Na verdade, foi dito que

mesmo os fenômenos da vida — a forma do DNA e o fato de que diferentes nucleotídeos são resistentes ao movimento termal à temperatura ambiente — se baseiam nesses padrões primais. O fato de que em toda primavera surgem as mesmas flores se baseia na estabilidade dos padrões dos diferentes nucleotídeos. (Weisskopf, 1980, pp. 35-8)

Contudo, esse grande e espantosamente frutífero avanço na exploração da natureza foi conseguido sobre as ruínas do que se considerava certo e adequado na teoria científica, e por uma voluntária suspensão da descrença, que não só os cientistas mais velhos acharam problemática. Veja-se a “antimatéria”, que Paul Dirac propôs em Cambridge, depois de ter descoberto (1928) que suas equações tinham soluções correspondentes a estados de elétrons com uma energia *menor* que a energia zero do espaço vazio. O conceito de “antimatéria”, sem sentido em termos do dia-a-dia, tem sido manipulado com sorte por físicos desde então (Weinberg, 1977, pp. 23-4). A simples palavra implicava uma recusa deliberada a deixar que o progresso do cálculo teórico fosse desviado por qualquer idéia preconcebida da realidade: qualquer que se revelasse ser a realidade, ela chegaria às equações. E, no entanto, não era fácil aceitar isso, mesmo para cientistas que há muito tinham deixado para trás a opinião do grande Rutherford de que nenhuma física podia ser boa se não pudesse ser explicada a uma garçonete de bar.

Houve pioneiros da nova ciência que simplesmente acharam impossível aceitar o fim das velhas certezas, assim como seus fundadores, Max Planck e o próprio Albert Einstein, que manifestou desconfiança de leis puramente probabilistas, em vez da causalidade determinista, numa frase bastante conhecida: “Deus não joga dados”. Não tinha argumentos válidos, mas “uma voz íntima me diz que a mecânica quântica não é a verdade de fato” (citado em M. Jammer, 1966, p. 358). Mais de um dos próprios revolucionários do quantum sonharam eliminar as contradições subordinando um lado a outro: Schrödinger esperava que sua “mecânica de onda” houvesse dissolvido os supostos “saltos” de elétrons de uma órbita atômica para outra, no processo *contínuo* de

troca de energia, e, ao fazer isso, houvesse preservado espaço, tempo e causalidade clássicos. Revolucionários pioneiros relutantes, notadamente Planck e Einstein, suspiraram de alívio, mas em vão. O jogo era novo. As velhas regras não mais se aplicavam.

Podiam os físicos aprender a viver com a permanente contradição? Niels Bohr achava que podiam e deviam. Não havia como expressar a totalidade da matéria numa descrição única, em vista da natureza da linguagem humana. Não podia haver modelo único, diretamente abrangente. A única maneira de avaliar a realidade era comunicando-a de modos diferentes e juntando todos os modelos para complementarem-se uns aos outros numa “exaustiva sobreposição de diferentes descrições que incorporam idéias aparentemente contraditórias” (Holton, 1970, p. 1018). Era o princípio da “complementaridade” de Bohr, um conceito metafísico semelhante à relatividade, que ele extraía de autores muito distantes da física, e encarava como tendo aplicabilidade universal. A “complementaridade” de Bohr não se destinava a avançar a pesquisa dos cientistas atômicos, mas antes a consolá-los justificando suas confusões. O seu apelo dela está fora do campo da razão. Pois embora todos nós, e não menos os cientistas inteligentes, saibamos que existem diferentes modos de perceber a mesma realidade, às vezes não comparáveis ou mesmo contraditórios, mas que todos precisamos apreendê-la em sua totalidade, ainda não temos idéia de como os relacionamos. O efeito de uma sonata de Beethoven pode ser analisado física, fisiológica e psicologicamente, e também pode ser absorvido ouvindo-se-a; mas como se relacionam esses modos de compreensão? Ninguém sabe.

Apesar disso, continuou a intranquilidade. De um lado, havia a síntese da nova física de meados da década de 1920, que oferecia uma maneira extraordinariamente eficaz de forçar os cofres fortes da natureza. Os conceitos básicos da revolução do quantum ainda eram aplicados em fins do século xx. A menos que todos sigamos os que vêm a análise não nuclear, tornada possível pela computação, como um começo radicalmente novo, não houve revolução na física desde 1900-27, mas apenas enormes avanços evolucionários dentro do mesmo quadro conceitual. Por outro lado, houve generalizada incoerência. Em 1931, essa incoerência se estendeu até o último reduto da certeza, a matemática. Um lógico matemático austríaco, Kurt Gödel, provou que um sistema de axiomas jamais pode se basear em si mesmo. Se se quer demonstrá-lo como consistente, é preciso empregar princípios de fora do sistema. À luz do “teorema de Gödel”, não se poderia sequer pensar num mundo consistente internamente não contraditório.

Essa foi a “crise da física”, para citar o título de um livro de um jovem intelectual autodidata marxista britânico que foi morto na Espanha, Christopher Caudwell (1907-37). Não se tratava apenas de uma “crise das fundações”, como foi chamado o período 1900-30 na matemática (ver *A era dos impérios*, capítulo 10), mas também da imagem geral do mundo dos cientistas.

Na verdade, enquanto os físicos aprendiam a dar de ombros a questões filosóficas, enquanto mergulhavam no novo território que se abria à sua frente, o segundo aspecto da crise se tornava ainda mais importuno. Pois nas décadas de 1930 e 1940 a estrutura do átomo foi se tornando cada vez mais complicada de ano para ano. Desaparecera a simples dualidade de núcleo positivo e elétron(s) negativo(s). Os átomos eram agora habitados por uma fauna e flora crescentes de partículas elementares, algumas de fato muito estranhas. Chadwick, de Cambridge, descobriu a primeira dessas em 1932, os nêutrons eletricamente neutros — embora outros, como o neutrino sem massa e eletricamente neutro, já houvessem sido previstos em bases teóricas. Essas partículas subatômicas, quase todas de vida breve e passageiras, multiplicavam-se, sobretudo sob o bombardeio dos aceleradores de alta energia da “grande ciência”, que se tornaram disponíveis depois da Segunda Guerra Mundial. No fim da década de 1950, havia mais de cem delas, e não se via o fim. O quadro se complicou ainda mais, a partir de inícios da década de 1930, com a descoberta de duas forças desconhecidas e obscuras atuando dentro do átomo, além das elétricas que ligavam núcleo e elétrons. A chamada “força forte” ligava o nêutron e o próton de carga positiva no núcleo atômico, e a chamada “força fraca” era responsável por certos tipos de decomposição de partículas.

Ora, no entulho conceitual sobre o qual se ergueram as ciências do século xx, uma suposição básica e essencialmente estética não foi contestada. Na verdade, enquanto a incerteza obscurecia todas as outras, ela se tornou cada vez mais fundamental para os cientistas. Como o poeta Keats, eles acreditavam que “Beleza é verdade, verdade é beleza”, embora o critério de beleza deles não fosse o dele. Uma bela teoria, que era em si uma presunção de verdade, devia ser elegante, econômica e geral. Devia unir e simplificar, como tinham feito até então os grandes triunfos da teoria científica. A revolução científica da época de Galileu e Newton mostrara que as mesmas leis governam céus e terra. A revolução química reduzira a interminável variedade de formas em que a matéria aparecia a 92 elementos sistematicamente relacionados. O triunfo da física do século fora mostrar que eletricidade, magnetismo e fenômenos ópticos tinham as mesmas raízes. Contudo, a nova revolução na ciência produzira não simplificação, mas complicação. A maravilhosa teoria da relatividade de Einstein, que descrevia a gravidade como uma manifestação da curvatura do espaço-tempo, na verdade introduziu uma perturbadora dualidade na natureza: “de um lado estava o palco — o espaço-tempo curvo, a gravidade; de outro, os atores — os elétrons, os prótons, os campos eletromagnéticos — e não havia elo entre eles” (Weinberg, 1979, p. 43). Durante os últimos quarenta anos de sua vida, Einstein, o Newton do século xx, mourejou para produzir uma “teoria de campo unificada” que unisse eletromagnetismo e gravidade, mas não conseguiu — e agora havia mais duas classes de força, aparentemente não relacionadas na natureza, sem relações aparentes com o eletromagnetismo e a gra-

vidade. A multiplicação de partículas subatômicas, por mais emocionante que fosse, só podia ser uma verdade temporária, preliminar, porque, por mais linda que se mostrasse em detalhe, não havia beleza no novo átomo como antes havia no velho. Mesmo o pragmatista puro da era, para o qual o único critério de uma hipótese era que funcionasse, tinha, pelo menos, de sonhar às vezes com uma nobre, bela e geral “teoria de tudo” (para usar a expressão de um físico de Cambridge — Stephen Hawking). Mas ela parecia sumir na distância, embora da década de 1960 em diante os físicos começassem, mais uma vez, a divisar a possibilidade de uma tal síntese. Na verdade, na década de 1990 havia uma generalizada crença entre os físicos em que haviam quase chegado a um nível realmente básico, e que a multiplicidade de partículas elementares podia ser reduzida a um agrupamento relativamente simples e coerente.

Ao mesmo tempo, nas indefinidas fronteiras entre temas tão amplamente díspares como meteorologia, ecologia, física não nuclear, astronomia, dinâmica de fluidos e vários ramos da matemática independentemente iniciados na União Soviética e (ligeiramente depois) no Ocidente, e ajudados pelo extraordinário desenvolvimento dos computadores como instrumento analítico e inspiração visual, surgia — ou ressurgia — um novo ramo de síntese, sob o enganoso nome de “teoria do caos”. Pois o que revelava não era tanto os imprevisíveis resultados de procedimentos científicos perfeitamente deterministas, mas a extraordinária universalidade de formas e padrões da natureza em suas manifestações mais díspares e aparentemente sem qualquer relação.* A teoria do caos ajudou a dar uma nova virada, por assim dizer, na velha causalidade. Quebrava os elos entre a causalidade e a previsibilidade, pois sua essência não era que os acontecimentos fossem fortuitos, mas que os efeitos que se seguiam a causas especificáveis não podiam ser previstos. Reforçava outro desenvolvimento, iniciado entre paleontólogos, e de considerável interesse para os historiadores, sugerindo que as cadeias de desenvolvimento histórico ou evolucionário são perfeitamente coerentes e capazes de explicação *após* o fato, mas que os resultados eventuais não podem ser previstos desde o início, porque, se se seguir novamente o mesmo curso, é só haver qualquer mudança inicial, por mais leve e sem aparente importância que seja na época, “e a evolução desemboca num canal radicalmente diferente” (Gould, 1989, p. 51). As conseqüências políticas, sociais e econômicas desse método podem ser de longo alcance.

(*) O desenvolvimento da “teoria do caos” nas décadas de 1970 e 1980 tem alguma coisa em comum com o surgimento no início do século XIX de uma escola “romântica” de ciência, centrada sobretudo na Alemanha (*Naturphilosophie*), em reação à corrente principal “clássica”, centrada na França e Grã-Bretanha. É interessante que dois eminentes pioneiros da nova pesquisa (Feigenbaum, Libchaber — ver Gleick, 1988, pp. 163 e 197) foram de fato inspirados pela teoria das cores de Goethe, apaixonadamente antinewtoniana, e seu tratado sobre *A transformação das plantas*, que pode ser encarado como uma teoria evolucionária anti-Darwin em perspectiva (sobre *Naturphilosophie*, ver *A era das revoluções*, capítulo 15).

Além disso, havia o absurdo, puro e simples, que era grande parte do mundo dos novos físicos. Enquanto se limitava ao interior do átomo, não afetava diretamente a vida comum, que mesmo os cientistas vivem, mas pelo menos uma descoberta nova e não assimilada não podia ser posta de quarentena desse jeito. Era o fato extraordinário, previsto por alguns com base na teoria da relatividade, mas observado pelo astrônomo americano E. Hubble em 1929, de que todo o universo parecia estar-se expandindo num ritmo estonteante. Essa expansão, que até mesmo muitos cientistas achavam difícil de engolir, alguns idealizando teorias alternativas de “estado firme” do cosmos, foi constatada por outros dados astronômicos na década de 1960. Era impossível não especular sobre aonde essa expansão o estaria levando (e a nós), quando e como começara, e portanto sobre a história do universo, a partir do “big-bang” inicial. Isso produziu o florescente campo da cosmologia, a parte da ciência do século XX mais prontamente transformada em *best-sellers*. Também aumentou enormemente o elemento de história nas ciências naturais, até então (a não ser pela geologia e seus subprodutos) orgulhosamente desinteressadas dela, e incidentalmente reduziu a identificação de ciência “pesada” com experiência, isto é, com a reprodução de fenômenos naturais. Pois como se podiam repetir acontecimentos irrepetíveis? O universo em expansão, assim, aumentou a confusão tanto de cientistas como de leigos.

Essa confusão confirmou os que viveram a Era das Catástrofes, e sabiam ou pensavam sobre tais questões, em sua convicção de que um velho mundo acabara, ou, no mínimo dos mínimos, se achava em convulsão terminal, mas ainda não se discerniam claramente os contornos do novo. O grande Max Planck não tinha dúvida sobre a relação entre a crise na ciência e na vida externa:

Estamos vivendo um momento bastante singular da história. É um momento de crise no sentido literal desta palavra. Em cada ramo de nossa civilização espiritual e material parecemos ter chegado a um ponto de virada crítico. Esse espírito se mostra não só no estado real dos assuntos públicos, mas também na atitude geral em relação a valores fundamentais na vida pessoal e social [...] Agora o iconoclasta invadiu o templo da ciência. Dificilmente haverá um axioma científico que não seja hoje negado por alguém. E ao mesmo tempo praticamente qualquer teoria idiota quase certamente teria crentes e discípulos num lugar ou noutro. (Planck, 1933, p. 64)

Nada era mais natural que um alemão de classe média criado nas certezas do século XIX expressasse tais sentimentos nos dias da Grande Depressão e da ascensão de Hitler ao poder.

Apesar disso, tristeza era o oposto do que a maioria dos cientistas sentia. Eles concordavam com Rutherford, que disse à Associação Britânica (1923) que “estamos vivendo na idade heróica da física” (Howarth, 1978, p. 92). Todo número de publicações científicas, todo colóquio — pois a maioria dos cientistas adorava, mais que nunca, combinar cooperação e competição — trazia

novos, emocionantes e profundos avanços. A comunidade científica ainda era bastante pequena, pelo menos em temas pontas-de-lança como a física nuclear e a cristalografia, para oferecer a quase todo jovem pesquisador a perspectiva do estrelato. Ser cientista era ser invejado. Certamente, os que estudavam em Cambridge, que produziu a maioria dos trinta Prêmios Nobel britânicos da primeira metade do século — e que, para fins práticos, *era* a ciência britânica nessa época —, sabiam o que gostariam de estudar, se fossem suficientemente bons em matemática.

Na verdade, as ciências naturais não podiam esperar nada além de maiores triunfos e avanço intelectual, o que tornava tolerável o caráter remendado, as imperfeições e improvisações da teoria então corrente, pois tinham de ser apenas temporários. Por que iriam pessoas que ganhavam Prêmios Nobel por trabalhos feitos aos vinte e poucos anos deixar de confiar no futuro? E no entanto, como podiam mesmo os homens (e, ocasionalmente, as mulheres) que continuavam a provar a realidade da abalada idéia de “progresso” em seu campo de atividade humana permanecer imune à época de crise e catástrofe em que viviam?

Não podiam, e não permaneceram. A Era das Catástrofes foi portanto também uma das comparativamente poucas eras de cientistas politizados, e não só porque a migração em massa de cientistas racial e ideologicamente inaceitáveis de grandes zonas da Europa demonstrava que os cientistas não podiam ter certeza de sua imunidade pessoal. De qualquer modo, o cientista britânico típico da década de 1930 era membro do (esquerdista) Grupo Antiguerra dos Cientistas de Cambridge, confirmado em seu radicalismo pelas indisfarçadas simpatias de seus membros mais estabelecidos, cuja proeminência ia da Royal Society ao Prêmio Nobel: Bernal (cristalografia), Haldane (genética), Needham (embriologia química),** Blackett (física), Dirac (física) e o matemático G. H. Hardy, que considerava que só dois outros no século XX se achavam na classe de seu herói australiano do críquete, Don Bradman: Lenin e Einstein. O jovem cientista americano típico da década de 1930 mais que provavelmente se veria em apuros políticos nos anos de Guerra Fria do pós-guerra por simpatias radicais do pré-guerra ou sua continuação, como Robert Oppenheimer (1904-67), o principal arquiteto da bomba atômica, e o químico Linus Pauling (1901-), que ganhou dois Prêmios Nobel, incluindo um da paz, e um Prêmio Lenin. O cientista francês típico era simpatizante da Frente Popular da década de 1930 e ativo partidário da Resistência durante a guerra; não eram muitos os franceses que estavam entre estes últimos. O cientista refugiado típico da Europa Central dificilmente poderia não ser hostil ao fascismo, por mais desinteressado das questões públicas que fosse. Os cientis-

(*) A revolução na física de 1924-8 foi feita por homens nascidos em 1900-2 (Heisenberg, Pauli, Dirac, Fermi, Joliot). Schrödinger, De Broglie, e Max Born estavam na casa dos trinta.

(**) Mais tarde ele se tornou o eminente historiador de ciência na China.

tas que ficaram ou foram impedidos de partir dos países fascistas ou da URSS tampouco podiam evitar as políticas de seus governos, simpatizando com elas ou não, quando nada porque lhes impunham gestos públicos, como a saudação de Hitler na Alemanha, que o grande físico Max von Laue (1897-1960) evitava levando alguma coisa nas duas mãos sempre que saía de casa. Ao contrário das ciências sociais e humanas, essa politização era incomum nas ciências naturais, cujo tema não exige, nem sequer sugere, opiniões sobre assuntos humanos (a não ser em partes das ciências da vida) embora muitas vezes sugira opiniões sobre Deus.

Contudo, os cientistas eram mais diretamente politizados por sua crença em que os leigos, incluindo os políticos, não tinham idéia do extraordinário potencial que a ciência moderna, adequadamente usada, punha à disposição da sociedade humana. Tanto o colapso da economia mundial quanto a ascensão de Hitler pareceram confirmar isso de modos diferentes. (Por outro lado, a dedicação marxista oficial da União Soviética e de sua ideologia às ciências naturais levou muitos ocidentais nessa época a vê-la como um regime adequado para realizar esse potencial.) Tecnocracia e radicalismo convergiram, porque nesse ponto era a esquerda política, com seu compromisso ideológico com a ciência, racionalismo e progresso (ridicularizado pelos conservadores com o novo termo “cientificismo”),* que naturalmente representava o reconhecimento e apoio adequados à “Função social da ciência”, para citar o título de um influentíssimo livro e manifesto da época (Bernal, 1939), caracteristicamente escrito por um físico brilhante e militantemente marxista. Foi igualmente característico que o governo da Frente Popular francesa de 1936-9 estabelecesse o primeiro Subsecretariado de Pesquisa Científica (ocupado pela laureada com o Nobel Irène Joliot-Curie), e desenvolvesse o que ainda é o principal mecanismo para financiar a pesquisa francesa, o CNRS (*Centre Nationale de la Recherche Scientifique*). Na verdade, tornou-se cada vez mais óbvio, pelo menos para os cientistas, que era necessário não apenas financiamento público, mas uma pesquisa organizada publicamente. Os serviços científicos do governo britânico, que em 1930 empregavam um grandioso total de 743 cientistas, não podiam ser adequados — trinta anos depois, empregavam mais de 7 mil (Bernal, 1967, p. 931).

A era de ciência politizada atingiu o auge na Segunda Guerra Mundial, o primeiro conflito desde a era jacobina da Revolução Francesa em que cientistas se mobilizaram sistemática e *fundamentalmente* para fins militares; é provável que de modo mais efetivo do lado dos aliados do que do da Alemanha, Itália e Japão, porque jamais esperaram ganhar rapidamente com recursos e métodos disponíveis de imediato (ver capítulo 1). Tragicamente, a própria guerra nuclear foi a filha do antifascismo. Uma simples guerra entre Estados-

(*) A palavra aparece pela primeira vez em 1936 na França (Guerlac, 1951, pp. 93-4).

nações certamente não teria levado os físicos nucleares de ponta, eles próprios em grande parte refugiados ou exilados do fascismo, a exortar os governos britânico e americano a construir uma bomba nuclear. E o próprio horror desses cientistas com seu feito, suas desesperadas lutas de última hora para impedir os políticos e generais de usar de fato a bomba, dão testemunho da força das paixões *políticas*. Na verdade, até onde as campanhas antinucleares após a Segunda Guerra Mundial tiveram maciço apoio na comunidade científica, foi entre os membros das gerações antifascistas politizadas.

Ao mesmo tempo, a guerra finalmente convenceu os governos de que o empenho de recursos até então inimagináveis na pesquisa científica era tão praticável quanto, no futuro, essencial. Nenhuma economia, com exceção da americana, podia ter financiado os 2 bilhões de dólares (valores do tempo da guerra) necessários para construir a bomba atômica durante a guerra; mas também é verdade que governo algum teria, antes de 1940, sonhado em gastar mesmo uma pequena fração dessa quantia num projeto especulativo, baseado em alguns cálculos incompreensíveis de acadêmicos descabelados. Após a guerra, o céu, ou antes o tamanho da economia apenas, tornou-se o limite nos orçamentos e empregos científicos. Na década de 1970, o governo americano financiou dois terços dos custos da pesquisa básica naquele país, que então chegavam a 5 bilhões de dólares *por ano*, e empregava alguma coisa em torno de 1 milhão de cientistas e engenheiros (Holton, 1978, pp. 227-8).

III

A temperatura política da ciência caiu após a Segunda Guerra Mundial. O radicalismo nos laboratórios recuou rapidamente em 1947-9, quando opiniões tidas como sem base e bizarras em outras partes se tornaram obrigatórias para os cientistas na URSS. Mesmo a maioria dos até então leais comunistas achava o lisenkismo (ver p. 514) impossível de engolir. Além disso, tornou-se cada vez mais evidente que os regimes modelados com base no sistema soviético não eram nem material, nem moralmente atraentes, pelo menos para a maioria dos cientistas. Por outro lado, apesar de muita propaganda, a Guerra Fria entre o Ocidente e o bloco soviético jamais gerou nada parecido às paixões políticas antes despertadas pelo fascismo. Talvez isso se devesse à tradicional afinidade entre racionalismo liberal e marxista, ou talvez ao fato de que a URSS, ao contrário da Alemanha nazista, jamais pareceu em posição de conquistar o Ocidente, mesmo que houvesse querido, o que havia bom motivo para duvidar. Para a maioria dos cientistas ocidentais, a URSS, seus satélites e a China comunista eram mais Estados ruins, com cientistas dignos de pena, do que impérios do mal a exigir uma cruzada.

No Ocidente desenvolvido, as ciências naturais continuaram política e

ideologicamente quietas durante uma geração, desfrutando seus triunfos intelectuais e os recursos imensamente ampliados agora disponíveis para suas pesquisas. Na verdade, o generoso patrocínio de governos e grandes empresas estimulou uma raça de pesquisadores que tinham as políticas de seus pagadores como ponto pacífico, e preferiam não pensar nas implicações mais amplas de seus trabalhos, sobretudo quando estes eram militares. No máximo, os cientistas nesses setores protestavam por não poderem publicar os resultados de suas pesquisas. Na verdade, a maioria dos membros do que era agora um exército bastante grande de Ph.Ds, empregados na Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA), estabelecida para enfrentar o desafio soviético em 1958, não tinha mais interesse direto em interrogar a justificativa de suas atividades do que os membros de qualquer outro exército. Em fins da década de 1940, homens e mulheres ainda se angustiavam em torno da questão de entrarem ou não em estabelecimentos do governo que se especializavam em pesquisa de guerra química e biológica.* Não há indício de que posteriormente tais estabelecimentos tivessem qualquer problema para recrutar suas equipes.

Um tanto inesperadamente, foi na região soviética do globo que a ciência se tornou, quando nada, mais política à medida que avançava a segunda metade do século. Não por acaso o maior porta-voz nacional (e internacional) da dissidência na URSS seria um cientista, Andrei Sakharov (1921-89), o físico que fora o principal responsável, em fins da década de 1940, pela construção da bomba de hidrogênio soviética. Os cientistas eram membros *par excellence* da nova, grande, educada e tecnicamente formada classe média profissional que iria ser a principal realização do sistema soviético, mas ao mesmo tempo a classe mais diretamente consciente das fraquezas e limitações do sistema. Eram mais essenciais para o sistema do que suas contrapartes no Ocidente, pois somente eles possibilitavam a uma economia, fora isso atrasada, enfrentar os EUA como superpotência. Na verdade demonstraram sua indispensabilidade fazendo com que a URSS por algum tempo ultrapassasse o Ocidente na mais alta das tecnologias, a do espaço cósmico. O primeiro satélite artificial (o *Sputnik*, 1957), o primeiro vôo espacial tripulado por homem e mulher (1961, 1963) e os primeiros passeios espaciais foram todos russos. Concentrados em institutos de pesquisa ou “cidades da ciência” especiais, articulados, necessariamente conciliados e com certo grau de liberdade concedido pelo regime pós-Stalin, não surpreende que as opiniões críticas fossem geradas no ambiente de pesquisa, cujo prestígio social era de qualquer modo maior que o de qualquer outra ocupação soviética.

(*) Lembro-me do desconforto, nessa época, de um (antes pacifista, depois comunista) amigo bioquímico que assumira um posto desses no relevante estabelecimento britânico.

Pode dizer-se que essas flutuações de temperatura política e ideológica afetaram o progresso das ciências naturais? Claramente muito menos do que ocorria nas ciências sociais e humanas, para não falar nas ideologias e filosofias. As ciências naturais podiam refletir o século em que os cientistas viviam apenas nos limites da metodologia empiricista que necessariamente se tornara padrão numa era de incerteza epistemológica: os da hipótese constatável — ou, em termos de Karl Popper (1902-), que muitos cientistas faziam seus, falsificáveis — por testes práticos. Isso impunha limites à ideologização. A economia, embora sujeita às exigências de lógica e coerência, floresceu como uma forma de teologia — provavelmente, no mundo ocidental, como o ramo mais influente de teologia secular — porque pode ser, e em geral é, formulada de modo a não sofrer esse controle. A física não pode. Assim, enquanto é fácil demonstrar que as escolas em conflito e as modas em mudança no pensamento econômico refletem diretamente a experiência contemporânea e o debate ideológico, o mesmo não se dá com a cosmologia.

Contudo, a ciência reflete sua época, embora seja inegável que alguns movimentos importantes na ciência são endógenos. Assim, era quase inevitável que a desordenada multiplicação de partículas subatômicas, sobretudo depois de acelerar-se na década de 1950, levasse os teóricos a buscar simplificação. A natureza (inicialmente) arbitrária da nova e hipotética “partícula última”, da qual agora se dizia que prótons, elétrons, nêutrons e o resto se compunham, é indicada pelo próprio nome, tirado de *Finnegan's wake*, de James Joyce: o *quark* (1963). Ele logo seria dividido em três ou quatro subespécies (com seus “antiquarks”), descritas como “de cima”, “de baixo”, “dos lados” ou “estranhos”, e quarks com “encanto”, cada um deles dotado de uma propriedade chamada “cor”. Nenhuma dessas palavras tinha nada parecido aos seus significados habituais. Como sempre, fizeram-se previsões bem-sucedidas com base nessa teoria, ocultando-se com isso o fato de que nenhum indício experimental da existência de qualquer tipo de quark havia sido descoberto até a década de 1990.* Se esses novos fatos constituíam uma simplificação do labirinto subatômico ou mais uma camada de complexidade, deve-se deixar que físicos adequadamente qualificados o julguem. Contudo, o observador leigo cético, mesmo que admirador, pode às vezes ser lembrado dos titânicos esforços de inteligência e engenhosidade despendidos no fim do século XIX para manter a crença científica no “éter”, antes que a obra de Planck e Einstein o banisse para o museu de pseudoteorias, junto com o “flogisto” (ver *A era dos impérios*, capítulo 10).

(*) John Maddox comenta que depende do que se quer dizer por “descoberto”. Identificaram-se efeitos particulares dos quarks, mas, parece, eles não são descobertos “sós”, e sim em pares ou triplos. O que intriga os físicos não é se os quarks estão lá, mas por que nunca estão sós.

A própria falta de contato de tais construções teóricas com a realidade que pretendiam explicar (exceto como hipóteses falsificáveis) deixava-as abertas a influências do mundo exterior. Não seria uma coisa natural, num século tão dominado pela tecnologia, que as analogias mecânicas ajudassem a reciclá-las, embora sob a forma de técnicas de comunicação e controle tanto em animais como em máquinas, técnicas essas que de 1940 em diante geraram um corpo teórico conhecido por vários nomes (cibernética, teoria de sistemas gerais, teoria da informação etc.)? Os computadores eletrônicos, que se desenvolveram com estonteante rapidez após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo após a descoberta do transistor, tinham uma enorme capacidade de simulação, que tornava mais fácil que antes derivar modelos mecânicos daquilo que até então se encarava como operações físicas e mentais de organismos, incluindo os humanos. Cientistas de fins do século XX falavam do cérebro como se fosse um elaborado sistema de processamento de informação, e um dos conhecidos debates filosóficos da segunda metade do século era se, e neste caso como, a inteligência humana podia distinguir-se da “inteligência artificial”, ou seja, se algo na mente humana não era teoricamente programável num computador. Que tais modelos tecnológicos avançaram a pesquisa, não entra em questão. Onde estaria o estudo do sistema nervoso (isto é, o estudo dos impulsos nervosos elétricos) sem o da eletrônica? Contudo, no fundo essas são analogias reducionistas, que bem podem um dia parecer datadas, como a descrição, no século XVIII, do movimento humano em termos de um sistema de alavancas.

Tais analogias eram úteis na formulação de modelos particulares. Contudo, além desses, a experiência de vida dos cientistas não podia deixar de afetar sua maneira de ver a natureza. O nosso foi um século em que, para citar um cientista criticando outro, “o conflito entre os gradualistas e o catastrofismo impregna a experiência humana” (Jones, 1992, p. 12). E portanto, não surpreendentemente, passou a impregnar a ciência.

No século XIX, de melhoramento e progresso burgueses, a continuidade e o gradualismo dominaram os paradigmas da ciência. Fosse qual fosse o modo de locomoção da natureza, ela não podia saltar. A mudança geológica e a evolução da vida na terra prosseguiram sem catástrofes e com minúsculos aumentos. Mesmo o fim previsível do universo num futuro remoto seria gradual, pela insensível mas inevitável transformação de energia em calor, de acordo com a segunda lei da termodinâmica (a “morte por calor do universo”). A ciência do século XX desenvolveu uma imagem bem diferente do mundo.

Nosso universo nasceu, há 15 bilhões de anos, numa maciça superexploração, e, segundo as especulações cosmológicas da época em que escrevo, pode acabar de maneira igualmente dramática. Dentro dele, o histórico de vida das estrelas, e portanto de seus planetas, está, como o universo, cheio de cataclismos: novas, supernovas, gigantes vermelhas, anãs brancas, buracos negros e o resto — nenhum deles reconhecido ou encarado como mais que fenômenos

astronômicos periféricos antes da década de 1920. A maioria dos geólogos resistiu durante muito tempo à idéia de grandes deslocamentos laterais, como os continentes movendo-se em todo o globo no curso da história da terra, embora a evidência disso fosse mais ou menos forte. E o fizeram com base em grande parte ideológica, a julgar pela extraordinária ira da controvérsia contra o principal proponente da “deriva continental”, Alfred Wegener. De qualquer modo, o argumento de que isso não podia ser verdade porque não se conhecia nenhum mecanismo geofísico para causar tais movimentos não era mais convincente *a priori*, em vista da evidência, do que o argumento de lord Kelvin, no século XIX, de que a escala de tempo então postulada por geólogos devia estar errada, porque a física, como então entendida, fazia a terra muito mais jovem do que a geologia exigia. Contudo, desde a década de 1960 o antes impensável tornou-se a ortodoxia da geologia do dia-a-dia: um globo de placas gigantes mudando de lugar, às vezes rapidamente (“placas tectônicas”).

Talvez ainda mais a propósito seja o retorno do catastrofismo direto tanto à geologia quanto à teoria da evolução via paleontologia, desde a década de 1960. Mais uma vez, a evidência *prima facie* há muito é conhecida: toda criança sabe da extinção dos dinossauros no fim do período cretáceo. Tal fosse pela força da crença darwiniana em que a evolução *não* resultava de catástrofes (ou criação), mas de lentas e minúsculas mudanças atuando durante toda a história geológica, que esse aparente cataclismo ecológico chamou pouca atenção. O tempo geológico era simplesmente encarado como suficientemente longo para permitir quaisquer mudanças evolucionárias observadas. Surpreende, assim, que, numa era em que a história humana foi tão visivelmente cataclísmica, as discontinuidades evolucionárias voltassem a chamar a atenção? Pode-se ir ainda mais longe. O mecanismo mais favorecido por catastrofistas geológicos e paleontológicos na época em que escrevo é o bombardeio vindo do espaço cósmico, isto é, a colisão da terra com um ou mais meteoritos muito grandes. Segundo alguns cálculos, é provável que um asteroide suficientemente grande para destruir a civilização, ou seja, o equivalente a 8 milhões de Hiroximas, chegue a cada 300 mil anos. Tais cenários sempre foram parte de versões marginais da pré-história, mas será que algum cientista sério, antes da época da guerra nuclear, teria pensado nesses termos? Tais teorias da evolução, entendida como lenta mudança interrompida de tempos em tempos por uma mudança relativamente súbita (“equilíbrio pontuado”), continuavam controversas na década de 1990, mas agora faziam parte de um debate *dentro* da comunidade científica. Mais uma vez, o observador leigo não pode deixar de notar o surgimento, dentro do campo de pensamento mais distante da vida humana de carne e osso, de dois subcampos matemáticos conhecidos respectivamente como “teoria da catástrofe” (a partir da década de 1960) e “teoria do caos” (década de 1980) (ver pp. 522 e ss.). O primeiro, um desenvolvimento

da topologia em que a França foi pioneira na década 1960, dizia investigar as situações em que a mudança gradual produzia rupturas súbitas, isto é, a inter-relação entre mudança contínua e descontínua; o outro (de origem americana) modelava a incerteza e imprevisibilidade de situações em que se podia mostrar que acontecimentos aparentemente minúsculos (o adejar das asas de uma borboleta) levavam a resultados imensos em outra parte (um furacão). Os que viveram as últimas décadas do século não tinham dificuldade para entender por que imagens como caos e catástrofe também apareciam nas mentes de cientistas e matemáticos.

V

Contudo, da década de 1970 em diante, o mundo externo passou a intrinsecamente-se mais indiretamente, mas também com mais força, nos laboratórios e salas de conferências, com a descoberta de que a tecnologia baseada na ciência, tendo seu poder multiplicado pela explosão econômica global, parecia na iminência de produzir mudanças fundamentais e talvez irreversíveis no planeta Terra, ou pelo menos na Terra como um habitat para organismos vivos. Isso era ainda mais inquietante que a perspectiva da catástrofe induzida pelo homem, a guerra nuclear, que atormentara imaginações e consciências durante a Guerra Fria; pois uma guerra nuclear soviético-americana era evitável e, como se viu, foi evitada. Não era tão fácil escapar dos subprodutos do crescimento econômico relacionado com a ciência. Assim, em 1973, dois químicos, Rowland e Molina, notaram pela primeira vez que os fluorocarbonos (largamente usados em refrigeração e nos recém-populares aerossóis) consumiam o ozônio na atmosfera da Terra. Dificilmente isso poderia ter sido notado muito mais cedo, pois a liberação desses produtos químicos (CFC 11 e CFC 12) não totalizava 40 mil toneladas antes do início da década de 1950. (Mas entre 1960 e 1972 mais de 3,6 milhões de toneladas deles haviam entrado na atmosfera.)* Contudo, no início da década de 1990 a existência de grandes “buracos de ozônio” na atmosfera era do conhecimento de leigos, e a única questão era saber com que rapidez ia prosseguir o esgotamento da camada de ozônio, e quando ultrapassaria os poderes de recuperação natural da Terra. Se se eliminasse os CFCs, ninguém tinha dúvidas de que ela reapareceria. O “efeito estufa”, ou seja, o incontrolável esquentamento da temperatura global pela liberação de gases produzidos pelo homem, que começou a ser discutido a sério por volta de 1970, tornou-se uma preocupação importante de especialistas e políticos na década de 1980 (Smil, 1990); o perigo era real, embora às vezes muito exagerado.

(*) *World Resources*, 1986, tabela 11.1, p. 319.

Mais ou menos na mesma época a palavra “ecologia”, cunhada em 1873 para o ramo da biologia que tratava das inter-relações de organismos e seus ambientes, adquiriu sua hoje familiar conotação quase política (E. M. Nicholson, 1970).* Eram as conseqüências naturais do *superboom* econômico secular (ver capítulo 9).

Essas preocupações seriam o suficiente para explicar por que a política e a ideologia começaram mais uma vez a cercar as ciências naturais na década de 1970. Contudo, começaram a penetrar até mesmo em ramos das próprias ciências, em forma de debates sobre a necessidade de limitações práticas e morais à investigação científica.

Jamais, desde o fim da hegemonia teológica, tais questões haviam sido levantadas a sério. Não surpreendentemente, vieram daquela parte das ciências naturais que sempre tivera, ou parecera ter, implicação direta sobre os assuntos humanos: genética e biologia evolucionária. Pois dez anos após a Segunda Guerra Mundial as ciências da vida foram revolucionadas pelos espantosos avanços da biologia molecular, que revelaram o mecanismo universal de herança, o “código genético”.

A revolução na biologia molecular não foi inesperada. Depois de 1914, podia-se ter como certo que a vida podia e tinha de ser explicada em termos de física e química, e não em termos de alguma essência peculiar aos seres vivos.** Na verdade, modelos bioquímicos da possível origem da vida na Terra, começando com luz do sol, metano, amônia e água, foram sugeridos na década de 1920 (em grande parte com intenções anti-religiosas) na Rússia soviética e na Grã-Bretanha, e puseram o assunto na pauta científica séria. A hostilidade à religião, a propósito, continuou a animar os pesquisadores nesse campo: tanto Crick quanto Linus Pauling são exemplos disso (Olby, 1970, p. 943). O grande impulso de pesquisa biológica há décadas era bioquímico, e cada vez mais físico, desde o reconhecimento de que se podiam cristalizar as moléculas de proteína, e portanto analisá-las cristalograficamente. Sabia-se que uma substância, o ácido desoxirribonucléico (DNA), desempenhava um papel, possivelmente o central, na hereditariedade: parecia ser o componente básico do gene, a unidade de herança. O problema de como o gene “causa(va) a síntese de outra estrutura igual a si, em que mesmo as mutações do gene original são copiadas” (Muller, 1951, p. 95), isto é, de como operava a hereditariedade, já se achava sob séria investigação em fins da década de 1930. Após a guerra, era claro que, nas palavras de Crick, “grandes coisas estavam logo após a esquina”. O brilhantismo da descoberta por Crick e Watson da estrutura em dupla hélice

(*) “Ecologia [...] é também a principal disciplina e ferramenta intelectual que nos possibilita esperar que a evolução humana possa ser mudada, possa ser voltada em nova direção, para que o homem deixe de destruir o ambiente do qual depende seu próprio futuro.”

(**) “Como podem os fatos, no espaço e no tempo, que ocorrem dentro do limite espacial de um organismo vivo ser explicados pela física e a química?” (Schrödinger, 1944, p. 2).

do DNA e da maneira como explicava a “cópia de gene” com um elegante modelo químico-mecânico não é diminuído pelo fato de que vários pesquisadores convergiam para o mesmo resultado no início da década de 1950.

A revolução do DNA, “a maior descoberta individual da biologia” (J. D. Bernal), que dominou as ciências da vida na segunda metade do século, foi essencialmente na genética e, como o darwinismo do século XX é exclusivamente genético, na evolução.* Estes são dois temas notoriamente delicados, tanto porque os próprios modelos científicos são freqüentemente ideológicos em tais campos — lembramos a dívida de Darwin com Malthus (Desmond & Moore, capítulo 18) — quanto porque habitualmente descambam para a política (“darwinismo social”). O conceito de “raça” ilustra essa interação. A lembrança das políticas raciais nazistas tornou praticamente impensável que intelectuais liberais (o que incluía a maioria dos cientistas) operassem com esse conceito. Na verdade, muitos duvidavam que ele fosse legítimo até para investigar de modo sistemático diferenças geneticamente determinadas entre grupos humanos, por receio de que os resultados oferecessem encorajamento a opiniões racistas. Mais geralmente, nos países ocidentais a ideologia pós-fascista de democracia e igualdade reviveu os velhos debates de “natureza *versus* alimentação”, ou hereditariedade *versus* ambiente. Visivelmente, o indivíduo humano era formado tanto pela hereditariedade quanto pelo ambiente, pelo genes e a cultura. Contudo, os conservadores estavam simplesmente demasiado dispostos a aceitar uma sociedade de desigualdades irremovíveis, isto é, geneticamente determinadas, enquanto a esquerda, comprometida com a igualdade, naturalmente afirmava que todas as desigualdades podiam ser eliminadas pela ação social: eram, no fundo, ambientalmente determinadas. A controvérsia pegou fogo na questão da inteligência humana, que (devido a suas implicações para a educação escolar seletiva e universal) era altamente política. Suscitou questões muito mais amplas que as de raça, embora se referisse também a elas. A medida de sua amplitude surgiu com a revivescência do movimento feminista (ver capítulo 10), do qual várias ideólogas chegaram perto de afirmar que *todas* as diferenças mentais entre homens e mulheres eram essencialmente determinadas pela cultura, ou seja, ambientais. Na verdade, a substituição, que entrou na moda, do termo “sexo” por “gênero”, implicava a crença em que “mulher” era não tanto uma categoria biológica quanto um papel social. Um cientista que tentasse investigar esses temas sensíveis sabia estar em campo minado político. Mesmo os que entraram nele deliberadamente, como E. O. Wilson, de Harvard (1929-), defensor da “sociobiologia”, evitavam falar com clareza.**

(*) Foi também “sobre” a variante essencialmente matemático-mecânica da ciência experimental, talvez o motivo pelo qual não encontrou 100% de entusiasmo em algumas ciências da vida menos prontamente quantificáveis, como a zoologia e a paleontologia (ver Lewontin, 1973).

(**) “Minha impressão geral, extraída da informação existente, é que o *Homo sapiens* é um animal típico da espécie com referência à qualidade e magnitude da diversidade genética que afeta o comportamento. Se a comparação é correta, a unidade psíquica da humanidade foi reduzida em

O que tornava a atmosfera mais explosiva era que os próprios cientistas, sobretudo na ala mais obviamente social da ciência — teoria da evolução, ecologia, etologia ou estudo de comportamento social animal, e coisas assim —, eram simplesmente demasiado inclinados a usar metáforas antropomórficas ou extrair conclusões humanas. Os sociobiólogos, ou os que popularizavam suas descobertas, sugeriam que as características (masculinas) herdadas dos milênios durante os quais o homem primitivo fora selecionado para adaptar-se, como caçador, a uma existência mais predatória em habitats abertos (Wilson, 1977) ainda dominavam nossa existência social. Não só as mulheres, mas também os historiadores ficaram irritados. Os teóricos evolucionistas analisavam a seleção natural, à luz da grande revolução biológica, como a luta pela existência do “Gene Egoísta” (Dawkins, 1976). Até mesmo alguns que simpatizavam com a versão pesada do darwinismo se perguntavam que importância real tinha a seleção genética para debates sobre egoísmo, competição e cooperação humanos. A ciência achava-se uma vez mais acuada por críticos, embora — significativamente — não estivesse mais sob fogo da religião tradicional, além de grupos fundamentalistas intelectualmente sem importância. O clero aceitava agora a hegemonia do laboratório, extraindo o consolo teológico que podia da cosmologia científica, cujas teorias de “big-bang” podiam, com o olho da fé, ser apresentadas como prova de que um Deus criara o mundo. Por outro lado, a revolução cultural ocidental das décadas de 1960 e 1970 produziu um forte ataque neo-romântico e irracionalista à visão científica do mundo, que podia passar prontamente de um tom radical para um reacionário.

Ao contrário das trincheiras avançadas das ciências da vida, a principal fortaleza de pesquisa pura nas ciências “pesadas” pouco foi perturbada por tais franco-atiradores até tornar-se evidente, na década de 1970, que não se podia divorciar a pesquisa das conseqüências sociais das tecnologias que ela agora, e quase imediatamente, gerava. Foi a perspectiva de “engenharia genética” — logicamente de formas de vida humana e outras — que na verdade suscitou a questão imediata de se se deviam considerar limitações à pesquisa científica. Pela primeira vez, ouviram-se essas opiniões entre os próprios cientistas, notadamente no campo biológico, pois a essa altura alguns dos elementos essenciais das tecnologias do tipo Frankenstein não eram separáveis da pesquisa pura e a ela subseqüentes, mas — como no projeto do Genoma, plano de mapeamento de todos os genes da hereditariedade humana — eram a pesquisa básica. Essas críticas solaparam o que todos os cientistas encaravam até

status de dogma para hipótese testável. Isso não é fácil de dizer no atual ambiente político dos Estados Unidos, e é encarado como uma heresia punível em alguns setores da comunidade acadêmica. Mas a idéia precisa ser encarada de frente, se as ciências sociais querem ser inteiramente honestas [...] Será melhor os cientistas estudarem o tema da diversidade comportamental genética do que manter uma conspiração de silêncio por boas intenções” (Wilson, 1977, p. 133).

O significado claro deste tortuoso trecho é: há raças, e por motivos genéticos elas são permanentemente desiguais em certos aspectos especificáveis.

então, e a maioria continuou a encarar, como o princípio básico da ciência, ou seja, o de que, com as mais marginais concessões às crenças morais da sociedade,* a ciência devia buscar a verdade aonde quer que essa verdade a levasse. Eles não eram responsáveis pelo que os não-cientistas faziam com seus resultados. O fato de que, como observou um cientista americano em 1992, “nenhum biólogo molecular importante que conheço deixa de ter interesse financeiro no negócio da biotecnologia” (Lewontin, 1992, p. 37; pp. 32-40); de que — para citar outro — “a questão (da propriedade) está no âmago de tudo que fazemos” (Lewontin, 1992, p. 38) tornava a alegação de pureza ainda mais duvidosa.

O que estava em causa agora não era a busca da verdade, mas a impossibilidade de separá-la de suas condições e conseqüências. Ao mesmo tempo, o debate era essencialmente entre pessimistas e otimistas em relação à raça humana. Pois a crença básica dos que pensavam em restrições ou autolimitações à pesquisa científica era que a humanidade, como hoje organizada, não era capaz de lidar com os seus poderes de transformação da Terra, ou mesmo de reconhecer os riscos que corria. Pois mesmo os feiticeiros que resistiam a toda limitação em suas pesquisas não confiavam em seus aprendizes. Os argumentos em favor da investigação ilimitada “referem-se à pesquisa científica básica, não às aplicações tecnológicas da ciência, algumas das quais devem ser restringidas” (Baltimore, 1978).

E no entanto, tais argumentos não chegavam à questão. Pois, como sabiam todos os cientistas, a pesquisa científica não era ilimitada e livre, quando nada porque exigia recursos que eram limitados. A questão não era se alguém devia dizer aos pesquisadores o que fazer, mas quem impunha esses limites e orientações, e por quais critérios. Para a maioria dos cientistas, cujas instituições eram direta ou indiretamente pagas com verbas públicas, esses controladores de pesquisa eram os governos, cujos critérios, por mais sinceros que fossem em sua dedicação aos valores da livre investigação, não eram os de Planck, Rutherford ou Einstein.

As prioridades deles não eram, por definição, as da pesquisa “pura”, sobretudo quando essa pesquisa era cara; e, após o fim do grande *boom* global, até mesmo os governos mais ricos, com suas rendas não mais crescendo à frente dos gastos, não tinham orçamento. Tampouco eram, ou podiam ser, as prioridades da pesquisa “aplicada”, que empregava a grande maioria dos cientistas, pois essas não eram postas em termos de “avanço do conhecimento” em geral (embora bem pudessem resultar nisso), mas da necessidade de atingir determinados resultados práticos — por exemplo, a cura do câncer ou da Aids. Os pesquisadores nesses campos buscavam não necessariamente o que lhes interessava, mas o que era socialmente útil ou economicamente lucrativo, ou aquilo para que havia dinheiro, mesmo quando esperavam que isso os le-

(*) Como, notadamente, a restrição a experiências com seres humanos.

vasse de volta ao caminho da pesquisa fundamental. Nas circunstâncias, não passava de retórica vazia declarar intoleráveis as restrições à pesquisa porque o homem era por natureza uma espécie que precisava “satisfazer nossa curiosidade, exploração e experimentação” (Lewis Thomas, in Baltimore, 1978, p. 44), ou porque os picos de conhecimento deviam ser escalados, na expressão clássica dos montanhistas, “porque estão lá”.

A verdade é que a “ciência” (com o que muita gente quer dizer as ciências naturais “pesadas”) estava demasiado grande, demasiado poderosa, demasiado indispensável à sociedade em geral e a seus pagadores em particular para ser deixada entregue a seus próprios cuidados. O paradoxo de sua situação era que, em última análise, a imensa casa de força que era a tecnologia do século XX, e a economia que ela tornava possível, dependiam cada vez mais de uma comunidade relativamente minúscula de pessoas para as quais essas conseqüências titânicas de suas atividades eram secundárias, e muitas vezes triviais. Para elas, a capacidade dos homens de viajar para a lua, ou refletir as imagens de uma partida de futebol brasileira por meio de um satélite para serem vistas numa tela em Düsseldorf, era muito menos interessante que a descoberta de um ruído cósmico de fundo que fora identificado durante a busca de fenômenos que perturbavam as comunicações, mas confirmava uma teoria sobre as origens do universo. Contudo, como o antigo matemático grego Arquimedes, elas sabiam que viviam e ajudavam a moldar um mundo que não podia entender nem ligava para o que faziam. Seu apelo por liberdade de pesquisa era o *cri-de-coeur* de Arquimedes aos soldados invasores, contra os quais ele inventara engenhos militares para sua cidade de Siracusa, e que não tomaram conhecimento deles ao matá-lo: “Pelo amor de Deus, não estraguem meus diagramas”. Era compreensível, mas não necessariamente realista.

Só os poderes transformadores do mundo, dos quais elas tinham a chave, as protegiam, pois esses pareciam depender de que se deixasse uma elite, fora isso incompreensível e privilegiada — incompreensível, até o fim do século, mesmo em sua relativa falta de interesse pelos sinais externos de riqueza e poder —, seguir seu caminho em paz. Todos os Estados do século XX que haviam agido de outro modo tinham motivo para lamentá-lo. Todos os Estados portanto apoiavam a ciência, que, ao contrário das artes e da maioria das humanidades, não podia funcionar de fato sem esse apoio, ao mesmo tempo evitando interferir até onde possível. Mas os governos não estão interessados na verdade última (a não ser da ideologia ou religião), mas na verdade instrumental. No máximo, podiam promover a pesquisa “pura” (isto é, no momento inútil) porque ela poderia um dia produzir alguma coisa útil, ou por motivos de prestígio nacional, em que a busca de Prêmios Nobel vinha antes da de medalhas olímpicas e ainda continua mais altamente valorizada. Essas eram as bases nas quais as triunfantes estruturas da pesquisa e da teoria científicas se erguiam, e pelas quais o século XX será lembrado como uma era de progresso humano, e não, basicamente, de tragédia humana.

RUMO AO MILÊNIO

Estamos no início de uma nova era, caracterizada por grande insegurança, crise permanente e ausência de qualquer tipo de status quo [...] Devemos compreender que nos encontramos numa daquelas crises da história mundial que Jakob Burckhardt descreveu. Não é menos significativa que a de depois de 1945, embora as condições iniciais para superá-la pareçam melhores hoje. Não há potências vitoriosas nem derrotadas hoje, nem mesmo na Europa Oriental.

M. Stürmer, in Bergedorf (1993, p. 59)

Embora o terreno ideal do socialismo-comunismo tenha desmoronado, os problemas que ele pretendeu resolver permanecem: o uso descarado da vantagem social e o desordenado poder do dinheiro, que muitas vezes dirige o curso mesmo dos acontecimentos. E se a lição global do século XX não servir como uma vacina curativa, o imenso turbilhão vermelho pode repetir-se em sua totalidade.

Alexander Soljenitsin, in *The New York Times*, 28/11/1993

É um privilégio para um escritor ter presenciado o fim de três Estados: a República de Weimar, o Estado fascista e a RDA. Não creio que eu viva o bastante para ver o fim da República Federal.

Heiner Müller (1992, p. 361)

I

O Breve Século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do *fin-de-siècle* só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais.

Assim, pela primeira vez em dois séculos, faltava inteiramente ao mundo da década de 1990 qualquer sistema ou estrutura internacional. O fato mesmo

de terem surgido, depois de 1989, dezenas de Estados territoriais sem qualquer mecanismo independente para determinar suas fronteiras — sem sequer terceiras partes aceitas como suficientemente imparciais para servir de mediadoras gerais — já fala por si. Onde estava o consórcio de grandes potências que antes estabelecia, ou pelo menos ratificava, fronteiras contestadas? Onde estavam os vencedores da Primeira Guerra Mundial que supervisionavam o novo desenho do mapa da Europa e do mundo, fixando uma linha de fronteira aqui, insistindo num plebiscito ali? (Onde, na verdade, estavam aquelas conferências internacionais de trabalho tão conhecidas dos diplomatas do passado, tão diferentes das breves conferências de cúpula para fins de relações públicas e sessões de fotos que agora tomavam o seu lugar?)

Que eram, na verdade, as potências internacionais, velhas ou novas, no fim do milênio? O único Estado restante que teria sido reconhecido como grande potência, no sentido em que se usava a palavra em 1914, eram os EUA. O que isso significava na prática era bastante obscuro. A Rússia fora reduzida ao tamanho que tinha no século XII. Nunca, desde Pedro o Grande, ela chegara a ser tão negligenciável. A Grã-Bretanha e a França gozavam apenas de um status puramente regional, o que não era ocultado pela posse de armas nucleares. A Alemanha e o Japão eram sem dúvida “grandes potências” econômicas, mas nenhum dos dois sentira a necessidade de apoiar seus enormes recursos econômicos com força militar, na forma tradicional, mesmo quando tiveram liberdade para fazê-lo, embora ninguém soubesse o que poderiam querer fazer no futuro desconhecido. Qual era o status político internacional da nova União Européia, que aspirava a uma política comum mas se mostrava espetacularmente incapaz de até mesmo fingir ter uma, ao contrário das questões econômicas? Não estava claro nem mesmo se todos os Estados, grandes ou pequenos, velhos ou novos — com exceção de uns poucos —, existiriam em sua presente forma quando o século XX atingisse o seu primeiro quartel.

Se a natureza dos atores no cenário internacional não era clara, o mesmo se dava com a natureza dos perigos que o mundo enfrentava. O Breve Século XX fora de guerras mundiais, quentes ou frias, feitas por grandes potências e seus aliados em cenários de destruição de massa cada vez mais apocalípticos, culminando no holocausto nuclear das superpotências, felizmente evitado. Esse perigo desaparecera visivelmente. O que quer que trouxesse o futuro, o próprio desaparecimento ou transformação de todos os velhos atores do drama mundial, com exceção de um, significava que uma Terceira Guerra Mundial do velho tipo se achava entre as perspectivas menos prováveis.

Visivelmente, isso não significava que a era das guerras houvesse acabado. A década de 1980 já demonstrara, com a guerra britânico-argentina de 1983 e a do Irã-Iraque de 1980-8, que guerras que nada tinham a ver com o confronto global das superpotências eram uma possibilidade permanente. Os anos que se seguiram a 1989 viram mais operações militares em mais partes

da Europa, Ásia e África do que qualquer um pode lembrar, embora nem todas elas fossem oficialmente classificadas como guerras: na Libéria, em Angola, no Sudão e no Chifre da África, na ex-Iugoslávia, na Moldávia, em vários países do Cáucaso e Transcáucaso, no sempre explosivo Oriente Médio, na ex-soviética Ásia Central e no Afeganistão. Como muitas vezes não era claro quem combatia quem e por que nas cada vez mais freqüentes situações de colapso e desintegração nacionais, essas atividades, na verdade, não se encaixavam em nenhuma das classificações clássicas de “guerra”, internacional ou civil. Contudo, os habitantes das regiões envolvidas dificilmente poderiam sentir-se vivendo em tempos de paz, sobretudo quando, como na Bósnia, Tadjiquistão ou Libéria, viviam em paz indiscutível não muito tempo antes. Além disso, como demonstraram os Balcãs no início da década de 1990, não havia linha nítida entre lutas intestinas nacionais e guerras mais reconhecidas, como as do velho tipo, nas quais podiam muito facilmente transformar-se. Em suma, o perigo de guerra global não havia desaparecido. Apenas mudara.

Sem dúvida os habitantes de Estados estáveis, fortes e favorecidos (a União Européia fora das zonas de problemas adjacentes; a Escandinávia fora das margens ex-soviéticas e do mar Báltico) podiam julgar-se imunes a essa insegurança e carnificina que ocorria nas partes infelizes do Terceiro Mundo e do ex-mundo socialista mas, se o faziam, estavam errados. A crise nos assuntos dos Estados-nações tradicionais era suficiente para fazê-los vulneráveis. Pondo-se inteiramente à parte a possibilidade de alguns Estados poderem, por sua vez, cindir-se ou desfazer-se, uma inovação importante, e não muitas vezes reconhecida, da segunda metade do século os enfraquecera, inclusive privando-os do monopólio de força efetiva, que fora o critério de poder do Estado em todas as regiões de assentamento permanente. Essa inovação foi a democratização ou privatização dos meios de destruição, que transformou a perspectiva de violência e depredação *em qualquer parte* do globo.

Agora era possível a grupos bastante pequenos de políticos ou outros dissidentes corroer e destruir em qualquer parte, como mostraram as atividades continentais do IRA na Grã-Bretanha e a tentativa de explodir o World Trade Center em Nova York (1993). Até o fim do Breve Século XX, os custos dessas atividades, a não ser para as companhias de seguro, eram modestos, pois o terrorismo não estatal, ao contrário das crenças comuns, era muito menos indiscriminado que os bombardeios da guerra oficial, inclusive porque seu objetivo (se havia) era sobretudo mais político que militar. Além disso, a não ser por cargas explosivas, geralmente operava com armas manuais mais adequadas a matar em pequena escala do que a assassinatos em massa. Contudo, não havia motivo para que mesmo armas nucleares, além do material e *know-how* para sua fabricação, todos largamente disponíveis no mercado mundial, não pudessem ser adaptadas para uso por um pequeno grupo.

Além disso, a democratização dos meios de destruição elevou de manei-

ra bastante impressionante os custos da manutenção da violência não oficial sob controle. Assim, o governo britânico, diante de forças combatentes de fato de não mais de algumas centenas entre os paramilitares católicos e protestantes da Irlanda do Norte, mantinha sua presença na província com a permanência constante de alguma coisa tipo 20 mil soldados treinados, 8 mil policiais armados e uma despesa de 3 bilhões de libras por ano. O que se aplicava ao caso das pequenas rebeliões ou outras formas de violência interna, se aplicava mais ainda aos pequenos conflitos além das fronteiras de um país. Não havia muitas situações internacionais em que, mesmo Estados bastante ricos, estivessem dispostos a arcar com tais custos ilimitadamente.

Várias situações no imediato pós-Guerra Fria dramatizaram essa insuspeitada limitação do poder do Estado, notadamente a Bósnia e a Somália. Também lançaram luz sobre o que parecia que iria tornar-se, talvez, a maior causa de tensão internacional no novo milênio, ou seja, a que surgia do fosso em rápido alargamento entre as partes rica e pobre do mundo. Cada uma tinha ressentimento da outra. A ascensão do fundamentalismo islâmico foi visivelmente um movimento não apenas contra a ideologia de modernização pela ocidentalização, mas contra o próprio Ocidente. Não por acaso os ativistas desses movimentos perseguem seus fins perturbando as visitas de turistas ocidentais, como no Egito, ou assassinando moradores ocidentais em números substanciais, como na Argélia. Por outro lado, o grosso da xenofobia popular nos países ricos era dirigido contra estrangeiros vindos do Terceiro Mundo, e a União Européia represou suas fronteiras contra a inundação de pobres do Terceiro Mundo em busca de trabalho. Mesmo dentro dos EUA, começaram a aparecer sinais de séria oposição à ilimitada tolerância *de facto* daquele país à imigração.

E no entanto, em termos políticos e militares, cada lado estava além do poder do outro. Em quase qualquer conflito aberto concebível entre os Estados do norte e do sul, a esmagadora superioridade técnica e de riqueza do norte tinha de vencer, como demonstrou conclusivamente a Guerra do Golfo de 1991. Era improvabilíssimo que mesmo a posse de alguns mísseis nucleares por algum país do Terceiro Mundo — supondo-se que tivesse também os meios de mantê-los e lançá-los — fosse um dissuasor efetivo, pois os Estados ocidentais, como provaram Israel e a coalizão da Guerra do Golfo no Iraque, estavam dispostos e eram capazes de empreender ataques preventivos contra inimigos potenciais, ainda que demasiado fracos para serem de fato ameaçadores. Do ponto de vista militar, o Primeiro Mundo podia, em segurança, tratar o Terceiro Mundo como o que Mao chamara de “tigre de papel”.

Contudo, tornara-se cada vez mais claro na última metade do Breve Século xx que o Primeiro Mundo podia vencer batalhas, mas não guerras contra o Terceiro Mundo, ou antes, que a vitória em guerras, mesmo se possível, não assegurava o controle de tais territórios. Desaparecera a maior vantagem do imperialismo, ou seja, a disposição das populações coloniais de, uma vez

vencidas, deixarem-se administrar tranqüilamente por um punhado de ocupantes. Governar a Bósnia-Herzegovina não foi problema algum para o império habsburgo, mas no início da década de 1990 todos os governos foram aconselhados por seus consultores militares no sentido de que a pacificação daquele infeliz país devastado pela guerra exigiria a presença, por um período indefinido, de várias centenas de milhares de soldados, isto é, uma mobilização comparável à de uma grande guerra. A Somália sempre fora uma colônia difícil e chegara a exigir, por um curto período, a intervenção de uma força britânica comandada por um major-general, mas nunca passara pelas mentes de Londres ou Roma que mesmo Mohamed bin Abdala, o famoso “Sábio Louco”, podia criar problemas permanentemente incontroláveis para os governos coloniais britânico e italiano. Contudo, no início da década de 1990 os EUA e o resto das forças de ocupação da ONU, de várias centenas de milhares, se retiraram de lá ignominiosamente quando confrontados com a opção de uma ocupação indefinida sem fins definidos. Mesmo o poderio dos grandes EUA empalideceu quando enfrentado no vizinho Haiti — um tradicional satélite e dependente de Washington — por um general local, comandando o exército local armado e moldado pelos americanos, que se recusava a deixar retornar um presidente eleito e (relutantemente) apoiado pelos EUA, e desafiava os americanos a ocuparem o país. Os EUA se recusavam a ocupar o país mais uma vez, como haviam feito de 1915 a 1934, não porque os mais ou menos mil arruaceiros armados do exército haitiano constituíssem um sério problema militar, mas porque simplesmente não sabiam mais como resolver o problema haitiano por força externa.

Em suma, o século acabou numa desordem global cuja natureza não estava clara, e sem um mecanismo óbvio para acabar com ela ou mantê-la sob controle.

II

O motivo dessa impotência estava não apenas na verdadeira profundidade e complexidade da crise mundial, mas também no aparente fracasso de todos os programas, velhos e novos, para controlar e melhorar os problemas da raça humana.

O Breve Século xx foi uma era de guerras religiosas, embora os mais militantes e sanguinários de seus religiosos bebessem nas ideologias seculares da safra do século XIX, como o socialismo e o nacionalismo, cujos equivalentes divinos ou eram abstrações ou políticos venerados como divindades. É provável que os extremos dessa devoção secular já estivessem em declínio mesmo antes do fim da Guerra Fria, incluindo os vários cultos de personalidade políticos; ou melhor, haviam sido reduzidos de igrejas universais a um punhado de seitas rivais. Apesar disso, sua força estava não tanto na capacidade de mobilizar emoções próximas às da religião tradicional mas na promessa de dar

soluções duradouras aos problemas de um mundo em crise. Contudo, era exatamente isso o que agora não conseguiam fazer, quando o século acabava — o liberalismo ideológico mal chegou a tentar.

O colapso da URSS, claro, chamou a atenção basicamente para o fracasso do comunismo soviético, ou seja, da tentativa de basear toda uma economia na propriedade universal, pelo Estado, dos meios de produção e no planejamento central que tudo abrangia, sem qualquer recurso efetivo ao mercado ou aos mecanismos de preço. Todas as outras formas históricas do ideal socialista haviam suposto uma economia baseada na propriedade social de todos os meios de produção, distribuição e troca (embora não necessariamente propriedade central do Estado), a eliminação da empresa privada e da alocação de recursos por um mercado competitivo. Daí esse fracasso ter também solapado as aspirações do socialismo não comunista, marxista ou qualquer outro, embora nenhum desses regimes ou governos houvesse de fato alegado ter estabelecido economias socialistas. Se o marxismo, justificção intelectual e inspiração do comunismo, iria continuar, ou em qual de suas formas, permanecia uma questão em debate. Contudo, claramente, se Marx fosse continuar existindo como grande pensador, do que dificilmente se poderia duvidar, não era provável que qualquer das versões do marxismo formuladas desde a década de 1890 como doutrinas de ação e aspiração políticas para movimentos socialistas o fizesse em suas formas originais.

Por outro lado, a contra-utopia oposta à soviética também se achava demonstravelmente em bancarota: a fé teológica numa economia em que os recursos eram alocados *inteiramente* pelo mercado sem qualquer restrição, em condições de competição ilimitada, um estado de coisas que se acreditava capaz de produzir não apenas o máximo de bens e serviços, mas também o máximo de felicidade, e o único tipo de sociedade que mereceria o nome de “liberdade”. Jamais existira nenhuma sociedade de puro *laissez-faire* assim. Ao contrário da utopia soviética, felizmente não se fizera nenhuma tentativa de instituir a utopia ultraliberal na prática antes da década de 1990. Ela sobrevivera a maior parte do Breve Século XX como um princípio para criticar as ineficiências das economias existentes e o crescimento do poder do Estado e da burocracia. A tentativa mais consistente de instituí-la no Ocidente, o regime da sra. Thatcher na Grã-Bretanha, cujo fracasso econômico era em geral admitido na época de sua queda, tinha de operar com um certo gradualismo. Contudo, quando se fizeram tentativas para instituir-se de uma hora para outra, essas economias de *laissez-faire* em substituição às antigas economias soviético-socialistas, através de “terapias de choque” recomendadas por assessores ocidentais, os resultados foram economicamente apavorantes, e política e socialmente desastrosos. As teorias em que se baseava a teologia neoliberal, embora elegantes, pouca relação tinham com a realidade.

O fracasso do modelo soviético confirmou aos defensores do capitalismo

sua convicção de que nenhuma economia sem Bolsa de valores podia funcionar; o fracasso do modelo ultraliberal confirmou aos socialistas a crença mais justificada em que os assuntos humanos, incluindo a economia, eram demasiado importantes para ser deixados ao mercado. Também apoiou a suposição de economistas céticos de que não havia correlação visível entre o sucesso ou fracasso da economia de um país e a proeminência de seus teóricos econômicos.* Contudo, é bem possível que o debate que contrapôs capitalismo e socialismo como pólos opostos mutuamente excludentes seja visto por gerações futuras como uma relíquia das Guerras Frias de Religião ideológicas do século XX. Pode revelar-se tão sem importância para o terceiro milênio quanto mostrou ser nos séculos XVIII e XIX o debate entre os católicos e os vários reformadores nos séculos XVI e XVII sobre o que constituía o verdadeiro cristianismo.

Mais sério que o evidente colapso dos dois extremos polares foi a desorientação do que se poderia chamar de programas e políticas intermediários ou mistos que presidiram os mais impressionantes milagres econômicos do século. Eles combinavam pragmaticamente público e privado, mercado e planejamento, Estado e empresa segundo determinavam a ocasião e a ideologia locais. O problema aqui não era a aplicação de uma teoria intelectualmente atraente ou impressionante, fosse ou não defensável no abstrato, pois a força desses programas era constituída mais pelo sucesso prático do que pela coerência intelectual. Foi a erosão desse sucesso prático. As Décadas de Crise demonstraram as limitações das várias políticas da Era de Ouro, mas sem — ainda — gerar alternativas convincentes. Também revelaram as imprevisíveis mas impressionantes conseqüências sociais e culturais da era de revolução econômica mundial desde 1945, além de suas conseqüências ecológicas potencialmente catastróficas. Em suma, revelaram que as instituições humanas coletivas haviam perdido o controle das conseqüências coletivas da ação humana. Na verdade, uma das atrações intelectuais que ajudaram a explicar a breve voga da utopia neoliberal era precisamente que pretendia contornar as decisões humanas coletivas. Que cada indivíduo buscasse sua satisfação sem restrições, e, qualquer que fosse o resultado, seria o melhor que se podia alcançar. Qualquer curso alternativo, argumentava-se implausivelmente, era pior.

Se as ideologias programáticas nascidas da Era das Revoluções e do sé-

(*) Na verdade, poder-se-ia até mesmo sugerir uma correlação inversa. Áustria não era um sinônimo de sucesso econômico nos dias (antes de 1938) em que contava com uma das mais destacadas escolas de teóricos econômicos; tornou-se assim depois da Segunda Guerra Mundial, quando era difícil pensar em algum economista residente naquele país com reputação fora dele. A Alemanha, que se recusava até a reconhecer em suas universidades o tipo de teoria econômica reconhecido internacionalmente, não pareceu sofrer com isso. Quantos economistas coreanos ou japoneses são citados no exemplar regular da *American Economic Review*? No entanto, a Escandinávia, social-democrata, próspera e cheia dos mais internacionalmente respeitados teóricos econômicos desde fins do século XIX, poderia ser citada do outro lado do argumento.

culo XIX se viram perdidas no fim do século XX, os mais antigos guias para os perplexos deste mundo, as religiões tradicionais, não ofereceram alternativas plausíveis. As ocidentais achavam-se em desordem, mesmo nos poucos países — encabeçados por essa estranha anomalia, os EUA — onde a filiação a igrejas e a frequência regular a ofícios religiosos ainda eram habituais (Kosmin & Lachman, 1993). Acelerou-se o declínio das várias seitas protestantes. Igrejas e capelas construídas no início do século estavam vazias em seu fim, ou eram vendidas para algum outro propósito, mesmo em países como Gales, onde haviam ajudado a moldar a identidade nacional. Da década de 1960 em diante, como vimos, precipitou-se o declínio do catolicismo romano. Mesmo nos países ex-comunistas, onde a Igreja gozava da vantagem de simbolizar a oposição a regimes profundamente impopulares, as ovelhas pós-comunistas mostraram a mesma tendência a desgarrar-se de seu pastor que em outras partes. Observadores religiosos julgaram às vezes detectar um retorno à religião na região pós-soviética de cristianismo ortodoxo, mas no fim do século a evidência disso era improvável, embora não impossível; seu desenvolvimento não era forte. Um número cada vez menor de homens e mulheres dava ouvidos às várias doutrinas dessas seitas cristãs, fossem quais fossem os seus méritos.

O declínio e queda das religiões tradicionais não era compensado, pelo menos na sociedade urbana do mundo desenvolvido, pelo crescimento da religião sectária militante, ou pelo surgimento de novos cultos e comunidades de culto, e menos ainda pelo evidente desejo de tantos homens e mulheres de refugiar-se de um mundo que não podiam entender nem controlar, numa variedade de crenças cuja própria irracionalidade constituía a sua força. A visibilidade pública dessas seitas, cultos e crenças não deve desviar a atenção da fraqueza relativa de seu apoio. Não mais de 3% a 4% dos judeus britânicos pertenciam a qualquer das seitas ou grupos ultra-ortodoxos. Não mais de 5% da população adulta dos EUA pertenciam às seitas militantes e missionárias (Kosmin & Lachman, 1993, pp. 15-6).*

No Terceiro Mundo e sua periferia, a situação era de fato diferente, sempre excetuando-se a vasta população do Extremo Oriente, que a tradição confuciana mantivera imune à religião oficial por alguns milênios, embora não a cultos não oficiais. Ali, de fato, podia-se esperar que as tradições religiosas que constituíam formas populares de pensar sobre o mundo ganhassem destaque na vida pública, à medida que as pessoas simples se tornavam atores naquele cenário. Foi o que aconteceu nas últimas décadas do século, quando foram marginalizadas as minorias de elite secularizadas e modernizantes que haviam conduzido seus países ao mundo moderno (ver capítulo 12). O apelo

(*) Incluídas as que se chamam Pentecostais, Igrejas de Cristo, Testemunhas de Jeová, Adventistas do Sétimo Dia, Assembléias de Deus, Igrejas da Santidade, “Renascidos” e “Carismáticos”.

da religião politizada se mostrava tanto maior porque as velhas religiões eram, quase por definição, inimigas da civilização ocidental que era origem da desordem social, e dos países ricos e ateus que pareciam, mais do que nunca, os exploradores da pobreza do mundo pobre. O fato de os alvos locais desses movimentos serem os ricos ocidentalizados em suas Mercedes e mulheres emancipadas acrescentava-lhes uma coloração de luta de classes. Tornaram-se familiarmente (mas enganosamente) conhecidos como “fundamentalistas” no Ocidente. Qualquer que fosse o nome na moda, esses movimentos buscavam, por assim dizer *ex officio*, uma era mais simples, mais estável, e mais abrangente do passado imaginado. Como não havia caminho de volta para uma tal era, e como essas ideologias nada podiam ter de importante a dizer sobre os problemas atuais de sociedades absolutamente diferente da, digamos, de pastores nômades do antigo Oriente Médio, nada ofereciam como orientação para esses problemas. Eram sintomas do que o sagaz vienense Karl Kraus chamava a psicanálise: “a doença da qual se pretende ser a cura”.

O mesmo se dava com o amálgama de *slogans* e emoções — dificilmente se pode chamar de ideologia — que brotou sobre as ruínas das velhas instituições e ideologias, em grande parte do mesmo modo como o mato bravo colonizara as ruínas bombardeadas das... cidades européias depois das bombas da Segunda Guerra Mundial. Eram xenofobias e políticas de identidade. Rejeitar um presente inaceitável não significa necessariamente formular, quanto mais fornecer, uma solução para seus problemas (ver capítulo 14/vi). Na verdade, aquilo que chegava mais perto de um programa político refletindo essa visão, o “direito de autodeterminação” wilsoniano-leninista, para “nações” étnico-lingüístico-culturais supostamente homogêneas, estava visivelmente sendo reduzido a um bárbaro e trágico absurdo à medida que se aproximava o novo milênio. No início da década de 1990, talvez pela primeira vez, observadores racionais, independentemente de políticas (e de algum grupo específico de ativismo nacionalista), começaram a propor publicamente o abandono do “direito de autodeterminação”.*

Não pela primeira vez, a combinação de nulidade intelectual com uma forte e mesmo desesperada emoção de massa se mostrava politicamente poderosa em tempos de crise, insegurança e — em grandes partes do globo —

(*) Cf. a previsão de 1949 de um anticomunista russo exilado, Ivã Ilyin (1882-1954), que antecipou as conseqüências da tentativa de uma impossível “subdivisão étnica e territorial rigorosa” da Rússia pós-bolchevismo. “Nas suposições mais modestas, teríamos uma dezena de ‘Estados’ separados, nenhum com um território incontestado, nem governos com autoridade, nem leis, nem tribunais, nem Exército, nem uma população etnicamente definida. Uma dezena de rótulos vazios. E lentamente, no curso das décadas seguintes, se formariam novos Estados, por separação ou desintegração. Cada um deles travaria uma longa luta com os vizinhos por território e população, no que equivaleria a uma interminável série de guerras civis dentro da Rússia” (citado in Chiesa, 1993, pp. 34 e 36-7).

Estados e instituições em desintegração. Como os movimentos de ressentimento do entreguerras, que tinham gerado o fascismo, os protestos religioso-políticos num mundo em desintegração (o apelo à “comunidade” geralmente juntava-se ao apelo por “lei e ordem”) forneciam o humus em que podiam crescer forças políticas efetivas. Estas, por sua vez, podiam derrubar velhos regimes e tornar-se os novos. Contudo, não era mais provável que fornecessem soluções para o novo milênio do que fora o fascismo para produzir soluções para a Era das Catástrofes. No fim do Breve Século xx, não estava claro nem mesmo se tais forças eram capazes de gerar movimentos de massa nacionais organizados do tipo que tornara alguns fascismos politicamente impressionantes mesmo antes de adquirirem a arma decisiva do poder do Estado. Sua maior vantagem era provavelmente uma imunidade à economia acadêmica e à retórica anti-Estado do liberalismo identificado com o livre mercado. Se os políticos quisessem ditar a renacionalização de uma indústria, não seriam dissuadidos por argumentos, sobretudo quando não podiam entendê-los. E no entanto, se estavam dispostos a fazer qualquer coisa, não sabiam, mais do que outros, o que fazer.

III

Tampouco o sabe, naturalmente, o autor deste livro. E no entanto, algumas tendências de desenvolvimento a curto prazo eram tão evidentes que nos permitem esboçar uma pauta de alguns dos grandes problemas do mundo e, pelo menos, algumas das condições para sua solução.

Os dois problemas centrais, e a longo prazo decisivos, eram o demográfico e o ecológico. Em geral, esperava-se que a população do mundo, explodindo em tamanho desde meados do século xx, se estabilizasse em cerca de 10 bilhões de seres humanos, ou cinco vezes seu número de 1950, em algum momento por volta de 2030, essencialmente por um declínio na taxa de nascimento do Terceiro Mundo. Se essa previsão se mostrasse errada, todas as apostas no futuro do mundo estariam canceladas. Mesmo que se mostrasse mais ou menos realista, suscitaria o problema, até então não enfrentado em escala global, de como manter uma população mundial estável ou, o mais provável, flutuando em torno de uma tendência estável ou ligeiramente crescente (ou decrescente). (Uma queda dramática na população global, improvável mas não inconcebível, introduziria complexidades ainda maiores.) Contudo, estável ou não, era certo que os movimentos previsíveis da população mundial aumentariam os desequilíbrios entre suas diferentes regiões. No todo, como no Breve Século xx, os países ricos e desenvolvidos seriam aqueles cuja população seria a primeira a estabilizar-se, ou mesmo a não se reproduzir mais, como vários desses países já não o faziam na década de 1990.

Cercados por países pobres com imensos exércitos de jovens clamando pelos modestos empregos no mundo rico, que tornam homens e mulheres ricos pelos padrões de El Salvador ou Marrocos, esses países de muitos cidadãos velhos e poucos filhos enfrentariam as opções de permitir a imigração em massa (que produzia problemas políticos internos), entrenchear-se contra os imigrantes dos quais precisavam (o que poderia ser impraticável a longo prazo), ou encontrar alguma outra fórmula. O mais provável era permitir a imigração temporária e condicional, que não dava aos estrangeiros os direitos sociais e políticos de cidadãos, ou seja, criar sociedades essencialmente não igualitárias. Estas poderiam ir de sociedades de franco *apartheid*, como as da África do Sul e Israel (declinando em algumas partes do mundo, mas de modo algum excluídas em outras), até a tolerância informal de imigrantes que não faziam exigências ao país receptor, porque o viam simplesmente como um lugar onde ganhar dinheiro de tempos em tempos, permanecendo basicamente enraizados em sua terra natal. Os transportes e comunicações de fins do século xx, além do enorme fosso entre as rendas que poderiam ser ganhas nos países ricos e pobres, tornavam essa espécie de dupla existência mais possível que antes. Se esta poderia, a curto ou mesmo médio prazo, tornar menos incendiários os atritos entre a população originária e os estrangeiros, é algo que continua em discussão entre os eternos otimistas e os céticos sem ilusões.

Não pode haver dúvida de que tais atritos serão um fator importante na política, nacional ou global, das próximas décadas.

Os problemas ecológicos, embora a longo prazo decisivos, não eram tão imediatamente explosivos. Isso não significa subestimá-los, embora desde a época em que entraram na consciência e no debate públicos, na década de 1970, eles tendessem a ser enganadoramente discutidos em termos de apocalipse iminente. Contudo, o fato de que o “efeito estufa” talvez não faça o nível do mar elevar-se o bastante, até o próximo ano 2000, para afogar Bangladesh e os Países Baixos, e de que a perda de um número desconhecido de espécies todo dia não é sem precedentes, não causava complacência. Uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do Breve Século xx, se mantida indefinidamente (supondo-se isso possível), deve ter conseqüências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana que é parte dele. Não vai destruir o planeta, nem torná-lo inabitável, mas certamente mudará o padrão de vida na biosfera, e pode muito bem torná-la inabitável pela espécie humana, como a conhecemos, com uma base parecida a seus números atuais. Além disso, o ritmo em que a moderna tecnologia aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido mais em décadas que em séculos.

Sobre a resposta a essa crise ecológica que se aproxima, só três coisas podem ser ditas com razoável certeza. Primeiro, que deve ser mais global que

local, embora claramente se ganhasse mais tempo se se cobrasse à maior fonte de poluição global, os 4% da população do mundo que habitam os EUA, um preço realista pelo petróleo que consomem. Segundo, que o objetivo da política ecológica seja ao mesmo tempo radical e realista. Soluções de mercado, isto é, a inclusão dos custos de aspectos externos ambientais no preço que os consumidores pagam por seus bens e serviços, não representam nenhuma das duas coisas. Como mostra o exemplo dos EUA, mesmo uma modesta tentativa de elevar um imposto de energia naquele país pode causar insuperáveis dificuldades políticas. O registro dos preços de petróleo desde 1973 prova que, numa sociedade de livre mercado, o efeito de multiplicação dos custos de energia de doze a quinze vezes em seis anos não foi a diminuição do uso de energia, mas o torná-lo mais eficiente, estimulando ao mesmo tempo um maciço investimento em novas e ambientalmente duvidosas fontes do insubstituível combustível fóssil. Estas, por sua vez, iriam tornar a baixar o preço e estimular mais desperdícios. Por outro lado, propostas como um mundo de crescimento zero, para não falar de fantasias como o retorno à suposta simbiose primitiva entre homem e natureza, embora radicais, eram completamente impraticáveis. O crescimento zero nas condições existentes plasmaria as atuais desigualdades entre os países do mundo, uma situação mais tolerável para o habitante médio da Suíça do que para o habitante médio da Índia. Não por acaso o principal apoio para as políticas ecológicas vem dos países ricos e das confortáveis classes rica e média em todos os países (com exceção dos homens de negócios, que esperam ganhar dinheiro com atividades poluentes). Os pobres, multiplicando-se e subempregados, queriam mais “desenvolvimento”, não menos.

Contudo, ricos ou não, os defensores de políticas ecológicas tinham razão. A taxa de desenvolvimento devia ser reduzida ao “sustentável” a médio prazo — o termo era convenientemente sem sentido — e, a longo prazo, se chegaria a um equilíbrio entre a humanidade, os recursos (renováveis) que ela consumia e o efeito de suas atividades sobre o ambiente. Ninguém sabia e poucos ousavam especular como se devia fazer isso, e em que nível de população, tecnologia e consumo seria possível um tal equilíbrio permanente. Os especialistas científicos sem dúvida podiam estabelecer o que se precisava fazer para evitar uma crise irreversível, mas o problema do estabelecimento desse equilíbrio não era de ciência e tecnologia, e sim político e social. Uma coisa, porém, era inegável. Tal equilíbrio seria incompatível com uma economia mundial baseada na busca ilimitada do lucro por empresas econômicas dedicadas, por definição, a esse objetivo, e competindo umas com as outras num mercado livre global. Do ponto de vista ambiental, se a humanidade queria ter um futuro, o capitalismo das Décadas de Crise não podia ter nenhum.

IV

Considerados isoladamente, os problemas da economia mundial eram, com uma exceção, menos sérios. Mesmo entregue a si mesma, ela continuaria a crescer. Se havia alguma verdade na periodicidade de Kondratiev (ver p. 91), a economia devia entrar em outra era de próspera expansão antes do fim do milênio, embora isso pudesse ser por algum tempo dificultado pelos efeitos posteriores da desintegração do socialismo soviético, pelo colapso de partes do mundo na anarquia e na guerra, e talvez por uma dedicação excessiva ao livre comércio global, sobre o qual os economistas tendem a ser mais deslumbrados que os historiadores. Apesar disso, o espaço para expansão era enorme. A Era de Ouro, como vimos, foi basicamente o grande salto avante das “economias de mercado desenvolvidas”, talvez vinte países habitados por cerca de 600 milhões (1960). A globalização e a redistribuição da produção continuariam a trazer para a economia global o resto dos 6 bilhões de pessoas do mundo. Mesmo pessimistas congênitos tinham de admitir que era uma perspectiva encorajadora para os negócios.

A grande exceção era o aparentemente irreversível alargamento do abismo entre os países ricos e pobres do mundo, processo um tanto acelerado pelo desastroso impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo, e a pauperização de muitos países ex-socialistas. A menos que houvesse uma espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo, parecia provável que o fosso continuaria ampliando-se. A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos, vai tanto contra a experiência histórica quanto contra o bom senso.* Uma economia mundial que se desenvolvia pela geração de desigualdades tão crescentes estava, quase inevitavelmente, acumulando encrencas futuras.

Contudo, de qualquer forma, atividades econômicas não existem nem podem existir isoladamente de seu contexto e conseqüências. Como vimos, três aspectos da economia mundial de fins do século xx davam motivos para alarme. Primeiro, a tecnologia continuou a forçar a mão-de-obra na produção de bens e serviços, sem proporcionar trabalho suficiente do mesmo tipo para os que expulsava nem assegurar uma taxa de crescimento econômico suficiente para absorvê-los. Muito poucos observadores esperariam seriamente um mero retorno temporário ao pleno emprego da Era de Ouro no Ocidente. Segundo, enquanto a mão-de-obra continuava sendo um fator político importante, a globalização da economia transferiu a indústria de seus velhos centros nos

(*) Os exemplos de industrialização liderada pelas exportações no Terceiro Mundo geralmente citados — Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul — representam menos de 2% da população do Terceiro Mundo.

países ricos, com mão-de-obra de alto custo, para países cuja principal vantagem, sendo tudo demais igual, eram mãos e cabeças baratas. Devem seguir-se uma ou ambas de duas conseqüências: a transferência de empregos de regiões de altos salários para outras de baixos salários e, com base em princípios de livre mercado, a queda de salários nas regiões de altos salários, sob a pressão da competição salarial global. Velhos países industriais como a Grã-Bretanha poderiam portanto tender a tornar-se eles próprios economias de mão-de-obra barata, embora com resultados socialmente explosivos e muito pouco prováveis, como base de competição, com os NICs. Historicamente, tais pressões eram enfrentadas com a ação do Estado — por exemplo, protecionismo. Contudo, e era este o terceiro aspecto preocupante da economia mundial do *fin-de-siècle*, seu triunfo e o da ideologia de livre mercado puro enfraquecia ou mesmo eliminava a maioria dos instrumentos para controlar os efeitos sociais das convulsões econômicas. A economia mundial era uma máquina cada vez mais poderosa e incontrolável. Poderia ser controlada, e, se podia, por quem?

Isso suscitava problemas tanto econômicos quanto sociais, embora, é óbvio, muito mais perturbadores em alguns países (por exemplo, Grã-Bretanha) que em outros (por exemplo, Coréia do Sul).

Os milagres econômicos da Era de Ouro baseavam-se em rendas reais crescentes nas “economias de mercado desenvolvidas”, pois economias de consumo de massa precisam de consumidores de massa com renda suficiente para os bens de consumo duráveis da alta tecnologia.* A maior parte dessas rendas fora ganha como salários em mercados de mão-de-obra de altos salários. Estes agora se achavam em risco, embora o consumo de massa fosse mais essencial para a economia do que nunca. Claro, nos países ricos o mercado de massa fora estabilizado pela transferência de mão-de-obra da indústria para ocupações terciárias, que tinham, em geral, um emprego muito mais estável, e pelo enorme crescimento nas transferências sociais (sobretudo seguridade social e previdência). Estas representavam algo em torno de 30% do PNB conjunto dos países desenvolvidos ocidentais em fins da década de 1980. Na década de 1920, ficavam provavelmente em menos de 4% do PNB (Bairoch, 1993, p. 174). Isso bem pode explicar por que o colapso da Bolsa de Wall Street de 1929, o maior desde 1929, não levou a uma depressão mundial como a da década de 30.

Contudo, precisamente esses dois estabilizadores estavam sendo solapados. Ao acabar-se o Breve Século XX, os governos e a ortodoxia ocidentais concordavam em que o custo da seguridade social e da previdência social públicas

(*) Não se percebe em geral que todos os países desenvolvidos, com exceção dos EUA, mandavam uma parte *menor* de suas exportações para o Terceiro Mundo na década de 1990 que em 1938. Os ocidentais (incluindo os EUA) mandaram para lá menos de um quinto de suas exportações em 1990 (Bairoch, 1993, tabela 6.1, p. 75).

estava demasiado alto e tinha de ser reduzido, e a redução em massa de emprego nos até então mais estáveis setores de ocupações terciárias — emprego público, bancos e finanças, o tecnologicamente redundante trabalho de escritório de massa — tornou-se comum. Não eram perigos imediatos para a economia global, contanto que o relativo declínio nos velhos mercados fosse compensado pela expansão no resto do mundo, ou que o número global dos que tinham rendas reais crescentes aumentasse mais que o resto. Para pôr as coisas em termos brutais, se a economia global pôde livrar-se de uma minoria de países pobres como economicamente desinteressantes e irrelevantes, também poderia fazer o mesmo com os muito pobres dentro das fronteiras de qualquer um e de todos os seus países, contanto que o número de consumidores potencialmente interessantes continuasse suficientemente grande. Visto das alturas impessoais das quais os economistas comerciais e contadores de empresas observam o cenário, quem precisava dos 10% de população americana cujos ganhos reais por hora haviam *caído* até 16% desde 1979?

Mais uma vez, tomando-se a perspectiva global implícita no modelo de liberalismo econômico, as desigualdades de desenvolvimento são irrelevantes, a menos que se possa demonstrar que produzem resultados globalmente mais negativos que positivos.* Desse ponto de vista, não há motivo econômico para que, se os custos comparativos o mandarem, a França acabe com toda a sua agricultura e importe todos os seus alimentos, ou para que, se isso fosse tecnicamente possível, todos os programas de TV do mundo sejam feitos na Cidade do México. Contudo, essa não é uma visão que possa ser mantida sem reservas pelos que vivem na economia nacional, além da global; quer dizer, por todos os governos nacionais e a maioria dos habitantes de seus países. Não menos porque não podemos evitar as conseqüências sociais e políticas de convulsões mundiais.

Qualquer que seja a natureza desses problemas, uma economia de livre mercado irrestrita e incontrolada não poderia oferecer-lhes solução. Quando mais não fosse, era provável que tornasse piores ainda fatos como o crescimento do desemprego e subemprego permanentes, pois a escolha racional de empresas baseadas no lucro era *a*. reduzir o número de seus empregados o máximo possível, e *b*. reduzir os impostos de seguridade social (ou qualquer outro) até onde possível. Tampouco havia bons motivos para supor que a economia de livre mercado global os resolvesse. Até a década de 1970, o capitalismo nacional e mundial jamais operara em tais condições, ou, se operara, não necessariamente se beneficiara. Em relação ao século XIX, é pelo menos argumentável que, “ao contrário do modelo clássico, o livre comércio coincidiu com a depressão e foi provavelmente sua causa principal, e que o protecionismo foi provavelmente a causa principal de desenvolvimento para a maioria dos países

(*) Na verdade, muitas vezes pode-se demonstrar isso.

desenvolvidos de hoje” (Bairoch, 1993, p. 164). Quanto ao século xx, seus milagres econômicos não foram conseguidos pelo *laissez-faire*, mas contra ele.

Era portanto provável que a moda da liberalização econômica e “marketeização”, que dominara a década de 1980 e atingira o pico de complacência ideológica após o colapso do sistema soviético, não durasse muito. A combinação da crise mundial do início da década de 1990 com o espetacular fracasso dessas políticas quando aplicadas como “terapia de choque” nos países ex-socialistas já causava reconsiderações entre alguns antigos entusiastas — quem teria esperado que consultores econômicos em 1993 anunciassem: “Talvez Marx estivesse certo afinal”? Contudo, dois grandes obstáculos se erguiam no caminho de um retorno ao realismo. O primeiro era a ausência de uma ameaça política digna de crédito ao sistema, como antes tinham parecido ser o comunismo e a existência da URSS, ou — de uma maneira diferente — a conquista nazista da Alemanha. Estes, como este livro vem tentando provar, proporcionaram o incentivo para que o capitalismo se reformasse. O colapso da URSS, o declínio e fragmentação da classe operária e seus movimentos, a insignificância militar na guerra convencional do Terceiro Mundo, a redução dos realmente pobres nos países ricos a uma “subclasse” minoritária — tudo isso diminuiu o incentivo à reforma. Apesar disso, o surgimento de movimentos de ultradireita, e a inesperada revivescência de apoio aos herdeiros do velho regime nos países ex-comunistas, foram sinais de aviso, e no início da década de 1990 eram mais uma vez vistos como tal. O segundo obstáculo era o próprio processo de globalização, reforçado pela desmontagem de mecanismos nacionais para proteger as vítimas da livre economia global dos custos sociais daquilo que se descrevia orgulhosamente como o “sistema de criação de riqueza [...] hoje encarado em toda parte como o mais efetivo que a humanidade já criou”.

Pois, como o mesmo editorial do *Financial Times* (24/12/93) admitia:

Continua sendo, no entanto, uma força imperfeita [...] Cerca de dois terços da população mundial ganharam pouca ou nenhuma vantagem com o rápido crescimento econômico. No mundo desenvolvido, o mais baixo quartil de assalariados testemunhou mais um respingar para cima que um respingar para baixo.

À medida que se aproximava o milênio, tornava-se cada vez mais evidente que a tarefa central da época não era regozijar-se sobre o cadáver do comunismo soviético, mas pensar, uma vez mais, nos defeitos inatos do capitalismo. Que mudanças no sistema exigiria a remoção deles? Pois, como observou Joseph Schumpeter, a propósito das flutuações cíclicas da economia capitalista, eles “não são, como as amídalas, coisas separadas que podem ser tratadas por si, mas fazem parte, como as batidas do coração, da essência do organismo que os apresenta” (Schumpeter, 1939, I, v).

A reação imediata dos comentaristas ocidentais ao colapso do sistema soviético foi que ratificava o triunfo permanente do capitalismo e da democracia liberal, dois conceitos que o menos sofisticado dos observadores americanos do mundo tendiam a confundir. Embora o capitalismo certamente não se achasse na melhor das formas no fim do Breve Século xx, o comunismo do tipo soviético estava inquestionavelmente morto, e era muito improvável que revivesse. Por outro lado, nenhum observador sério no início da década de 1990 podia ser tão confiante em relação à democracia liberal quanto ao capitalismo. O máximo que se podia prever com alguma confiança (com exceção, talvez, dos regimes fundamentalistas mais divinamente inspirados) era que praticamente todos os Estados iam continuar a declarar sua profunda ligação com a democracia, a organizar algum tipo de eleição, com uma certa tolerância por uma oposição às vezes conceitual, mas dando sua própria interpretação ao significado do termo.*

Na verdade, a coisa mais óbvia na situação política dos Estados do mundo era sua instabilidade. Na maioria deles, as chances de sobrevivência para o regime existente nos próximos dez ou quinze anos, no cálculo mais otimista, não eram boas. Mesmo onde os países tinham um sistema de governo previsível, como por exemplo Canadá, Bélgica ou Espanha, a existência deles como Estados individuais em dez ou quinze anos podia ser incerta, e, conseqüentemente, também o seria a natureza dos regimes sucessores possíveis, se algum houvesse. Em suma, a política não era um campo que encorajasse a futurologia.

Apesar disso, algumas características do panorama político global se destacavam. A primeira, como já se observou, era o enfraquecimento do Estado-nação, instituição central da política desde a Era das Revoluções devido a tanto seu monopólio do poder público e da lei quanto porque constituía o campo efetivo de ação política para a maioria dos fins. O Estado-nação estava sendo erodido de duas formas, de cima e de baixo. Perdia rapidamente poder e função para várias entidades supranacionais, e, na verdade, de forma absoluta, na medida em que a desintegração de grandes Estados e impérios produzia uma multiplicidade de Estados menores, demasiado fracos para defender-se numa era de anarquia internacional. Perdia também, como vimos, seu monopólio de poder efetivo e seus privilégios históricos dentro de suas fronteiras, como testemunham a ascensão da segurança privada e dos serviços postais privados com-

(*) Assim, um diplomata cingapurense afirmou que os países em desenvolvimento podiam aproveitar um “adiamento” da democracia, mas que, quando ela chegasse, seria menos permissiva que o tipo ocidental; mais autoritária, acentuando mais o bem comum que os direitos individuais; muitas vezes com um partido único dominante; e quase sempre com uma burocracia centralizada e “Estado forte” (Mortimer, 1994, p. 11).

petindo com o correio, até então praticamente controlado em toda parte por um ministério de Estado.

Esses fatos não tornavam o Estado nem redundante nem ineficaz. Na verdade, em alguns aspectos, sua capacidade de acompanhar e controlar os assuntos de seus cidadãos foi reforçada pela tecnologia, pois praticamente todas as transações financeiras e administrativas destes (tirando pequenos pagamentos em dinheiro) provavelmente eram agora registradas por algum computador, e todas as suas comunicações (com exceção da maioria das conversas face a face ao ar livre) podiam ser agora interceptadas e gravadas. E no entanto, sua posição mudara. Do século XVIII até a segunda metade do XX, o Estado-nação estendera quase continuamente seu alcance, poderes e funções. Este foi um aspecto essencial da “modernização”. Quer fossem os governos liberais, conservadores, social-democratas, fascistas ou comunistas, no auge dessa tendência os parâmetros da vida dos cidadãos em Estados “modernos” eram quase exclusivamente determinados (a não ser em conflitos inter-Estados) pelas atividades ou inatividades desse Estado. Mesmo o impacto de forças globais, como os *booms* e depressões econômicos, chegava aos cidadãos filtrado pela política e instituições de seu Estado.* No fim do século, o Estado-nação se achava na defensiva contra uma economia mundial que não podia controlar; contra as instituições que construía para remediar suas próprias fraquezas internacionais, como a União Européia; contra sua aparente incapacidade fiscal de manter os serviços para seus cidadãos, tão confiantemente empreendidos algumas décadas atrás; contra sua incapacidade real de manter o que, pelos seus próprios critérios, era sua maior função: a manutenção da lei e da ordem públicas. O fato mesmo de, na era de sua ascensão, o Estado ter assumido e centralizado tantas funções, e estabelecido para si mesmo tão ambiciosos padrões de ordem e controle públicos, tornava sua incapacidade de mantê-los duplamente dolorosa.

E, no entanto, o Estado, ou alguma outra forma de autoridade pública representando o interesse público, era mais indispensável que nunca se se queria enfrentar as iniquidades sociais e ambientais do mercado, ou mesmo — como mostrara a reforma do capitalismo na década de 1940 — caso se quisesse que o sistema econômico operasse de maneira satisfatória. Sem alguma alocação e redistribuição da renda nacional pelo Estado, o que poderia acontecer, por exemplo, aos povos dos velhos países desenvolvidos, cuja economia se apoiava numa base relativamente decrescente de ganhadores de renda, espremidos entre os crescentes números dos dispensados como mão-de-obra

(*) Assim, Bairoch sugere que o motivo pelo qual o PNB per capita suíço caiu na década de 1930, enquanto o da Suécia subiu — apesar de a Grande Depressão ter sido muito menos severa na Suíça —, é “em grande parte explicado pela ampla gama de medidas sócio-econômicas tomadas pelo governo sueco e a falta de intervenção das autoridades federais suíças” (Bairoch, 1993, p. 9).

pela economia *high-tech* e uma crescente proporção de velhos que não ganhavam renda? Era absurdo argumentar que os cidadãos da Comunidade Européia, cuja fatia per capita da renda nacional conjunta aumentara 80% de 1970 a 1990, não podiam “permitir-se”, na década de 1990, o nível de renda e bem-estar social tido como certo em 1970 (World Tables, 1991, pp. 8-9). Mas estas não podiam existir sem o Estado. Suponha-se — o cenário não é absolutamente fantástico — que as tendências atuais continuassem, e levassem a economias em que um quarto da população trabalhasse recebendo pagamento e três quartos dela não, mas, após vinte anos, a economia produzisse uma renda nacional per capita duas vezes maior que antes. Quem, a não ser a autoridade pública, iria e poderia assegurar um mínimo de renda e bem-estar social para todos? Quem poderia contrabalançar as tendências à desigualdade tão impressionantemente visíveis nas Décadas de Crise? A julgar pela experiência das décadas de 1970 e 1980, não seria o livre mercado. Se essas décadas provaram alguma coisa, foi que o grande problema político do mundo, e certamente do mundo desenvolvido, não era como multiplicar a riqueza das nações, mas como distribuí-la em benefício de seus habitantes. Isso se dava mesmo em países pobres “em desenvolvimento” que precisavam de mais crescimento econômico. O Brasil, um monumento à negligência social, tinha um PNB per capita quase duas vezes maior que o Sri Lanka em 1939, e mais de seis vezes maior no fim da década de 1980. No Sri Lanka, que subsidiara alimentos básicos e dera educação e assistência médica gratuitas até a década de 1970, o recém-nascido médio podia esperar viver vários anos mais que o brasileiro médio, e morrer ainda bebê mais ou menos na metade da taxa brasileira de 1969, e num terço da taxa brasileira de 1989 (World Tables, 1991, pp. 144-7, 524-7). A percentagem de analfabetismo em 1989 era quase duas vezes maior no Brasil que na ilha asiática.

Distribuição social, e não crescimento, dominaria a política do novo milênio. A alocação não mercantil de recursos, ou pelo menos uma implacável limitação da alocação de mercado, era essencial para desviar a crise ecológica iminente. De uma forma ou de outra, o destino da humanidade no novo milênio iria depender da restauração das autoridades públicas.

VI

Isso nos deixa com um duplo problema. Qual seriam a natureza e o âmbito das autoridades responsáveis pelas decisões — supranacionais, nacionais, subnacionais e globais, sozinhas ou combinadas? Qual seria a relação delas com as pessoas sobre quem se tomam as decisões?

A primeira era, num certo sentido, uma questão técnica, pois as autoridades já existiam, e em princípio — embora de modo algum na prática — tam-

bém existiam modelos de relacionamento entre elas. A União Européia em expansão oferecia bastante material relevante, embora provavelmente toda proposta específica para dividir a mão-de-obra entre autoridades globais, nacionais e subnacionais fosse causar amargos ressentimentos numa ou noutra. As autoridades globais existentes eram sem dúvida demasiado especializadas em suas funções, embora tentassem estender seu alcance pela imposição de políticas, no campo político e ecológico, a países que precisavam de dinheiro emprestado. A União Européia estava só, e era provável que, filha de uma conjuntura histórica específica e na certa irrepetível, permanecesse só, a menos que se reconstituísse alguma coisa semelhante com os fragmentos da antiga URSS. Não se podia prever o ritmo no qual avançariam as tomadas de decisões supranacionais. Apesar disso, certamente avançariam, e era possível ver como operariam. Já operavam, através dos gerentes de banco globais das grandes agências internacionais de empréstimos, representando os recursos conjuntos da oligarquia dos países mais ricos, que também por acaso incluíam os mais poderosos. À medida que aumentava o fosso entre ricos e pobres, parecia que aumentaria o espaço para o exercício desse poder global. O problema era que, desde a década de 1970, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, politicamente apoiados pelos EUA, vinham seguindo uma política sistematicamente favorecedora da economia de livre mercado, empresa privada e livre comércio global, que servia à economia americana de fins do século XX tão bem quanto servira à britânica de meados do século XIX, mas não necessariamente ao mundo. Se as tomadas de decisões globais queriam realizar seu potencial, tais políticas teriam de ser mudadas.

O segundo problema não era de modo algum técnico. Surgia do dilema de um mundo comprometido, no fim do século, com um determinado tipo de democracia liberal, mas também enfrentando problemas de política para os quais a eleição de presidentes e assembléias pluripartidárias eram irrelevantes, mesmo quando não complicavam suas soluções. Em termos mais gerais, era o dilema do papel das pessoas comuns no que já fora chamado corretamente, pelo menos por padrões pré-feministas, de “o século do homem comum”. Era o dilema de uma época em que o governo podia — alguns diriam: devia — ser “do povo” e “para o povo”, mas não podia em qualquer sentido operacional ser “pelo povo”, ou mesmo por assembléias representativas eleitas entre os que competiam pelo voto do povo. O dilema não era novo. As dificuldades da política democrática (discutidas para os anos do entreguerras num capítulo anterior) eram conhecidas de cientistas políticos e satiristas políticos desde que a política de sufrágio universal se tornara mais que uma peculiaridade dos EUA.

O dilema democrático era mais agudo agora, tanto porque a opinião pública, acompanhada por pesquisas e ampliada pelos onipresentes meios de comunicação, era agora constantemente inevitável, quanto porque as autoridades públicas tinham de tomar muito mais decisões para as quais a opinião

pública não constituía nenhum tipo de guia. Muitas vezes tinham de ser decisões que podiam muito bem enfrentar a oposição da maioria do eleitorado, cada eleitor detestando o seu efeito prospectivo em seus assuntos privados, embora talvez julgando-as desejáveis no plano do interesse geral. Assim, no fim do século, políticos em alguns países democráticos haviam chegado à conclusão de que qualquer proposta de elevar impostos, para qualquer fim, significava suicídio eleitoral. As eleições, portanto, tornaram-se disputas de perjúrio fiscal. Ao mesmo tempo, eleitores e parlamentos se viam constantemente diante de decisões em questões sobre as quais os não especialistas — ou seja, a vasta maioria tanto de eleitores quanto de eleitos — não tinham qualificações para expressar uma opinião, por exemplo, o futuro da indústria nuclear.

Houve momentos, mesmo em Estados democráticos, em que o corpo de cidadãos se identificara de tal modo com os objetivos de um governo dotado de legitimidade e confiança pública que prevalecera um senso de interesse comum, como na Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial. Houvera outras situações que tornavam possível um consenso básico entre os principais rivais políticos, mais uma vez deixando os governos em liberdade para seguir os objetivos gerais de políticas sobre as quais não havia grandes desacordos. Como vimos, foi o que aconteceu em vários países ocidentais durante a Era de Ouro. Os governos também tinham podido contar, muitas vezes, com um consenso de julgamento entre pares em seu corpo de assessores técnicos e científicos, indispensável à administração de leigos. Quando falavam com a mesma voz, ou, pelo menos, o seu consenso superava os dissidentes, a controvérsia política diminuía. É quando não fazem isso que os tomadores de decisões leigos se vêem tateando no escuro, como jurados diante de psicólogos rivais, chamados pela acusação e pela defesa, em nenhum dos quais há forte motivo para acreditar.

Mas, como vimos, as Décadas de Crise solaparam o consenso político e as verdades geralmente aceitas em questões intelectuais, sobretudo em campos com influência na política. Quanto a povos indivisos, firmemente identificados com seus governos (ou vice-versa), estes eram escassos na década de 1990. Claro, ainda havia muitos países cujos cidadãos aceitavam a idéia de um Estado forte, ativo e socialmente responsável, merecendo certa liberdade de ação, porque servia ao bem-estar comum. Infelizmente, era raro os governos de fato do *fin-de-siècle* se assemelharem a esse ideal. Quanto aos países onde o governo, como tal, era suspeito, eram aqueles que se modelavam no padrão americano de anarquismo individualista, temperado pelo litígio e a política de mamatas, e os muito mais numerosos países onde o Estado era tão fraco e corrupto que os cidadãos não esperavam que produzisse bem público algum. Estes eram comuns em partes do Terceiro Mundo, mas, como mostrou a Itália na década de 1980, não desconhecidos no Primeiro.

Daí os tomadores de decisões menos perturbados serem os que escapavam completamente à política democrática: empresas privadas, autoridades

supranacionais e, claro, regimes não democráticos. Dentro dos sistemas democráticos, não era fácil proteger dos políticos a tomada de decisões, embora os bancos centrais estivessem fora de seu alcance em alguns países, e a sabedoria convencional quisesse esse exemplo seguido em outras partes. Cada vez mais, porém, os governos foram passando a contornar tanto o eleitorado quanto suas assembleias representativas, se possível, ou pelo menos a tomar decisões primeiro e depois desafiar ambos a reverterem um *fait accompli*, confiando na volatilidade, divisões ou inércia da opinião pública. A política tornou-se cada vez mais um exercício de evasão, pois os políticos temiam dizer aos eleitores o que eles não queriam ouvir. Após o fim da Guerra Fria, as ações inconfessáveis não eram mais tão facilmente escondidas por trás da cortina de ferro da “segurança nacional”. Era quase certo que essa estratégia de evasão fosse continuar ganhando terreno. Mesmo em países democráticos, um número crescente de grupos de tomadores de decisões iria ser retirado do controle eleitoral, exceto no sentido mais indireto de que os próprios governos que nomeavam esses grupos tinham sido eleitos a certa altura. Governos centralizantes, como os da Grã-Bretanha na década de 1980 e início da de 1990, inclinavam-se particularmente a multiplicar *ad hoc* essas autoridades que não respondiam a um eleitorado e eram apelidadas de *quangos*. Mesmo países sem uma efetiva divisão de poderes achavam conveniente essa tácita demissão da democracia. Em países como os EUA, isso era indispensável, pois o conflito inato entre executivo e legislativo tornava quase impossível tomar decisões em circunstâncias normais, a não ser nos bastidores.

No fim do século, um grande número de cidadãos se retirava da política, deixando as questões de Estado à “classe política” — a expressão parece ter-se originado na Itália —, que lia os discursos e editoriais uns dos outros; um grupo de interesse especial de políticos profissionais, jornalistas, lobistas e outros cuja ocupação ficava por último na escala de confiabilidade nas pesquisas sociológicas. Para muita gente, o processo político era irrelevante, ou apenas uma coisa que afetava suas vidas pessoais favoravelmente ou não. De um lado, a riqueza, a privatização da vida e da diversão e o egoísmo do consumo tornavam a política menos importante e menos atraente. De outro, os que achavam que pouco obtinham com as eleições davam-lhes as costas. Entre 1960 e 1988, a proporção de trabalhadores braçais que deram seu voto em eleições presidenciais americanas caiu em um terço (Leighly, Naylor, 1992, p. 731). O declínio dos partidos de massa organizados com base em classe, ou ideológicos, ou as duas coisas juntas, eliminou a grande máquina social para transformar homens e mulheres em cidadãos politicamente ativos. Para a maioria das pessoas, mesmo a identificação coletiva com seu país vinha agora mais facilmente por intermédio dos esportes nacionais, de equipes e de símbolos não políticos, do que das instituições do Estado.

Poder-se-ia supor que a despolitização deixaria as autoridades mais livres

para tomar decisões. Na verdade, teve o efeito oposto. As minorias que saíam em campanha, às vezes por questões específicas de interesse público, com mais frequência por algum interesse seccional, podiam interferir nos tranquilos processos de governo tão efetivamente, e às vezes até mais, do que partidos políticos de propósitos abrangentes, pois, ao contrário destes, cada grupo de pressão podia concentrar sua energia na busca de um objetivo único. Além disso, a tendência cada vez mais sistemática de governos contornarem o processo eleitoral ampliou a função política dos meios de comunicação, que agora chegavam a todas as casas, proporcionando de longe o mais poderoso meio de comunicação da esfera pública para homens, mulheres e crianças privados. Sua capacidade de descobrir e publicar o que as autoridades desejavam manter na sombra, e de dar expressão a sentimentos públicos que não eram, nem podiam ser, articulados pelos mecanismos formais da democracia, transformavam esses meios de comunicação nos grandes atores no cenário público. Os políticos os usavam e temiam. O progresso técnico tornava-os cada vez mais difíceis de controlar, mesmo em países altamente autoritários. O declínio do poder do Estado deixava-os mais difíceis de monopolizar nos Estados não autoritários. Quando o século acabava, tornou-se evidente que os meios de comunicação eram um componente mais importante do processo político que os partidos e sistemas eleitorais, e provavelmente assim continuariam — a menos que os políticos dessem uma forte guinada para longe da democracia. Contudo, embora fossem enormemente poderosos como um contrapeso aos segredos do governo, não eram de modo algum um meio para um governo democrático.

Nem os meios de comunicação, nem as assembleias eleitas pela política de sufrágio universal, nem o próprio “povo” podiam realmente governar em qualquer sentido realista da palavra. Por outro lado, o governo, ou qualquer forma análoga de tomada de decisão, não podia mais governar contra o povo ou mesmo sem ele, não mais do que “o povo” podia viver contra ou sem o governo. Para o melhor ou pior, no século XX as pessoas comuns entraram na história como atores com seu direito coletivo próprio. Todo regime, com exceção da teocracia, agora derivava sua autoridade delas, mesmo os que aterrorizavam e matavam seus cidadãos em grande escala. O próprio conceito do que antes era moda chamar de “totalitarismo” implicava populismo, pois se não tinha importância o que “o povo” pensava dos que governavam em seu nome, por que então se dar ao trabalho de fazê-lo ter as idéias julgadas adequadas por seus governantes? Os governos que derivavam sua autoridade da obediência irrestrita a alguma divindade, à tradição, ou da deferência das camadas baixas às altas numa sociedade hierárquica, estavam de saída. Mesmo o “fundamentalismo” islâmico, o mais florescente tipo de teocracia, avançava não pela vontade de Alá, mas pela mobilização de massa das pessoas comuns contra governos impopulares. Tivesse ou não “o povo” o direito de eleger seu governo, suas intervenções nos assuntos públicos, ativas ou passivas, eram decisivas.

Na verdade, só pelo fato de haver muitos exemplos de regimes incomparavelmente brutais, e daqueles que buscavam impor pela força o domínio de uma minoria sobre a maioria — como na África do Sul do *apartheid* —, o século XX demonstrou os limites do simples poder coercitivo. Mesmo o mais implacável e brutal dos governantes tinha bastante consciência de que só o poder ilimitado não podia suplantar as vantagens e habilidades da autoridade: um senso público de legitimidade do regime, um grau de apoio popular ativo, a capacidade de dividir e dominar e — sobretudo em tempos de crise — a disposição dos cidadãos a obedecer. Quando, como em 1989, essa obediência foi visivelmente retirada dos regimes europeus orientais, eles abdicaram, embora ainda tivessem o pleno apoio de seus funcionários públicos, Forças Armadas e serviços de segurança. Em suma, ao contrário das aparências, o século XX mostrou que se pode governar contra todas as pessoas por algum tempo, contra algumas pessoas por todo o tempo, mas não contra todas as pessoas todo o tempo. Claro que isso não era consolo para minorias permanentemente oprimidas ou para povos que sofreram opressão praticamente universal por uma geração ou mais.

Contudo, nada disso respondia à questão de quais deviam ser as relações entre os que decidiam e os povos. Simplesmente acentuava a dificuldade da resposta. A política das autoridades tinha de levar em conta o que o povo, ou pelo menos maiorias de cidadãos, queria ou não, mesmo que não fosse seu propósito refletir desejos populares. Ao mesmo tempo, não podiam governar simplesmente na base de perguntar ao povo. Além disso, decisões impopulares eram mais difíceis de impor a massas que a grupos de poder. Era muito mais fácil impor padrões obrigatórios de emissão de fumaça a uns poucos gigantescos produtores de automóveis do que convencer milhões de motoristas a cortar pela metade seu consumo de petróleo. Todo governo europeu descobriu que os resultados da entrega do futuro da Comunidade Européia ao voto popular eram desfavoráveis, ou, na melhor das hipóteses, imprevisíveis. Todo observador sério sabia que muitas das decisões políticas que teriam de ser tomadas no início do século XXI seriam impopulares. Talvez outra era relaxante de tensão, de prosperidade e melhora geral, como a Era de Ouro, amaciasse o estado de espírito dos cidadãos, mas não se devia esperar nem um retorno à década de 1960 nem um relaxamento das inseguranças e tensões sociais e econômicas das Décadas de Crise.

Se o voto por sufrágio universal ia continuar sendo a regra geral — como era provável —, parecia haver duas opções principais. Onde a tomada de decisões não estava de fato fora da política, iria cada vez mais contornar o processo eleitoral, ou antes o constante acompanhamento do governo que lhe era inseparável. Autoridades que tinham elas próprias de ser eleitas iriam também, cada vez mais, ocultar-se, como um polvo, por trás de nuvens de tinta para confundir seus eleitorados. A outra opção era recriar o tipo de consenso que

dava às autoridades substancial liberdade de ação, pelo menos enquanto a maioria dos cidadãos não tivesse muita causa de descontentamento. Um modelo político há muito estabelecido para isso já existia desde Napoleão III, em meados do século XIX: a eleição democrática de um salvador do povo ou um regime salvador da nação — a “democracia plebiscitária”. Um regime desse podia ou não chegar ao poder constitucionalmente, mas, se ratificado por uma eleição razoavelmente honesta, com a escolha de candidatos rivais e alguma voz para a oposição, satisfazia os critérios de *fin-de-siècle* de legitimidade democrática. Mas não oferecia perspectiva encorajadora para o futuro da democracia parlamentar do tipo liberal.

VII

O que escrevi não pode dizer-nos se e como a humanidade pode resolver os problemas que enfrenta no fim do milênio. Talvez possa ajudar-nos a compreender quais são esses problemas, e quais devem ser as condições para sua solução, mas não até onde essas condições estão presentes, ou em processo de criação. Pode dizer-nos quão pouco conhecemos, e quão extraordinariamente pobre tem sido a compreensão de homens e mulheres que tomaram as grandes decisões públicas do século; pode dizer-nos quão pouca coisa do que aconteceu foi esperada, sobretudo na segunda metade do século, e menos ainda por eles prevista. Pode confirmar o que muitos sempre suspeitaram, que a história — entre muitas outras coisas, e mais importantes — é o registro dos crimes e loucuras da humanidade. Profetizar não ajuda nada.

Portanto, seria tolice encerrar este livro com previsões de como será uma paisagem já deixada irreconhecível pelas convulsões tectônicas do Breve Século XX, e que ficará ainda mais irreconhecível com as que, mesmo agora, estão acontecendo. Há menos razão para sentir-se esperançoso em relação ao futuro do que em meados da década de 1980, quando este autor concluiu sua trilogia sobre a história do “longo século XIX” (1789-1914) com as palavras:

Os indícios de que o mundo no século XXI será melhor não são insignificantes. Se o mundo conseguir não se destruir [por exemplo, pela guerra nuclear], a probabilidade será bastante forte.

Apesar disso, mesmo um historiador cuja idade o impede de esperar mudanças sensacionais para melhor no que lhe resta de vida não pode razoavelmente negar a possibilidade de que em outro quarto de século ou meio século as coisas pareçam mais promissoras. De qualquer forma, é altamente provável que a fase atual de colapso pós-Guerra Fria seja temporária, embora já pareça estar durando um tanto mais do que as fases de colapso e perturbação que se seguiram às duas guerras mundiais “quentes”. Contudo, esperanças

ou temores não são previsões. Sabemos que, por trás da opaca nuvem de nossa ignorância e da incerteza de resultados detalhados, as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar.

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e — se os leitores partilham da tese deste livro — por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.

BIBLIOGRAFIA

- Abrams, 1945: Mark Abrams, *The condition of the British people, 1911-1945* (Londres, 1945)
- Acheson, 1970: Dean Acheson, *Present at the creation: My years in the State Department* (Nova York, 1970)
- Afanassiev, 1991: Juri Afanassiev, em M. Paquet (ed.), *Le court vingtième siècle*, pref. Alexandre Adler (La Tour d'Aigues, 1991)
- Albers, Goldschmidt & Oehlke, 1971: *Klassenkämpfe in Westeuropa* (Hamburgo, 1971)
- Alexeev, 1990: M. Alexeev, resenha do livro em *Journal of Comparative Economics*, vol. 14 (1990), pp. 171-3
- Allen, 1968: D. Elliston Allen, *British tastes: An enquiry into the likes and dislikes of the regional consumer* (Londres, 1968)
- Amnesty, 1975: Amnesty International [Anistia Internacional], *Report on torture* (Nova York, 1975)
- Andrew, 1985: Christopher Andrew, *Secret service: The making of the British intelligence community* (Londres, 1985)
- Andrew & Gordievsky, 1991: Christopher Andrew & Oleg Gordievsky, *KGB: The inside story of its foreign operations from Lenin to Gorbachev* (Londres, 1991)
- Andric, 1990: Ivo Andric, *Conversation with Goya: Bridges, signs* (Londres, 1990)
- Anuário, 1989: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe: Edición 1989* (Santiago do Chile, 1990)
- Arlacchi, 1983: Pino Arlacchi, *Mafia business* (Londres, 1983)
- Armstrong, Glyn & Harrison, 1991: Philip Armstrong, Andrew Glyn & John Harrison, *Capitalism since 1945* (Oxford, 1991)
- Arndt, 1944: H. W. Arndt, *The economic lessons of the 1930s* (Londres, 1944)
- Asbeck, 1939: Barão F. M. van Asbeck, *The Netherlands Indies' foreign relations* (Amsterdam, 1939)
- Atlas, 1992: A. Fréron, R. Héryn & J. July (eds.), *Atlas de la France universitaire* (Paris, 1992)
- Auden, 1937: W. H. Auden, *Spain* (Londres, 1937)
- Babel, 1923: Isaac Babel, *Konarmiya* (Moscou, 1923); *Red cavalry* (Londres, 1929)
- Bairoch, 1985: Paul Bairoch, *De Jéricho à Mexico: Villes et économie dans l'histoire* (Paris, 1985)
- Bairoch, 1988: Paul Bairoch, *Two major shifts in Western European labour force: The decline of the manufacturing industries and of the working class* (Genebra, 1988)
- Bairoch, 1993: Paul Bairoch, *Economics and world history myths and paradoxes* (Hemel Hempstead, 1993)
- Ball, 1992: George W. Ball, "JK's big moment", *New York Review of Books* (13/2/92), pp. 16-20
- Ball, 1993: George W. Ball, "The rationalist in power", *New York Review of Books* (22/4/93), pp. 30-6
- Baltimore, 1978: David Baltimore, "Limiting science: A biologist's perspective", *Daedalus* 107, 2 (primavera de 1978), pp. 37-46